

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

TESE DE DOUTORADO

O mosaico do desemprego

Autora: Marineide Maria Silva

Orientadora: Profa. Dra. Márcia de Paula Leite

Campinas, 2009

MARINEIDE MARIA SILVA

O mosaico do desemprego

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia de Paula Leite

Campinas, 2009.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si38m **Silva, Marineide Maria**
 O mosaico do desemprego / Marineide Maria Silva.
 -- Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Márcia de Paula Leite.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Desemprego. 2. Identidade. 3. Subjetividade. 4. Percepção.
5. Mercado de trabalho. I. Leite, Márcia de Paula.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: The mosaic of unemployment

Palavras chaves em inglês (keywords) : **Unemployment**
 Identity
 Subjectivity
 Perception
 Labor market

Área de Concentração: Sociologia do Trabalho

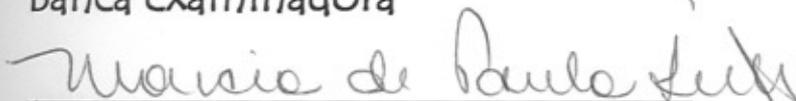
Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Márcia de Paula Leite, José Dari Krein, Liliana Rolfsen
P. Segnini, Nadya Araújo Guimarães, Ana Elizabeth
Santos Alves

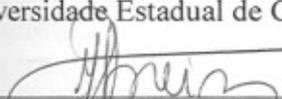
Data da defesa: 09-06-2009

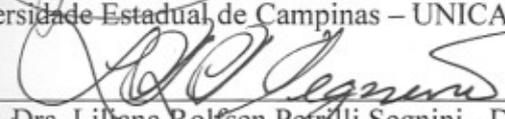
Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

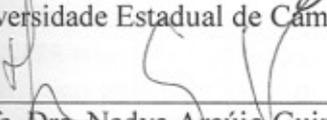
Banca examinadora



Profa. Dra. Márcia de Paula Leite (Orientadora) - Doutora em Sociologia.
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

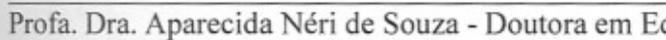

Prof. Dr. José Dari Krein - Doutor em Economia Social e do Trabalho
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP


Profa. Dra. Liliana Rolfsen Petrucci Segnini - Doutora em Ciências Sociais.
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.


Profa. Dra. Nadya Araújo Guimarães - Doutora em Sociologia
Universidade de São Paulo - USP.


Proa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves - Doutora em Educação.
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

Suplentes


Profa. Dra. Aparecida Néri de Souza - Doutora em Educação
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.


Isabel Pauline Hildegard Georges Dra. Em Sociologia.
Institut de Reserche pour le Développement/Visitante USP/UNICAMP


Prof. Dr. Jacob Carlos Lima - Doutor em Sociologia
Universidade Federal de São Carlos. UFSCar

Campinas, 2009

Sumário

Agradecimentos	ix
Dedicatória	xiii
Resumo	xv
Abstract	xvi
Listas das siglas	xvii
Lista dos quadros e tabelas	xix
Introdução	001
Apontamentos teóricos	020
Percurso metodológico	025
Capítulo 1 - Cultura do trabalho, cultura do emprego e o novo discurso da empregabilidade e do empreendedorismo	035
<hr/>	
1.1 - Da negação à exaltação do trabalho.....	036
1.2 - Da negação à exaltação do trabalho no Brasil.....	046
1.3 - O trabalho ganha outro sentido: a cultura do emprego.....	054
1.4 - O trabalho sob a égide da instabilidade e da incerteza.....	061
Capítulo 2 - Os caminhos do desemprego e suas fronteiras	
<hr/>	
2.1- Contextualizando as transformações econômicas e as mudanças no mercado de trabalho no mundo.....	071
2.2 - Sobre a mensuração do desemprego no mundo.....	077
2.3 - As transformações econômicas e as mudanças no mercado de trabalho no Brasil.....	082
2.4 – A mensuração do desemprego no Brasil.....	088
2.5 - Alguns aspectos do mercado de trabalho na Bahia.....	094
2.5.1 - Especificando as duas cidades escolhidas.....	101
2.5.1.1 - A Região Metropolitana de Salvador.....	102
2.5.1.2 - O município de Vitória da Vitória da Conquista.....	104
Capítulo 3 - Uma parte do mosaico: o desemprego na ótica das agências de intermediação profissional	
<hr/>	
3.1 - O atendimento nas agências de Vitória da Conquista e Salvador: administrando a precariedade.....	113
3.1.1 - Os postos da SETRE e as vagas captadas.....	123

3.1.2 - A SETRE/SINE: do acolhimento à culpabilização dos desempregados.....	127
3.2 - O desemprego tem cor, idade e local: a exclusão de velhos, negros e moradores de bairros periféricos.....	134
Capítulo 4 - Quem são os desempregados entrevistados.....	141
4.1 - Caracterização do universo dos desempregados entrevistados.....	141
4.1.1 - Os desempregados de Vitória da Conquista.....	142
4.1.2 - Os desempregados de Salvador.....	147
	151
4.2 - Trajetória ocupacional dos desempregados.....	152
4.2.1 - Trajetória ocupacional masculina.....	159
4.2.2 - Trajetória ocupacional feminina.....	
	165
Capítulo 5 - A outra parte do mosaico: o desemprego na ótica dos desempregados..	
5.1 - As percepções sobre o desemprego.....	166
5.1.1 - Quando se está olhando o outro.....	167
5.1.2 - Quando o desempregado é o sujeito: entre o olhar de si e o olhar dos outros.....	169
5.1.3 - Percepções do desemprego vista pelo recorte geracional.....	175
5.1.4 - Percepções do desemprego vista pelo recorte de gênero.....	183
5.1.5 - Percepções do desemprego vista pelo recorte da qualificação/escolaridade.....	190
5.2 - A sobrevivência e as estratégias para sair do labirinto do desemprego.....	194
5.3 - A identidade que resta.....	203
5.3.1- A identidade de sobrevivente: pobre com baixa qualificação.....	206
5.3.2 - A identidade de esperançoso: pobre com trajetória profissional virtuosa.....	208
5.3.3 - A identidade de apreensivo: qualificado e/ou com trajetória profissional exitosa.....	212
5.3.4 - A identidade de otimista: qualificado ou não.....	216
Conclusão.....	219
Referências bibliográficas.....	227
Anexos.....	237
1- Quadro dos desempregados entrevistados.....	237
2 - Roteiros das entrevistas.....	241
3 - Roteiro com os temas correspondentes.....	245

Agradecimentos

É sempre difícil tentar listar todas as pessoas a quem somos intelectualmente e afetivamente gratos, há sempre o perigo de esquecer alguém. Mas como a empreitada não é sobre a vida toda, e sim sobre o percurso do doutorado, vou correr esse risco. Afinal, o prazer em nomear é maior que o medo de esquecer.

Agradeço primeiramente a minha orientadora Márcia de Paula Leite, porque simplesmente não há palavras para descrever o prazer que tive em ser sua aluna e o privilégio de ser sua orientanda. Ela soube respeitar meus limites e dificuldades, instigou-me a pensar, e, com paciência e solicitude surpreendente foi me ajudando a percorrer o caminho do doutorado de forma tranqüila e segura. Ela tem a virtude dos grandes mestres, sabedoria sem arrogância.

Agradeço a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) a concessão da bolsa de doutorado, de maio de 2005 a maio de 2008, que viabilizou minha estadia em Campinas e a satisfação de vivenciar a UNICAMP.

Agradeço aos desempregados entrevistados, por terem me cedido de forma tão solícita suas histórias e suas experiências. À SETRE de Salvador e de Vitória da Conquista, agradeço a atenção com que me receberam e o empenho para que pudesse ter um local adequado para as entrevistas.

Sou profundamente grata à Universidade Estadual da Bahia (UESB), que a despeito de toda dificuldade, tem procurando manter uma política de formação acadêmica dos seus professores pela qual pude me afastar durante os quatro últimos anos. Em especial, aos colegas do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, e, sobretudo, aos colegas da Área de Ciências Sociais.

À banca de qualificação, professora Liliana R. Segnini e ao professor José Dari Krein, pelas observações e recomendações tão pertinentes que fizeram ao meu trabalho; tentei, na medida do possível, incorporá-las nesta versão final.

Já que é de professor que estou falando, aproveito para agradecer aos que contribuíram significativamente para minha formação no doutorado: Ângela Araujo, Liliana Segnini, Márcia Leite e Nadya Guimarães.

Aos colegas de doutorado que encontrei no grupo de orientados da professora Márcia Leite: Lânia, Geórgia, Wagner Molina, Luciano, Carlos, Silvia e Eugênio, agradeço pelos debates enriquecedores.

Ao grupo de Pesquisa, coordenado pelos professores Jacob Lima, Ângela Araújo, Márcia Leite e Isabel Georges, no qual tive o privilégio de participar, agradeço pelo empenho e otimismo.

Também foi muito gratificante a convivência no grupo de professores da UNICAMP no curso de formação de gestores da rede estadual de ensino de São Paulo. O desafio de pensar na formação desses gestores com o suporte da Sociologia do Trabalho foi um passo fundamental para meu crescimento intelectual.

Pelo suporte afetivo, sou grata a meus pais Antônio e Maria, pelo grande esforço de formar os quatro filhos na universidade e pelo brilho nos olhos diante de nossas conquistas. Agradeço o apoio, o carinho, a comida saborosa e a convivência alegre.

Aos meus irmãos que tanto me orgulham, Marcos, Marlete e Mari, e meus cunhados Valter, Júnior e minha querida cunhada Thaisa, que mesmo à distância se fazem tão presentes na minha vida. Nossos encontros têm um gosto especial porque juntam afeto familiar com crescimento intelectual. A Mari, por ter me acompanhado na elaboração do projeto e por ter lido com tanto cuidado uma versão quase final da tese; suas sugestões, críticas e elogios foram decisivos.

A família Ruschel que sempre me acolheu tão afetuosamente, Ilse e seu Antônio (*in memoriam*), Joel e Lori, Milo e Cris, Solange e Fábio, Elizete e Marcelo, e as queridas Waleska, Lises e Aline, pelas brincadeiras e sobremesas.

Às crianças que encheram minha casa de bagunça e minha vida de alegria durante algum momento desse doutorado, Artur meu filho, Miguel, Laura e Vlad, meus sobrinhos, e os filhos dos amigos, que viraram todos meus sobrinhos, Kayodê, Carlinhos, Pepeu de Campinas, Duda e Vitor, Talita e Tainá, Caio, Arthur Ataíde e José.

Aos amigos de Vitória da Conquista, Bel, Tina e Gil, João, Chico e Rose, Miro e Cida, cuja convivência durante o doutorado em outras terras foi tão importante. Agradeço os encontros, os cafés e almoços compartilhados e a amizade. A Lila e ao Lando, ao Vini e a Fran, tão fundamentais para que me sentisse em casa em Vitória da Conquista.

E, por fim, é imensa minha gratidão ao Vander, pelo carinho, cumplicidade, por sonharmos juntos “nossos sonhos”, por me desafiar, me arrancar as certezas e refazê-las constantemente. E ao Artur, meu pequeno e imenso amor, que quebra minha rotina acadêmica, enche minha vida de beleza, de sabedoria e de esperança no futuro. E por serem tão especiais, a vocês dois dedico este trabalho.

Vander e Artur

Beleza e alegria dos meus olhos.

Resumo

Esta tese é um estudo sobre a vivência na situação de desemprego. Busca-se analisar as percepções e as práticas que emergem em tal situação e como os sujeitos que vivem o desemprego têm resignificado suas identidades nesse momento de profundas transformações no mundo do trabalho. A partir de entrevistas com trabalhadores que procuram emprego junto a postos do SINE (Sistema Nacional de Emprego) de Salvador e Vitória da Conquista – BA e com coordenadores ou representantes de agências de intermediação de mão-de-obra das duas cidades, procura-se compreender as diferentes concepções, as experiências suscitadas e as mediações que se estabelecem entre os sujeitos da pesquisa. A tese tem como ponto de partida um breve levantamento histórico das representações acerca do trabalho, que constituíram ao longo dos anos a “cultura do trabalho”, a “cultura do emprego” e, atualmente, o discurso da “empregabilidade” e do “empreendedorismo” e segue contextualizando e analisando o desemprego e as atuais mudanças no mundo do trabalho. Discute-se, a partir da ótica de quem experimenta o fenômeno, seja como representante institucional das agências de intermediação, ou como desempregado, as diferentes percepções que emergem na situação de desemprego. Analisa-se também como homens e mulheres, jovens e adultos, qualificados/escolarizados e pouco escolarizados/qualificados significam suas experiências e como as traduzem em novas subjetividades. Os recortes utilizados nas análises revelaram complexidade e heterogeneidade entre os sujeitos pesquisados e indicaram a pertinência da construção de quatro diferentes formas identitárias para explicitar e compreender sociologicamente o fenômeno: a identidade de sobreviventes, de esperançoso, de apreensivo e a identidade de otimista. Por fim, reiterou-se por meio dos dados obtidos durante o trabalho de campo à luz da fundamentação teórica que o desemprego não pode ser compreendido como categoria unívoca, pois como um *constructo social* está diretamente vinculado ao contexto em que foi produzido e no qual está sendo experimentado.

Palavras-chave: desemprego; identidade; subjetividade; percepção; mercado de trabalho.

Abstract

This thesis is a study of the experience of living in the condition of unemployment. It seeks to analyze the perceptions and the practices which emerge in such a situation and how the subjects who live with a lack of employment assign new meanings to their identities in this moment of profound transformation in the working world. From interviews of workers who are seeking jobs at the offices of the National Employment System (*Sistema Nacional de Emprego*: SINE), in the cities of Salvador and Vitória da Conquista, Bahia state, Brazil, and with coordinators or intermediaries who contract manual laborers in these two cities, we sought to comprehend the various ideas, the experiences undergone, and the mediations which are established between the subjects of the study. The study has as its starting point a brief historical overview of the representations concerning labor that have constituted, over the years, a “labor culture,” an “employment culture,” and currently a discourse on “employability” and on “entrepreneurialship,” from which follows contextualization and analyses of unemployment and current changes in the working world. Various perceptions arising from the situation of unemployment are discussed from the point of view of those who experience the phenomenon, whether as an institutional representative of intermediation agencies or as an unemployed individual. We also analyze how men and women, youngsters and adults, qualified/schooled and poorly qualified/schooled give meaning to their experiences and how they translate them into new subjectivities. The excerpts used in the analyses reveal complexity and heterogeneity among the individuals studied and indicate the relevance of constructing the four different identity forms in order to explain and comprehend the phenomenon sociologically: the identity of survivors, the hopeful, the anxious, and the optimist. Finally, we were able to reiterate, from the data obtained during field work, based on the theoretical foundation, that unemployment cannot be understood as an unequivocal category because, as a social construct, it is directly linked to the context in which it was produced and experienced.

Keywords: unemployment; identity; subjectivity; perception; labor market.

Lista de siglas

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz.
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos.
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FMI - Fundo Monetário Internacional.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados.
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.
OIT - Organização Internacional do Trabalho.
PATRA - Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo.
PEA - População Economicamente Ativa.
PED - Pesquisa Emprego Desemprego.
PIB - Produto Interno Bruto.
PME - Pesquisa Mensal de Emprego.
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.
RMS - Região Metropolitana de Salvador.
SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão.
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e do Esporte da Bahia.
SIGAE – Sistema Gestão do Programa de Ações de Emprego.
SIMM - Serviço Municipal de Intermediação de Mão-de-obra.
SINE - Sistema Nacional de Emprego.
SUDET - Superintendência e Desenvolvimento do Trabalho.

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

Lista de quadros e tabelas

Quadro 01 - Estrutura produtiva de Vitória da Conquista.

Quadro 02 - Índice de desenvolvimento dos territórios de identidade de Vitória da Conquista e da Região Metropolitana de Salvador em relação ao Estado/UF.

Quadro 03 - Estoque de emprego de Vitória da Conquista em relação ao Estado/ UF.

Quadro 04 - Ocupações que mais admitiram e demitiram em Vitória da Conquista em 2007.

Tabela 01 - Características dos territórios de identidade de Vitória da Conquista e RMS em relação ao Estado/UF.

Introdução

Não existe desemprego, cada um faz seu emprego. Eu acho que é assim: tem que ir pra luta; vaga tem, tem até sobrando, o que falta é gente com competência pra assumir. (ENTREVISTADO, COORDENADOR DE AGÊNCIA PÚBLICA).

Eu não entendo o que acontece comigo. Sabe, tudo que dizem que é pra fazer eu faço direitinho. Na época era enfermagem e eu fui lá e fiz; agora é informática, eu já fiz. Puxa vida, eu sou qualificada! Mas eu estou nessa situação há muitos anos, são 8 anos! (DESEMPREGADA, ENTREVISTADA, ANA MARIA¹, 50 ANOS).

É meu sonho, eu ainda vou um dia ter minha carteira assinada, porque venho aqui no posto e só aparece tudo bico; parece que só sobra isso pra gente. É tudo ganância dos empresários e falta de vontade dos políticos brasileiros de arrumar o Brasil. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, FRANCISCO, 20 ANOS).

As falas acima, fragmentos de entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, demonstram o quanto a vivência do desemprego é difícil de ser explicada e traduzida em categorias uniformes, já que os sujeitos experimentam a realidade a partir de suas trajetórias singulares, mediadas pelas condições concretas de existência. É o mesmo fenômeno – o desemprego – ganhando sentidos e explicações tão diversas que o tornam um verdadeiro mosaico.

Entretanto, nos últimos anos os Cientistas Sociais têm se debruçado intensamente sobre as mudanças no mundo do trabalho, mas ainda são poucos os estudos que investigam sobre o que tais mudanças têm representado para os sujeitos diretamente envolvidos no processo. Sendo assim, a pergunta de partida é: de que maneira os desempregados têm vivenciado o desemprego, que percepções e que práticas adotam e quais imagens eles têm construído desse processo?

O pressuposto inicial é o de que vivemos numa sociedade que exalta o trabalho, sobretudo na sua forma emprego², adotando-o como fonte importante de *status*, de auto-estima e até mesmo de construção de cidadania, mas que tem deixado milhares de trabalhadores sem ele. Conseqüentemente, questiono acerca da

¹ Todos os nomes dos desempregados entrevistados foram substituídos por nomes fictícios.

² Mais adiante tratarei especificamente sobre a distinção entre trabalho e emprego.

vivência suscitada pelo desemprego e das resignificações das identidades forjadas nesse momento de profundas transformações no mundo do trabalho.

Porém, esse tema de pesquisa não me surgiu pronto, é fruto de um processo repleto de avanços e recuos que, conforme nos ensina Bourdieu, deve ser objetivado e posto a prova na descrição detalhada dos acontecimentos. Para o autor, o *homo academicus* gosta de ver o acabado e, por isso, faz desaparecer de seu trabalho todos os vestígios e retoques necessários para terminá-lo, impedindo que se veja o processo de construção científica - e o faz mesmo sabendo que um objeto de pesquisa nas Ciências Sociais não pode ser construído de uma única vez, já que resulta de sucessivos retoques e correções. (BOURDIEU, 2004).

Assim, decidi seguir as orientações do autor e não ignorar o *constructo* do objeto de pesquisa, ou seja, decidi iniciar este texto relatando o processo de surgimento do tema, suas idas e vindas, as dificuldades encontradas até chegar à forma que sustentasse uma tese de doutorado.

No ano de 1999, morando próxima a uma praça no centro de Florianópolis, as primeiras inquietações sobre o significado do trabalho começaram a aparecer - e de maneira insistente. Havia acabado de defender minha dissertação de mestrado na área de Sociologia Rural, por meio de um estudo sobre os agricultores familiares e suas práticas e percepções sobre o trabalho e já tecia considerações em relação ao significado do trabalho na agricultura – porém até aquele momento eu circunscrevia meus questionamentos ao mundo rural.

Ao sair todos os dias para meu primeiro “emprego seguro”, como professora de Sociologia, passava por uma praça e, ao longo dos dias, fui percebendo o aumento significativo de moradores de rua que esperavam o café da manhã ou a refeição da noite, servidos por alguma instituição religiosa. Contudo, ao invés das conhecidas figuras do mendigo e do morador de rua, havia cada vez mais famílias inteiras e homens que acabavam de se tornar moradores de rua e ainda carregavam a distinção de quem prezava pela boa aparência: alguns com sacos plásticos contendo documentos, com a carteira de trabalho dentre eles, outros que escovavam os dentes ou lavavam roupas no chafariz da praça e penteavam os cabelos para iniciar mais uma jornada em busca de trabalho. Ao passar por eles, muitos baixavam

a cabeça e percebia que não se aglomeravam, ao contrário, esforçavam-se para se esconderem entre as árvores e de lá só saíam quando chegava o “panelão” com as refeições. Naquele momento, sem a formação de filas, cada um se levantava e retirava rapidamente sua porção de comida, voltando para seu lugar. Propositamente, comecei a passar no local nos horários das refeições, o que me fez confirmar que cada indivíduo marcava seu lugar, e que apesar da fome, era preferível esperar um pouco mais para saciá-la a expor sua condição de mendicância ao aguardar na “fila do sopão”. Afinal, não eram mendigos e sim trabalhadores que estavam chegando à cidade, certamente oriundos das regiões interioranas do Estado e experimentando o insucesso na busca por emprego e a conseqüente vergonha de estar desempregado.

De imediato, uma pergunta rondava: se não há mais empregos para todos, algo deve estar mudando nos valores do trabalho e uma nova concepção emergirá para dar suporte ao desemprego crescente, ou, de outra forma, algo deveria estar acontecendo nas identidades forjadas, no e pelo trabalho assalariado, para evitar um colapso social.

Desse modo, mais tarde, em 2001, buscando um “emprego seguro e estável” que me permitisse planejar o futuro, cheguei à cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, como professora de Sociologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Atenta às características da cidade, logo fui surpreendida pela grande quantidade de pessoas que faziam pequenos serviços em troca de algum pagamento: eram trabalhadores oferecendo seus préstimos de limpeza, de lavagem de carros, de jardinagem, carregadores de entulhos e seguranças. Por toda parte, havia trabalhadores de rua, ambulantes, feirantes. A cidade, em um primeiro olhar, transpirava desemprego e precariedade nos vínculos de trabalho.

Mas, apesar disso, em sala de aula, quando tratava das transformações atuais do trabalho, contando as minhas observações na praça de Florianópolis, muitos alunos se calavam e, inicialmente, apenas alguns se sentiam identificados, revelando que também estavam vivendo situação semelhante. Depois desse primeiro momento, no entanto, quase sempre havia uma espécie de catarse geral e as falas iniciais pareciam encorajar os demais e, assim, pude compreender o quanto o tema

da vivência do desemprego se fazia presente naquela cidade: todos tinham histórias pessoais, familiares ou nas redes afetivas envolvendo o tema.

Assim, essas observações, juntamente com as leituras que realizei, impulsionaram-me na montagem de um projeto de doutorado cuja pesquisa trataria de um assunto relevante para a cidade que havia me acolhido e já não seria outro que o estudo do desemprego em Vitória da Conquista.

De imediato, concentrei minhas leituras no campo da Sociologia do Trabalho. Mas havia três preocupações: i) a constatação de que o desemprego na cidade não se baseava em dados científicos, já que não havia - e hoje sei que realmente não há³ - nenhuma pesquisa ou levantamento sobre esse fenômeno, ainda mais que indicasse ser o município assolado por tal realidade; ii) a preocupação de construir um objeto científico que dissesse algo de novo, que olhasse sob outros ângulos o que autores consagrados já haviam elucidado, pois muitas pesquisas já haviam sido produzidas nesse campo. Lembrava-me, então, de Bourdieu (2004) e seus ensinamentos sobre a construção dos objetos científicos: o que vale é a capacidade de apreender os objetos sob ângulos imprevistos, ignorados por boa parte das pesquisas, pois não há grandes ou pequenos objetos de pesquisas, mas, sim, objetos cientificamente construídos. Logo, é necessário transformar problemas abstratos em operações científicas práticas, construir objetos e simultaneamente desconstruir os que estão pré-construídos. Dizia, ainda o autor, que nisto resultava o sentido da ciência: romper com o senso comum e suas representações partilhadas por todos, seja por grupos de indivíduos ou mesmo pelas representações mais elaboradas, e não menos arbitrárias, inscritas nas instituições e que acabam fazendo parte delas e de suas políticas de ação; iii) a necessidade de empreender uma abordagem pluridimensional, capaz de incorporar os diversos sujeitos envolvidos, e que considerasse o lugar ocupado como um lugar privilegiado para o entendimento das percepções e das práticas.

³ Somente a Secretaria Municipal de Serviços Públicos realiza anualmente um levantamento dos trabalhadores informais na cidade, o que, apesar de não conter diretamente dados sobre o desemprego e de se basear nos alvarás de ambulantes emitidos pela Secretaria, dá uma pequena mostra da situação do mercado de trabalho de Vitória da Conquista.

Desse modo, pude presumir que as três preocupações iniciais estavam tão relacionadas que poderiam ajudar na delimitação do objeto de pesquisa: o desemprego a partir de quem vive diretamente o fenômeno, comparando suas percepções e práticas. Elaborei, então, o seguinte projeto de pesquisa: “Aprendendo a ser desempregado: estratégias de sobrevivência material e identitária em Vitória da Conquista”. Submetido à apreciação e aprovado para o doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no entanto, sofreria mudanças. Cursando algumas disciplinas pude perceber a necessidade de incorporar outra cidade para que pudesse existir um contraponto de análise do fenômeno. Por outro lado, também pude amadurecer algumas questões teóricas, ao entender que o projeto deveria centrar-se na questão identitária do desemprego e não mais em estratégias de sobrevivência, tema, aliás, já bastante examinado pelos estudos sociológicos. E, de fato, havia um entrave a ultrapassar: desejava muito mais seguir por trilhas similares aos estudos dos “modos de vida” do que apenas entender as condições de vida (material e simbólica) dos desempregados.

A esse respeito, Lobo (1992) aponta que os antigos estudos sobre “condições de vida”, inaugurados por Engels (1960), tinham como preocupação central o destino dos operários fabris em suas condições materiais e morais, e partiam do ponto de vista da funcionalidade para o capital. Já os estudos de “modos de vida” recuperam os temas clássicos, mas dão ênfase na elaboração interna do pensamento e das práticas dos sujeitos, deslocando o foco para o universo simbólico que estrutura as práticas sociais (incluindo as estratégias de sobrevivência), e na maneira como os sujeitos constroem e experimentam suas vidas e o mundo no qual estão inseridos.

Posto isso, sabia que para juntar os fragmentos desse mosaico, no qual as falas transcritas inicialmente dão prova, precisava lançar mão dos possíveis recortes que possibilitassem depurar a singularidade e revelar relações sociais. Como ponto de partida, precisava agrupar as vivências de mulheres e homens, jovens e velhos, qualificados e não qualificados. Deveria, além desses recortes, pesquisar o desemprego em cidades com características distintas, sobretudo em relação ao mercado de trabalho, e que, simultaneamente, resguardassem traços comuns.

Nesse sentido, Salvador e Vitória da Conquista poderiam fornecer elementos elucidativos sobre os significados e os sentidos que o fenômeno atualmente comporta, já que são marcadas pelos altos índices de desemprego e pela precariedade dos vínculos de trabalho.

A partir desse conjunto de preocupações e outras questões amadurecidas ao longo do processo de doutoramento a tese foi composta, sendo agora apresentada sob o título de “O mosaico do desemprego”. Portanto, a discussão aqui a ser feita centra-se na questão do desemprego sob a ótica da subjetividade e da construção da identidade de quem vive o fenômeno, já que entendo que o desemprego é uma dimensão privilegiada para se refletir sobre o trabalho. Justamente porque a maneira como os indivíduos compreendem o desemprego, com todas as tensões envolvidas, fornece informações sobre o mundo do trabalho no qual estão inseridos e, por conseguinte, oferece a oportunidade para a interpretação das configurações atuais do trabalho. Por isso mesmo, os entrevistados foram escolhidos a partir do critério daquele que se considera desempregado, mesmo que, pelos critérios oficiais, ele não seja assim enquadrado. Essa parece ser a riqueza de uma pesquisa que procura entender o desemprego para além dos dados oficiais, mediante a busca da compreensão subjetiva de quem vive essa condição.

Ainda que tenha em conta o debate travado em torno da perda de centralidade do trabalho (OFFE, 1989), compartilho com a concepção de Antunes 2000, Hirata 1998, Leite, 1994, Castel, 2003 e Harvey, 2004 de que, apesar de todas as profundas mudanças, o trabalho permanece como uma atividade crucial para a sociabilidade humana, pois, por meio dele, os indivíduos organizam suas vidas, constroem sua relação com o tempo, com a família e com os outros. E, embora a identidade no trabalho não seja a única dimensão possível da identidade de uma pessoa, a privação de trabalho, além do sofrimento econômico e simbólico, rompe a relação com os outros, criando uma “ferida identitária” (DUBAR, 2005).

A pergunta de partida, em torno da qual gira a tese, tem como cenário o pressuposto de que antes, até meados dos anos 1990, quando havia no Brasil uma expectativa do ciclo emprego-desemprego-emprego e uma promessa integradora do mercado, o trabalhador, mesmo demitido, tinha perspectiva de retornar ao seu posto

de trabalho e com isto assegurava sua identidade/subjetividade, já que mesmo fora do mercado ele ainda se considerava, e era considerado como trabalhador; agora, neste cenário de desemprego elevado⁴, põe-se em xeque tal legitimidade e novas subjetividades deverão emergir para ancorar a existência dos indivíduos pautados pelo trabalho, mas que vivem o desemprego. Dito de outra forma, diante do desemprego o que emerge e como os sujeitos resignificam suas identidades? Será que os desempregados, não tendo mais as suas ações definidas a partir do emprego, passam a definir-se em função da própria situação do desemprego ou das atividades precárias que desenvolvem?

Portanto, objetivamente, a tese situa-se na tentativa de analisar a dinâmica do desemprego contemporâneo e suas implicações na tessitura social, buscando compreender as subjetividades dos desempregados e as percepções e práticas adotadas. Mais detalhadamente, os objetivos específicos são: identificar os desafios subjetivos que o desemprego impõe aos desempregados; realizar um mapeamento da situação do desemprego na Bahia; analisar como os desempregados concebem a procura por emprego e identificar as estratégias adotadas; perceber como o discurso da empregabilidade, da flexibilidade e do empreendedorismo, que supostamente privatiza o fracasso, está sendo absorvido pelos desempregados; finalmente, discutir as concepções de desemprego e desempregado que orientam as ações de agências governamentais e não-governamentais atuantes nesse segmento.

No quadro destas inquietações, está a compreensão de que o desemprego, do ponto de vista sociológico, não é apenas um dado estatístico, tornado quantificável; antes disso, ele está colado ao modo de funcionamento do mercado de trabalho e comporta um conjunto de aspectos que o tornam um verdadeiro caleidoscópio, repleto de ambivalências, mas também congruência e de sentidos. O fato é que o desemprego nos remete a uma encruzilhada de percepções, e, portanto, nos auxilia a compreender as relações sociais atuais: o desemprego entre os homens deve significar algo diferente do que representa para as mulheres; também

⁴ Entendo que, embora a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006 aponte melhoras no mercado de trabalho a partir do ano 2004, pode-se ainda considerar o desemprego como um grave problema do país, pois os efeitos deletérios da década de 1990 sob o mercado de trabalho ainda se fazem sentir.

deve haver variação entre ser um jovem desempregado e um adulto mais velho; a qualificação e a escolaridade, assim como a posição no domicílio também compõem, certamente, esse caleidoscópio de significados.

Porém, há uma crescente dificuldade de apreensão dos significados do desemprego quando se vivem mudanças no padrão das relações de trabalho. Mesmo nos países de economia central e com mercados de trabalho historicamente mais homogêneos do que o nosso, a questão colocada é sobre a pertinência, hoje, de se continuar usando o conceito de desemprego para descrever situações de não-trabalho⁵.

No Brasil, para alguns, a atual definição de desemprego e a forma como é captado pelo indicador nacional oficial mascara a realidade⁶, pois privilegia o "desemprego aberto", deixando de incorporar dentro da categoria desemprego, por exemplo, os trabalhadores que já desistiram da procura por trabalho. Em contrapartida, consideram que pesquisas produzidas com conceituações de desemprego mais amplas são politicamente mais coerentes, já que alcançam taxas mais elevadas, e estas, por sua vez, justificam a intervenção com políticas públicas.

Justamente por tudo isso, considero que, do ponto de vista sociológico, a definição de desemprego não deva se pautar exclusivamente pela quantificação e nem pela questão das políticas públicas; faz-se necessário conceituar o fenômeno em sua multiplicidade de aspectos e isso implica pensá-lo datado no tempo e no espaço. Ser desempregado, na atual conjuntura brasileira, não deve mais ser conceituado da mesma forma como o era durante o ciclo de expansão econômica, assim como deve, também, entender-se de modo distinto o que venha a ser um

⁵ Félix, Meyer, Castello Branco e Pacheco (1981) se debruçam sobre o surgimento e o tratamento dado aos termos emprego, subemprego e desemprego nas pesquisas. Apontam para a dificuldade de distinguir entre emprego e trabalho, o que também acaba por dificultar a definição de subemprego e desemprego. Os autores identificam um abismo entre as teorias e aquilo que os dados procuram revelar: há, portanto, um descompasso entre teoria e dados. Demazière (2006) também compartilha desse entendimento e sugere pensarmos a pertinência da categoria desemprego hoje.

⁶ Há um considerável número de trabalhos acadêmicos que discutem a inadequação dos conceitos utilizados nas pesquisas oficiais brasileiras; o destaque pode ser dado ao pioneirismo dos textos explicativos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). No entanto, como há nessa tese um tópico que trata especificamente sobre a mensuração do desemprego no Brasil, transfiro para lá a descrição e os comentários sobre as duas principais pesquisas realizadas no País e seus principais conceitos.

desempregado em um grande centro urbano como Salvador e um desempregado em uma cidade de médio porte como Vitória da Conquista. Sendo assim, ao invés de discutir os conceitos que dão suporte às pesquisas de mensuração do mercado de trabalho, proponho investigar acerca das experiências em torno do desemprego, por considerar que os dados estatísticos auxiliam pouco no entendimento do que tais vivências representam para os indivíduos. E, se as pesquisas estatísticas são fundamentais para distinguir os diferentes tipos de desemprego e para fornecer perfis, elas não são suficientes para apontar os sentidos das mudanças na vida dos indivíduos, tampouco dizem das complexas relações que o fenômeno envolve. Assim, a definição sociológica deve procurar ampliar a compreensão do fenômeno, indo buscar no cruzamento das diferentes lógicas institucionais presentes nas agências/funcionários que lidam diretamente com os desempregados e entre os próprios desempregados os subsídios capazes de elucidar as diferentes facetas do desemprego.

Portanto, a Sociologia pode buscar a compreensão do fenômeno no cruzamento de diferentes momentos históricos, nas organizações sociais e nas relações de poder que compõem as lógicas institucionais. O que, sendo dessa maneira considerado, possibilita o entendimento de que o desemprego pode assumir diferentes significados para os indivíduos, constituindo-se em um mosaico de representações entre os que estão apenas estudando o desemprego, entre aqueles que lidam com os desempregados e entre os que vivem o desemprego diretamente. Ainda mais, quando se considera a riqueza das representações ao incluir os recortes de gênero, geracional e educacional.

A opção de pesquisar o desemprego, partindo de quem o vive, insere-se na idéia de que o desempregado, por estar nesta condição de liminaridade, experimenta uma compreensão única de sua condição, que outro indivíduo, estando assegurado no seu emprego, não conseguiria sentir nem captar. Mas, também, essa opção reveste-se da crítica feita à categoria desemprego, na medida em que ela se mostra incapaz de captar o que significa o desemprego na vida das pessoas e insuficiente para retratar um mercado de trabalho marcado historicamente pela precariedade dos

vínculos de trabalho. A exemplo disso, boa parte dos trabalhadores informais⁷ são considerados ocupados e não entram nas estatísticas do desemprego. A categoria desemprego, paradoxalmente, num país marcado pela fraca institucionalização dos vínculos e direitos trabalhistas, dá conta apenas dos que não têm nenhuma ocupação⁸.

Seguindo ainda a linha de argumentação sobre a pertinência do tema, é preciso considerar que até a década de 1980, no Brasil, a quebra do contrato de trabalho quase sempre representava a reinserção no mercado de trabalho ou, pelo menos, a expectativa dela, pois, embora o número de postos de trabalho não fosse suficiente para todos, eles existiam em quantidade razoável, o que mantinha como viável um quadro de esperança da absorção⁹. Para aqueles que conseguiam recolocar-se, nem sempre o retorno ao mercado se dava nas mesmas condições do emprego anterior, sendo comum a diminuição dos salários, a intensificação das jornadas e a privação de direitos. Contudo, ainda havia um ciclo emprego-desemprego-emprego que possibilitava a visualização de uma futura readmissão, fazendo com que o desempregado não ficasse privado da identidade de "trabalhador". Ele poderia estar desempregado há meses, porém, continuava a manter a sua identidade associada à atividade profissional. Porém, a partir de 1990¹⁰ esse ciclo emprego-desemprego-emprego foi rompido e essa ruptura, para Guimarães (2004b), transformou uma parcela significativa dos trabalhadores em "trabalhadores redundantes", não mais absorvidos pelo mercado de trabalho, provocando o surgimento do desemprego de longa duração¹¹ e do desemprego recorrente.

⁷ Aqui entendido como aqueles trabalhadores que desenvolvem atividades laborais sem vínculo empregatício.

⁸ Barreto (2005) faz um estudo sobre os "sem-empregos" na Região Metropolitana de Salvador, mostrando o quanto a categoria desemprego é imprópria para dar conta da realidade daquela região.

⁹ Tratarei da inserção do país do contexto global de reestruturação produtiva em outro capítulo; neste optei em apenas pontuar os aspectos diretamente vinculados ao desemprego e à identidade dos desempregados.

¹⁰ Os dados da PNAD 2006 indicam o ano de 2004 como o início de um possível processo de recomposição do emprego no Brasil. Eles não são, entretanto, suficientes para indicar que o ciclo emprego-desemprego-emprego tenha sido retomado.

¹¹ De acordo com Demazière (1995b) a categoria de desemprego de longa duração emerge no fim dos anos de 1960, com a OCDE contabilizando o desemprego a partir do sexto mês. Já no fim da década de 1970 a categoria passa a agrupar os desempregados com mais de um ano de desemprego. No caso dos países com um sistema de proteção mais estruturado, a exemplo da França, a definição torna-se mais tranqüila na medida em que a partir

Embora o mercado de trabalho no País tenha nos últimos anos, sobretudo a partir de 2004, dado sinal de recuperação¹² seja no crescimento do emprego formal ou na criação de novos postos de trabalho, a inserção ainda permanece difícil e o ciclo emprego-desemprego-emprego incerto. A esse respeito Baltar, Krein e Leone (2009) indicam que o Brasil tem nos últimos anos retomado o crescimento econômico e caminhado rumo a uma lenta recuperação do mercado de trabalho, mas isso não chegou a alterar o quadro geral do nosso mercado de trabalho - que ainda permanece heterogêneo, desigual, de alta rotatividade de mão-de-obra, de frágil proteção social e com excedente de força de trabalho - e as projeções indicam a permanência do índice de desemprego que, mesmo que se mantivessem as taxas de crescimento do emprego dos últimos anos, ainda estaria em 7,1% no ano de 2014.

Por isso, ainda se pode dizer que, enquanto o ciclo emprego-desemprego-emprego vigorava para os desempregados, a concepção do desemprego como situação involuntária e ocasional resguardava-os da acusação social de preguiçosos, ineficientes, incapazes e fracassados, uma vez que se pressupunha provisória e que, em um futuro próximo, eles seriam reinseridos no mercado de trabalho. Assim, o desemprego não colocava em risco o trabalho enquanto valor social, tampouco rompia com a identidade profissional do indivíduo. O desemprego, inclusive, também podia ser alvo de políticas sociais, as quais, por sua vez, conferiam, mesmo que provisoriamente, legitimidade ao desempregado, até que se efetivasse a sua transição para um outro emprego. Hoje, neste novo quadro de prolongamento da condição de desempregado, e do desemprego recorrente, põem-se em xeque a possibilidade de proteção social, bem como a legitimidade do desempregado.

de um cadastro nacional é possível identificar e mensurar o desemprego de longa duração. Para o caso brasileiro, a categoria de desemprego de longa duração há que ser problematizada, levando-se em conta que ela supõe um sistema institucional que reconheça e proteja o trabalhador desempregado, e que o permita manter-se nessa situação e com tal identidade por um longo período; situação inviabilizada perante o curto período de cobertura do seguro desemprego no País. Porém, para o propósito da pesquisa, que parte da auto-declaração dos sujeitos pesquisados, nos capítulos que seguem as análises das entrevistas, utilizo o termo para caracterizar aquela situação na qual o desempregado indica que está procurando um trabalho por mais de um ano, independentemente de ele estar ou não inscrito em uma agência de intermediação de trabalho, ou de ter ou não uma postura ativa de procura.

¹² Essa situação já mudou novamente a partir da crise do final do ano de 2008.

(GUIMARÃES, 2004b e PEREIRA, 1993). Atualmente, a perda do emprego representa para o trabalhador a fragilização de sua identidade visto que,

O vínculo formal de trabalho traz o trabalhador à superfície da cena social, possibilitando que ele se torne protagonista de seu próprio destino, dando-lhe visibilidade pública e conferindo estabilidade à sua relação com o Estado via acesso regulado à legalidade imperante, a algo que poderia ser nomeado mínimos civilizatórios em termos de remuneração e direitos. (GUIMARÃES, 2004b, p. 304-305).

O conjunto de transformações desencadeadas pelo processo de globalização, pela reestruturação produtiva e pela crise da sociedade salarial e do fordismo enquanto modo de acumulação compuseram, então, um cenário diferente: não somente há uma impossibilidade de restabelecer os antigos elos de trabalho, como também evidencia-se um rompimento do par emprego-desemprego. Ou seja, uma vez perdido o emprego, percebe-se que grande será a possibilidade de o trabalhador vivenciar novos episódios de desemprego, resultando em uma "mobilidade predatória" (GUIMARÃES, 2004b) - é uma busca de enlaces incertos. Dessa forma, o desemprego não pode mais ser entendido como apenas "o outro lado" do emprego e, sim, deve ser tomado como uma categoria analítica significativa para entender o destino desses trabalhadores expulsos do sistema produtivo.

Pereira (1993) afirma que o desempregado se considera um aliado da sociedade - mesmo para os que já estão acostumados com situações de privação econômica ou de dependência familiar, a experiência do desemprego permanece dolorosa e carregada de sentimentos de culpa e vergonha, por conta do sentimento de improdutividade. Contudo, a vivência do desemprego não deve ser tida como homogênea já que ela não se dá de maneira igual para todos; ao contrário, vincula-se à inserção dos indivíduos no mundo e às mediações que estes estabelecem.

(...) entre o desempregado estatístico da economia e do seguro social, puros "dados objetivos" e o desempregado individual e puramente subjetivo da Psicologia, deve haver um ser sociológico que leva em conta a ambos e cuja visão de si mesmo possivelmente é marcada pelas definições e classificações institucionalizadas. (PEREIRA, 1993, p. 34).

Há uma dificuldade da Sociologia de criar conceitos com base em suas próprias ferramentas. A esse respeito, Bourdieu (1996) nos revela acerca do processo de legitimação do que é considerado socialmente “dizível”. O autor argumenta que na produção do discurso socialmente válido há uma disputa simbólica entre os atores envolvidos e o poder reside justamente na capacidade dos que conseguem estabelecer seus discursos como dizíveis e aceitos pelos demais. A partir disso é possível entender que, estar desempregado ou sem trabalho, pode significar socialmente algo diferente do que entendemos e nominamos enquanto tal, revelando um descompasso entre discursos/conceituações e entendimentos.

Então, a percepção e a vivência da ausência do trabalho são modeladas pelo significado da noção de desemprego, a qual, por sua vez, é fruto de uma disputa simbólica pelo discurso socialmente válido e não um dado natural. Além disso, quero indicar que, por trás da categorização do desemprego (aberto, oculto pelo desalento e oculto pelo trabalho precário¹³) há uma luta dos “dizeres”, vencida pelos agentes oficiais, considerados legítimos do discurso, o que deixa assim, em segundo plano, a percepção do desemprego vivenciado pelos perdedores da disputa, ou seja, os próprios desempregados.

Em suma, os desempregados existem e não há como contestar a sua existência; entretanto, falar em desemprego nos remete a um conjunto de representações sobre seu significado social, uma vez que o desemprego, enquanto categoria, não é um dado objetivo da realidade, nascido naturalmente; ao contrário, para a existência da noção de desemprego/desempregado foi necessário um conjunto de operações cognitivas, de linguagem, de categorizações e de classificações. Apesar disso, tem predominado nos estudos uma tendência de considerar o desemprego exclusivamente a partir dos dados numéricos, da quantificação, abstraindo-se o caráter construtivo dos conceitos. Demazière (2006) salienta que mesmo os sociólogos têm pautado suas análises a partir dos quadros normativos, elaborados pelos economistas e estatísticos, fazendo com que prevaleça

¹³ No item 2.4 trato especificamente sobre a mensuração do desemprego no Brasil e pontuo sobre tais conceitos.

a hegemonia dos números na abordagem do desemprego, inclusive em pesquisas qualitativas.

No mundo ocidental, a discussão sobre a problemática acerca da noção de desemprego data dos anos de 1960; Ledruf (1966), por exemplo, apontou o caráter limitado dos materiais estatísticos sobre o desemprego. Nos anos 1970, com o aumento dos índices de desemprego, iniciou-se mais fortemente a discussão sobre “a ilusão das estatísticas” e suas limitações para o entendimento do quadro de rupturas nas convenções sobre o desemprego. Contudo, somente nos anos 1980, a partir das interpretações sociohistóricas, que se centraram na categorização do desemprego na passagem do século XIX ao XX, foi que se firmou uma postura mais crítica. Essas interpretações apontaram para o caráter descontínuo das representações sobre o desemprego e a confluência entre tais representações com o tipo de intervenção pública considerada adequada.

Portanto, o desemprego deve ser visto e examinado também como processo de categorização social. Ele pertence a uma época e a um lugar determinado: a substituição do termo “falta de trabalho” por desemprego tem uma relação direta com a sociedade salarial. Antes disso, até o início do século XIX, *chômer*, em Francês, era uma palavra que servia para abrigar inúmeras situações de folga, descanso ou de interrupção do trabalho. Em um contexto de vínculos personalizados e não jurídicos dos contratos de trabalho, como era comum até então, a descontinuidade do trabalho, ou seja, o desemprego, não era vivenciado como desemprego (tal como concebemos hoje), pois os indivíduos viviam a certeza de sua reinserção na mesma empresa. (DEMAZIÈRE, 2006).

É justamente a construção do assalariamento que provocará um novo olhar sobre o *chômer*; uma vez estabelecido o contrato de trabalho institucionalizado, sua ruptura passou a significar o fim do elo entre trabalhador e empregador de forma permanente, categorizando-se esta ruptura como período de desemprego. “A categoria do desemprego aparece, então, no final desse processo de fabricação, como uma categoria assimilada, estabilizada e institucionalizada, que penetra as concepções comuns do trabalho e do emprego”. (DEMAZIÈRE, 2006, p. 29).

Sabe-se que, no Brasil, a relação de trabalho assalariado, legalmente protegido e de longa duração nunca se constituiu como norma universalizadora e o desemprego, portanto, sempre foi uma constante no mercado de trabalho; porém a norma salarial, mesmo restrita, foi considerada uma conquista, pois permitiu planejar o futuro e tecer redes sociais e de solidariedade. Ademais, o crescimento do mercado de trabalho, que se estruturava dia-a-dia, absorvia parte significativa da população trabalhadora e criava para os demais a expectativa também de inclusão.

Então, apesar de termos, historicamente, um mercado de trabalho desde sempre desestruturado - sob a marca da provisoriedade e da precarização¹⁴ das relações trabalhistas - as políticas públicas ainda utilizam dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio de uma metodologia não adequada a nossa realidade. Mesmo com as alterações metodológicas ocorridas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a partir de 2002, persiste a dificuldade de retratar nosso mercado de trabalho. Haja vista que a pesquisa ainda considera como trabalho um amplo leque de atividades econômicas, até mesmo as formas de trabalho que não contemplam minimamente o que poderíamos chamar de relações de trabalho, além de contabilizar os desempregados desalentados dentro da categoria de “inativos”, negando, desse modo, o estatuto de desempregado àquela pessoa que mesmo querendo um trabalho já não o procura mais.

Em torno disso ainda é possível pontuar que no Brasil trabalho e emprego são frequentemente usados como sinônimos, gerando, por espelhamento, uma imprecisão no próprio conceito de desemprego. Sabe-se que o trabalho enquanto atividade realizada para a produção e reprodução da existência humana historicamente foi assumindo formas distintas, chegando na forma de trabalho assalariado dentro do capitalismo. Tal trabalho assalariado, posteriormente, enquanto relação humana, também assumiu características datadas no tempo e no espaço, tornando-se a forma emprego a partir da constituição da sociedade salarial e

¹⁴ Atividades marcadas pela precarização aqui entendidas como sendo aquelas marcadas pela ausência de direitos trabalhistas, de proteção social, com vínculos instáveis e de baixa remuneração. Na definição de trabalho precário há três elementos de referência que têm aparecido como consensuais entre os estudiosos do tema: ausência de proteção social, duração do trabalho (muito longa ou curta demais, comprometendo a remuneração) e qualificação (pouca ou nenhuma).

os vínculos que lhe são constitutivos, tais como o contrato de trabalho socialmente protegido e o reconhecimento social.

Em síntese, emprego invariavelmente é associado ao trabalho remunerado, sob a forma assalariada e com os direitos trabalhistas assegurados por lei, enquanto trabalho subentende toda forma de atividade laboral.

Ora, nos países onde o desemprego está fortemente institucionalizado e as políticas públicas existentes são bem definidas - ainda que em processo acelerado de destruição - é alta a identificação dos trabalhadores com a categoria desempregado¹⁵. No Brasil, inversamente, a marca da diversidade do mercado de trabalho, a fraca institucionalização do desemprego e as debilidades na proteção social e nas políticas de emprego parecem desembocar numa negação dessa categoria. Assim, a privação do emprego, aqui, não significa para as pessoas necessariamente desemprego, uma vez que elas não se identificam subjetivamente com a condição de desempregados já que permanecem buscando a sobrevivência de várias formas; antes, parecem assumir outras identidades, dentre as quais Sem-Teto e Sem-Terra etc. Nossa fronteira entre emprego e desemprego é por demais elástica, fragilizando a possibilidade de identificação e busca por proteção social (GUIMARÃES, 2004b). Talvez também porque a representação social destas identidades (Sem-Teto/Sem-Terra) seja mais consistente do que a de desempregado. Já temos, mesmo, a identidade dos "sem-emprego", distinguindo-se, sob o ponto de vista lingüístico, da categoria desempregado, apesar de compartilharem o mesmo significado. Parece que o prefixo "sem" se legitima por meio das lutas por direitos, travadas pelos Movimentos Sociais.

Talvez não seja gratuita a razão da recusa dos desempregados em declararem-se como tais diante das enquetes. Se a nomenclatura/conceito resulta de uma disputa de poderes, parece que o termo consagrado para indicar a falta de trabalho remunerado e minimamente estável, "desempregado", encontra resistência,

¹⁵ Também nos países de mercado de trabalho considerado mais homogêneo, as atuais mudanças têm colocado os estudiosos diante de um esforço para redefinir a categoria desemprego e incorporar as novas características. Ver Maruani (2002), Freyssinet, (1991) e Demazière, (1995a).

revelada na atitude de negar para si o rótulo de desempregado em favor de outras denominações menos desprestigiadas como “estar parado” ou “estar sem trabalho”.

Diante do que foi exposto, talvez ainda seja pertinente dizer que este estudo não pretende alimentar a polêmica já exaustivamente debatida por diversos autores, entre, de um lado, o IBGE, e do outro, a Fundação SEADE e o DIEESE sobre as variáveis que compõem o desemprego. Também não pretende investigar as teorias explicativas sobre as causas do desemprego.¹⁶ Antes, tentará entender o mundo do desempregado - seus medos, suas estratégias e suas concepções ou, nas palavras de Pereira, lançar o desafio de

(...) uma desconstrução do termo em seus sentidos usuais que permita identificar sociologicamente o processo de construção social do desemprego como fenômeno, bem como compreender o desempregado como ator social, suas referências de identidade e suas estratégias de ação. (PEREIRA, 1993, p. 28).

É, portanto, precisamente, à compreensão do mundo do desempregado que esta tese se dirige. Ao centrar o estudo na análise da maneira pela qual os desempregados vêm vivenciando e interagindo diante do desemprego, minha proposta busca contribuir para a definição sociológica do fenômeno. Acredito que essa pesquisa propicie novos elementos para o entendimento do desemprego no seu aspecto de *constructo social*, estando aberta para decifrar sociologicamente as implicações do desemprego no mundo em mudança. E é nesse sentido que acredito que poderá ajudar na formulação de novas definições e novas quantificações – visto que, para quantificar, é necessário que haja uma definição teórica desenhando os contornos do fenômeno que se deseja estudar¹⁷.

¹⁶ Há um número expressivo de estudos, dentre os quais essa tese se insere, que analisam o desemprego como mecanismo intrínseco ao modelo econômico capitalista, e entendem o agravamento do desemprego como resultado dos processos de globalização, financeirização e reestruturação produtiva. Entretanto, é possível identificar outras posições teóricas que o justificam como: excesso de rigidez na legislação trabalhista, custo do trabalho elevado por conta dos encargos da contratação e da demissão, falta de qualificação ou qualificação inadequada.

¹⁷ Maruani (2002) mostra que, mesmo no período do pleno emprego na Europa, a categoria desemprego deu visibilidade somente ao desemprego masculino, e entre estes, aqueles em idade ativa, deixando à margem os que nunca estiveram inteiramente incluídos no assalariamento (mulheres, jovens e imigrantes), mas transitando entre ocupação e inatividade.

Por fim, considerando o que foi apontado até aqui a pergunta que me inquieta é saber como se coloca o desempregado - diante de um referencial simbólico e ideológico que atribui positividade ao ato de trabalhar - quando estar trabalhando dá ao indivíduo um sentimento de dever social cumprido, fonte de orgulho para ele e para sua família. Afinal, a reputação de trabalhador é elemento de primeira grandeza na determinação do prestígio social, de “se colocar” e de “se ver no mundo” e o desemprego rompe com essas possibilidades. Então, como os desempregados têm vivenciado o desemprego, que percepções e que práticas adotam e quais imagens eles têm construído desse processo?

Minha hipótese central é a de que os desempregados estão forjando novas identidades para sobreviver diante do desemprego - já que foi pelo trabalho que eles fundamentaram suas existências até então - diretamente relacionadas às formas anteriormente vividas no e pelo trabalho.

É, portanto, esse conjunto de inquietações que me proponho a investigar, por considerar que compreender a maneira de perceber e viver o desemprego ajuda a decifrar as novas representações sobre o trabalho, e, por extensão, a própria compreensão da complexa tessitura social.

A tese foi estruturada em cinco capítulos além desta introdução, dos apontamentos teóricos e do percurso metodológico adotado na pesquisa. No primeiro capítulo, intitulado “Cultura do trabalho, cultura do emprego e o novo discurso da empregabilidade e do empreendedorismo” realizo um breve retrospecto histórico na busca das significações em torno do trabalho e do emprego. Para dar conta desse intento, ele foi subdividido em quatro itens: “Da negação à exaltação do trabalho”; “Da negação à exaltação do trabalho no Brasil”; “O trabalho ganha outro sentido: a cultura do emprego” e “O trabalho sob a égide da instabilidade e da incerteza”.

No segundo capítulo, “Os caminhos do desemprego e suas fronteiras”, procuro apresentar as principais tendências da discussão que envolve a mensuração do desemprego no mundo e no Brasil. Ele foi organizado em três eixos centrais: o desemprego no mundo, no Brasil e na Bahia, mais especificamente na Região Metropolitana de Salvador e no município de Vitória da Conquista.

No terceiro capítulo, “Uma parte do mosaico: o desemprego na ótica das agências de intermediação profissional”, procuro investigar a dinâmica de funcionamento das agências de intermediação de emprego e como os sujeitos que lidam diretamente com os desempregados percebem e categorizam o desemprego.

No quarto capítulo, “Quem são os desempregados entrevistados”, realizo uma caracterização do universo dos entrevistados, identificando os elos que unem os diferentes sujeitos a partir de suas trajetórias ocupacionais.

No último capítulo, “Outra parte do mosaico: o desemprego na ótica dos desempregados”, busco identificar e compreender as diferentes percepções que emergem sobre o desemprego com o auxílio dos seguintes recortes: geracional, de gênero e de qualificação/escolaridade. Além disso, construo e analiso quatro configurações identitárias que ajudam a revelar o quanto a vivência do desemprego ultrapassa a esfera do trabalho, englobando outras dimensões da vida, articulando vida privada, trabalho e valores, presente, passado e futuro.

Por fim, chego na conclusão, ponderando acerca da complexidade e da heterogeneidade que envolve o desemprego, justamente porque ele, enquanto uma construção social, carrega em si as marcas objetivas e subjetivas do momento histórico em que é vivido e construído.

Apontamentos teóricos

Convém inicialmente indicar que há três fios condutores guiando esta tese, a saber: i) a idéia do trabalhador desempregado como ator social capaz de compreender e explicar sua condição, que é derivada do entendimento de que não há teorização possível sem que se leve em consideração os atores diretamente envolvidos; ii) a visão de que a ordem social como sistema aberto pressupõe considerar que, nas análises que fazemos, simplificamos os processos, decompondo-os analiticamente, mas que, empiricamente, tais processos têm suas existências inter-relacionadas. Mais ainda, a ordem social não está dada, é produzida constantemente a partir das complexas relações entre os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais presentes num determinado contexto e na interação e conflito dos grupos, e sob aquilo que os atores sociais supõem que ela deva ser. iii) a compreensão de que as percepções e as práticas dos sujeitos não devem ser pensadas somente a partir das privações econômicas, mas também pelo seu impacto sobre a subjetividade. (SANTOS, 1987 e LEITE, 1994 e 2003).

Em tempo, ao abordar pela ótica da subjetividade - a maneira como os desempregados vêm elaborando suas condições de existência, a partir da qual eles irão definindo e orientando sua prática - estou tomando o aspecto subjetivo como parte constitutiva das condições objetivas. Como Leite (1994), considero que a importância da abordagem subjetiva reside no fato de que ela fornece diretamente subsídios às análises das condições objetivas - já que ela orienta as ações e vivências concretas dos indivíduos - e permite ao pesquisador compreender os modelos explicativos subjacentes.

Alguns autores ajudam a olhar e a analisar o objeto de estudo em questão por meio dos três fios condutores citados acima: Thompson (2002), Bourdieu (1996, 1994 e 2004), Demazière (1995a), Castel (2003) e Dubar (2005). Embora a contribuição de cada um seja diferenciada, conforme será explicitado ao longo da tese, considero pertinente pontuar nesse momento alguns pressupostos que ligam este estudo a esses autores.

Thompson (2002) ressalta a importância de buscar as experiências dos considerados “perdedores da história”, procurando dar vida e voz àqueles que comumente são ignorados como objetos de pesquisa ou informantes. A noção de “experiência” formulada pelo autor possibilita articular as percepções do desemprego combinando aspectos subjetivos e estruturais, isto porque se a experiência é determinada, em grande parte, pelas relações de produção, ela também é marcada pela maneira como os homens a vivem em termos culturais (tradição, valores, idéias e formas institucionais).

A noção de experiência, tal como definida por Thompson (2002), permite considerar os desempregados enquanto sujeitos do processo, experimentando suas situações dentro de um conjunto de relações sociais, com sua cultura própria e expectativas herdadas, informando e orientando suas ações. Mais ainda, esse conceito possibilita articular dialeticamente estrutura e ação - se as estruturas sociais têm efeitos sobre as ações e percepções dos indivíduos, estas não estão pré-determinadas, mas são susceptíveis às maneiras como os sujeitos as vivenciam e lidam com elas.

Bourdieu (1996, 2004) também nos auxilia a fundamentar esta idéia; ao propor uma ciência articuladora das dimensões objetivas e subjetivas, possibilita-nos transitar entre as esferas micro e macro, entre as idéias de indivíduo e de sociedade sem fazer delas dicotomias e, sim, processos complementares e justapostos. Bourdieu (2004) também nos interessa por desvendar o processo de legitimação do que é tido como “dizível” socialmente. Para o autor, o poder social reside em sua capacidade de se fazer existir explicitamente, de publicizar, de se fazer dizível e aceito. E, para se estabelecer o modo de percepção tido como legítimo é necessária uma disputa. “(...) e o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas”. (BOURDIEU, 2004, p. 145).

Na disputa, a probabilidade de se obter sucesso na imposição de uma visão legítima do mundo é proporcional ao “capital social” possuído: quanto mais capital, maiores as possibilidades de imposição. Pode-se dizer, então, que existe uma

relação intimamente imbricada entre o reconhecimento que o indivíduo recebe do grupo e a sua capacidade de impor uma visão de mundo.

Seguindo as recomendações do autor, procurarei pensar sobre o processo de institucionalização da noção de desemprego, expondo o mecanismo de disputa de poder que se trava em torno da imposição de uma definição “legítima”, bem como as implicações que a aceitação desta definição traz para as percepções e para as práticas sociais dos desempregados.

Castel (2003), ao elucidar o percurso feito pela sociedade até se transformar em sociedade salarial e os atuais desdobramentos decorrentes das mudanças no mundo do trabalho, ajuda a dimensionar o risco de fratura social posto pela presença cada vez mais constante dos “supranuméricos” e da vulnerabilidade social desencadeada pelo capitalismo contemporâneo. Ademais, o autor pontua que o trabalho não só permanece como ponto central na vida das pessoas em termos econômicos, como continua sendo fonte de referências psicológica e cultural. Mais ainda, para o autor, o trabalho é um suporte privilegiado de inscrição dos indivíduos na estrutura social. Ele parte do pressuposto de que o trabalho, como eixo das relações sociais, configura aspectos culturais, simbólicos e identitários e em decorrência disto, o processo de degradação dos pilares que sustentaram a sociedade salarial a partir dos anos 1970 nos colocam diante de rupturas nas formas de socialização, de integração pelo trabalho, de solidariedade e de identidade e até mesmo da possibilidade da vida social.

Demazière (1995a) sugere uma definição sociológica de desemprego e parte do pressuposto de que este fenômeno é uma construção social derivada de algumas situações de não-trabalho, como também do desenvolvimento da sociedade industrial, do emprego assalariado e da constituição de instituições especializadas. Nesses termos, o que o autor aponta é - a despeito dos limites fluidos do conceito de desemprego - a urgência em defini-lo por meio da trajetória de sua institucionalização e incorporação dos sujeitos envolvidos no processo, ou seja, os próprios desempregados. Para ele, se a definição do desemprego do ponto de vista jurídico já está feita, falta definir seus contornos, que ainda permanecem nebulosos. De qualquer forma, o esforço caminha no sentido de articular nessa definição aspectos

culturais, econômicos, sociais e geográficos, sempre localizados no tempo e no espaço.

E, propositalmente por último, mas eixo central para essa tese, Dubar (2005) ajuda a pensar duas questões importantes para esta pesquisa: de forma direta, aponta o caminho para uma definição de identidade dentro de uma abordagem sociológica e de maneira indireta, ao traçar uma teoria das identidades profissionais, ele permite pensar o lado oposto, qual seja, as identidades dos que estão fora do universo profissional experimentando a situação de desemprego.

O autor argumenta que

(...) a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento: ela é reconstruída no decorrer da vida. O indivíduo jamais a constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias orientações e autodefinições. E nesse sentido ele diz ser a identidade um produto de sucessivas socializações. (DUBAR, 2005, p. XXV).

Dessa forma, a identidade é fruto de uma construção conjunta, resulta das transações subjetivas e objetivas, envolvendo aspectos culturais e econômicos. A identidade assim esquematizada encerra a um só tempo um processo individual e coletivo, objetivo e subjetivo, biográfico e estrutural, que conjuntamente constrói os indivíduos e define as instituições.

O centro da teoria de Dubar (2005) é o reconhecimento de que a identidade se dá na articulação dos dois mecanismos: “identidade atribuída pelos outros” (os rótulos) e a “identidade para si” (incorporação). Todavia, a ligação entre a identidade para si e a identidade para o outro é simultaneamente inseparável e incerta, pois não há harmonização entre elas, e sim processos de negociação. Pode, por exemplo, haver desacordo entre o que o indivíduo “pensa de si” e o que os outros “pensam sobre ele”; nesse caso, aparecem as “estratégias identitárias” enquanto mecanismo de “transações”, nos quais os indivíduos tentam incorporar/acomodar a identidade para si à identidade para o outro, seja abandonando alguns traços seus, recusando outros traços atribuídos ou mesmo incorporando-os. A transação subjetiva é a chave do processo de construção da identidade social e por isso é possível dizer que “ a

identidade de uma pessoa não é feita à sua revelia, no entanto não podemos prescindir dos outros para forjar nossa própria identidade” (DUBAR, 2005: 143).

Ademais, é preciso reconhecer as identidades como relação circunscrita no espaço e no tempo: temporalmente, na medida em que a identidade de si é um processo biográfico construído pelos indivíduos a partir de uma situação determinada e localizada de família, de escola ou de trabalho; e espacialmente, dado que a identidade atribuída pelos outros é sempre um processo relacional e se dá dentro de determinado espaço de legitimação (instituição).

Cada um possui uma “definição da situação” feita pela definição de si e dos outros. O procedimento sociológico é coletar essas definições da situação, que não são estritamente determinadas pelo contexto, já que os sujeitos têm uma história, um passado que pesa na sua identidade. Ou seja, há uma leitura interpretativa do passado e uma projeção do futuro formando a trajetória subjetiva. A identidade é, assim, relacional, dos sujeitos em contextos de ação, e biográfica, dos sujeitos engajados em uma trajetória – nela cabe a um só tempo uma estrutura de ação e uma história da formação.

Embora heterogêneos os dois processos (biográfico e relacional) que produzem a identidade não são infinitos, pois os indivíduos, situados no tempo e no espaço, dispõem de um número limitado de categorias a serem utilizadas nas percepções de si mesmo e nas percepções sobre os outros. O que significa dizer que, embora não fechadas em modelos identitários pré-definidos, as identidades são construídas a partir de um estoque limitado de categorias previamente conhecidas e legitimadas socialmente. Então, por ser a identidade simultaneamente coerente e dinâmica o autor sugere falar de “configurações identitárias”.

É possível operacionalizar a teoria de Dubar (2005) para entender o que se passa no universo das pessoas que vivem o desemprego de duas formas: i) como teoria que auxilia no discernimento das mudanças nos modelos identitários e que permite apreender a maneira como os indivíduos lidam com as categorias oficiais (pervertendo-as, aceitando-as ou recusando-as). ii) como modelo de análise, ao proporcionar a investida na construção das “configurações identitárias” dos desempregados da cidade de Salvador e de Vitória da Conquista.

Percurso metodológico

A pesquisa consiste em um estudo de caso no Estado da Bahia, mais especificamente nas cidades de Salvador e de Vitória da Conquista. A escolha das cidades deve-se ao fato de que Salvador tem se destacado nas pesquisas realizadas pelo IBGE e DIEESE/SEADE pelos altos índices de desemprego na Região Metropolitana, apresentando constantemente as mais elevadas taxas do País, além de possuir um mercado de trabalho bastante heterogêneo, marcado pela informalização e pela precariedade. Vitória da Conquista foi escolhida como outra unidade de análise pela sua importância para o Estado da Bahia e sua situação sócio-econômica, mas também porque foi a partir dela que o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) se estruturou para outras cidades do Estado. Ela é a terceira maior cidade do Estado, com uma população de 308.000 habitantes, agrega 12 distritos e 284 povoados. Esta dimensão amplia-se quando se considera sua área de influência sobre 118 municípios, o que corresponde à mesorregião do Centro-Sul Baiano, a qual se estende até o norte do Estado de Minas Gerais, incorporando em torno de 2 milhões de habitantes. (IBGE, 2008 e PROJETO HABITAR, 2001). A escolha visou, também, a observação de mercados distintos, um metropolitano e outro considerado de pequeno porte, de forma a permitir comparações acerca do funcionamento de diferentes mercados¹⁸, já que, possivelmente mercado metropolitano e não-metropolitano compõem uma cartografia desigual do desemprego.

Pode-se dizer que a seleção das duas cidades respondeu mais à necessidade de um recorte de pesquisa do que propriamente à natureza do objeto. Isto porque a pesquisa poderia ser facilmente transplantada para outras cidades e

¹⁸ A constatação da importância desse recorte espacial é confirmada por Guimarães (2003) e Dias e Fernandes (2007). Os autores, ao tratarem da espacialização em seus estudos, ressaltam a necessidade de analisar o Estado da Bahia considerando os espaços metropolitanos e não-metropolitano; isto porque, cada um destes recortes, possuem peculiaridades na dinâmica de funcionamento, sobretudo a relacionada a pobreza, a desigualdades e a distribuição de renda.

regiões, as quais, guardadas as devidas particularidades e configurações regionais, têm em comum o contexto de capitalismo flexível e de reestruturação produtiva, umas sendo afetadas de forma direta e outras, indiretamente. Essa nota também serve para destacar que a pesquisa analisará as duas cidades inseridas em um contexto mais geral, não incorrendo no erro de isolá-las como se fossem objetos fragmentados e autosuficientes, já que a dinâmica do Estado (e das duas cidades) está associada aos fluxos econômicos, políticos, sociais e culturais nacionais e internacionais.

Também é oportuno dizer que por ser professora em uma universidade estadual da Bahia, situada na cidade de Vitória da Conquista, sinto-me comprometida em conhecer e explicar a realidade que me circunda, disponibilizando conhecimento científico sobre a realidade local.

Quando optei por um estudo de caso, usando o recurso de entrevistas semi-estruturadas, tinha receio de que, nas análises que viesse a fazer, não conseguisse apresentar os depoimentos e nem analisá-los adequadamente, incorrendo em armadilhas, como a de mostrá-los enquanto mera ilustração de reflexões feitas anteriormente, que apenas confirmassem o que pretendia encontrar; ou mesmo a de não ser capaz de relativizar os discursos dos informantes, tomando-os como verdades prontas, e, por último, diante da heterogeneidade dos discursos, não ser capaz de construir explicações sociológicas produtoras de conhecimento cumulativo. Enfim, pensava no desafio que enfrenta uma pesquisa sociológica para ser capaz de ir além das aparências e captar a essência dos processos sociais.

Tal receio foi se desfazendo na medida em que as leituras realizadas foram fornecendo subsídios para pensar articuladamente os aspectos micro e macro e reafirmaram que os homens são sujeitos ativos que criam, reproduzem e transformam a realidade social tendo como pano de fundo as condições concretas. Mas também, a partir dos ensinamentos de Weber: da necessidade de uma permanente vigilância epistemológica do objeto, do método e da postura do pesquisador como mecanismo de controle do processo de conhecimento científico dentro das Ciências Sociais, traduzido aqui no ato de descrever, passo a passo, os momentos da pesquisa, em seus acertos e erros.

Duas decisões deveriam ser tomadas antes de iniciar a pesquisa de campo: como escolher os entrevistados e onde coletar os dados? No primeiro plano já havia a decisão de que para contemplar os objetivos propostos pela pesquisa, ela deveria ter caráter qualitativo, sem preocupação com representatividade amostral, embora houvesse o entendimento da necessidade de garantir a diversidade dos perfis de desempregados (recorte geracional, de gênero e grau de instrução). Justamente porque dessa forma, e, sem a pretensão de construir “tipos ideais”, eu poderia montar um panorama mais compreensível dos sentimentos e experiências que envolvem o desemprego. Também já havia a compreensão de que os desempregados deveriam ser selecionados a partir dos seus próprios critérios, numa tentativa de preservar o objeto de pesquisa, evitando o “contágio” das representações e vivências do desemprego pelas categorias oficiais. Por conseguinte, resolvi experimentar a abordagem direta no posto da SETRE/SINE: apresentando-me e solicitando aos que estavam procurando emprego a concessão da entrevista. Afora isso, já havia considerado a importância de entrevistar desempregados ligados ao MTD, para poder confrontar as possíveis diferenças existentes entre viver o desemprego participando de um movimento social e vivê-lo individualmente.

Ancorada nesses entendimentos e preocupações, fui em outubro de 2006 realizar a primeira ida sistemática a campo, porém, ainda não tinha certeza sobre qual seria o melhor local de coletar os depoimentos. Alguns trabalhos, usados como fonte para a pesquisa, indicavam a vantagem de se realizar as entrevistas nas residências dos pesquisados, ou em algum lugar familiar para eles. Entretanto, optei, neste primeiro momento, por estudar os desempregados a partir de seus espaços de procura por trabalho, ou seja, as agências públicas de emprego, mesmo sabendo que nestes perderia a intimidade de uma entrevista realizada na própria moradia. O fato é que, sendo pesquisadora-mulher e tendo pouco conhecimento da cidade, não considerei prudente circular pelos bairros de Salvador, boa parte deles tidos como de difícil acesso. Outro fator decisivo para tal escolha foi ter em mente que, como a maioria dos entrevistados está à procura de trabalho, certamente seria difícil encontrá-los em casa, o que dificultaria a pesquisa e alongaria o tempo de

permanência na cidade. Por outro lado, refleti que observar e conversar com meus informantes nos postos SETRE/SINE¹⁹ localizados dentro do SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão), ambiente familiar para eles, poderia revelar a dinâmica de funcionamento daqueles lugares, bem como as relações estabelecidas entre os envolvidos.

Mais ainda, se o contexto faz emergir os objetos para o qual eles estão orientados, (LOBO, 1992) o posto da SETRE/SINE é o lugar onde o desemprego e o desempregado se condensam, seja porque simplesmente é o local da cidade onde eles estão em maior número, seja porque ali todos estão sob os signos e representações; não há outro papel social intermediando, pelo menos com o mesmo grau de relevância - somente a condição de desempregado.

A estratégia, afinal, mostrou-se bastante eficaz e pude observar situações importantes: para os indivíduos que freqüentavam regularmente o posto da SETRE/SINE, conversar sobre seus sentimentos ali era como “sentir-se em casa”; para os que estavam iniciando sua trajetória de busca de emprego, ou para os que estavam indo pela primeira vez àquele lugar, a dificuldade de falar, a incerteza de saber se minha presença implicava alguma possibilidade de inserção deles no mercado de trabalho, em vez de representar um entrave para a pesquisa, pareceu não só um indicativo do peso que o desemprego representa na vida das pessoas, como também um indicativo da importância do trabalho, ou seja, a dificuldade de falar e o desconforto de estar ali na SETRE, não escondiam pistas para as análises; ao contrário, revelavam caminhos, pois indicavam a dificuldade em sentir e em viver a situação do desemprego.

Não é tarefa fácil pesquisar o desemprego, mesmo porque o tema coloca o pesquisador diante de situações de privação e de sofrimento. Sabendo de antemão da dura tarefa que possuía pela frente me propus a ser sensível aos entrevistados, adotando uma postura de compreensão e, ao mesmo tempo, mostrando que minha

¹⁹ SINE (Sistema Nacional de emprego), SETRE (Secretaria do Trabalho, emprego, Renda e do Esporte da Bahia). Ao longo da tese faço referência ao posto SETRE/SINE como local da pesquisa visto que os dois órgãos atuam conjuntamente, sendo a SETRE parte do SINE, porém gerida pelos governos estaduais.

função, dentro do contexto da pesquisa, era perguntar e escutar para produzir conhecimento sobre o tema.

Um dos cuidados que procurei adotar foi o de iniciar as entrevistas perguntando aos desempregados sobre suas experiências de trabalho e também de não usar o termo emprego e desemprego antes de ouvi-los do próprio entrevistado. Esse cuidado contribuiu de duas maneiras: pude apreender as categorias usadas pelos próprios indivíduos para classificarem-se, capturando as maneiras deles traduzirem o que vivem e sentem, mas, sobretudo, pude dar a eles a oportunidade de narrarem suas vidas e suas experiências a partir de um tema gratificante – a trajetória de trabalho – para somente depois abordar o que havia de mais delicado e difícil - o momento atual de desemprego. Só mais tarde, quando já estava analisando as entrevistas, pude dimensionar o quanto isto havia sido importante na condução das entrevistas, tornando-as, na medida do possível, mais fluídas.

Evitei, neste trabalho, apresentar uma leitura que tornasse miserável tanto o fenômeno do desemprego quanto os indivíduos estudados. Se revelasse apenas o lado miserável, não estaria trabalhando, de fato, com as dimensões sociológicas do desemprego; apenas demonstraria o que todos já parecem saber: o desemprego é um fato doloroso na vida de boa parte dos indivíduos. Tendo isso em mente, pude me convencer de que deveria continuar as entrevistas, mesmo quando era tomada por um sentimento de que estava “invadindo a vida sofrida daquelas pessoas”, sem algo a lhes oferecer. Percebia, então, que também a pesquisadora poderia incorrer no erro de analisar o desemprego como um problema individual, o que impediria a continuação da entrevista, vista como ilegítima porque entraria em assuntos considerados privados.

Ademais, apesar do sofrimento inerente ao tema, é possível reconhecer que a escuta atenta das narrativas repletas de angústia já era, em si, uma contribuição: daria voz às falas e tornaria as experiências em relação ao desemprego “dizíveis”, abrindo, inclusive, espaço para que o ato de compartilhá-las pudesse ensejar novas significações e novos referenciais para a vida dos entrevistados (e também para a minha).

Alguns entrevistados demonstraram muita satisfação em conceder as entrevistas e imediatamente me acompanharam até o local reservado para o encontro (uma pequena sala que as SETREs disponibilizam para diferentes fins, desde cursos de informática, reuniões com funcionários, ou mesmo para recrutamento e seleção de candidatos a empregos). Assim que me apresentava e reforçava os objetivos da pesquisa, deixava claro, também, que o momento não se prestava a uma entrevista de emprego nem a uma análise psicológica; tampouco havia ali, em qualquer procedimento, uma vinculação com a SETRE/SINE. Mesmo iniciando a entrevista ressaltando que era uma pesquisa de doutorado vinculada a UNICAMP e a UESB e não de emprego, parte dos entrevistados vislumbravam ali uma possibilidade de algum trabalho, ou pelo menos uma oportunidade de estabelecer laços sociais com uma pessoa “influyente”²⁰. Busquei desfazer essa idéia e foi possível perceber que grande parte entendeu o significado de estar ali conversando e apenas dois, ainda durante a entrevista, pediram explicitamente para que eu interviesse junto a SETRE/SINE em favor deles. De imediato tal atitude me pareceu indício do entendimento que os desempregados têm sobre a SETRE/SINE: se há possibilidade de alguém, tido como influente, apressar ou conseguir uma vaga é porque não confiam no funcionamento da Agência? Ou seria apenas a representação que eles faziam de uma professora, como alguém com uma rede de influência mais ampla do que a deles, capaz de inseri-los no mercado de trabalho?

Quase todos os participantes expressaram ao final da entrevista, quando do meu agradecimento pelo depoimento e da ponderação sobre a importância que a presença de cada um havia representado para esse estudo, grande satisfação e alegria, bem como agradeceram a oportunidade para “desabafar”. Percebia que os entrevistados faziam daquele instante final uma ocasião única para a compreensão do que se passava com e em torno de seus universos, e então, já de gravador desligado, destituída do papel de pesquisadora, não pude deixar de falar sobre a desestruturação do mercado de trabalho e, como uma estudiosa do tema do

²⁰ No capítulo onde serão analisadas as entrevistas abordarei este tema bastante recorrente das redes sociais como mecanismo de acesso ao emprego e apoio nos momentos de desemprego.

trabalho, pontuei sobre o desemprego estrutural e sobre a perversidade da seleção no mercado de trabalho, com o objetivo de que eles saíssem dali ao menos com o sentimento de que não haviam fracassado e que o problema não era, portanto, substancialmente individual, mas social.

Depois desse primeiro impacto, iniciei a análise do material colhido: ao todo, nessa primeira pesquisa de campo, realizei 22 entrevistas semi-estruturadas. Em Vitória da Conquista, foram 7 entrevistas gravadas com desempregados - três deles ligados ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD e quatro com desempregados inscritos na agência pública da SETRE/SINE - e cinco entrevistas não gravadas com representantes de instituições/agências que lidam com o desemprego (uma na Prefeitura com um representante da Agência de Desenvolvimento Trabalho e Renda, uma no MTD com três coordenadores do Movimento, duas em agências privadas de emprego e uma com o coordenador²¹ da SETRE). Em Salvador, ao todo, foram realizadas 10 entrevistas, cinco delas com desempregados inscritos na agência da SETRE e outras cinco com representantes de agências (duas em agência pública da SETRE, duas em agências privadas e uma no Serviço Municipal de Intermediação Mão-de-obra (SIMM)).

Depois de realizadas as primeiras análises, considerei pertinente dividir a segunda ida a campo em duas etapas: a primeira em Vitória da Conquista e, mais tarde, depois do exame de qualificação, a segunda, em Salvador. Em agosto de 2007, retornei a Vitória da Conquista com o intuito não só de permanecer mais tempo observando a dinâmica de funcionamento dentro da agência da SETRE/SINE, mas também com o interesse em selecionar perfis de entrevistados diferentes dos que já havia obtido: desejava entrevistar mulheres jovens e escolarizadas, ou que possuíssem uma qualificação elevada. Realizei observações dentro da SETRE/SINE de Vitória da Conquista e 10 entrevistas, 8 com desempregados inscritos nessa SETRE/SINE e duas com desempregados do MTD.

²¹ Como a coordenação é um cargo de confiança do Governo Estadual, no início do ano de 2007, após a posse do novo governador eleito, um novo coordenador assumiu a coordenação e então, na segunda ida a campo aproveitei para entrevistá-lo também.

Em novembro, aproveitando a participação em um encontro nacional sobre trabalho na cidade de Salvador, pude retornar a campo nesta cidade e verificar a impossibilidade de continuar realizando as entrevistas na mesma agência da SETRE/SINE junto ao Posto do SAC utilizado na primeira ida a campo. Fui informada que a freqüência àquele posto de atendimento tinha crescido muito, e que, no momento por volta de 10.000 pessoas circulavam diariamente no local, apesar de nem todas estarem procurando emprego já que o SAC concentra grande quantidade de serviços públicos; o grande número de pessoas dificultava localizar um lugar vazio disponível para a realização das entrevistas. Foi-me sugerido outro posto do SAC, também junto a um *shopping*. Neste foi-me oferecido um local reservado e confortável, e pude aproveitar para realizar mais três entrevistas.

Durante a banca do exame de qualificação me foi sugerido que realizasse entrevistas em profundidade nas duas cidades com o intuito de aprofundar os depoimentos. Seguindo tal sugestão voltei a residir na cidade de Vitória da Conquista, facilitando grandemente o acesso ao posto da SETRE/SINE desta cidade, assim como ao acampamento do MTD e diminuindo a distância até a cidade de Salvador.

Em fevereiro de 2008 estava eu novamente morando em Vitória da Conquista e, então, pude perceber que, a despeito da facilidade que o retorno a Bahia trazia ao meu trabalho, havia uma vontade de adiar a pesquisa de campo, como se estivesse despreparada e me esquivando de ouvir novamente tantas histórias de sofrimento. Neste período foi fundamental a releitura da fundamentação teórica, e a recolocação do desemprego e dos sentimentos por ele despertados enquanto constructo social; ademais, o estabelecimento dos elos entre o que era dito nas entrevistas e as teorias utilizadas forneciam elementos de legibilidade das práticas sociais.

Em julho retornei a Salvador para finalizar as entrevistas. Diante dos dados publicados ao longo de 2007 e 2008 pelo DIEESE e pela PNAD, que apontavam uma recomposição no mercado de trabalho do país, imaginei que, de alguma forma, isso pudesse se refletir na diminuição do fluxo de pessoas nos postos de atendimento. Pude constatar que, apesar da cidade de Salvador ter um novo posto de atendimento

para intermediação profissional, os postos de atendimento visitados permaneciam com grande procura.

Nesse mesmo período dei seqüência aos contatos com o MTD; precisava entrevistar homens acampados, pois até aquele momento eu já havia conversado e entrevistado predominantemente mulheres e apenas um homem. Havia dificuldade de encontrá-los, e os poucos que não estavam “fazendo um bico na cidade”, ou trabalhando de diarista nas lavouras da região, pareciam reticentes, e quase sempre ofereciam suas mulheres para que elas falassem, alegando: “elas é que sabem dizer”. Como um novo acampamento havia surgido, resolvi retomar as entrevistas nele. Imediatamente foi possível perceber que as mulheres fazem daquele espaço um lugar particularmente delas; as conversas cheias de risos, a limpeza dos barracos, a caminhada com os bebês de colo, as articulações políticas: o acampamento é o quintal da casa, e parece “ser feminino”. Nesse lugar entrevistei quatro mulheres e dois homens, completando assim meu quadro de entrevistas. Então, com estas idas a campo em Salvador e em Vitória da Conquista compus o seguinte quadro: 10 entrevistas com os responsáveis pelas agências, duas entrevistas com lideranças do MTD e 45 entrevistas com desempregados, distribuídos entre homens, mulheres, jovens, adultos, escolarizados e não-escolarizados, sendo 10 deles integrantes do MTD.

capítulo 1 – Cultura do trabalho, cultura do emprego e o novo discurso da empregabilidade e do empreendedorismo

Delimitar o desemprego como objeto de pesquisa implica pensar nos fatores que lhe dão sustentação. Sabemos que a idéia atual que se tem de desemprego partiu, primeiro, da noção de emprego, a qual, por sua vez, liga-se à noção de trabalho. Então, para compreendermos os sentidos do desemprego hoje necessitamos retroceder rapidamente na história e buscar as significações em torno do trabalho e do emprego que, como veremos, resultam em um conjunto de percepções, de sentimentos e de expectativas que compõem o que chamaremos de cultura do trabalho e cultura do emprego.

Se o pré-construído está em toda parte, como diz Bourdieu, o Sociólogo deve pôr sempre a “dúvida radical”. E um bom meio para propor isto é partir da história do problema a ser pesquisado, pois, ao retroceder no caminho histórico, o pesquisador poderá colocar em evidência o trabalho social de construção que incidu sobre o objeto de pesquisa, moldando-o e configurando-o até a formação atual como problema legítimo. Logo, esta ruptura epistemológica desvenda a construção do que foi socialmente produzido e provoca a conversão do olhar do pesquisador, desfazendo o que aparece como evidência no mundo social. (BOURDIEU, 2004).

Embora o objetivo deste capítulo não seja o de fazer um levantamento histórico detalhado das representações acerca do trabalho, nem o de recontar parte da história sobre a formação da sociedade salarial, mas compreender as atuais mudanças no mundo do trabalho e as representações que o cercam, sobretudo as referentes ao desemprego, aponto a pertinência de iniciar este capítulo a partir da gênese da cultura do trabalho, por meio de alguns elementos presentes nessa trajetória que possibilitem entender os significados do trabalho - e do desemprego, posteriormente – os quais estão emergindo em face das mudanças nesta nova fase do capitalismo.

1.1 – Da negação à exaltação do trabalho

O termo trabalho é polissêmico: se partirmos da etimologia da palavra, veremos que provém de *tripalium* do latim vulgar e tanto pode significar instrumento de três pés destinado à tortura ou à captura de animais para serem ferrados, como, também, instrumento agrícola usado para moer grãos. Esta palavra ainda aparece relacionada a *trabaculu*, objeto para obrigar os escravos ao trabalho (ALBORNOZ, 1986 e CARMO, 1992). Por outro lado, na bíblia, enquanto documento importante para a formação do legado ocidental de um “dever ser”, este vocábulo aparece no livro do Gênesis, com o sentido de obrigação e castigo: “comerás com o suor do teu rosto”²². No dicionário Aurélio o verbo trabalhar diz respeito a “exercer o seu ofício”, “esforçar-se para obter alguma coisa” e na gíria popular, aparece sob as formas de “batalhar” ou “labutar” – o que não deixa dúvidas de que esses diversos sentidos nos informam, de forma inequívoca, a ligação entre trabalho e sofrimento.

Inicialmente, pode-se dizer que, antes da civilização clássica, na Grécia dos tempos homéricos, havia uma unidade entre vida e trabalho; prova disto era a inexistência de um termo específico para designar o ato de trabalhar, já que ele era mais uma atividade entre tantas outras necessárias à vida. Não havia uma noção abstrata de trabalho, que contemplasse o conjunto das atividades humanas e fornecesse um conceito geral; e então, utilizava-se a própria finalidade da atividade como forma de identificá-la.

Essa unidade, no entanto, foi rompida na Grécia clássica quando da deflagração do trabalho enquanto atividade indigna, destinada aos escravos, ao passo que o ócio e a vida contemplativa estavam reservados a uma pequena parte da população. Pois, havia uma hierarquia nas sociedades Greco-Romanas que separava, de um lado, não-cidadãos (escravos, homens livres e estrangeiros) sujeitos à necessidade de garantir a sobrevivência pelo trabalho, e do outro, cidadãos, homens isentos da necessidade de trabalhar e dedicados à vida política. Isso porque, para os gregos as atividades humanas eram hierarquicamente

²² O trabalho como condenação ao homem por ter perdido o paraíso.

estruturadas em atividades inferiores e superiores, na primeira estava o trabalho destinado à produção material, e na segunda, as atividades do intelecto, que precisavam manter-se separadas do universo das necessidades materiais e do risco da corrupção do caráter. (ALBORNOZ, 1986, CARMO, 1992, MERCURE e SPURK, 2005)

Tal concepção pode ser mais bem compreendida quando se menciona o fato de que nas sociedades Greco-Romanas os valores afirmados eram os da conquista, do direito, da cultura e da política; sendo o trabalho excluído do modelo de vida na medida em que impedia o *otium* do homem livre. Conseqüentemente, trabalhar era a neg-otium, ou seja, a negação do tempo livre para pensar e organizar a vida coletiva.

Platão e Aristóteles ilustram bem tal concepção: o primeiro, ao hierarquizar as atividades laborais, pontuou que a agricultura deveria se destinar aos escravos, o comércio e a indústria aos estrangeiros e as funções políticas, aos cidadãos. O segundo concluiu que a agricultura, o comércio e a indústria eram atividades prejudiciais para o cidadão, na medida em que consumiam tempo e afastavam os indivíduos da busca da virtude. O essencial para os gregos clássicos era poder se fazerem livres do trabalho - para pensarem a liberdade pessoal - e de qualquer ação que não garantisse a participação nas atividades políticas, ou seja, as atividades que tivessem o trabalho como fim representavam uma negação da liberdade política. A negatividade atribuída ao trabalho entre os gregos (e também entre os romanos) atrelou-se, portanto, a uma concepção de que o trabalho não podia ser realizado para a satisfação de outrem. Tal sentimento derivou, em um primeiro momento da tradição grega, segundo Sennett (2003), da compreensão do trabalho enquanto sobrevivência do homem, o que significava afirmar que estar sob a condição de sobrevivência, era estar diante das incertezas da natureza, e subjugado a elas. Desse modo, a única forma possível de sobrevivência consistia disciplinar o tempo de trabalho, com o objetivo de se prevenir das intempéries naturais, ou seja, o labor tinha o sentido de necessidade e obrigação diante do incontrolável. Porém, havia uma peculiaridade - a atividade fundiária era separada do labor; esta, aliás, cabia ao

cidadão já que por meio da administração de suas próprias propriedades ele poderia garantir suas riquezas sem fazer destas um fim em si mesmo.

Arendt (2004) analisa o labor e observa que, na antigüidade, ele era considerado a escravização do homem pela necessidade, exatamente porque tudo que os homens tinham em comum com os animais era considerado inumano, portanto o labor, ao atender às necessidades de manutenção da vida/sobrevivência, era destinado aos escravos considerados de natureza inumana. Visto dessa maneira, a escravidão para os gregos não teve por objetivo a exploração da mão-de-obra, mas, sim, o afastamento do labor da vida dos cidadãos.

Esse entendimento alimentou também as obras dos primeiros filósofos cristãos, sendo a tradição agostiniana a responsável pela separação entre os que oravam (bispos e sacerdotes), aqueles que guerreavam em nome da fé (nobres) e os que trabalhavam, estes posicionados no extrato mais baixo da sociedade feudal (servos). Porém, o entendimento sobre o trabalho começa a mudar, mesmo nos escritos de Santo Agostinho e, sobretudo, nos escritos de São Tomás de Aquino. Em Santo Agostinho o trabalho ainda aparece como punição, porém não mais dicotomizado em trabalho manual e intelectual, pois para este pensador todas as atividades humanas carregavam o sentido de penosidade e laboriosidade. Aliás, esse sentido de labor poderia ser minimizado quando o indivíduo exercia sua atividade com espírito apaziguado e voltado para Deus. Já o pensamento de São Tomás de Aquino vai trazer um elemento novo e decisivo para a apreensão da noção de trabalho tal como entendemos hoje: o trabalho em suas diferentes manifestações concretas (religiosas, comerciais, agrícolas) contribui para o funcionamento harmonioso do todo social.

Aos poucos, tais noções vão se modificando, e se consolida a crença de que a obrigação de cada homem é cumprir seu papel destinado por Deus, o que enfraquece o ideal de escravidão e altera o conceito sobre o trabalho. Durante a Idade Média, o que se verificou foi que o trabalho deixou de ser uma forma de constrangimento para compor um ideal de “bem comum”. Contudo, ainda não se fez presente a conceituação do trabalho enquanto algo nobre ou gratificante, apenas

meio disciplinador ou obrigação. Para termos uma idéia, existia nesta época na Europa 141 feriados oficiais, permitindo que as pessoas trabalhassem, então, menos da metade dos dias do ano. (CARMO, 1992). A propósito, é necessário considerar que, a civilização medieval por ser alicerçada na economia agrícola e em um sistema hierárquico de obrigação calcado na propriedade fundiária, não estimulava o entusiasmo pelas atividades, apenas instigava o cumprimento das obrigações. Desta forma, o trabalho era necessário apenas enquanto forma de sobrevivência e meio para garantir o pagamento dos impostos; logo, o ritmo do trabalho ficava ditado pelo ciclo da natureza.

O conceito moderno de trabalho surge a partir da desagregação da sociedade medieval, por meio da construção das novas formas de produção e da comercialização, com o Renascimento e com a Reforma Protestante – estes, com um significado único, já que foram capazes de mobilizar outros valores em torno do trabalho. O Renascimento conseguiu alterar profundamente a ordem vigente na época e, ao posicionar o homem como centro e criador de sua própria história, transformou a capacidade criadora e transformadora “do fazer” em virtude humana. No entanto, somente com a Reforma Protestante é que o trabalho definitivamente pôde obter outro status e outro significado, a partir do surgimento da idéia do trabalho como vocação humana e forma de agradar a Deus, fato que acabou por modificar profundamente os fundamentos da doutrina cristã, ao posicionar o trabalho como elemento central da vida, inserindo-o num projeto de salvação.

Com a Reforma Protestante a perspectiva do espiritual ganhou contornos definidos pelos valores econômicos e o trabalho, decididamente, como elemento central. Martin Lutero foi o primeiro pensador cristão a pregar a importância do trabalho como forma ideal de servir a Deus; o entendimento era o de que todo e qualquer trabalho, desde que não para acumular riqueza, serviria de elo para a dignidade espiritual. Essa dicotomia entre trabalho e riqueza será revista a partir de João Calvino, que advoga a conciliação entre o trabalho árduo e a obtenção de riqueza; alicerçando esse pensamento de Calvino tem-se a noção de “predestinação” enquanto possibilitadora desta conciliação. Isto porque a noção de predestinação

comporta a idéia de que indivíduos escolhidos e abençoados por Deus deveriam transformar o mundo de acordo com os preceitos de Deus. E dessa forma, aos poucos, a riqueza material foi deixando de ser condenada para ser exaltada como indicativo dos predestinados por Deus. Mas ainda, diferentemente de Lutero, em Calvino a vocação poderia associar-se à procura de uma ocupação que trouxesse prosperidade, contanto que a fortuna adquirida não fosse utilizada de forma mundana e sim num eterno ciclo de reinvestimento para transfiguração do mundo conforme os desejos de Deus.

A ética protestante do trabalho amadureceu em um período propício de grandes mudanças econômicas e sociais na Europa e encontrou fundamento dentro do modo de produção capitalista. Acabou ganhando contornos seculares, que tornaram a ética do trabalho, antes de origem religiosa, em base da sociabilidade da vida moderna; facilitando, inclusive, a passagem a um outro tipo de sociedade.

No século XVIII, a Revolução Industrial toma a ética protestante como modo de vida apropriado para a burguesia e desvincula a concepção de trabalho do discurso religioso ligando-a à produção e reprodução dos novos valores da sociedade em formação. E nesse novo momento Marx (1989) destaca-se como um importante referencial para pensar a transformação da categoria trabalho ao elucidar, de maneira incontestada, a apropriação do trabalho pelo capital. O autor desvendou os mecanismos da sociedade capitalista mostrando a transformação do trabalho concreto, aquele destinado à satisfação das necessidades humanas e possibilitador da existência da condição humana, em trabalho abstrato produtor de mercadoria e alienação dos homens; e, ao fazer isto, ele indubitavelmente acrescentou ao trabalho uma dimensão até então desconsiderada.

Talvez seja pertinente dizer que, em que pese todo o movimento de resistência e de crítica ao trabalho alienante dentro do sistema capitalista - expresso nos ideais do socialismo utópico, no movimento dos operários e nos escritos de Marx - este se revestiu de um caráter positivo quase universal para os homens. O trabalho,

assim, passou a ocupar cada vez mais espaço no cotidiano das pessoas²³, fazendo com que se tenha a sensação de que a vida, na verdade, seja sinônimo de trabalho²⁴.

Desprovido da pretensão de ter elucidado a riqueza que envolve esse tema, o que esse breve retrospecto histórico permite inferir é que o trabalho veio se transformando gradativamente na sociedade ocidental e se impregnou de uma positividade que tem servido para alimentar o ideal do que seja o homem, concedendo prestígio e sendo fonte de *status* social. Para Arendt (2004), no mundo contemporâneo a deferência atribuída ao trabalho ocorre por ser ele a fonte inicial de identificação; ao perguntarmos a uma pessoa o que ela é, por exemplo, a resposta que se obtém é o que ela faz, em uma demonstração clara do papel certamente fundamental do trabalho no processo de identificação pessoal e de reconhecimento social, já que o que se manifesta recorrentemente na relação humana torna-se parte da condição humana.

A esse respeito Castel (2003) aponta que o trabalho é o eixo que organiza as relações sociais, possibilita as configurações culturais, simbólicas e identitárias, já que permite a socialização e a integração social dos indivíduos; de modo que, no entendimento do autor, o trabalho permanece como central no processo de inscrição dos indivíduos na estrutura social. Não obstante, mostra que nem sempre o trabalho moderno, configurado na forma assalariada, foi entendido desta maneira. O autor,

²³ Sugestivo desse entendimento é um Survey realizado por Betiol e Gomes (2007) no qual indagam a 150 funcionários de uma empresa em São Paulo “se você ganhasse muito dinheiro na loto, continuaria a trabalhar?”. De maneira geral, o que os autores confirmaram foi que há uma forte propensão dos entrevistados em permanecer trabalhando, apenas modificariam as condições de trabalho (menos tempo, mais liberdade, trabalho voluntário).

²⁴ Há um debate, sobretudo na antropologia, que sublinha a necessidade de considerarmos a noção de trabalho como uma invenção européia do século XVIII. Chamoux (1994) argumenta não ser possível a generalização da importância simbólica do trabalho, a despeito da centralidade que ele adquiriu nos diferentes continentes, visto que muitas sociedades tribais não criaram o termo trabalho, pois não sentiram a necessidade de identificar e isolar as atividades produtivas dos demais comportamentos humanos. A autora indica que, mesmo hoje, há sociedades tribais, a exemplo dos Achuar da Amazônia, que não possuem uma palavra que sintetize a idéia de trabalho tal como nós a concebemos: um conjunto de operações ou técnicas para a produção da subsistência. Desta forma, para a autora, o trabalho somente existe quando é pensado e vivido enquanto tal, e, por isso, o vínculo hoje verificado entre trabalho, status social, identidade e reconhecimento é, apenas, uma configuração possível entre tantas outras que não se tornaram hegemônicas.

então, desvenda como se deu o processo de assalariamento e de consolidação do emprego nos países centrais, principalmente na França e, ao descrever a constituição da sociedade salarial, adverte que na primeira metade do século XIX, na Europa, a condição salarial era vista como uma situação de miserabilidade e indignidade, visto que só aceitavam tal condição os sujeitos desprovidos dos meios mínimos que garantissem suas sobrevivências. A não aceitação e resistência à condição de assalariado é compreensível quando atentamos para as precárias condições de trabalho nesse período, as longas jornadas e a ausência de um aparato legal regulamentador; situação somente modificada com a disseminação da norma salarial.

Sabe-se que na formação da sociedade salarial, o Taylorismo desempenhou papel crucial. Também chamado de “administração científica do trabalho”, surgiu em fins do século XIX, nos EUA, com o propósito de alcançar a racionalização do processo de produção por meio do controle e do gerenciamento do tempo e da separação dos trabalhos manual e intelectual. Promoveu um aumento radical da produção a partir da decomposição do processo de trabalho e pelo controle rigoroso do tempo e dos movimentos das tarefas. (HARVEY, 2004 e DRUCK, 1999). Além disso, veio como resposta à organização dos trabalhadores; segundo Leite (1994, p. 61), “dividindo, simplificando e desqualificando o trabalho, a organização Taylorista do processo de trabalho visou fundamentalmente dobrar a resistência do operário de ofício, fortemente organizada, a fim de substituí-lo pelo operário-massa.”

Porém, em linhas gerais, o que cabe destacar desse modelo é sua grande capacidade de romper e de gerar novos padrões e novas expectativas de vida; já que uma gestão inovadora do trabalho implicava o rompimento com as antigas formas de viver e de trabalhar e o estabelecimento de outras.

Henry Ford, ao adaptar o modelo científico de Taylor em sua fábrica, em consonância com o uso da esteira e a utilização do salário como instrumento de barganha, potencializou os preceitos do Taylorismo²⁵ e fundou uma nova relação entre o capital e o trabalho: para a obtenção do salário e benefícios sociais, os trabalhadores deveriam ceder suas vidas, seus saberes e iniciativas em favor do capital. As contradições entre o capital e o trabalho foram esquematicamente reguladas sob mediação do Estado e as contrapartidas institucionais recebidas pelos trabalhadores, na forma de proteção social, consolidaram, na medida em que positivavam o trabalho assalariado, o estabelecimento da nova configuração social.

Nestes termos, Leite (1994) destaca que o modo de acumulação fordista tinha como pressuposto ser um novo modelo de produção e de consumo, pois apoiava-se na mercantilização total da produção e do consumo, substituindo a produção doméstica e seu consumo restrito por relações mercantis. Assim, para a autora, será na tentativa de fazer com que o novo padrão de consumo não pesasse demasiadamente sobre os salários dos trabalhadores, que o Estado será chamado a bancar por meio da criação de aparatos protetores e políticas sociais, a sociabilidade do Regime Fordista. Coriat (1982) indica três princípios fundamentais de atuação do Estado: a fixação de um marco jurídico-legal para regular as regras e normas do trabalho; a criação de um salário indireto, viabilizado por meio de pensões, auxílio doença e aposentadoria, capaz de garantir a existência de mão-de-obra barata; a assistência aos desempregados e acidentados, incorporando-os como mão-de-obra em reserva e não mais como necessitados e inválidos.

É oportuno lembrar que o Fordismo não se desenvolveu de maneira idêntica nos diferentes países; o grau de desenvolvimento econômico, o tipo de organização sindical e a cultura política ajudaram a formatar o paradigma quase como uma composição local, impedindo que se possa tratá-lo como um modelo rígido, aplicado

²⁵ Para Leite (1994) é possível usar o termo “organização taylorista/fordista” do processo de trabalho na medida em que Taylorismo e Fordismo se complementam; entretanto, é necessário marcar que há diferenças entre os dois, pois o Fordismo está baseado na linha de montagem, e somente pode ser aplicado na indústria de produção em série; já o taylorismo, por centrar-se nos rendimentos individuais e nos postos de trabalho, pode ser aplicado em indústrias de tamanhos variados e em pequenos lotes de produção.

com as mesmas características em todos os países. Também é oportuno fazer uma consideração sobre a participação e intervenção do Estado, evitando-se que as conquistas dos trabalhadores sejam apenas vinculadas como sendo resposta unilateral do Estado ao funcionamento do sistema capitalista. Ao gerir a força de trabalho e criar normas reguladoras das condições de trabalho e direitos o Estado estava atuando na disputa política entre capital e trabalho, concedendo parte do que os trabalhadores vinham historicamente reivindicando (salário mínimo, jornada de 8 horas de trabalho, aposentadoria, salário durante o período de desemprego e negociações coletivas).

É importante também observar que, nesse mesmo período de fortalecimento da sociedade salarial, o mundo havia passado pela Revolução Russa, pelo crescimento do comunismo e pela Segunda Guerra Mundial. Tais fatos alteraram as forças políticas e econômicas e proporcionaram a consolidação ainda mais forte do Regime Fordista, bem como a montagem do Estado do Bem Estar Social em resposta ao “perigo comunista”, o que proporcionou desenvolvimento capitalista e resposta aos anseios dos trabalhadores. E essa nova forma assumida pelo Estado, a partir do acordo e do reposicionamento dos principais atores do desenvolvimento capitalista (Estado, capital, trabalhadores e sindicatos), foi marcadamente desenvolvimentista e reguladora das condições de trabalho. (LEITE, 2003).

Para Castel (2003), há algumas condições básicas para a materialização da sociedade salarial: i) separação nítida entre trabalhadores ativos, inativos e pobres, através de políticas sociais diferenciadas; ii) fixação do trabalhador no seu posto de trabalho, adaptando-o à gestão do processo de trabalho; iii) introdução dos trabalhadores na sociedade de consumo; iv) disponibilização aos trabalhadores de acesso à propriedade social e aos serviços públicos; v) criação de um direito do trabalho no qual o trabalhador seja reconhecido como membro de uma totalidade.

Assim, nos países centrais, o auge da sociedade salarial ocorrerá somente no século XX, no período conhecido como Regime Fordista²⁶. O que é notório no pacto social fordista é a sua capacidade de dar resposta aos desejos dos

²⁶ Aqui entendido enquanto uma totalidade constituída de arranjos tecnológicos, institucionais e subjetivos articulados entre si com vistas a criação e manutenção de uma nova configuração social capitalista.

trabalhadores, ao mesmo tempo em que possibilitou o desenvolvimento do sistema capitalista por meio de uma sociabilidade fundada no compromisso entre capital e trabalho.

É oportuno lembrar que, de acordo com Gramsci (1984), o Fordismo enfrentou resistência não só dos trabalhadores, mas também das forças dominantes. Além disso, a penetração desse sistema não se deu igualmente nos diferentes países; na Europa enfrentou resistência, enquanto nos Estados Unidos da América rapidamente foi absorvido e consolidado no imaginário da população. Isto porque, na Europa o Fordismo encontrou resistências intelectuais e morais, pois chocava-se com a composição demográfica europeia que permitia a existência de classes sem função dentro do sistema de produção, tal como os ricos por tradição e os “parasitários”. Já na América do Norte a não existência de “classes parasitárias” foi um terreno fértil para a racionalização econômica contida no Fordismo.

Na cristalização do Fordismo, a constituição de um novo homem, de uma nova sociedade e a redefinição das práticas sociais foram fundamentais.

A existência dessas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com persuasão (alto salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. (GRAMSCI, 1984, p. 381).

Harvey (2004) assinala que para a consubstanciação do Fordismo foi necessário articular, dentro e fora do trabalho – os elementos de representação, cooptação, cooperação e familiarização – conformando um controle físico e mental dos indivíduos.

Não obstante esse novo tipo humano, havia um paradoxo no processo de racionalização do Fordismo: era necessário garantir a reprodução da força de trabalho, sua participação na sociedade de consumo, por meio do salário, porém a satisfação das necessidades dos trabalhadores (não mais apenas físicas) não poderia comprometer a acumulação do capital (CORIAT, 1982). Historicamente o

“dia de cinco dólares” - instituído por Henry Ford em 1914 ao garantir aos trabalhadores da linha de montagem de sua fábrica o dia de oito horas de trabalho e cinco dólares como recompensa - possibilitou a conciliação desse paradoxo, pois proporcionou simultaneamente aos operários o estatuto de trabalhador e consumidor e continuidade da acumulação do capital. Aliás, o fordismo teve a capacidade de fornecer um duplo registro de existência social aos indivíduos – produtor e consumidor. Uma renda, mas também uma nova visão de mundo. (CASTEL, 2003).

A promoção de uma mentalidade voltada ao consumo juntamente com a constituição de um aparato institucional baseado na relação salarial fordista promoveu objetiva e subjetivamente o trabalho assalariado à condição de fornecedor da riqueza social, traduzida no status social de ser um trabalhador assalariado.

1.2 - Da negação à exaltação do trabalho no Brasil

Para iniciar tal discussão a respeito do Brasil faz-se necessário ponderar que a trajetória da cultura do trabalho no país tem contornos específicos, com gênese nos períodos da colônia e da escravatura; diferentemente dos países fortemente influenciados pela doutrina protestante, com seu apelo ao trabalho enquanto vocação e obrigação moral para com Deus (WEBER, 2002) - o que não implica na isenção da existência de formas de exploração - no solo brasileiro, a marca inicial parece ter sido a do trabalho como uma forma de aviltamento da condição do homem, esculpida nos quase quatro séculos de escravidão, uma vez que um importante substrato de formação da nossa cultura do trabalho deveu-se ao cativo e à deterioração das condições do trabalho manual pelo sistema escravista. Assim, a escravidão deixou como legado, no processo histórico, uma imagem negativa do trabalho, algo pejorativo, o que acabou por contribuir para o despertar da cultura do ócio, da esperteza, com o total desprezo pelas atividades manuais, consideradas quase sempre degradantes. Dessa forma, Colbari (1995) ressalta que, em nossa sociedade escravista, a formulação de cunho liberal, que associa trabalho/riqueza/prosperidade/cidadania, assumiu um viés inverso. Aqui, o trabalho

adquiriu, então, uma conotação marcadamente negativa. “Para nós, o trabalho só existia enquanto negação da liberdade e marca da inferioridade social, e não como condição para uma vida melhor”. (COLBARI, 1995, p. 32).

No Brasil Colônia, a primeira mão-de-obra a ser utilizada foi a indígena, a qual se mostrou indomável em face das constantes fugas dos índios para o mato, da resistência em aceitar o trabalho forçado e das mortes por doenças. Assim, com empreendimento tão difícil e tão pouco rentável, adotou-se a mão-de-obra dos negros africanos, aqui submetidos, desde logo, ao regime escravocrata.

Kowarick (1994) registra o surgimento no Brasil de uma concepção que posicionou senhores e escravos de um lado - o lado do trabalho - e todos os outros como categorias residuais e impróprias ao trabalho, como os trabalhadores livres, os quais, no fim do século XVIII, representavam quase a metade dos três milhões de habitantes. Esses trabalhadores livres eram equiparados aos vagabundos, mendigos e a todo um conjunto de indivíduos tidos como desclassificados socialmente. Ainda segundo Kowarick, (1994) esses indivíduos, nem senhores e nem escravos, e, portanto, excluídos do mundo do trabalho, só eram contratados para, eventualmente, executar atividades não apropriadas aos escravos tais como abertura de estradas, desmatamentos de áreas, transportes, implantação de ferrovias, convocações para o serviço militar e repressão e captura de escravos fugidos.

Nota-se que, embora se faça referência ao termo “trabalhadores livres”, não é possível considerar a existência de um mercado de trabalho durante o período do Brasil-Colônia, uma vez que estes indivíduos viviam à margem do sistema produtivo, mas sem a designação de desempregados. O não-trabalho destes homens livres, embora os colocasse numa situação de extrema miséria e de desqualificação social, não era vivido e reconhecido como desemprego e, sim, como uma situação de “trabalhadores-livres”, “trabalhadores-vadios” e “trabalhadores-nacionais” não adequados ao trabalho regular e organizado. Por outro lado, como necessitavam de poucos recursos para sobreviver, também não se adaptavam ao modelo de trabalho contínuo e regulado imposto na época. (KOWARICK, 1994).

Entretanto, com a diminuição e mais tarde, a proibição do tráfico de escravos no Brasil, a mão-de-obra escrava tornou-se escassa e pouco econômica, fazendo com que os senhores proprietários de terra, sobretudo os cafeicultores, tivessem de buscar na mão-de-obra européia a força de trabalho necessária à substituição dos escravos. Posteriormente, diante das dificuldades em permanecer com as contratações dos trabalhadores europeus e por conta do crescimento da economia, uma nova dinâmica passou a envolver os trabalhadores nacionais: antes estigmatizados e preteridos, passaram a ser considerados indivíduos com qualidades, sob a justificativa de que a situação histórica de abandono é que havia desperdiçado os seus potenciais de trabalho. Assim, o que antes significava preguiça e aversão ao trabalho, passou a ser considerado falta de ambição e desprezimento pelos bens materiais, atributos, naquele momento, desejáveis ao sistema e presentes nos “trabalhadores nacionais”. (KOWARICK, 1994).

Porém, devido às péssimas condições de trabalho (baixa remuneração, jornadas de trabalho extenuantes e ambientes insalubres) nas primeiras fábricas no Brasil, nem todos os trabalhadores nacionais puderam submeter-se ao sistema fabril, ao que preferiram se dedicar aos serviços eventuais nas cidades. Reforçando essa rejeição ao trabalho fabril, ainda é possível sinalizar o menor rendimento recebido pelo trabalhador nacional se comparado ao que era pago ao trabalhador estrangeiro. Mas, além dos baixos salários e da precariedade das condições de trabalho também dificultava essa adesão o fato de permanecer uma íntima ligação do trabalho assalariado fabril ao antigo mundo escravocrata, pois muitos senhores de escravos tornaram-se patrões de trabalhadores livres e, diante de certas falhas cometidas por seus empregados, continuavam a utilizar os castigos anteriormente destinados a punir seus escravos. (KOWARICK, 1994).

Lara (1998) problematiza esta discussão lembrando que a opção pelos imigrantes em vez de ter uma explicação exclusivamente ideológica – imigrante como figura superior preparada para o mundo do trabalho – pode ser lida também como decorrência das exigências maiores que os ex-escravos impunham aos fazendeiros. Afinal, a experiência da escravidão deixou marcas que moldou as

reivindicações dos libertos e acabou por torná-los mais exigentes nas condições de trabalho e menos na questão salarial. Então, procuravam afastar qualquer vestígio característico da escravidão: não aceitavam trabalhar em fazendas onde houvessem sido escravos, preferiam viver longe de seus patrões e evitavam a inserção de suas mulheres e crianças.

Ainda para a autora, é necessário rever a ruptura operada entre escravidão e trabalho livre e o papel do ex-escravo no processo de consolidação do capitalismo no Brasil, a começar pela relativização da noção de liberdade. Isto porque, para os libertos e escravos, liberdade adquiria outros significados que não o de vender livremente a força de trabalho; poderia, por exemplo, exprimir vontade de viver longe da tutela do senhor, ou o ir e vir livremente; poderia também significar reconstituir seus laços familiares ou não servir a mais ninguém. Essa dicotomia, segundo a autora, acabou por escamotear durante longo período o papel do negro na história do trabalho ao cindir uma falsa ruptura remetendo a noção de trabalho somente ao período pós-escravidão.

Portanto, sabe-se que, durante todo o período colonial brasileiro, o trabalho não gozou de um sentido positivo; foi necessária a elaboração de um referencial ideológico capaz de legitimar a atividade produtiva, proporcionando-lhe uma feição dignificante. Na elaboração deste referencial, a família e o Estado foram as instituições que desempenharam papel de destaque: a família brasileira com uma função decisiva na consolidação da cultura do trabalho - por articular e executar os elementos produtores do discurso legitimador da positividade do trabalho - e o Estado, através do reforço desta positividade a partir de mecanismos da estigmatização ou criminalização das massas populares, ou mesmo pelo uso da violência como forma de garantir a força de trabalho. (COLBARI, 1995 e CHALHOUB, 2001).

A transição do trabalho escravo em trabalho livre no Brasil estabeleceu a necessidade de se realizarem mudanças nas representações sobre o trabalho; diante de uma nova ordem social, foi necessário adquirir e exaltar outras concepções e valores, mais adequados às mudanças socioeconômicas em andamento. Logo, foi

preciso refazer os caracteres aviltante e degradante que ainda envolviam o trabalho e imprimir nele uma nova roupagem, capaz de torná-lo o elemento positivo na implantação da nova ordem capitalista, o que só foi possível por conta de uma mudança radical na concepção do trabalho, outrora concebido sob o regime da escravidão. Incorporaram à nova noção conceitos como o de ordem e progresso, aludindo-se, dessa maneira, à emergência de uma nova civilidade centrada na idéia de nacionalidade e de progresso a partir do trabalho. Mas como operar esta mudança: a transformação de algo degradante, presente durante mais de três séculos, em valor supremo da vida em sociedade?

Sem a pretensão de esgotar todos os aspectos que contribuíram para a consolidação da cultura do trabalho no Brasil, pois sabe-se que não resultou de uma transformação simples, e sim de um conjunto de fatores que foram simultaneamente se interrelacionando, envolvendo dimensões políticas, culturais, sociais e econômicas, é possível, em obediência ao propósito deste texto, centralizar nos aspectos ideológicos produzidos pela elite brasileira. E dizer, a partir do entendimento de Chalhoub (2001), que tal processo foi viabilizado por várias etapas que puderam operacionalizar a nova construção ideológica do trabalho. Primeiro, a idéia de que o trabalho era o elemento ordenador da sociedade e que o cidadão receberia da sociedade proteção, liberdade, direitos individuais e honra, em troca de oferecer à sociedade empenho em seu trabalho. Uma segunda idéia foi a vinculação entre os conceitos de trabalho e de moralidade: quanto mais dedicado fosse o indivíduo ao seu trabalho, mais atributos morais ele obteria. Esta noção foi transcrita, inclusive, em projetos políticos que previam a condução dos ociosos às colônias de trabalho agrícolas, com o objetivo de desenvolver nos internos o gosto pelo trabalho - igualmente se previa o recebimento, pelos internos, de uma quantia em dinheiro para que fossem estimulados a desejar a aquisição de bens pelo fruto do seu próprio trabalho, quando saíssem da prisão; um estímulo, portanto, para o desenvolvimento do gosto e do respeito à propriedade. A elaboração do conceito de vadiagem também foi um momento importante nesse processo de construção ideológica, ou seja, condenavam-se aqueles indivíduos que se negavam a “pagar sua dívida” com a

comunidade, uma vez que gozariam da condição de não contribuintes, conseqüentemente, “preferindo” o caminho à margem do convívio social²⁷.

E como suporte deste cenário é pertinente indicar o Positivismo enquanto ideologia viabilizadora do processo de produção capitalista no Brasil, na medida em que difundia a idéia da sociedade como “corpo social”, no qual a divisão das partes compunha um todo coeso. Embora seja possível identificar o Positivismo enquanto doutrina filosófica antimetafísica e antiteológica, e, portanto revolucionária em seu tempo, aqui importa seu desdobramento enquanto ideologia que sustentava e legitimava a divisão social entre os que “comandavam” e os que “obedeciam”.

Mas, como bem lembra Gomes (1994), é essencial tomar os trabalhadores enquanto atores políticos, e neste sentido, verificar que a ética e a valorização do trabalho defendida pelas elites políticas também nasceu pelas mãos dos próprios trabalhadores durante a Primeira República. Pois, no entendimento da autora, o projeto político estatal do “Trabalhismo” somente teve o grande alcance, tal como conhecemos, porque ele soube incorporar o discurso e a auto-imagem da classe trabalhadora, sobretudo a das lideranças. Ademais, também o movimento dos trabalhadores, ao lutar por melhores condições de vida e de trabalho concretizava seus desejos e, simultaneamente, legitimava a ética do trabalho.

Também foi significativo nesse processo de transição para o trabalho livre a criminalização das massas populares por meio da noção de “classes perigosas”. Guimarães (1981) mostra como no Brasil, aos poucos, o conceito de “classes perigosas” - originalmente utilizado na Inglaterra para se referir aos indivíduos reincidentes em crimes ou que tivessem optado pela sobrevivência a partir de furtos ou pequenos delitos - foi se ampliando e se convertendo em sinônimo de “classes

²⁷ Há, entretanto, uma consideração em torno da ociosidade e sua relação com a ordem social que vale ressaltar: ser ocioso em si não era considerado uma característica ruim, desde que o ocioso possuísse meios de garantir sua sobrevivência; o problema tornava-se incômodo à ordem social quando se aliavam ociosidade e indigência. Nestes termos, existia uma má ociosidade - característica dos pobres a ser reprimida - e uma boa ociosidade, atributo dos ricos nobres, a ser enaltecida. (Chalhoub, 2001).

pobres”, o que implicou colocar de antemão todos os pobres como potencialmente inimigos da ordem social e, portanto, passíveis de sanções e de controle intenso.

Havia a imposição do assalariamento ao trabalhador pela vigilância constante, pela apreensão dos indivíduos que, apanhados nas ruas e nos botequins, não conseguissem comprovar sua condição de trabalhadores. Sobre os imigrantes, inclusive, houve uma ressalva importante: como protótipos do trabalhador ideal, não se permitiria que “caíssem” na ociosidade, pois poderiam, desse modo, ameaçar o intento de construção da cultura do trabalho. Visto que, transformar homens em trabalhadores, inequivocadamente, “requer também o exercício de um controle sobre sua vida fora do espaço do trabalho, pois, afinal, um indivíduo integrado à sociedade se define ainda por certos padrões de conduta amorosa, familiar e social”. (CHALHOUB, 2001, p. 171).

Assim, houve grande intensificação dos esforços das elites locais para difundir uma cultura do trabalho que resultasse em atitudes favoráveis ao nascente trabalho fabril. Foi empreendido por parte do Estado e dos empresários um esforço de disciplinamento e de normatização da vida na fábrica e fora dela. O novo padrão de moralidade, ao tentar enquadrar e fixar padrões de conduta familiar e social adequados à nação²⁸, estendeu-se extra fábrica e passou a moldar inclusive o lazer, os valores familiares e a definição de homem de bem. (CHALHOUB, 2001). Aliás, como nos lembra Paoli (1994), o controle exclusivo, pessoal e privado da fábrica pelos empresários passava pelo controle da vida dos trabalhadores dentro e também fora da fábrica; essa era a maneira entendida de garantir a exploração intensa do trabalho para a obtenção e aumento dos lucros, concretizados nos projetos de vilas-operárias com toques de recolher e na recusa em aumentar o tempo livre dos trabalhadores.

²⁸ Entretanto, esse processo de disciplinamento e normatização não ocorreu sem resistência. As massas reagiam a partir de seu modo desregrado de viver, de suas músicas debochadas, de suas práticas religiosas e de lazer. Sobre o tema da resistência e conformismo popular ver Chaufé (1993).

Todo esse investimento ideológico e repressivo ainda foi percebido durante a República Velha. De acordo com Chalhoub (2001), o universo ideológico das classes dominantes neste período transitou entre dois mundos: de um lado, o mundo do trabalho e da moral e de outro, o mundo da ociosidade e do crime. Assim, estabeleceu-se uma hierarquia de escala social: no primeiro plano, mais elevado, posicionaram-se os patrões, seguidos longinquamente pelos bons empregados, constituindo um mundo baseado na ordem. Por outro lado, no segundo plano, inferior, estabeleceu-se o mundo dos que não queriam aderir ao trabalho, dos que haviam optado pela ociosidade, pela desordem e pela depravação. Para o autor, ao se estabelecer uma linha contínua de posições, que se estendia desde a linha mais moralizante e desejável até a menos moralizante e condenável, as elites não estavam dicotomizando a estrutura social ou fazendo oposição entre dois mundos; ao contrário, estavam, sim, construindo um todo integrado onde crime e desordem representavam também os elementos fundantes e reprodutivos daquela ordem social.

As mudanças significativas ocorreram a partir dos governos populistas. Para Nardi (2002), particularmente, a era Vargas imprimiu ao trabalho um valor intrínseco. A Constituição de 1937, oportunamente, operacionalizou este entendimento ao apontar que

O trabalho é um dever social: o trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e solícitude especiais do Estado; a todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto; e este, como meio de subsistência do indivíduo, constitui um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa. (CARONE, 1976, p. 134 apud COLBARI, 1995).

A partir desse contexto, então, o significado do trabalho ultrapassou a dimensão utilitária até então vigente, a do trabalho enquanto o “ganha-pão”, ou como o que produzia os bens, ganhando uma dimensão ideológica que invocou a idéia do trabalho como um “serviço à nação”, o que acarretou implicações subjetivas e objetivas para os trabalhadores, pois, ao clamarem pelo trabalho como um dever social, a eles foi concedido um novo status: o de mercedores de garantias e de proteções sociais. Assim, constituiu-se uma cultura do trabalho, com a separação

dos vadios em relação aos trabalhadores pobres e a constituição de uma “pobreza laboriosa”, a dos pobres redimidos pela árdua tarefa de garantir a sobrevivência pelo trabalho.

1.3 – O trabalho ganha outro sentido: a cultura do emprego

A despeito do valor atribuído ao trabalho, sabe-se quão precárias eram as condições dos trabalhadores no início do capitalismo e a resistência destes em submeter-se ao trabalho assalariado²⁹. Foi a partir da consolidação das leis trabalhistas que a relação salarial foi se modificando lentamente e passou de um estado precário e restrito a uma condição apoteótica e desejada por todos. Marx (1989) e Thompson (2002) mostram - via criação de leis trabalhistas, por exemplo - a luta intensa dos trabalhadores pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. Sabe-se, porém, que o contrato de trabalho resultou não só da luta dos trabalhadores, como também da necessidade de reprodução e de sobrevivência do capitalismo, sob a garantia e a legitimidade do Estado. O Estado, aliás, aparece como mediador central entre o capital e o trabalho na consolidação do contrato de trabalho fundador dessa relação de emprego.

Portanto, a sociedade salarial enquanto “missão civilizatória do capital”, entendida como a resultante da interação do capital com o trabalho, transformou o trabalho em emprego, isso porque ela instituiu um conjunto de medidas protetoras e de garantias de direitos sociais, que mantinham os trabalhadores dentro do mercado de trabalho, mesmo os desempregados (na forma de seguro-desemprego) e os aposentados (na forma de aposentadoria), e, simultaneamente, viabilizava um mercado consumidor formado a partir dos próprios trabalhadores.

É verdade que, a despeito das conquistas, a sociedade salarial não eliminou a desigualdade e a exploração; contudo, para os trabalhadores inseridos no sistema, significou uma situação confortável e estável, já que na condição de empregados,

²⁹ Ver Thompson (2002) sobre a formação da classe operária e a luta dos trabalhadores.

eles poderiam planejar o futuro, por tempo supostamente indeterminado, a partir do trabalho. Nesse sentido, a condição salarial passou a ser extremamente desejada, não só pelos operários, mas também pelos indivíduos, portadores de diplomas e pertencentes aos extratos sociais mais elevados. Isso, de certa maneira, acabou por enfatizar a importância do trabalho assalariado, proporcionando-lhe um sentido de organizador social, fornecedor de identidade e garantidor da participação social, ainda que nos moldes estabelecido pelo sistema capitalista. Dessa forma, constituiu-se o que se definiu como sociedade salarial, na qual os indivíduos são localizados e identificados como ocupantes de uma posição no salariado. (CASTEL, 2003).

Dentro da sociedade salarial surge o emprego, enquanto uma maneira de organização do trabalho datada no tempo e no espaço. Ele é apenas uma das formas possíveis de organizar o trabalho; todo emprego é trabalho, mas nem todo trabalho pode ser considerado emprego, já que pode haver, por exemplo, trabalho de coleta extrativista, trabalho escravo ou aquele destinado à subsistência, sem nenhuma relação contratual que caracterize emprego, embora haja atividade laboral. O emprego é, assim, uma forma histórica assumida pelo trabalho que implica uma relação de troca garantida por um contrato de trabalho, o que permite a inscrição na estrutura social (CASTEL, 2003).

A forma emprego só se torna hegemônica quando as relações de produção capitalista se consolidam e se propaga o trabalho assalariado regulamentado pelo contrato de trabalho e garantido pelo Estado. Nesse período, na Europa, o emprego deixou de ser considerado uma mera ocupação, para se tornar a própria vida dos trabalhadores, os quais passaram a poder exercer a cidadania e participar da sociedade de consumo³⁰. A hegemonia da forma emprego foi ganhando força no imaginário social a ponto de englobar totalmente a própria noção de trabalho. O termo “cultura do trabalho”, adotado para pensar a realidade brasileira, surge desse contexto, por pressupor um histórico fundado na relação assalariada, assentado na

³⁰ Nessa discussão, Sennett (2003) destaca a importância que a noção de carreira, projetada pelo emprego fordista, teve durante a sociedade salarial: o salário implicava ser o sujeito portador de um valor monetário regular e simbólico, traduzido no orgulho de ser um empregado.

forma emprego enquanto mecanismo de distinção entre trabalhadores (portanto indivíduos produtivos) e os que eram apenas pobres (TELLES, 2001).

No Brasil, talvez a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943 - e a criação da carteira de Trabalho sejam os símbolos do emprego assalariado. A Carteira de Trabalho e Previdência Social foi instituída em 29 de outubro de 1932, pelo Decreto n. 2.035 e reformulada em 1º de maio de 1943, a partir da CLT. Desde então, passou a ser um signo de referência para o mercado e indicações como “carteira suja”, “carteira limpa” ou mesmo “carteira virgem” tornaram-se comuns. A carteira suja podia (e ainda pode) pontuar um excesso de rompimentos de contrato de trabalho ou demissões por justa causa, como também representar situações nas quais o indivíduo aceita um trabalho com remuneração inferior; já a carteira limpa simboliza o desejo de todos: registros formais de empregos e poucas demissões, todas sem justa causa.

Santos (1987) sugere, a fim de que possamos pensar nas ações do Estado no processo de legislação e na organização do trabalho pós-30, o conceito de *cidadania regulada*, já que, para ele, a noção de cidadania sustentada nesse período foi marcadamente um direito adquirido por causa da posição ocupada no processo produtivo devidamente reconhecido por lei, e não um direito generalizável a todos os indivíduos da comunidade.

Por cidadania regulada, entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. (SANTOS, 1987, p. 68).

Em decorrência disso, a ampliação da noção e dos direitos de cidadania obrigatoriamente passou a necessitar do reconhecimento legal por parte do governo de novas profissões. Também tornaram-se pré-cidadãos todos aqueles que desenvolviam atividades não reconhecidas por lei, embora desempenhassem ocupações no processo produtivo. Ao atrelar cidadania à ocupação, desempregados, subempregados, empregados instáveis e os que ainda não tinham suas ocupações regulamentadas foram categorizados como não cidadãos.

O conceito de cidadania regulada também pode ser utilizado para compreender o universo da sindicalização, na medida em que o Governo promulga lei em que faz distinção entre sindicatos dos empregadores e dos empregados, além de fixar a sindicalização por profissão. Assim, diferentemente do que foi determinado pela Lei de 1907, que garantia autonomia para que os sindicatos definissem quem participaria ou não da organização, agora a nova lei passou a estabelecer, ela mesma, quem faria ou não parte do sindicato. Além disso, o Estado também fixou que somente poderiam entrar com pedido de reclamações trabalhistas os empregados devidamente sindicalizados, portanto, aqueles que exercessem profissões regulamentadas, o que gerou a exclusão de uma parcela significativa de trabalhadores sem direito à sindicalização. Ainda dentro do mesmo conceito de cidadania regulada, a carteira de trabalho de 1932 permitiu a segmentação entre regulamentados e não regulamentados, cidadãos e não cidadãos, criando um tipo de “certidão cívica” para o indivíduo. Dessa forma, a regulamentação das profissões, o sindicato público e a carteira profissional tornaram-se os parâmetros da cidadania regulada pelo Estado, na qual o direito de cidadania iguala-se a direito profissional - uma cidadania definitivamente regulada, destituída dos caracteres universal e público presentes em outros países.

Ao pensarmos na cidadania regulada, identificamos o lado perverso de uma tradição que se funda no trabalho regulamentado por lei, que ignora a existência civil de todos aqueles que não estão protegidos por ela. Nesses termos, a carteira de trabalho configura-se como o passaporte para a existência dos indivíduos no mundo dos direitos, ultrapassando, em muito, o papel de mero documento comprobatório do percurso do trabalhador no mercado de trabalho. Nela deve constar uma existência legítima (trabalhador responsável e obediente e com um percurso ocupacional identificável). Em contrapartida, os que não possuem tais credenciais ficam expostos a uma existência ilegítima e sujeita à repressão policial. Nesses termos, para Telles (1993 e 2001), a carteira de trabalho tem a capacidade de redimir o indivíduo do estigma da pobreza por fornecer um status de respeitabilidade e de honestidade. Assim, não é de se estranhar que, ao perder o vínculo com o trabalho formal, os indivíduos sintam também uma perda do seu lugar na sociedade e de sua cidadania,

(assim como tampouco é de se estranhar o fato de que nas batidas policiais a carteira de trabalho sirva como documento identificatório e classificatório dos indivíduos).

O fato de o modelo salarial não ter se generalizado fez Druck (1999) sugerir que tivemos um *fordismo à brasileira* e a inauguração de uma fase histórica de crescimento econômico e crença na possibilidade de uma formalização progressiva das relações de trabalho. Portanto, apesar de o emprego formal (assalariado, protegido pela lei) nunca ter se materializado para o conjunto da população brasileira, ele se afigurou horizonte desejável e possível durante o período de crescimento econômico, mais especificamente até o início de 1980 e o trabalho, para além da questão técnica de produção, passou a atuar como base central de identificação e localização dos indivíduos na estrutura social. Isso porque o mercado de trabalho estava se estruturando; o emprego registrado expandia-se e absorvia a população que chegava às cidades. Dessa forma, embora não tenha sido generalizado no País, a forma emprego ganhou força no imaginário como um objetivo a ser alcançado e, da mesma forma, a carteira de trabalho, como materialização desta forma emprego, instituiu-se enquanto símbolo de dignidade, sobretudo para os pobres.

Quando se procura compreender, então, como a cultura do trabalho e do emprego foi sendo formulada no País, percebe-se a centralidade da proteção social como mecanismo de valorização do trabalho assalariado. Santos (1987) faz um levantamento sobre o histórico de proteção social no Brasil e pontua que seu início se baseou somente nos atributos ocupacionais e não remeteu a direitos coletivos ou à cidadania. A Lei 3.397, de 24 de novembro de 1888, primeira lei amparando os empregados da estrada de ferro do Estado, na forma de Caixa de Socorro, ofereceu pequena ajuda aos trabalhadores durante o período de doenças e auxílio funeral. Em seguida, ainda antes do Brasil República, foi criado o Fundo de Pensões do Pessoal das Oficinas da Imprensa Nacional, pelo Decreto 10.269, de 20 de julho de 1889. Para o autor, a política de proteção social ao trabalhador não se alterou substancialmente com a República, pois em 1889 concedeu-se o direito a férias de 15 dias aos trabalhadores da rede de abastecimento de água da Capital Federal, em

seguida estendido aos ferroviários da Central do Brasil e, mais tarde, também a outros funcionários públicos. Somente em 1903 a rede de proteção ultrapassa o funcionalismo público e atinge os empregados do setor privado. Começa também uma mudança, ainda que tímida, por parte do Estado, em relação ao reconhecimento dos direitos dos indivíduos para além de suas ocupações profissionais. Nesse sentido, para o autor, foi significativo, por parte do Estado, o reconhecimento em 1907 do direito de organização sindical dos profissionais da agricultura e da indústria rural na medida em que implicou o reconhecimento de demandas coletivas e não mais individuais.

Nos anos que se seguiram, o autor destaca o Direito de Férias, que foi regulado em 1º de setembro de 1933 para os trabalhadores dos bancos e do comércio e em 18 de janeiro de 1934 para os da indústria. Também são desse período outros itens importantes, como a jornada de oito horas diárias - decreto 21.186 de 22 de março para os trabalhadores do comércio e 21.364 de 4 de maio para os da indústria - a criação da carteira profissional obrigatória para os trabalhadores urbanos - Decreto 21.175, de 21 de março de 1932, sucessivamente regulamentado por outros dois Decretos (21.580 e 22.035). Dessa forma, o período compreendido entre 1931 e 1934 representou um processo efetivo de regulamentação do trabalho. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio pelo Decreto 19.667 de 04 de fevereiro de 1931, o qual implementou meios materiais e humanos para fiscalização e execução das leis trabalhistas e previdenciária foi um momento importante desse processo. Em 1934, entrou em vigor o Decreto 29.694, que reconheceu o direito dos sindicatos de lutarem por seus interesses econômicos e por melhorias no trabalho. Depois deste período, destacaram-se a regulamentação e a implementação do salário mínimo em 1940 e a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943.

Em relação à participação do Estado na regulamentação do trabalho no Brasil, pode-se apontar a existência de um caráter essencialmente conciliatório, cuja estratégia foi garantir a equidade social, impedir iniquidades ameaçadoras da ordem e, ao mesmo tempo, possibilitar a acumulação capitalista. Para Santos (1987), o governo Vargas de 1931 a 1935, atendeu de maneira eficaz muitas das

reivindicações operárias, o que desabilita a explicação do prestígio do governo em termos puramente ideológicos de “alienação”. Habilmente, esse mesmo Estado soube, mais tarde, controlar os sindicatos, usando o expediente do “sindicalismo único” por categoria como mecanismo de barganha, de assimilação e de cooptação das estruturas sindicais.

Para Telles (1993), há um paradoxo na institucionalização da noção de cidadania na sociedade brasileira: a marca de uma tradição de mando e de autoridade, sob a hierarquia que reproduz a dualidade em inferiores e superiores, gerou um sentido de cidadania atrelada à obediência dos inferiores. Para a autora, a cidadania concedida durante a década de 1930 operou uma inversão, uma vez que retirou os trabalhadores do mando ilimitado do poder patronal e colocou-os sob a tutela do Estado. A partir desse momento, acabou por se instituir um modelo de cidadania dissociada dos direitos políticos e também da equivalência jurídica, mas atrelada ao cumprimento do papel de trabalhador³¹. A cidadania, assim pensada, relaciona-se com mercado de consumo, ou seja, a cidadania é concedida pelo mercado a partir da integração dos indivíduos à sociedade do consumo.

Ainda segundo a autora, agravando mais a situação, o permanente curto-circuito que envolve o mercado de trabalho no país (desemprego, baixos salários e trabalhos precários) não permite que esses trabalhadores possam fazer de seus vínculos de trabalho o passaporte para suas identidades enquanto sujeitos produtivos. Para a autora, falta o “acabamento simbólico implicado no exercício de direitos e na prática da representação sindical, acabamento simbólico que constrói parâmetros de semelhança, identificação e reconhecimento” (TELLES, 1993, p. 13).

Compartilhando do mesmo argumento, Chauí (1993) irá indicar que a sociedade brasileira conserva a cidadania como privilégio de classe.

Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do “caráter nacional. (CHAUI, 1993, p. 54).

³¹Para Telles (1993), essa noção restrita de cidadania acaba resultando em um olhar sobre a pobreza como algo intrínseco à esfera social. Contudo, sabe-se que a pobreza não significa somente a falta de recursos, vai além da carência material; é percebida e inscrita muito antes, nas regras que organizam a vida em sociedade.

A cultura do emprego, portanto, aparece então ligada, não ao labor, mas ao trabalho como mecanismo de sociabilidade, uma vez que remete à seguridade social e à possibilidade de projetar o futuro. Assim, diferentemente da cultura do trabalho, tratada na primeira parte deste capítulo, a cultura do emprego garante sobrevivência material e identitária, pois o emprego, com salários e direitos instituídos durante o Regime Fordista, permitiu que os trabalhadores planejassem a vida. Essa consideração não é uma apologia à legislação trabalhista, nem uma celebração de um passado idealizado; tampouco é reveladora de um saudosismo fordista, mas o reconhecimento de que a existência da legislação e a vivência em um período de crescimento econômico geraram, em uma parcela significativa de trabalhadores, a expectativa de que todos seriam, um dia, incorporados ao mercado. Ademais, funcionou como parâmetro de identificação e meta de vida inclusive para aqueles indivíduos que estavam fora e que dificilmente conseguiriam se inserir no mercado de trabalho formal. Isto porque a existência de empregos protegidos para “os outros”, confrontada com a impossibilidade de obter um emprego “para si”, subsidiava a compreensão do presente e a expectativa de futuro de todos.

1.4 – O trabalho sob a égide da flexibilidade, da instabilidade e da incerteza

Todavia, essa cultura do emprego, que nos países de capitalismo central aproximou-se do pleno emprego, começou a mudar por volta de 1970 e aos poucos foi consolidando-se um novo padrão de acumulação capitalista, que pressupõe novas regras e valores acerca do trabalho, denominado por Harvey (2004) como *Regime de Acumulação Flexível*.

Podemos dizer que aquela ordem sócio-política começou a desmoronar no início dos anos de 1970, iniciando-se um processo de mudança na estrutura produtiva sob o aparato ideológico neoliberal que remodelou o papel do Estado, colocando-o diretamente a serviço do capital, retirando-lhe o papel de intermediação

entre o capital e o trabalho. Contribuíram para tal desmoronamento as críticas feitas ao Regime Fordista, sobretudo as realizadas pelos movimentos sociais, pelo movimento feminista, pelo movimento estudantil de maio de 1968 e pelo movimento operário. A onda de protestos dos anos 1960 contra a organização taylorista/fordista de trabalho ganhou força e deu visibilidade aos problemas nessa forma de organização, tais como: desqualificação do trabalho, apropriação do saber operário, rotinização das tarefas, vigilância e arbitrariedade patronal, aumento do ritmo do trabalho e pagamentos individualizados baseados em prêmios. Esses movimentos de contestação atingiram inicialmente a França, a Itália e os Estados Unidos, espalhando-se por quase todos os países industrializados, fazendo com que esta forma de organização do trabalho fosse duramente questionada. (LEITE, 2003).

A essa crise somou-se o esgotamento econômico e tecnológico do próprio Regime Fordista, que se mostrou incapaz de manter os padrões de produção e de consumo - frente ao acirramento da concorrência intercapitalista depois de quase 30 anos de crescimento ininterruptos da economia mundial - fazendo erigir um novo modelo flexível de gestão, de organização do trabalho e, sobretudo, de novos valores. Harvey (2004) para destacar a complexidade e abrangência desta mudança refere-se ao Regime de Acumulação Flexível por comportar não somente uma nova forma de organização do trabalho, mas um novo arranjo societal.

Quando da vigência do Padrão Fordista de Produção, ao menos nas economias centrais de capitalismo avançado, a perspectiva de "emprego seguro e para a vida toda" era constante no planejamento organizacional das empresas e no horizonte dos trabalhadores. Todavia, com a gradativa adoção do Padrão Flexível de Produção, essa perspectiva foi se desfazendo e ficando cada vez mais evidente que o emprego, caracterizado a partir de uma carreira contínua, coerente e segura não se apresentava mais como possível para boa parte dos trabalhadores. Empregos permanentes tornaram-se, então, cada vez mais restritos a poucas empresas e cargos. Em contrapartida, disseminou-se uma nova forma de emprego flexível no tempo e no espaço, o que gerou novas formas de contratação de trabalho: em tempo parcial, temporário, por conta própria, terceirizado, informal etc. (SENNETT, 2003, DOWBOR, 2004, DEDDECA 1999 e CASTEL, 2003).

Uma nova concepção de trabalhador foi gestada para atender as demandas da reestruturação produtiva: a necessidade de um trabalhador que soubesse lidar com tecnologias, com processos flexíveis de trabalho e que tivesse a disponibilidade de ser, ele próprio, um trabalhador flexível. Exigiu-se também a sujeição do trabalhador ao ideário da empresa, por meio da fabricação de novas subjetividades, que tornaram obscuros e dissimularam o conflito entre capital e trabalho. (CATTANI, 2002). Esse processo cristalizou-se pela elaboração de noções que, de certa maneira, condensam o conteúdo ideológico do capitalismo atual. E entre as noções que mais se ajustam para pensar o desemprego, têm-se a empregabilidade e o empreendedorismo. Leite (1987, p. 64) observa que o conceito de empregabilidade, compreendido como “a capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar um novo emprego quando demitida” foi criado para dar resposta ao pressuposto de que as novas tendências das atividades produtivas desembocariam numa necessidade de constante aumento da qualificação dos trabalhadores; e desta forma, fariam pensar que o desemprego se deve à baixa qualificação. Porém, a autora argumenta que há um conjunto de problemas envolvendo essa noção, entre os quais pode-se destacar o fato de que a maior qualificação não resolve o problema do desemprego gerado pelo uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, pela busca incessante do lucro mediante a precarização dos vínculos de trabalho e pela adoção de um ideário de política econômica que limita o crescimento dos países. Por conseguinte, o eixo da noção de empregabilidade gira em torno do pressuposto de que o desemprego é resultante da inadequação entre mão-de-obra, qualificação e exigências do mercado no novo paradigma produtivo, o que não toca no centro da questão: o de que a existência do desemprego deve-se ao descompasso entre as dimensões da população economicamente ativa e as ofertas de trabalho.

Na mesma trilha é possível situar o empreendedorismo que, inspirado no pensamento liberal clássico, reafirma o individualismo como a mola propulsora do desenvolvimento econômico. Atualmente, no discurso empresarial, o termo empreendedorismo é utilizado para definir um conjunto de ações e atitudes dos indivíduos, tais como a capacidade de tomar iniciativas, de buscar soluções e de agir na resolução dos problemas econômicos, sociais e pessoais.

A lógica do empreendedorismo, transportada para o mercado de trabalho, forja um conjunto de quesitos, ditos como indispensáveis, que os indivíduos deveriam ter (ou adquirir) para “triunfarem” no mercado de trabalho flexível. Desta maneira, aceitar os riscos, não temer o fracasso, ter controle e responsabilidade, ter auto-confiança, ter iniciativa e ser persistente e otimista, alimentam o ideal do que seria um homem empreendedor, e, simultaneamente, a exemplo do termo empregabilidade, mascaram as causas do desemprego e reforçam o processo de auto-culpabilização do fracasso pessoal no mercado de trabalho. Assim, dissemina-se a idéia de que o desemprego pode ser resolvido pela capacidade individual de criar possibilidades de sobrevivência no mercado de trabalho altamente seletivo. No caso Brasileiro, parece que o ideário do empreendedorismo ganha legitimidade na medida em que encontra terreno fértil no imaginário do brasileiro enquanto povo que “dá um jeito”, “que sabe ser criativo” e “que sabe se virar”.

Portanto, hoje, diante do quadro de desemprego estrutural, a cultura do emprego e todo o arsenal de valorização do trabalho regulamentado que ela sustenta vêem-se questionados pela difusão do ideário empresarial de “empregabilidade e empreendedorismo”. Assim, para Silva (2002), tais termos se prestam a compor uma nova cultura do trabalho adaptada aos permanentes estados de risco, de insegurança e de desemprego recorrente e acabam servindo, concomitantemente, de explicação e de justificativa para as novas condições de trabalho.

Considerando apenas seu aspecto instrumental, estes termos informam acerca dos atributos subjetivos/pessoais que se esperam dos trabalhadores, seja como assalariados ou como pequenos proprietários, ao atuarem no mercado de trabalho. Contudo, para além da face instrumental, sabe-se que a polêmica envolvendo o par empregabilidade/empreendedorismo caminha ao lado dos questionamentos sobre a geração destes atributos, na medida em que eles não são objetivos e transparentes. Atrelado a isso, sabe-se que a aquisição dos “atributos desejáveis” insere-se numa dimensão simbólica e ideológica que resulta na adesão ao novo modelo capitalista de acumulação. Desse modo, Silva (2002) ressalta que o par empregabilidade/empreendedorismo acaba por se constituir no coração da nova cultura do trabalho flexível.

Nessa seara, espera-se que o trabalhador possa ser o “empresário de si mesmo”, aquele capaz de substituir a especialização por uma postura polivalente que permita a ele o desempenho de ocupações de conteúdos variados, assim como também uma postura de autonomia profissional e de independência pessoal. Dito de outra forma,

projeta-se a imagem do “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (ou da alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competência para práticas econômicas em constante mudança – isto é, sempre como empresário de si mesmo. (SILVA, 2002, p 105).

Transpondo essa lógica de entendimento para os que estão fora do mercado de trabalho, temos pistas acerca do que se espera e do que se compreende como causas e soluções para o desemprego – incapacidade dos desempregados de “empresariar-se”, de adotarem uma postura ativa e de aderirem às constantes mudanças das práticas econômicas. Assim, o desemprego passa a ser percebido e explicado exclusivamente em seu aspecto individual, como a incapacidade dos indivíduos de tornarem-se empreendedores e empregáveis.

Aliás, como bem lembra Pochmann (2001), quando não existe emprego para todos, há um movimento de degradação do trabalho e o exército industrial de reserva, descrito por Marx no século XIX, enquanto excedente de mão-de-obra que não encontra lugar no processo produtivo ou que dele foi expulso, contribui para o funcionamento do capital na medida em que exerce pressão sobre os que estão empregados, ao oferecer serviços por menores salários e em condições piores de trabalho. Além de criar uma disputa entre os que estão dentro e os que estão fora (desempregados), ainda degrada as relações de quem está empregado e com receio de ser dispensado.

O apelo explícito para habilidades de resistência em contexto de intensas mudanças pode ser percebido no número crescente de livros de auto-ajuda publicados, verdadeiras práticas normatizadoras do capital, que solicitam que os indivíduos sejam capazes de absorver impactos e mudanças sem desequilibrarem-se e, ao mesmo tempo, sem questionarem os valores e a forma de organização social

que estão produzindo tais mudanças. Termos atualmente usados como empresariar-se e resiliência expressam também essa nova cultura. Segundo o dicionário Aurélio, resiliência significa uma propriedade dos metais que se traduz na capacidade de um corpo deformado voltar à forma original quando cessada a tensão na qual ele foi exposto. No novo discurso empresarial, pede-se que os trabalhadores sejam resilientes e que resistam aos choques sucessivos e se recomponham nos intervalos de tempo.

Ainda para dimensionar a amplitude desse discurso, convém reproduzir a fala da presidente da Confederação dos Patrões na França a um jornal local, descrita por Hirata:³² “a saúde, o amor e a vida são precárias, por que o trabalho não pode ser?”. Verificam-se, assim, práticas discursivas que extrapolam a esfera do trabalho e orientam para o novo homem flexível, mergulhado no caráter efêmero e provisório da vida sob o novo capitalismo: “faça você mesmo”, “alugue em vez de comprar casa”.

Retomando a discussão de Gramsci apontada anteriormente na passagem para o fordismo poderíamos fazer aqui uma analogia para esse novo momento da acumulação capitalista como sendo também a inauguração de uma nova visão de mundo e de um novo trabalhador: flexível, desapegado e empreendedor.

Sennett (2003) analisa os impactos da mudança do regime fordista na vida das pessoas. Entende que a fragilidade gerada pelo modelo flexível de trabalho tem modificado profundamente o caráter humano. Define tal caráter como “os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”. (2003, p. 10). Diz ele que a construção do caráter pressupõe longo prazo, compromisso mútuo e lealdade, traços desvalorizados numa economia pautada pelo curto prazo, além do que, atualmente, percebe-se que os trabalhadores vêm perdendo, consistentemente, o controle sobre suas vidas profissionais, o que tem gerado imprevisibilidade e incertezas quanto ao futuro. Não mais tem sido possível conquistar uma “história para si mesmo” e respeito próprio, por meio da ascensão na carreira profissional. Hoje, no capitalismo de tempo desconjuntado e

³² Informação verbal, palestra realizada na UNICAMP em 2007.

incerto, há um conflito entre experiência e caráter, pois não há mais experiência contínua que possibilite construir uma narrativa coerente com o caráter dos indivíduos.

O autor considera que a incerteza se insere no novo modo capitalista como uma característica normal e desejável, mas que, para ele - embora alguns apontem o fato de vivermos a "sociedade do risco"³³, na qual cresce a cultura da mudança irreversível - a perda do sentido de experiência no trabalho resulta na perda de valor próprio. Nesse mesmo sentido, Dubar (2005) e Harvey (2004) apontam que a mudança permanente impede a apropriação dos saberes práticos acumulados e incorporados, visto que a transitoriedade dificulta a manutenção do sentido de continuidade histórica.

Parece apropriado o termo "flexploração" usado por Bourdieu (1998) para descrever os mecanismos atuais do capitalismo em fazer uma "bem-sucedida" exploração diante do número cada vez maior de desempregados e o medo dos que ainda estão trabalhando, disseminando a idéia da precarização como algo irreversível e inelutável.

Por isso mesmo, para Castel (2003), o processo de desmantelamento da sociedade salarial pode ser entendido como de *precarização social*, já que a precariedade no trabalho generaliza-se em outras esferas, compondo um cenário de vulnerabilidade e degradação das condições de vida de todos: dos que estão fora e dos que estão dentro do mercado de trabalho.

Ainda acerca das mudanças sob o signo do capitalismo flexível e as alterações por ele desencadeadas e estimuladas, podemos analisar os significados da procura por emprego. Para Demazière (1995a), os mecanismos de procura de trabalho demonstram a perversidade dos discursos ao culpabilizar o indivíduo pela sua condição de desempregado, como se esta condição fosse resultado exclusivamente de incapacidades ou de escolhas e de estratégias equivocadas realizadas pelo trabalhador em sua vida profissional. Tal culpabilização privatiza os fracassos, agravando ainda mais o sofrimento de quem está desempregado e a

³³ Ver a este respeito Guiddens (1991).

procura pelo emprego, desse modo, passa a ser vista como uma competição que demanda superação individual, por meio da capacidade de ser ou de se tornar empregável.

A peculiaridade brasileira nesta discussão centra-se na questão da informalidade dentro dessa nova cultura da flexibilidade, já que a marca histórica do mercado de trabalho brasileiro é a presença constante de formas atípicas (se comparada ao emprego fordista) de trabalho e de contratação. Então, parece apropriado pensar que no Brasil as questões da vivência e da percepção do desemprego não podem se esquivar de serem pensadas juntamente com as questões da informalidade e da nova informalidade³⁴ presentes no mercado de trabalho. Quando o cenário é a cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, a informalidade ou a nova informalidade, alimentada pelo ideário empreendedor, criam um terreno fértil para essa nova cultura flexível traduzida na crença da possibilidade de inserção a partir do esforço e da determinação pessoal.

Por fim, voltando a Castel (2003), podemos compreender o impacto que o capitalismo flexível tem exercido sobre a identidade, antes determinada pelo trabalho - a fragilidade dos vínculos e a presença cada vez maior dos “supranumerários” impede que o trabalhador se aproprie de uma auto-imagem de profissional; ele somente sobrevive das atividades esporádicas e precárias que encontra, e é a partir destas que ele terá que sustentar sua identidade.

Foram necessários séculos de sacrifícios, de sofrimentos e de exercício de coerção – a força da legislação e dos regulamentos, a coerção da necessidade e também da fome – para fixar o trabalhador em sua tarefa e nela conservá-lo através de um leque de vantagens ‘sociais’ que vão qualificar um *status* constitutivo da identidade social. É no momento em que

³⁴ A noção de informalidade surge por volta de 1960. Silva (2002) indica a atual fase de seu uso como de esvaziamento do conceito, pois, para o autor, diferentemente do debate caloroso que a envolveu no início de seu surgimento, o momento atual parece dar-lhe um significado quase unívoco e de domínio público sem peso analítico ou força prática. Na trajetória de sua utilização, pode-se dizer que, de certa maneira, acabou por se constituir um resíduo no qual diversas atividades produtivas puderam ser incorporadas e apreendidas enquanto tal. Já a nova informalidade pode ser explicada a partir dos programas de liberalização econômica e do processo de reestruturação produtiva que a acompanhou, ampliando a informalidade, especialmente nos países periféricos, por meio da criação de novas formas de inserção precárias, tais como estágios, cooperativas e terceirizações de todo o tipo.

a 'civilização do trabalho' parece impor-se definitivamente sob a hegemonia da condição de assalariado que o edifício racha, repondo na ordem do dia a velha obsessão popular de ter que viver com o que ganha em cada dia. (CASTEL, 2003, p. 593).

Por tudo isso, é possível assinalar as investidas desse novo discurso sobre o trabalho como tentativa de forjar e estabelecer legitimidade a velhas crenças e valores que ressurgem remodeladas a partir do neoliberalismo; transmutando situações precárias, instáveis e incertas de trabalho em supostas oportunidades de mudança. Porém, se há a capacidade de reeditar velhas teorias que defendem o livre comércio, a crença na igualdade de oportunidades diante do mercado, a competição e o fim do emprego estável como mecanismo de estímulo ao progresso, também há a capacidade dos indivíduos de se apropriarem ou não desses discursos, criando, nessa interação, outras lógicas de funcionamento e de entendimento para suas vidas, intimamente ligadas as formas pelas quais experimentam a realidade social.

Capítulo 2 – Os caminhos do desemprego e suas fronteiras

2.1 - Contextualizando as transformações econômicas mundiais e as mudanças no mercado de trabalho.

As profundas mudanças ocorridas no mundo durante as últimas décadas transformaram a face do trabalho. A mundialização das economias, ao contrário do que apregoam as “propagandas oficiais”, não produziu um mundo mais homogêneo nem possibilitou melhores condições de vida para a maioria da população. Em vez disso, a integração das economias tem promovido a constituição de impérios econômicos, concentração da riqueza e rebaixamento dos padrões de uso e de remuneração do trabalho.

Para Pochmann (2001), tal realidade é fruto de uma clara divisão internacional do trabalho: no centro da economia mundial, há predomínio de atividades que concentram investimentos em pesquisa e em tecnologia - com geração de um mercado de trabalho com postos mais qualificados e remunerados - ao mesmo tempo em que parte do processo produtivo é redirecionada para os países periféricos, geralmente as atividades de baixa remuneração e de baixa qualificação.

Os países periféricos, que saíram do ciclo anterior de industrialização com elevadas dívidas externas, se colocam diante dessas mudanças de forma subordinada e passiva, mediante a adoção de políticas liberalizantes de comércio, desregulamentação financeira, enxugamento do Estado no que se refere às políticas sociais, desnacionalização econômica e especialização produtiva³⁵, visando à atração de investimentos estrangeiros. Paralelamente à adoção dessas medidas, políticas sociais e trabalhistas são também reformuladas com o objetivo de tornar mais rentáveis para as empresas os padrões de uso e de remuneração do trabalho.

³⁵ Preconizadas pelo Consenso de Washington, tais políticas estabelecem uma relação de mando do capital internacional sobre os países de economia periférica com o objetivo de garantir políticas econômicas favoráveis ao grande capital internacional. (OLIVEIRA e PAOLI, 2000).

Pochmann (2001) indica que o caminho da desregulamentação do mercado de trabalho presta-se à flexibilização dos contratos de trabalho, à diminuição do poder e da ação sindical, à retirada de direitos constituídos, aos cortes de salários e ao deslocamento dos custos empresariais para o Estado por meio de benefícios públicos.

A despeito das particularidades de cada país e de suas diferentes formas de inserção na economia mundial, parece esclarecedor partir do pressuposto de uma “divisão internacional do trabalho”, pensando a posição das nações na economia mundial e as conseqüências para o trabalho, uma vez que o conceito de “divisão internacional” define bem a assimetria geográfica em relação ao trabalho.

Seguindo o caminho de Pochmann (2001), podemos dividir a economia mundial em centro, semi-periferia e periferia³⁶ - cabe destacar que a relação centro-semiperiferia-periferia não é estática; ao contrário, advém de um constante jogo de disputa entre as nações. Quanto ao conceito de semi-periferia, que particularmente nos interessa porque parece se aplicar ao Brasil, é mais recente e serve para identificar o conjunto de países que têm conquistado condições socioeconômicas intermediárias em relação ao centro e à periferia da economia mundial, seja por constituírem experiências de economias mais planejadas com certa autonomia tecnológica e econômica, seja pelo fato de terem conseguido absorver certo grau de industrialização, mesmo que tardia.

Nesse sentido torna-se claro que o modelo de racionalidade econômica do capitalismo, definido pela intensa concorrência e pelo estímulo à eficiência, não tem gerado sociedades com desenvolvimento sustentado. Há uma tendência histórica do capitalismo em produzir assimetria na repartição do trabalho, tendência, aliás, que tem se mostrado mais acentuada nos últimos tempos. No entanto, há visões teóricas que apontam justamente o sentido positivo do atual modelo do capitalismo, ou seja, segundo esta perspectiva, a maior integração e desregulamentação do mercado constitui ponto central para o desenvolvimento. Diante disso, definem a possibilidade

³⁶ Entre os países considerados centrais: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos. Como exemplos de países semiperiféricos temos o Brasil, Austrália, Portugal, Argentina, Chile e China. Entre os periféricos Zaire, Marrocos, Nicarágua, Equador.

de expansão econômica como vinculada à maior integração no mercado mundial e à desregulamentação dos mercados financeiros, de produtos e do trabalho³⁷.

O atual modelo de desenvolvimento, com predomínio do capital financeiro em detrimento do produtivo, tem inibido o ciclo de investimentos produtivos, afetando diretamente o mercado de trabalho. Nessa lógica de disputa, os países periféricos e semi-periféricos acabam por aceitar os programas das agências multilaterais - Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - com o intuito de tornar suas economias mais atrativas para os investimentos das empresas transnacionais. Esse processo desencadeia rebaixamento do custo do trabalho por conta do uso de recursos públicos para qualificação da mão-de-obra, criação de contratos especiais, ampliação da jornada de trabalho e desregulamentação dos mercados de trabalho. Há, ainda, o papel das economias periféricas e semi-periféricas que fornecem mão-de-obra com menores custos. Para Pochmann (2001), esse é um movimento de periferização da indústria, feito por meio do deslocamento das partes menos complexas das atividades para os países periféricos e, sobremaneira, para os semi-periféricos, visando a maximizar lucros e a minimizar riscos empresariais. O autor nos fornece dados estatísticos desse movimento: em 1997, os países periféricos detiveram oito de cada 10 ocupações não-qualificadas do mundo.

Nas economias avançadas, os sistemas de *Welfare* têm sido colocados em xeque em favor das alternativas de desregulamentação e de flexibilização das relações de trabalho. Os argumentos apontam no sentido da necessidade de enfrentar desequilíbrios, tais como: déficit público, balança comercial desfavorável, receio do retorno da inflação e do desemprego, dificuldade de manutenção da

³⁷ Pensamos para o caso do Brasil nos estudos de José Pastore entre os quais: “As mudanças no mundo do trabalho” (2006) e “Encargos sociais no Brasil e no Exterior” (1995). Há ainda que se considerar as teses clássicas e neo-clássicas da economia sobre o desemprego. De maneira bastante resumida podemos dizer que a partir da “Lei de Say”, sintetizada na idéia de que tudo que for ofertado encontrará uma demanda e resultará em equilíbrio no mercado de trabalho, os economistas clássicos entendem que o desemprego é reflexo da desocupação voluntária (o trabalhador não aceita o salário oferecido). Isto porque, para esses pensadores, o mercado, sendo auto-regulável, tende a equilibrar-se. Os neo-clássicos, mesmo não abandonando a “Lei de Say” e a crença na capacidade do mercado de alcançar o pleno emprego, alegam que o equilíbrio econômico somente poderá ser alcançado na ausência de interferência governamental e sindical, e, por conseguinte, apontam, que a solução para o desemprego passa pela redução dos custos do trabalho (redução salarial dos benefícios sociais).

produtividade, preços dos insumos e da força de trabalho. Tudo isso, acrescido da globalização econômica, faz com que as políticas de retração do Estado regulador sejam reforçadas. A maior liberdade de mercado, pretendida pelas empresas, subentende menor restrição na contratação por tempo determinado ou por tempo parcial, possibilidade de adoção de jornadas flexíveis de trabalho e difusão de uma estrutura ocupacional menos rígida – e, com isso, a garantia da possibilidade de, nas flutuações do mercado, haver o ajuste do nível de emprego às demandas econômicas, principalmente as ligadas à modernização tecnológica e organizacional da produção. (DEDDECA, 1999).

Todas estas mudanças têm desencadeado um novo arranjo da estrutura ocupacional dos países, em relação aos níveis de emprego e de desemprego e à organização do trabalho. As grandes empresas, por meio da externalização da produção, a qual é repassada para os fornecedores diretos, os quais, por seu turno, repassam-na a outros fornecedores, acabam, assim, por transferir parte do processo produtivo, notadamente o menos rentável, com uso menor de tecnologia ou que comporta um grau maior de risco. Configura-se, desse modo, uma nova organização produtiva, na qual há uma polarização entre empregos mais estáveis e mais qualificados (contratos indeterminados, jornada e remuneração adequadas) na ponta virtuosa da cadeia produtiva e empregos menos qualificados e mais precários, nas pequenas e médias empresas fornecedoras, com predomínio de contratos por tempo parcial e temporário e com remuneração insuficiente. Portanto, é possível desenhar uma escala de precarização da estrutura do emprego, a qual se origina na grande empresa menos precarizada, amplia-se na medida em que se afasta desses conglomerados econômicos e atinge seu ápice quando se aproxima das últimas empresas fornecedoras nas cadeias de produção. (DEDDECA, 1999 e LEITE, 2003).

Pensando o desemprego a partir do que foi exposto, Dedecca (1999) nos ajuda a caracterizar o momento atual do desemprego como sendo marcado por um processo sem precedentes na história do capitalismo, já que hoje, diferentemente dos períodos anteriores, ele atinge, de forma heterogênea, as diferentes economias nacionais e cresce justamente quando o modo de produção parece atingir sua fase avançada de desenvolvimento. Assim, explicações que se circunscreviam à esfera

econômica, como as que atribuíam o desemprego à falta de maturação do sistema capitalista, já não encontram suporte diante da forma complexa como o fenômeno tem se apresentado.

Ao analisar a dimensão do desemprego em escala mundial, vê-se que, a partir dos anos 1970, a economia passou a gerar um excedente considerável de mão-de-obra, chegando em 1999, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a cerca de um bilhão de pessoas desempregadas. Desse total, 150 milhões em situação de desemprego aberto e 850 milhões em desemprego oculto, exercendo atividades de sobrevivência, com jornadas de trabalho insuficientes e baixa remuneração por falta de alternativa. E, para o ano de 2008, segundo estimativa da OIT, teríamos 50 milhões de pessoas em desemprego aberto, apesar de terem sido geradas 40 milhões de novas vagas no mercado de trabalho mundial; assim, a estimativa é de que a taxa de desemprego aberto, que em 2007 estava em 6%, chegasse em 2008 a 6,1%³⁸.

Já para a América Latina, diferentemente do que era previsto em termos mundiais, a OIT estimava que o desemprego aberto deveria permanecer estável durante o ano de 2008, repetindo os 8,5% apresentados em 2007. Este seria o menor índice nos últimos cinco anos, diminuição atribuída ao crescimento econômico de alguns países da região e a conseqüente geração de novos postos de trabalho. (OIT, 2008). Entretanto, os últimos dados no conjunto da América Latina e do Caribe revelam que o desemprego em 2008 acabou ficando em 7,5%; porém, diante da crise internacional, esse índice poderá aumentar para 8,3%, perfazendo um total de 18,1 milhões de pessoas desempregados.

Pochmann (2001) identifica historicamente pelo menos três padrões de desemprego no mundo. O primeiro se faz mais presente nas nações com concentração de atividades no setor agropecuário, em que a maior parte da população é absorvida em atividades no campo - a economia, neste caso, liga-se ao auto-consumo e à produção de gêneros alimentícios para exportação. Nesse setor, o desemprego aberto tende a ser menor, já que há um predomínio de estratégias de

³⁸ A título de ilustração, o desemprego aberto no mundo em milhões foi: 1997 (164,8); 2002 (188,9); 2003 (185,9); 2004 (190,8); 2005 (189,6); 2006 (187,0); 2007 (189,9). (OIT, 2008).

sobrevivência com renda *per capita* reduzida; a escassez de ocupações no local fica, no entanto, mascarada nesse padrão. Já o segundo padrão de desemprego se concentra nas nações industrializadas, com a maior parte da população ocupada em atividades urbanas. O terceiro padrão, por sua vez, encontra-se associado às nações que, após o processo de industrialização, passaram a desenvolver atividades ligadas aos serviços modernos. Nesses últimos países, há a possibilidade de que se contenha o desemprego, via fundos públicos que mantenham parte da população na inatividade, ou por meio da diminuição da jornada de trabalho ou, ainda, a partir do redirecionamento das atividades para serviços de saúde, educação, entretenimento.

Ao retroceder às explicações teóricas sobre o desemprego, vê-se que, durante o século XIX, o excedente de mão-de-obra, na visão dominante, foi entendido como resultado da superpopulação, o qual deveria ser combatido por meio da redução da população excedente. Outras visões, entretanto – como a de Marx, por exemplo - tomaram impulso ao apontar a própria natureza do desenvolvimento capitalista como responsável pelo excedente de mão-de-obra.

Para Pochmann (2001), foi somente com a Grande Depressão de 1929 que o desemprego passou a ser entendido não mais como uma decorrência de desajustes internos do mercado de trabalho, mas, sim, um indicativo de insuficiência do modelo de desenvolvimento. Contudo, com a crise da década de 1970, e o reaparecimento do desemprego aberto em larga escala, as teses que justificavam o desemprego segundo a lógica exclusiva do mercado de trabalho foram retomadas e ressurgiram, a partir dessa perspectiva, duas idéias: a necessidade do controle do desemprego ser associado ao combate da inflação e o pleno emprego ocupar o posto de responsável pelos elevados custos das empresas. Mais tarde, os mecanismos de proteção social ao trabalhador foram criticados e considerados fatores desestimulantes na procura por emprego. Assim, o autor afirma que as medidas tomadas com o objetivo de combater o desemprego aberto orientaram-se, a partir dos anos de 1970, para o interior do mercado de trabalho: redução do custo de contratação, desregulamentação do mercado de trabalho, flexibilização das normas e acordos entre capital e trabalho.

2.2 – Sobre a mensuração do desemprego no mundo

Para Topalov (1994), desemprego pode ser definido como ausência transitória de trabalho com procura de um novo trabalho, o que acaba por delimitar as identidades de trabalhador em oposição aos inativos ou aos “vadios”. Este autor mostra também que a construção da categoria “desemprego”, a partir dos reformadores sociais e escritos de pensadores, não pode ser atribuída apenas à crise econômica. Segundo sua pesquisa, todas as mudanças econômicas e sociais e o surgimento do assalariamento colocaram sob questão quem seria o público alvo das instituições existentes (estatais e filantrópicas). Semelhante ao descrito por Castel (2003), Topalov (1994) aponta o desemprego como elemento intrínseco da sociedade salarial na medida em que ela reivindica a distinção entre pobres (incapazes para o trabalho) e desempregados (involuntariamente, em uma situação provisória), mas ainda partícipes da relação que se deseja generalizar e preservar, a saber, a salarial. Com o objetivo de mostrar que o surgimento da categoria “desemprego” é fruto dessa necessidade de identificar e de qualificar os indivíduos dentro da sociedade salarial, o autor opta por falar em “invenção do desemprego” e não em “descoberta do desemprego”.

No século XVIII, o termo desemprego não existia e foi somente no século seguinte, a partir do desenvolvimento das relações capitalistas e da consolidação do trabalho assalariado, que as primeiras referências ao desemprego surgiram - inicialmente ligadas a toda forma de privação do trabalho, tais como as motivadas por doenças, por feriados ou por inexistência de trabalho. Mais tarde, o desemprego se vinculou à impossibilidade de ingresso no trabalho ou à expulsão, mas ainda sempre próximo da situação de miserabilidade. Paulatinamente, no entanto, os desempregados foram sendo separados dos pobres e indigentes por meio dos direitos trabalhistas, e a falta de trabalho ocasional ou a situação de desemprego involuntário, como doença ou acidente, passaram a ser cobertos pelas garantias e pelos direitos sociais, portanto, colocados dentro do universo do trabalho. Havia a compreensão do trabalho como dever por parte do trabalhador e não como direito, e

o direito concedido aos trabalhadores operava como mecanismo de distinção entre pobres válidos e inválidos, ou seja, o reconhecimento da existência de trabalhadores sem trabalho e dos direitos concedidos a eles colocou o Estado diante da necessidade da criação de políticas sociais direcionadas ao problema; esse procedimento tornou necessário o mapeamento e a contabilização dos desempregados, separando-os e classificando-os em relação a todo o conjunto de pobres não válidos ao mercado, como os indigentes, os marginais e os miseráveis. (CASTEL, 2003).

Salais et al (1990) apontam uma mudança semântica ao longo do tempo na palavra utilizada para designar o desempregado. A palavra *chômage* derivou-se da palavra latina *caumare*, que significa calma, a qual, por sua vez, também era utilizada para designar o silêncio das máquinas quando deixavam de funcionar. A partir de 1876, no entanto, na França e na maioria dos países industrializados, *chômage* passou a identificar os indivíduos privados do trabalho, ou que estavam “sem funcionar”.

Em 1925, o Bureau Internacional do Trabalho (BIT), na Conferência Internacional sobre o Desemprego ocorrida na Inglaterra, definiu o desemprego como sendo “ a situação de todo trabalhador que, podendo e querendo ocupar um emprego submetido a contrato de trabalho, encontra-se sem trabalho e na impossibilidade de, em consequência do mercado de trabalho, ser ocupado num tal emprego”. (COMTE, 1995: 100 apud SANTOS, 2000, p. 50).

Posteriormente, durante o período da grande recessão dos anos de 1930, as elevadas taxas de desemprego evidenciaram o problema e em 1954, durante a Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, ligada à OIT, a definição de desemprego foi ampliada para dar conta da parcela da população que ainda não havia sido incorporada, ou seja, dos jovens à procura do primeiro emprego, do trabalhador autônomo e do não assalariado.

De 1945 até a primeira metade dos anos de 1970, os chamados “anos gloriosos” deixaram em segundo plano o debate sobre a definição e sobre a contabilização do desemprego no mundo, uma vez que nos países de economia central vivia-se a possibilidade do pleno emprego. A expansão econômica apontava

a capacidade de absorção de toda população economicamente ativa no sistema salarial e isto desfazia a urgência em continuar aperfeiçoando os instrumentos de identificação e conceituação do problema do desemprego.

Já em 1982, com todas as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, e sob o efeito da crise econômica, a XXIII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho apontou a necessidade de reformulações e a dificuldade em criar critérios internacionais capazes de dar conta da complexidade e da heterogeneidade que envolvia o trabalho, tais como o trabalho informal, o precarizado e a impossibilidade do reemprego, uma vez esgotados os ciclos de expansão econômica e do pleno emprego.

Passou, assim, a ser sinalizada a necessidade de ampliar a noção de desemprego, alargando o período de procura para além dos sete dias até então considerados, bem como, incorporando as formas irregulares e descontínuas de trabalho como situação de desemprego. Essa orientação deixou claro que a referência ao desemprego enquanto ausência de trabalho e ocorrência de procura somente nos últimos sete dias anteriores à pesquisa seria ineficaz para medir e para caracterizar os problemas de absorção da força de trabalho nos países, principalmente nos periféricos. Paradoxalmente, na conferência seguinte, foi autorizada uma maior flexibilidade nas condições de contratação, ao permitir a redução da jornada mínima de trabalho necessária para caracterizar atividade de 15 para apenas 1 hora semanal de trabalho.

Os critérios utilizados pela OIT para mensurar o desemprego no mundo indicam as seguintes situações: estar desocupado de trabalho, ter realizado procura por trabalho e estar disponível para o trabalho. Vê-se, então, que a noção de trabalho vincula-se à de emprego e este, por sua vez, liga-se à noção de ocupação. Desse modo, infere-se que o desemprego, cada vez mais, afasta-se da referência de emprego e atrela-se à noção de desocupação. Partindo deste entendimento é possível perceber que ao aproximar o desemprego da “desocupação” a OIT vai abrindo brecha para as formas flexíveis e precárias de contratação, já que passaria a considerar desempregado apenas aqueles indivíduos que não encontram alguma

ocupação no mercado de trabalho. Dito de outra forma: os desempregados não estão à procura de emprego e sim de uma ocupação.

Se antes o desemprego aberto era o responsável por indicar o nível de fragilidade dos mercados, agora este se expressa de forma cada vez mais complexa, por meio de situações bastante distintas como inatividade, desemprego de longa duração, desalento e subutilização da força de trabalho. Assim, para Deddeca, (1999 e 2005), a dicotomia que até os anos 1970 servia para caracterizar a forma de utilização da força de trabalho, ou seja, emprego – desemprego, foi aos poucos cedendo lugar ao verdadeiro caleidoscópio das formas de ocupação, nas quais a norma salarial (protegida e em tempo integral) deixou de ser a expressão do funcionamento dos mercados de trabalho. A flexibilização dos mercados de trabalho, por meio da introdução de subcontratação, do contrato por tempo parcial ou temporário, fez com que ficasse ainda mais difícil a mensuração do desemprego, pois o diluiu em formas consideradas atípicas³⁹, desfazendo os contornos entre o que antes era considerado desemprego - um trabalho parcial pode, hoje, ser facilmente enquadrado como ocupação.

Para Deddeca (1999 e 2005), Demazière (1995a) e Freyssinet (1984) o fato de as fronteiras permanecerem incertas revela quanto o desemprego pode se mascarar em diferentes facetas, num processo heterogêneo. Indica também a existência de franjas da população - que se encontram em posições intermediárias entre emprego, desemprego e inatividade – e gera um caráter movediço a estas fronteiras. Deddeca (1999) argumenta que as novas configurações do mercado de

³⁹ Leite (2008) aponta que o termo trabalho atípico foi utilizado por um longo período nos países que constituíram a sociedade salarial para identificar e caracterizar as formas de inserção ocupacional que fugiam do modelo vigente (protegido e estável). Como a norma salarial abarcava praticamente o conjunto da população economicamente ativa desses países as demais formas de inserção foram consideradas atípicas. No Brasil, conforme já pontuamos anteriormente, mesmo sabendo que o trabalho estável e protegido não tenha se generalizado e que as formas de inserção ocupacional desprotegidas sejam historicamente constitutivas do nosso mercado o termo foi igualmente adotado. No entanto, a autora argumenta que, atualmente o conceito de trabalho atípico perdeu sentido diante da crescente generalização das ocupações em tempo parcial, por tempo determinado, trabalho a domicílio e por conta própria. Assim, de secundário e irrelevante (nas economias centrais), ele, hoje, está cada vez mais significativo e estruturante da lógica de acumulação capitalista. Ver também o texto de Deddeca (2005) que aborda o desemprego nos países de economia central e nos países de economia periférica. O autor demonstra a insuficiência da categoria “desemprego aberto” para captar e evidenciar hoje a heterogeneidade adquirida pelo desemprego nos diferentes países, inclusive nos países com mercados de trabalho historicamente estruturados, nos quais o trabalho atípico (tempo parcial, temporário, trabalho clandestino) somente existia de forma residual.

trabalho no capitalismo avançado mostram como, entre o desemprego aberto e o emprego há um conjunto de formas (inatividade, desemprego de longa duração, desalento, subutilização da força de trabalho) que tornam complexa a análise do mercado de trabalho.

Abstraindo-se do posicionamento, hoje, do desemprego aberto enquanto mero coadjuvante na complexa situação dos que não encontram lugar no mercado de trabalho, instituições internacionais e institutos de estatísticas prosseguem utilizando tal medida como central em seus levantamentos e indicadores. Para Deddeca (2001), um dos problemas mais graves desse descompasso é que ele acaba por informar incorretamente as políticas públicas voltadas para o emprego e para o desemprego. Portanto, faz-se urgente o reconhecimento de que a noção de desemprego aberto é incapaz de retratar as novas formas de desemprego existentes hoje.

Fazendo um balanço, percebe-se que há instituições de estatísticas oficiais e nacionais ainda utilizando a noção restrita de desemprego, ao passo que parte dos pesquisadores da área do trabalho incorporaram a noção mais aberta. Mas que isso, estes têm sinalizado a necessidade de análises interdisciplinares para que se possa identificar e medir o desemprego. (FREYSSINET 1984 e DEMAZIÈRE, 1995). Montagner, Pignono e Sugita (2006) reconhecem, assim como Demazière (1995a), a complexidade que envolve o fenômeno do desemprego hoje e a necessidade, não só da diversificação dos indicadores estatísticos, mas também da diversificação das abordagens, incluindo análises sócio-antropológicas. Dessa forma, o problema do desemprego não está no fato de ser posto como um dado técnico, ou na discussão da confiabilidade das estatísticas, mas no trabalho com os cruzamentos/ambigüidades entre emprego e desemprego e entre desemprego e inatividade.

A permanência e o aumento do desemprego de longa duração no mundo, sobretudo na Europa, têm colocado em xeque algumas noções fundamentais do pensamento capitalista. Se a sociedade salarial não é mais capaz de absorver o conjunto da população trabalhadora, o que fazer com os desempregados, agora não mais temporários, e, sim, vítimas de um processo de longa duração? Se a noção de

empregabilidade encaixa-se bem ao estimular os esforços individuais na procura por trabalho e pela sobrevivência, o que se dirá aos que procuram emprego durante longo tempo sem que haja sucesso? O que fazer com estes indivíduos não-empregáveis?

De certa maneira, Demazière (1995a) aponta mudanças significativas na França que parecem indicar uma reconceitualização positiva do desemprego de longa duração. Os novos critérios adotados para a definição de um desempregado - ser considerado sem trabalho remunerado e estar disponível para trabalhar e ser um procurador de trabalho - acabam por definir o desemprego de longa duração não mais como privação, ou pelo lado negativo do desemprego, mas, sim, como uma posição ativa merecedora de direitos sociais. De certa maneira, essa reconceitualização vem favorecendo também todas as noções de desemprego, proporcionando-lhes maior legitimidade social.

Por fim, Demazière (1995a) ajuda a pensar na multiplicidade das definições e cifras acerca do desemprego, que o tornam um “*constructo social*”. Longe de buscar explicações técnicas, o autor mostra que o desemprego não é apenas a auto-declaração dos indivíduos, tampouco unicamente o número de pessoas registradas como sem-emprego, mas, sim, produto do encontro dessas duas definições, socialmente reconhecidas e legitimadas. Assim sendo, para os jovens o contrato temporário poderá soar como legítimo, assim como poderá ser para as mulheres o contrato em tempo parcial. O que ele identifica é a importância dos códigos culturais e sociais que legitimam o desemprego, mas que têm uma variação geográfica (de país para país) e social (de grupo para grupo).

2.3 - As transformações econômicas e as mudanças no mercado de trabalho no Brasil

Quando se discute o desemprego nos países de capitalismo periférico, ou semi-periférico como o Brasil, faz-se sempre necessária uma contextualização, a fim de que se evite a transposição de realidades distintas e incompatíveis entre si. É

necessário considerar que, diferentemente do que ocorreu na Europa Ocidental e na América do Norte, o processo de industrialização na América Latina só se efetivou a partir da década de 1930. Até este momento, havia o predomínio do complexo agro-exportador na economia e a ocupação do solo era predominantemente rural. Para Deddeca (2005), a transformação do Brasil foi a mais intensa entre os países latinoamericanos, pois promoveu, em um curto período de tempo, a inversão entre população rural e urbana. Para se ter uma noção da rapidez desse processo, basta lembrar que em 1930 o país tinha 25% da População Economicamente Ativa (PEA) em atividades não agrícolas e que, em 1980, esse setor passou a representar 75%. Em conjunto com esta inversão, houve também um crescimento superior a 3% da população, o que ocasionou uma explosão demográfica nos centros urbanos mais dinâmicos.

De 1930 a 1980, com o processo de industrialização, houve a consolidação do mercado interno de trabalho, agora não mais rural e, sim, urbano. A economia apresentava uma taxa anual de crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 6,5% e do emprego formal de 4%. Contudo, para Deddeca (2005), toda essa expansão econômica não foi suficiente para tornar a norma salarial de contrato de trabalho acessível a todo o conjunto dos trabalhadores brasileiros, como ocorreu nas economias centrais e uma parte considerável dos trabalhadores foi distribuída no setor informal de trabalho. Permaneceu a heterogeneidade no mercado de trabalho, via a existência de empregos formais e informais. Este arranjo permaneceu até os anos de 1980 e fez com que o desemprego não despontasse ainda como um grave problema; embora parte dos trabalhadores estivessem excluídos do regime do assalariamento, ainda havia a expectativa de que com o crescimento da economia, eles também seriam absorvidos.

Observa-se, portanto, que durante o período de industrialização a forma assalariada se expandiu fortemente pelo país; para se ter uma idéia, de cada 10 postos de trabalho gerados durante os anos 1940 e 1970, apenas dois não foram assalariados, sendo sete deles com registro formal em carteira. O que chama a atenção é que, durante esse período, as taxas de assalariamento somente sofreram quedas quando a conjuntura econômica foi desfavorável ou por meio de alguma

renovação tecnológica significativa – fora dessas circunstâncias, sempre houve crescimento. Embora o emprego formal assalariado não tenha chegado a constituir uma "sociedade salarial", a expectativa dos trabalhadores de serem absorvidos pelo mercado formal de trabalho gerava um sentimento de otimismo e confirmava a importância do trabalho registrado para os que já estavam cobertos por ele ou para os que pretendiam sê-lo. (DEDECÇA 2005).

Porém, já no início dos anos de 1980, o rompimento do ciclo de industrialização em decorrência da crise econômica, numa economia que vinha se estabelecendo por meio do trabalho assalariado, fez o desemprego aparecer. De maneira geral, a década de 1980 no Brasil ficou marcada por um quadro de redução do emprego formal, pelo aumento do número de trabalhadores autônomos e de empregados sem carteira de trabalho assinada e pelo crescimento dos índices de desemprego. A partir desse momento, o desemprego tornou-se parte da pauta das grandes discussões nacionais, deixando de ser visto como um fator de segunda ordem e, portanto, supostamente um problema a ser resolvido a partir da retomada do crescimento econômico.

A década de 1990, caracterizada por uma política de abertura do mercado interno, desencadeou um aumento ainda maior dos índices de desemprego, uma vez que a abertura econômica acelerou o ritmo das mudanças tecnológicas e organizacionais, sobretudo no setor industrial que, em última instância, provocou a queda dos níveis de emprego em todos os setores da economia. E assim, tem-se que a partir de 1991 até 2004 houve um aumento constante do desemprego no País, mais de uma década de desestruturação do mercado de trabalho. Porém, nos últimos anos, o Brasil tem experimentado mudanças significativas, com diminuição das taxas de desemprego.

Assim, no panorama internacional, o Brasil, que durante o período de 1950 a 1980 viveu um intenso processo de industrialização com forte expansão estatal, passou por alguns reveses: teve sua participação na economia mundial diminuída a partir de 1980; sofreu uma ampliação de 14,2% no número de postos de trabalho não-qualificados entre 1990 e 1998; viveu o decréscimo de 12,3% nos postos de trabalho qualificados nesse mesmo período e viu as taxas de desemprego

assumirem proporções inimagináveis. O país, no ano de 1999, por exemplo, esteve em terceiro lugar no volume de desemprego aberto mundial, com taxa de 5,61% - ainda que com apenas 3,12% na PEA mundial. Intensificando ainda mais os quadros de desigualdade e de exclusão, em face dos altos índices de desemprego, observa-se que uma maior seletividade patronal de contratação tende a sobressair, o que se torna mais grave nos países de fracos sistemas de proteção social para os desempregados como o nosso. (POCHMANN, 2001).

As explicações acerca desses crescentes índices de desemprego durante a década de 1990 e início dos anos 2000 estiveram, inicialmente, relacionadas à competitividade das empresas, à estabilização monetária, à rigidez do mercado de trabalho e à baixa qualificação da mão-de-obra. Rapidamente, no entanto, essas explicações perderam vigor, ao se constatar que, a despeito da recuperação da economia em certos períodos, as taxas de desemprego, de maneira geral, continuavam em ascensão. Sabe-se que estes índices de desemprego refletem as mudanças na economia, ao indicar tanto a expansão da oferta de mão-de-obra de quem anualmente entra em disputa por uma vaga no mercado de trabalho como a destruição dos postos de trabalho.

Mas, contrariando as expectativas colocadas para a década atual que parecia destinada à diminuição constante dos postos de trabalho e ao aumento expressivo do desemprego, os últimos levantamentos sobre o mercado de trabalho no País têm revelado algumas mudanças, que, embora não consensuais quanto ao alcance e significado, dimensionam o mercado de trabalho brasileiro.

Os dados da PNAD (2006) indicam tendência importante para o emprego: mudança no rendimento médio mensal, que passou de R\$792,00 em 2004 para R\$ 888,00 em 2006, configurando o melhor rendimento desde o ano de 1996 e crescimento, desde 2004, de novos postos de trabalho sendo boa parte destes com carteira assinada. Esse último aumento, explicado em parte pelo crescimento do PIB brasileiro no mesmo período, fez com que os empregos com carteira assinada passassem de 33,82% em 2001 para 36,17% em 2006, e na outra ponta, o mercado informal decresceu, saindo de 45,95% em 2001 para 43,78 em 2006. Agrupando as

taxas disponibilizadas pela PNAD⁴⁰ e IBGE temos o seguinte quadro de desemprego aberto para a PEA brasileira: 2001 - 9,4%; 2002 - 9,2%; 2003 - 9,7%; 2004 - 8,9%; 2005 - 9,3% e 2006 - 8,4%.

A esse respeito, o DIEESE alude que a rotatividade nos postos de trabalho estaria servindo para escamotear a precarização e enaltecer uma fictícia criação de novos postos de trabalho. Pois, em 2007, dos 14,3 milhões de trabalhadores admitidos 12,7 milhões foram desligados e destes, 59,42% sem justa causa. O DIEESE entende que a facilidade para demitir permite que as empresas usem da rotatividade como mecanismo para reduzir os custos do trabalho, e assim trocam os trabalhadores com salários mais elevados por outros (embora de carteira assinada) com salários mais baixos, fazendo com que o salário dos admitidos seja, nos anos de 2006 e 2007, inferior ao dos trabalhadores desligados.

Endossando tais críticas, Baltar, Krein e Leone (2009) apontam a elevada rotatividade no mercado de trabalho brasileiro; pelos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do final de 2006, incluindo os servidores públicos, os autores encontraram a seguinte situação: 32% dos trabalhadores têm menos que um ano de trabalho na empresa e apenas 53% chegam a permanecer por mais de dois anos. Inferindo esses dados para o conjunto da PEA calculam que apenas 20% desta tenha emprego formal com mais de dois anos de permanência.

Pontuam também que o País, nos últimos cinco anos⁴¹, viveu um movimento favorável da economia mundial. O crescimento expressivo, a expansão do Produto Interno Bruto Nacional, a redução da inflação, o crescimento do emprego e a “explosão” da formalização das relações de trabalho compuseram um cenário econômico favorável ao mercado de trabalho. Mas, é preciso ponderar que tal recuperação vem sendo acompanhada de um intenso crescimento da PEA, sobretudo pela maior participação das mulheres. Nesse caso, os autores fazem o seguinte balanço: a PEA crescendo 2,5% ao ano e o PIB a 3,5% por um período de

⁴⁰ Até os anos de 2003 os dados excluem a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

⁴¹ Os autores tratam do período anterior a atual crise econômica. Aliás, no Brasil, os efeitos da crise mundial já se fazem sentir pela desaceleração do crescimento econômico e aumento das taxas de desemprego, relativizando, ao menos temporariamente, as vozes mais otimistas da recomposição gradual do mercado de trabalho brasileiro.

10 anos, embora represente um patamar equivalente ao do período de maior desenvolvimento, não é suficiente para recuperar o mercado de trabalho e igualá-lo ao que era antes da abertura econômica. Por outro lado, uma intensificação do crescimento da economia que pudesse reduzir a taxa de desemprego não se mostra viável neste momento. Desta forma, persiste o desemprego, que em 2008, atingiu aproximadamente 8 milhões e 250 mil pessoas e deverá no ano atual, frente à crise mundial, atingir um contingente ainda maior.

Mas não só isso, Baltar, Krein e Leone (2009) ainda argumentam o teor da recuperação do mercado de trabalho, rebatendo o grande alarde feito em função do crescimento da formalização do trabalho nos últimos anos: Conforme os autores: i) o emprego formalizado cresceu 4,7% ao ano, fazendo com que o grau de formalização passasse de 61,9% (2004) para 63,5% (2006). Porém, em uma projeção de 10 anos, 70% dos empregos seriam assalariados protegidos, mas ainda assim o emprego assalariado sem carteira representaria 30%. ii) parte considerável do aumento da formalização deve ser atribuída à importância das instituições públicas em função do aprimoramento da máquina arrecadatória do Estado com vista ao ajuste fiscal, da pressão internacional, da pressão sobre o Estado para que reprimisse o trabalho infantil, degradante e as falsas cooperativas.

De qualquer forma, a tendência evidenciada pela pesquisa da PNAD é bastante recente e, e não permite localizar estes novos índices como um fenômeno duradouro ou apenas enquanto situação passageira, reflexo de um momento propício da economia brasileira; além disso, a atual crise internacional tem alterado as expectativas. E, se os dados informam uma melhora no mercado de trabalho, é preciso considerar: primeiro, que trata dos índices de desemprego aberto deixando os desalentados e os ocultados pelo trabalho precário de fora; segundo, que as melhoras ainda são inexpressivas diante do cenário de desemprego e de precarização constituído durante toda a última década; e, terceiro, que a modificação do mercado de trabalho não se dará somente a partir do crescimento econômico, mas exige uma maior regulação pública das relações de trabalho a fim de que o Brasil possa elevar os padrões mínimos de condições de trabalho e remuneração.

2.4 - A mensuração do desemprego no Brasil

Em termos numéricos, o desemprego atinge a parcela da população que se encontra economicamente ativa e que não encontra lugar no processo produtivo, sendo mundialmente medido pela OIT e, internamente nos países, por diferentes instituições⁴², as quais, embora sob orientação dos critérios produzidos pela OIT, adotam metodologias particulares, a saber: levantamentos dos indivíduos inscritos nas agências de emprego e dos usuários do seguro desemprego, cadastros patronais e sindicais, levantamentos oficiais (censos e amostras).

No Brasil, as diversas formas de inserção no mercado de trabalho, incluindo as diversidades regionais e a pobreza, têm impedido que o triângulo emprego/desemprego/inativo possa retratar adequadamente a situação brasileira, pois tal fato imprimiu um conjunto de formas variadas de inserção no nosso mercado de trabalho, de modo a torná-lo bastante heterogêneo e difícil de ser ajustado ao modelo usado nos países de economia central. (DEDECCA, 2005 e JARDIM, 2004).

Desta forma, identificar e mensurar o desemprego no Brasil não são tarefas fáceis. Mensalmente são produzidos dados por meio de duas pesquisas nas seis regiões metropolitanas do país (São Paulo, Porto Alegre, Belo horizonte, Salvador, Recife e Distrito Federal): a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE e pela Fundação SEADE, e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE. Aliás, este é, oficialmente, o responsável pela produção das pesquisas no País. Além da PME, o IBGE ainda mede o desemprego em todo território nacional por um censo demográfico realizado a cada 10 anos e, anualmente, pela Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio (PNAD).

A PME tem por objetivo produzir dados do mercado de trabalho, subsidiando o planejamento socioeconômico do País. Teve seu início em 1980, e, de lá para cá,

⁴² A OIT é responsável pela medição oficial do índice de desemprego mundial a partir de seus Escritórios Internacionais do Trabalho e usa como critério o “desemprego aberto”, além de fornecer orientações para a construção dos indicadores operacionais aos países. Porém, refiro-me a institutos de pesquisa nacionais, a exemplo do Institut National de la Statistique et Études Économiques da França que disponibiliza dados do desemprego no País a partir da inscrição mensal dos “seus desempregados” e outros, como o Bureau of Labor Statistics dos EUA e o Japan Statistics Bureau do Japão.

já foi submetida a diversas alterações. Entre 2001 e 2002 sofreu uma mudança significativa, que resultou em um amplo processo de revisão metodológica e conceitual com vistas a tornar a investigação mais ajustada à realidade do mercado de trabalho brasileiro, e, simultaneamente, permitir a comparabilidade internacional dos dados, sobretudo no que diz respeito à incorporação de subcategorias de desemprego (*oculto pelo desalento e pelo trabalho precário*).

Segundo o IBGE, considera-se em *desemprego aberto* o trabalhador que procurou emprego durante o período de referência da pesquisa, que estava apto ao exercício imediato de uma vaga e que não tenha trabalhado durante a semana da pesquisa. Nesse desenho, inativo é o trabalhador que, no período de referência da pesquisa, não procurou trabalho por qualquer razão e é considerado ocupado aquele indivíduo que na semana da pesquisa tenha exercido uma atividade por mais de 60 minutos, como, por exemplo, que tenha apenas lavado um carro.

Com esse entendimento a PME contabiliza a situação de desalento dentro da taxa de inatividade e não na de desemprego. Também adota uma noção de ocupação questionável, pois sugere uma forma de pensar o mercado de trabalho por meio da aceitação de todas as atividades não formais e precárias como emprego, já que qualquer tipo de atividade é suficiente para que a pessoa não seja contabilizada como desempregada. De certa maneira, isso acaba por naturalizar a precariedade.

A crítica central, já bastante disseminada no país, a esta metodologia reside no fato de que, por focalizar o chamado “desemprego aberto”, deixa de captar a contento as peculiaridades e as especificidades de um mercado marcadamente heterogêneo como o do Brasil, o qual, por possuir uma cobertura social pouco abrangente, arrasta os desempregados para o mercado de trabalho precário e sub-remunerado.

Embora as notas explicativas dadas pelo IBGE deixem claro que a pesquisa tem como foco a criação de indicadores do mercado de trabalho e não a produção de índices relacionados ao desemprego, os dados são duramente criticados pela insuficiência do que são capazes de coletar.

A outra pesquisa mensal é a PED, realizada pelo DIEESE e Fundação SEADE. Foi elaborada para capturar e expressar a dinâmica do nosso mercado de

trabalho pouco estruturado: com presença significativa de assalariamento sem registro em carteira, de trabalhadores autônomos, com grande instabilidade nas contratações, com mecanismos de proteção limitados em termos de duração e valor do benefício, com grande disponibilidade de mão-de-obra, além da alta rotatividade, baixos salários e jornadas extensas de trabalho. Exatamente por conter tais características, a PED considera que a noção usual de emprego – exercício de qualquer atividade por no mínimo uma hora na semana de referência da pesquisa – e desemprego – ausência de trabalho com procura e disponibilidade para trabalhar tornaram-se insuficientes e limitadas.

A PED teve início no auge da crise de emprego na Região Metropolitana de São Paulo de 1981-1982, quando se verificou uma queda na taxa de emprego de 25%, enquanto os indicadores oficiais apontavam apenas 5% de desemprego. Dessa maneira, em 1983, o desemprego passou a ser medido também com outros indicadores na Região, de forma que contemplassem de modo mais consistente as particularidades do mercado de trabalho. Posteriormente, a mesma pesquisa se estendeu a outras cinco regiões metropolitanas do país a partir de parcerias com órgãos públicos locais, orientada pelos seguintes critérios: “desemprego aberto” (pessoas com 10 anos de idade ou mais que tivessem procurado trabalho de maneira efetiva durante os 30 dias anteriores à pesquisa e não tivessem exercido nenhuma atividade nos últimos sete dias), “desemprego oculto pelo trabalho precário” (pessoas de 10 anos ou mais de idade que exercessem de maneira irregular algum tipo de trabalho remunerado ou não remunerado quando se tratasse de ajuda em negócios familiares e que tivessem se interessado em mudar de trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa ou que o tivessem procurado nos 12 meses anteriores); “desemprego oculto pelo desalento” e outros (pessoas em idade ativa que não possuíssem nenhum tipo de trabalho e nem o tivessem procurado nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa, por estarem desestimuladas frente ao mercado de trabalho ou por circunstâncias contingentes, mas que tivessem efetivamente procurado emprego nos últimos 12 meses). (DIEESE, 2008)

Dentre os argumentos em favor da PED, destaca-se o fato desta posicionar o desalento como subcategoria do desemprego e de ter uma postura mais exigente

para contabilizar como empregado o trabalhador que exerce de maneira esporádica e precária alguma atividade. Dessa forma, a PED assinala a dificuldade de expressar, em categorias fechadas, um mercado de trabalho em que a inserção é marcada pela heterogeneidade e os limites entre aquele que está empregado, desempregado ou inativo são bastante tênues. Além disso, com essa forma de mensurar e captar os indicadores essa pesquisa expõe ao debate a questão central do direito ao trabalho, na medida em que proporciona visibilidade aos que estão privados deste direito e que, na pesquisa do IBGE, certamente seriam contabilizados como inativos ou empregados. (JARDIM, 2004).

A PED na Região Metropolitana de Salvador, executada em parceria com a Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais (SEI)/Universidade Federal da Bahia/SETRE/DIEESE/SEADE, começou a ser realizada em 1987, foi suspensa no ano seguinte e retomada somente em 1996. Desde então, tem-se promovido o levantamento mensal sobre o emprego, o desemprego e o rendimento do trabalho a partir da metodologia do DIEESE e segundo as recomendações da OIT. Com a adoção desta metodologia, evidenciou-se a importância do desemprego oculto nas regiões metropolitanas do nordeste do País, com Salvador e Recife apresentando as maiores taxas de desemprego nacional de acordo com a PED. Consolidada, hoje, a importância da PED, faz-se necessário reconhecer que o desemprego oculto não poderá mais ser tomado como um resíduo do desemprego aberto; ao contrário, ele deverá gozar de um lugar próprio junto aos indicadores do desemprego aberto.

Na raiz das disputas metodológicas, encontram-se as diferenças existentes entre mercados de trabalho estruturados, nos quais houve a norma salarial e a generalização do emprego (caso das economias centrais) e dos países periféricos (com um mercado pouco estruturado e uma intensa diversidade de ocupações). Dessa constatação, pois, iniciou-se o processo de busca de maneiras mais adequadas de captar e de medir os índices do nosso mercado de trabalho, já que o desemprego não pode ser dissociado do contexto no qual foi formulado por estar intrinsecamente relacionado às formas locais de relações de trabalho.

Nos países centrais, a estruturação do mercado, embora hoje em processo de desestruturação, ainda permite que apenas três categorias (empregado,

desempregado, inativo) descrevam as situações vividas pelos indivíduos no mercado de trabalho e se observa que tais categorias, que delimitam a situação dos indivíduos, não são dados naturais; ao contrário, revelam concepções das relações entre os homens e o trabalho, diretamente vinculadas ao período e ao espaço em que foram produzidas.

Para além do significado semântico ou do percurso teórico, o desemprego é cercado de aspectos subjetivos que extrapolam as definições objetivadas nas pesquisas. Quando se toma o significado do prefixo *des* na língua portuguesa – separação, ação contrária, negação, privação – percebe-se que des-emprego ou des-empregado não cabe inteiramente na conceituação de separação/negação/privação do trabalho, pois estar desempregado não é somente estar sem trabalho, ou privado dele; há um conjunto de sentimentos compartilhados, experiências e atitudes vividas por quem se encontra nesta situação. Portanto, o desemprego muito mais que o reverso de emprego é uma construção social, e, neste sentido, comporta elementos objetivos e subjetivos e é desta maneira que ele deve ser analisado pela Sociologia.

Reforçando a necessidade de investigar os diferentes significados que envolvem o tema do desemprego, Guimarães (2004a) assinala, por meio de um estudo comparativo entre Paris, Tóquio e São Paulo, que, variando as formas de institucionalização do desemprego (regimes de *welfare*⁴³), variam também os padrões de trajetórias ocupacionais bem como, ao se alterarem as configurações do mercado, modificam-se igualmente as representações sobre a procura de trabalho e os padrões de mobilizações utilizadas no retorno ao mercado de trabalho. O que mais nos chamou a atenção em seu texto foi o achado empírico de que em São Paulo - diferentemente de Paris e de Tóquio, em que o desemprego de longa-duração e as formas atípicas de emprego aparecem em ascensão - a recorrência do desemprego teve um trânsito intenso entre atividade e inatividade, desemprego e

⁴³ Ver sobre sistema de *welfare* e percepção do desemprego em Gallie e Paugam (2000). Os autores definem o regime de *welfare* num sentido amplo, via referência ao sistema público de regulação de proteção individual, com o suporte de medidas legais de proteção e de distribuição dos recursos. Eles indicam três critérios que descrevem os "tipos ideais" de sistemas de *welfare* de proteção ao desemprego: o tempo de duração da cobertura do benefício, o nível de cobertura do benefício em termos de valores e as despesas com políticas ativas de emprego.

ocupação, o que fez com que 30% dos indivíduos pesquisados apresentassem um percurso não identificável devido a essa elevada transição. O Estudo apontou ainda que foi entre os desempregados que se intensificaram mais as transições ocupacionais, devido à falta de redes de solidariedade capazes de fixar estes indivíduos. A forma como os indivíduos procuram emprego e como se apresentam, no Brasil, as justificativas para o desemprego foram dois outros achados interessantes, visto que estes eventos parecem atrelados à culpabilização individual pelo desemprego (perfil inadequado) e às estratégias privadas de procura de trabalho.

Outro aspecto destacado é quanto à seletividade do desemprego. Guimarães e Hirata (2006) ressaltam a importância de se incorporarem análises que contemplem os aspectos diferenciais da crise do emprego, visto que o desemprego não atinge a todos de forma igual. As autoras lembram que até recentemente tal problemática não era abordada e, assim, sugerem que o impacto da crise econômica sobre o emprego masculino e feminino seja quantitativo e qualitativamente diferentes. Por conta disso, Hirata (1998) questiona o slogan "mulheres: últimas admitidas, primeiras demitidas" em que subjaz a idéia de que as mulheres serviriam de exército industrial de reserva. A autora aponta o fato de que, embora pareça que, em certos períodos, a força de trabalho feminina tenha atuado como reserva de mercado capitalista, tal tese não se sustenta, pois, no caso dos empregos femininos, o estudo do processo de trabalho já revelou que há "qualidades femininas" que constituem domínios quase protegidos da concorrência masculina e fundamentais dentro do sistema. Deriva disso o fato de que as mulheres mantêm sua importância na mão-de-obra da indústria, ainda que haja uma deterioração e instabilidade nos momentos de crise e ajustes econômicos.

Guimarães (2004b: 310) parte da hipótese geral de que "quanto mais sistêmica a reestruturação industrial num dado setor, menores as chances de reconversão ocupacional dos trabalhadores desligados." Assim, nessas condições, para os grupos mais vulneráveis, percebem-se maiores dificuldades de preservação dos postos de trabalho. Para as mulheres, portanto, cabe o ônus maior pelos fechamentos dos postos de trabalho derivados do processo de intensa

reestruturação produtiva. As pesquisas apontam que, em ambientes assim reestruturados, o desemprego feminino permanece descolado do masculino. Embora o desemprego feminino sempre tenha apresentado taxas mais elevadas que o masculino, sabe-se que a década de 1990 conseguiu dissociar as duas taxas, aumentando significativamente o desemprego entre as mulheres⁴⁴. A autora aponta ainda que, rompidos os contratos formais de trabalho, há um elemento que une homens e mulheres: a expulsão do circuito de empregos formalmente registrados. Contudo, o risco de expulsão continua maior para as mulheres, visto que, para os homens, ainda resta um leque maior de oportunidades de retorno ao trabalho.

Essas considerações dão uma dimensão da complexidade que envolve o tema do desemprego e reforçam, sobretudo, o pressuposto de que o fenômeno só pode ser adequadamente compreendido a partir do contexto em que é produzido. Isso significa dizer também que o desemprego não poderá ser traduzido como categoria unívoca, sem que haja perda dos significados e das vivências que suscita.

2.5 – Alguns aspectos do mercado de trabalho na Bahia

Como se sabe, o sistema capitalista enfrentou uma crise profunda a partir dos anos de 1970 e de 1980 e tentou superá-la por meio da globalização, de políticas liberalizantes e da reestruturação produtiva. Por meio desta reestruturação, o capital conseguiu reorganizar as bases econômicas, tecnológicas e organizacionais de forma a ampliar seus ganhos sem alterar o modo de produção. Com a adoção do neoliberalismo, o sistema buscou dar legitimidade às mudanças, apontando-as como elementos indispensáveis à modernização e ao desenvolvimento (ANTUNES, 2000, OLIVEIRA e PAOLI, 1999 e MALAGUTI e CARCANHOLO, 2000).

Nos países de economia periférica como o Brasil, os efeitos negativos da reestruturação produtiva somaram-se aos antigos problemas, agravando ainda mais a situação. Para Guimarães (2004b), a especificidade do nosso mercado de trabalho

⁴⁴ Já em 2007, o desemprego feminino foi de 15,2%, o que significou uma redução de 7,7% em relação ao ano de 2006. (DIEESE, 2008).

e o autoritarismo do Estado em sua relação com os sindicatos fizeram com que o mundo do trabalho se organizasse sob permanente instabilidade e precariedade no emprego. A maneira débil como foram institucionalizados o mercado de trabalho e o sistema de proteção social fez com que, aqui, os efeitos negativos da reestruturação produtiva fossem ainda mais graves. Tivemos, portanto, um "fordismo à brasileira" que, por sua vez, resultou em uma adoção, também peculiar, da produção flexível. Assim, hoje, para Hirata (1998) e Leite (1996), não se pode falar em mudança de padrão, seja porque se verifica no Brasil uma superposição de padrões (às vezes, dentro de uma mesma empresa, existem setores fordistas convivendo lado a lado com outros mais flexibilizados), seja porque a flexibilidade não foi adotada no conjunto de setores e empresas.

Estas especificidades históricas do mercado de trabalho brasileiro, atreladas às mudanças dos anos de 1990, acabaram por provocar um processo de precarização intensa do mundo do trabalho e o agravamento dos problemas sociais, com a adoção das políticas neoliberais delineando o desmonte do Estado por meio de sucessivas privatizações de empresas públicas, abertura econômica do mercado, mudanças no papel do Estado como agente regulador, cortes no orçamento público, sobretudo nos gastos sociais e reestruturação tecnológica e organizacional de muitas empresas.

Sabe-se que a precariedade do mundo do trabalho não constitui uma novidade no mundo capitalista - basta rememorarmos as descrições feitas por Marx (1989), Thompson (1987), Hobsbawm (1982) e Huberman (1981) sobre as condições dos trabalhadores no início do século XVIII e XIX. Entretanto, para Alves (2000), vemos hoje inaugurada uma nova condição de precarização, em que os obstáculos à exploração do trabalho, historicamente construídos pela luta de classes, estão gradativamente sendo diluídos. Situação compreensível quando se considera a capacidade do neoliberalismo de se colocar como única alternativa possível diante da crise. Para Oliveira e Paoli (1999), o totalitarismo neoliberal esgota as energias utópicas por meio de dois fenômenos de subjetivação: modificação da classe operária e privatização do público por meio da disseminação da idéia de desnecessidade do público. Somado a tudo isso, há ainda a difusão das noções de

empreendedorismo/empregabilidade, que pensamos funcionar como mecanismo de ocultação dos antagonismos inerentes à relação capital-trabalho, uma vez que criam a ilusão da possibilidade de inserção no mercado de trabalho, a partir de capacidades exclusivamente individuais.

Quando se considera a função da Região Nordeste no processo histórico do Brasil, percebe-se o papel desigual atribuído às distintas Regiões: para o Sul e Sudeste, coube a tarefa da modernização e da industrialização do País; ao Norte e ao Nordeste, apenas um papel secundário. Essa configuração havia sido diferente durante o Período Colonial e durante o Império, visto que, neste período, a Região Nordeste ocupou uma posição social, política e econômica central.

A Bahia vivenciou um processo de industrialização tardio em relação às Regiões Sul e Sudeste. Somente na década de 1950, o Estado se inseriu no desenvolvimento industrial brasileiro por meio da implantação do setor petrolífero no Recôncavo Baiano. Para Oliveira (2003), a chegada da Petrobrás à Bahia mudou o padrão de desenvolvimento até então dominante - o da exploração da cana-de-açúcar - impulsionando e dinamizando a construção civil (pesada e relacionada à habitação) e redes em torno de pequenas empresas metalúrgicas e mecânicas.

Na década de 1960, o destaque foi a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), que promoveu uma industrialização incentivada pelo Estado. Porém, para Druck (1999) e Oliveira (2003), a industrialização na Bahia, além de tardia, se instalou como complemento do processo já em andamento nas Regiões Sul e Sudeste, atuando como fornecedora de bens intermediários necessários à dinamização da industrialização dessas regiões.

De forma análoga à assimetria existente entre a Bahia e as Regiões Sul e Sudeste do país, internamente também há uma hierarquização. Para Dias e Fernandes (2007) o processo de modernização do Estado concentrou-se na cidade de Salvador e seu entorno e foi desarticulador dos setores produtivos já existentes em outras áreas do Estado. O resultado não poderia ser outro que não o fortalecimento da área metropolitana de Salvador em detrimento das demais, configurando uma concentração social e espacial da renda, dos serviços públicos e

privados, dos investimentos e da estrutura produtiva do Estado na área metropolitana.

Mais tarde, durante os anos de 1970, com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, em uma junção de investimentos estatais, privados, nacionais e estrangeiros, a região passou por mudanças substanciais: a estrutura sócio-econômica-cultural da Bahia alterou-se diante da introdução de um novo padrão de vida e de assalariamento (mais elevado), bem como de uma aceleração da urbanização e de mudanças na estrutura do emprego. (DRUCK,1999).

Contudo, Oliveira (2003) ressalta que o processo de industrialização ocorreu de forma excludente, o que gerou uma acentuada divisão entre, de um lado, os trabalhadores qualificados e absorvidos por esse novo mercado capitalista e, do outro, uma massa de indivíduos que tentam garantir sua sobrevivência por meio de diversas atividades informais. Assim, constata-se que a industrialização baiana formou um mercado de trabalho marcadamente hierarquizado e desigual, o qual combinou formas modernas de exploração do trabalho assalariado com práticas mercantis de troca sem nenhuma proteção social.

Nos anos de 1980 a Bahia entra para o padrão fordista de produção com um contingente significativo de assalariados, resultante, como já dito acima, da instalação do Setor Petroquímico, que desencadeou uma série de contratações de trabalhadores sob um novo padrão de gestão do trabalho, com a ampliação do funcionalismo público, que se somou ao assalariado que já havia se estabelecido com a instalação da Petrobrás. A adaptação desses trabalhadores ao padrão fordista trouxe uma série de mudanças em toda estrutura social: para os que haviam sido absorvidos, possibilitou salário estável e prestígio social; para os que estavam fora, orientou planos e alimentou sonhos de uma futura inserção.

Todavia, para Borges (2003), a difusão do assalariamento não chegou a se completar no mercado de trabalho da região, uma vez que, em fins dos anos de 1980, aproximadamente 20% dos ocupados não possuíam carteira de trabalho assinada. Para a autora, o inusitado residia no fato de que, neste mesmo período, em que o restante do país convivia com os efeitos da redução de postos de trabalho, desencadeados pela reestruturação produtiva, a Região Metropolitana de Salvador

(RMS) conseguiu manter os empregos em termos numéricos, porém perdendo em qualidade e na possibilidade de absorção de novos trabalhadores.

De acordo com Borges (2003) as mudanças mais acentuadas, no entanto, ocorrem durante a década de 1990 e início dos anos 2000, mais precisamente até 2003 e marcam a inserção da Bahia no Modelo Flexível: redução dos postos de trabalho estáveis, tanto na indústria quanto no setor de serviços, crescimento dos assalariados sem registro em carteira e também daqueles que passam a trabalhar por conta própria e, por fim, o aumento no número de desempregados.

Borges (2003) ainda observa que a redução do setor público emergiu como um fator importante no aumento do desemprego na região. Sabe-se que, no Brasil, o emprego no setor público se constituiu como o núcleo duro do assalariamento, tanto que na Bahia, segundo a autora, ele ocupou um papel central e atuou como moeda de troca em relação a favores políticos. Para se ter uma idéia da importância do setor, os dados da RAIS, em 1995, indicavam que 44,3% dos empregos formais na RMS eram públicos. Os efeitos da reforma do estado, executada em nível Federal, Estadual e Municipal, fizeram esse índice baixar para 39,7%, em 1999.

Cabe assinalar, que as consequências do processo de reestruturação produtiva são marcadamente heterogêneas, quando se considera a trajetória histórica, as especificidades e o lugar ocupado pela região na divisão internacional e inter-regional do trabalho: o de uma região periférica dentro de um país periférico. Para Borges (2003), um elemento essencial para se entender o mercado de trabalho baiano é pensá-lo como bipolar: vê-se, de um lado, o predomínio de atividades com baixíssima produtividade (tanto na zona rural quanto na urbana) e, do outro, um reduzido conjunto de atividades consideradas modernas, seja no setor de agronegócios, no industrial ou no de serviços com elevada produtividade, porém, com baixa geração de emprego.

No entanto, nos últimos anos, a exemplo das mudanças que os dados da PNAD (2006) indicam para o Brasil, também para a Bahia há indícios de alterações. Dentre os dados que nos chamam atenção, destacamos a taxa de analfabetismo e o nível de escolarização, já que estão intimamente imbricadas ao mercado de trabalho e ao desemprego. Para termos uma idéia, no Brasil, a taxa de analfabetismo em

2006 estava em 10,2% das pessoas de 15 anos ou mais de idade, enquanto para a Região Nordeste do País esse índice atingiu 20,7%. Também são desta Região os piores índices quando se trata de anos de estudo: a taxa média brasileira é de 7,2 anos e no Nordeste 5,8 anos. Juntando estes dados com a informação de que em 1992 os brasileiros com pouca escolaridade (até três anos de estudo) representavam 25,6 % dos ocupados e em 2006 19,7%, podemos inferir que para a Bahia a dificuldade de inserção das pessoas com baixa escolarização tenha aumentado significativamente nos últimos anos.

A SEI, analisando os dados sobre o mercado de trabalho baiano, a partir da PNAD 2006, destaca o seguinte quadro: a Bahia em 2006 era composta de uma PEA de 7,1 milhões de pessoas, sendo 66,1% no meio urbano e 33,9% no meio rural. Os homens correspondiam a 4,1 milhões (57,8%) e as mulheres 3 milhões (42,8%). Em 2006 os dados revelam uma redução da PEA Baiana em 0,5% em relação ao ano de 2005, fato bastante divergente em relação a expansão de 1,4% da PEA nacional. Tal redução, por sua vez, proporcionou uma diminuição da pressão para entrar no mercado de trabalho; no entanto, os demais dados nos revelam que as alterações não chegaram a configurar um cenário favorável aos desempregados.

Em sentido semelhante, Cerqueira, Souza e Neves (2007), ao observarem a inserção das pessoas ocupadas no mercado de trabalho baiano e compararem com os dados obtidos no ano de 2005, verificam que houve um crescimento secundário de apenas 0,3% de ocupados, ou seja, em números absolutos foram 21 mil pessoas que entraram para o mercado de trabalho. Esse cenário de quase estagnação contrasta com os dados obtidos no cenário nacional, qual seja, o aumento percentual das pessoas ocupadas em cerca de 2,4% em 2006.

Encontramos outros dados interessantes na investigação de Cerqueira, Souza e Neves (2007), que afirmam que quanto às características da PEA Baiana percebe-se que, do ponto de vista etário, ainda há em 2006 mais de 200 mil crianças e adolescentes trabalhando; apesar deste número ser menor do que os obtidos em anos anteriores, ele ainda é bastante elevado. Também nota-se que os grupos de maior presença são os situados entre 30 e 39 anos de idade com 22,6% e 40 a 49

anos de idade com 18% da PEA. Já os idosos de mais 60 anos correspondem a 6,6%.

Em relação ao nível educacional das pessoas engajadas no mercado de trabalho, conforme já indicamos no início deste tópico, ele permanece baixo. Ilustrando este aspecto podemos indicar que 57,7% das pessoas que integram a PEA baiana não haviam concluído o ensino fundamental e apenas 3,7% possuíam o nível superior completo, contrastando com os 8,3% encontrados na média nacional e mesmo com os 4,6% observado na Região Nordeste. A assimetria educacional se estende entre mulheres e homens: as primeiras, mais escolarizadas apresentam uma taxa de 35,7% com o ensino médio contra 21,5% entre os homens, mas a despeito disso a taxa de desemprego é maior entre as mulheres. (CERQUEIRA, SOUZA e NEVES, 2007).

Também têm importância os ocupados sem carteira assinada, particularmente nas atividades do comércio, entre os trabalhadores do serviço doméstico e nos serviços pessoais, assim como as pessoas ocupadas na produção para consumo próprio e não remuneradas. Ainda com relação à distribuição dos ocupados, é possível destacar a diminuição crescente dos trabalhadores ocupados no setor agrícola. Tal queda é explicada a partir do ciclo de modernização agrícola que vem atravessando o Estado com a adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra. (CERQUEIRA, SOUZA e NEVES, 2007).

Por fim, nota-se ainda, segundo os autores, que o mercado de trabalho baiano permanece precário. O baixo índice de formalização dos vínculos continua entre as ocupações tradicionais, que costumam contratar seus trabalhadores à margem da legislação trabalhista, e amplia-se em novos ramos, como o da indústria de transformação, verificados pelo baixo índice de contribuição à Previdência Social. Além disto, ao observar o rendimento da principal ocupação, constata-se que os trabalhadores baianos tiveram um rendimento médio de R\$ 541,00, enquanto para o Brasil esse valor ficou em R\$ 888,00 no ano de 2006

Todos esses dados se agravam ao considerarmos que dentro do Estado da Bahia há uma forte concentração espacial dos investimentos e da produção econômica; assim, se a precariedade nos causa inquietação quando vista pela média

estadual, ela agrava-se quando olhada município a município. A esse respeito é emblemático os dados da SEI (2008), que apontam que cinco municípios concentram sozinhos 48% do PIB Estadual. (Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Feira de Santana e Candeias).

Nesse caso, tal concentração nos serve de indicativo do quão diferentes poderão ser os mercados de trabalho e, em decorrência, as múltiplas percepções sobre o desemprego que poderão se manifestar em Vitória da Conquista e em Salvador.

2.5.1 - Especificando as duas cidades escolhidas

Como já dito logo no início dessa tese, considerei apropriado escolher duas cidades que tivessem características distintas de mercado de trabalho, pois estava ciente de que a opção metodológica de investigar a vivência, as percepções e as práticas diante do desemprego, utilizando a divisão entre mercado metropolitano e não-metropolitano poderia fornecer elementos para decifrar o desemprego em suas especificidades locais. Mas, de antemão sabia da disparidade entre a quantidade de dados disponibilizados para a RMS⁴⁵ e a escassez de informação sobre esse tema para Vitória da Conquista. Então, para os objetivos desse capítulo, que é o de contextualizar as transformações econômicas e as mudanças no mercado de trabalho, optei por apresentar mais brevemente a RMS, tendo em conta a vasta produção já existente, e concentrar os esforços na caracterização de Vitória da Conquista, ajudando a preencher a lacuna existente de análises sobre o mercado de trabalho dessa cidade.

⁴⁵ Dentre eles os de Borges (2003), Souza (2002), Druck (1999), Cerqueira, Souza, e Neves, (2006), Barreto (2005) e todos os estudos e levantamentos realizados pela SEI e disponibilizados eletronicamente em sítio próprio.

2.5.1.1 – A Região Metropolitana de Salvador

A RMS, nos anos de 1990, como uma das herdeiras dos problemas já descritos acima, acrescidos da permanência da oferta de força de trabalho, incorporou as altas taxas de desemprego como um problema emblemático da economia local. Diante disso, não era de se estranhar que em 1996 as taxas de desemprego desta região passassem a ser as mais elevadas do País. Quando se analisam os fatores que contribuíram para moldar essa característica do mercado de trabalho na RMS durante a década de 1990⁴⁶, deve-se levar em consideração a posição periférica da economia baiana no cenário nacional, o perfil da indústria local, concentrada em ramos de capital intensivo, e a forte concentração de renda na região. Juntamente com isso, os processos de reestruturação produtiva e de abertura econômica no país, desde o início dos anos 1990, tornaram ainda mais débil a capacidade da economia da região de gerar novos postos de trabalho, principalmente os de mais qualidade. Prova disso é o aumento intenso neste período das ocupações, tanto no setor de prestação de serviços como na condição de trabalhadores autônomos, indicativos de precariedade do mercado de trabalho. O cenário fica ainda mais tenebroso quando a ele se alia, como sugere Barreto (2005), o termo “sem emprego”, que agrega desempregados e trabalhadores informais, ou seja, aqueles classificados como não detentores de um vínculo nos moldes fordistas: eles somam 62,4%.

Por conseguinte, todo esse cenário internacional, nacional e estadual tornou a RMS recordista do desemprego no país. Os dados da PED trazem os seguintes índices: em 1997, o desemprego esteve em 21,6%; em 2001, subiu para 27,5%; em 2002, permaneceu praticamente inalterado, fixando-se em torno de 27,3%; e em 2003, chegou a 28%. Nos últimos anos, as cifras alteraram-se, e então é possível identificar uma queda: em 2004, a taxa ficou em 25,5%; em 2005, caiu para 24,4; em

⁴⁶ Como o objetivo deste tópico é situar o problema do desemprego na RMS, parto da década de 1990 como cenário de composição dos índices elevados de desemprego.

2006 para 23,6%; e seguiu em queda no ano seguinte, chegando em janeiro de 2008 em 19,8%.

A redução das taxas de desemprego é acompanhada de mudanças em toda estrutura do mercado de trabalho. Segundo o DIEESE, o destaque das mudanças no mercado de trabalho é para a participação das mulheres. Na RMS há um aumento da ocupação feminina: foram 84 mil novos postos de trabalho gerados entre os anos de 2006 e 2007, sendo que destes, 42 mil foram ocupados por mulheres, fazendo com que a taxa de ocupação feminina se elevasse em 6,8%.

Também os índices são mais positivos para as mulheres quando se trata de carteira assinada e tempo de permanência na ocupação. Verifica-se que o primeiro cresceu 13% para as mulheres e 12,1% para os homens, e o tempo permanência na ocupação também aumentou em 2007 para as mulheres, saltando de 66 semanas no ano de 1998 para 73 semanas em 2007, enquanto os homens, que em 1998 permaneciam em média 68 semanas, em 2007 passaram para 73 semanas.

Mas, apesar deste conjunto positivo de dados, as mulheres ainda encontram maiores dificuldades no mercado de trabalho. Em 2006 o desemprego total das mulheres chegou a 27% e em 2007 ficou em 25,3%; já o masculino que em 2006 era de 20,4%, caiu para 18,4% em 2007. Assim, embora se note que tenha diminuído o contingente de mulheres desempregadas nos últimos anos, é para os homens que a redução foi mais intensa. Portanto, apesar da redução no desemprego feminino, as 223 mil mulheres desempregadas representavam em 2007 exatamente 56,5% do total de desempregados da RMS, confirmando a maior proporção em relação à população total desempregada desde 1997. A explicação para o crescimento da distância entre as taxas de desemprego feminino e masculino pode ser atribuída ao aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho e uma diminuição mais acelerada do desemprego masculino em comparação ao feminino.

Quando se deslocam os dados usando como critério a cor ou raça dos trabalhadores, nota-se que os negros permanecem sofrendo mais com o desemprego, sobretudo as mulheres negras. As mulheres brancas tiveram redução em relação à taxa total de desemprego na ordem de 14,1 %, seguidas pelos homens

brancos com 10,2%; já os homens negros tiveram uma redução de 9,7% e entre as mulheres negras esse índice ficou em apenas 5,3%.

Um outro dado que nos chama a atenção é a dificuldade que os desempregados encontram para retornar ao mercado de trabalho, pois o tempo despendido à procura de emprego tem aumentado. Para termos uma idéia, no ano de 2006 um desempregado na RMS levava em média 65 semanas para conseguir um novo trabalho e em 2007 ele precisou de 68 semanas.

2.5.1. 2 – O município de Vitória da Conquista

Vitória da Conquista é a terceira maior cidade do Estado em população, com 308.000 habitantes, de acordo com os dados do IBGE (2007), e a sexta economia no ranking dos municípios com maior participação no Produto Interno Bruto⁴⁷. A cidade nasceu a partir do esgotamento da exploração de metais preciosos, sobretudo do ouro das minas de Rio de Conta e dos Gerais, e da política de ocupação do território; de vila tornou-se município em 1891.

A cidade consolidou-se como entreposto comercial nos anos de 1940 com a abertura de novas estradas, especialmente o trecho que liga Ilhéus a Bom Jesus da Lapa. Mais tarde, em 1963, com a inauguração da BR 116 (Rio-Bahia) o município viveu um incremento de suas atividades econômicas e características urbanas. O setor agropecuário diversificou-se e ampliou-se com a expansão de novas áreas de cultivo. Concomitantemente, os fluxos migratórios, inicialmente de trabalhadores para a própria construção da rodovia, e, posteriormente, com outros trabalhadores em busca de oportunidades de emprego (bairanos de outras cidades, mineiros, paulistas e nordestinos de outros estados), somados ao crescimento populacional fizeram da cidade uma referência de mercado regional.

⁴⁷ No ranking estadual a cidade ocupa as seguintes posições: Índice de Desenvolvimento Econômico 9º, Índice de Desenvolvimento Social 6º, Índice de Qualificação da Mão-de-Obra 6º, Índice da Renda Média dos Chefes de Família 8º e Índice de educacional 18º. (SEI, 2008).

Dando seqüência ao desenvolvimento, na década de 1970, instala-se o Distrito Industrial dos Imborés⁴⁸ e a Faculdade de Formação de Professores. Em 1972, em função do Plano de Renovação e Revigoração da Cafeicultura do Governo Federal, e, diante dos incentivos e subsídios para a abertura de cafezais, o município tornou-se, em poucos anos, um grande produtor, atraindo parcela significativa de investidores. Contudo, essa expansão da lavoura cafeeira foi marcada pela expulsão de agricultores familiares, que, pressionados, foram retirados de suas terras ou transformados em trabalhadores temporários do café. Não por acaso, data desse período a primeira greve dos trabalhadores temporários da cultura do café por melhores condições de trabalho. (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2008)

Nos anos de 1980 e início de 1990, com o fim do “milagre econômico”, ocorre uma inflexão no ciclo de crescimento e estruturação do mercado de trabalho, os setores econômicos se descapitalizam, principalmente o cafeicultor. Abre-se, assim, espaço para que a cidade (desde seu início um entreposto comercial favorecido pela localização geográfica) torne-se um pólo regional no oferecimento de serviços variados, sobretudo os ligados à saúde e à educação. Forma-se, também, um contingente de ex-trabalhadores agrícolas (sobretudo do café) e de outros setores atingidos pela crise, que, conjuntamente, vão ocupando os subempregos e criando suas próprias alternativas de sobrevivência nas franjas da cidade.

Nos últimos anos, diante da conjuntura Brasileira de crescimento econômico e das forças políticas locais e regionais (o Partido dos Trabalhadores vêm administrando a cidade desde 1996) consolidou-se um cenário bastante favorável ao desenvolvimento da cidade. A Universidade Estadual do Sudeste da Bahia ampliou o número de cursos oferecidos, três instituições de ensino superior privadas surgiram, clínicas médicas e odontológicas passaram a atuar na cidade. Como desdobramento desse crescimento, uma série de ocupações foram sendo criadas, compondo uma cadeia produtiva de serviços, que vai desde a atuação de profissionais liberais e proprietários de estabelecimentos e com rendimentos elevados, passando pelos

⁴⁸ Nome dado ao habitante nativo da região, dizimado com a instalação de povoados e vilas que mais tarde tornar-se-iam a cidade de Vitória da Conquista.

serviços de hotelaria, imobiliário, chegando até aos serviços domésticos, mal remunerados e desprotegidos.

Atualmente Vitória da Conquista é considerada uma capital regional, referência para todo Centro-Sul da Bahia e Norte de Minas Gerais, influenciando economicamente cerca de dois milhões de pessoas. Toda essa conjuntura favorável tem atraído novos investimentos privados - vê-se a “olhos nus” o crescimento do setor da construção civil - investimentos do Estado e da União, recursos originários das inversões indiretas das políticas sociais, sobretudo aquelas destinadas à população de baixa renda, como o “Bolsa Família”, o “Programa de Erradicação do Trabalho infantil”, o “Luz para Todos” e o “Programa Nacional da Agricultura Familiar”, além do peso dos rendimentos de origem estatal tais como as aposentadorias, pensões e custeio de universidades. Por tudo isso, a cidade em 2008 recebeu a indicação⁴⁹ de um dos municípios mais dinâmicos economicamente do Brasil e o primeiro do Nordeste.

De modo geral, a economia de Vitória da Conquista reproduz o mesmo movimento da economia baiana e brasileira, com o aumento do setor de serviço e retração do industrial, em grande parte pelo processo de ajuste no processo produtivo - por meio da terceirização de atividades da base da cadeia, tais como serviços de limpeza e de segurança.

No quadro abaixo é possível ver a evolução da estrutura produtiva da cidade; nota-se o peso do setor de serviços para a economia local.

⁴⁹ Indicação do Jornal da Gazeta Mercantil em 2008.

Quadro 01 - Estrutura produtiva de Vitória da Conquista

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços
2000	5,63%	22,83%	71,55%
2001	6,16%	23,26%	70,58%
2002	6,77%	22,02%	71,21%
2003	6,40%	22,77%	70,83%
2004	5,85%	20,47%	73,67%
2005	4,37%	14,16%	81,46%

Fonte: SEI/IBGE

No entanto, é necessário ponderar que há uma grande dificuldade de levantar dados sobre a dinâmica econômica e o mercado de trabalho da cidade para além do setor formal. Nas publicações encontradas há sempre um fio condutor de otimismo e desenvolvimentismo guiando as análises⁵⁰, obscurecendo a precariedade do mercado de trabalho da cidade. Talvez porque em comparação com outras cidades nordestinas, realmente Vitória da Conquista tenha motivos para ser celebrada como a “jóia do Sertão”⁵¹. O próprio desemprego, que atinge de maneira tão drástica a Região Metropolitana de Salvador, aqui não mereceu nenhum estudo por parte das instituições públicas.

E por isso mesmo, antes de prosseguir, é preciso fazer a seguinte consideração: diferentemente de Salvador, o desemprego em Vitória da Conquista não pode ser essencialmente caracterizado como efeito do processo de reestruturação produtiva, até porque seu centro industrial é recente e ainda encontra-se em fase de implantação, mas pode sim ser apontado como resultado da própria dinâmica econômica do município. De tal forma que o desemprego fica mascarado pela precariedade dos vínculos de trabalho: na colheita do café, que mobiliza uma quantidade de trabalhadores durante poucos meses do ano e os dispensa logo em

⁵⁰ Um exemplo é a Revista Economia e Sociedade, publicada pela Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda ligada à Prefeitura e que abriga artigos de pesquisadores locais. Na primeira edição de novembro de 2008, essa marca de otimismo e desenvolvimentismo está praticamente em todos os artigos, havendo inclusive, indicação da cidade como sendo de economia pós-industrial já que está marcadamente voltada para o oferecimento de serviços.

⁵¹ Referência feita no Hino da Cidade

seguida; no trabalho doméstico sem carteira; no comércio durante o período de festas Juninas e fim de ano; e nas miríades de pequenos trabalhos (lavador de carro, vigilante de rua, jardineiro), que nem de longe resguardam as condições mínimas de uma relação de emprego, mas efetivamente é o que garante renda para esses trabalhadores.

Então, na ausência de estudos significativos sobre o desemprego na cidade de Vitória da Conquista, recorreremos aos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre emprego formal, e pela SEI, sobre o mercado de trabalho na Bahia e nos “territórios de identidade⁵²”. Esperamos, assim, compor um quadro compatível com o que apresentamos para a Região Metropolitana de Salvador, o qual apesar de não apresentar índices diretos do desemprego, os revelará nas entrelinhas.

Na Bahia foram mapeados 26 territórios, um deles denominado de Território de identidade da Região Metropolitana de Salvador que inclui 10 municípios e dentre eles a cidade de Salvador e outro denominado Território de Vitória da Conquista, que engloba a cidade de Vitória da Conquista e outros 23 municípios vizinhos.

Tabela 01 – Características dos territórios de identidade de Vitória da Conquista e RMS em relação ao Estado/UF.

	Número municípios integrantes	PIB R\$ milhões em 2004	População estimada em 2005	Estoque de emprego formal até 2005	Proporção de emprego formal da população estimada
Território de Vitória da Conquista	24	2,3%	5,5%	3,7%	7,9%
Território da Região Metropolitana de Salvador	10	42,6%	24,1%	51,1%	24,5%
Bahia- Valores absolutos	417	86.882	13.815.334	1.596.990	11,6%

SEI (2008) e Rodrigues (2007)

⁵² Os “Territórios de identidades são definidos enquanto espaço físico, geralmente contínuo, que agrega grupos sociais ligados política e culturalmente e que nasce como proposta do Governo Federal para organizar e planejar as ações do Estado abrindo mão do território físico.

A análise da tabela nos permite perceber que o estoque de emprego formal concentra-se no território da RMS, com mais da metade do total (51,1%), ficando o Território de Vitória da Conquista com apenas 3,7% deles. Nota-se, também, que essa diferença quando relacionada à população configura a seguinte situação: a RMS possui 24,5% da população estimada com emprego formal e Vitória da Conquista 7,9%, ficando abaixo da média estadual que é de 11,6% da população com empregos formais. Mas o descompasso entre os dois territórios não se restringe ao estoque de emprego formal, pois há também grande concentração de investimentos produtivos na RMS.

A discrepância entre os dois territórios pode ser ilustrada pelos índices elaborados para medir o desenvolvimento, pelos quais é possível verificar que a RMS concentra infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra e recursos.

Quadro 02 – Índices de desenvolvimento dos territórios de identidade em relação ao Estado/UF.

	Território de Identidade: Vitória da Conquista	Território de Identidade: Região Metropolitana de Salvador
Índice de Desenvolvimento-Econômico – IDE	6º	2º
Índice de Infra-estrutura – INF	4º	1º
Índice de Qualificação da Mão-de-obra (escolaridade dos trabalhadores formais – IQM)	5º	1º
Índice do Produto municipal – IPM	12º	2º

SEI (2008)

Deixando de lado o agrupamento por território de identidade e utilizando os dados do IBGE (2008), verifica-se no Município de Vitória da Conquista a seguinte situação em termos de rendimento nominal das pessoas com 10 anos ou mais de idade: 28,0% dessa população recebe até um salário mínimo, 13,7% recebe de 1 a 2 salários, 4,7% de 2 a 3 salários, 5,2% de 3 a 5 salários, 4,0% recebe de 5 a 10

salários, 1,6% de 10 a 20 salários, 0,8% da população recebe mais de 20 salários e, 42,0% não possuem nenhum tipo de rendimento. Tal fato, embora não permita deduzir diretamente o índice de desemprego, serve, para indicar a precariedade do mercado de trabalho da cidade.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)⁵³, no ano 2007, na cidade foram realizadas apenas 2,77% das admissões feitas em todo o Estado, contabilizando 3,32% dos empregos formais existentes no Estado. Esse quadro torna-se bastante significativo quando relembramos que a cidade é a terceira maior do Estado em população.

Quadro 03 – Estoque de emprego de Vitória da Conquista em relação ao Estado/UF.

Ano 2007	Vitória da Conquista		% sobre UF		UF	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Admissões	14.725	13.725	2,77%	2,9%	531.251	473.212
Desligamentos	13.426	11.811	2,84%	2,64%	472.531	448.123
N. emprego formais até janeiro de 2008	40.357	40.357	3,32%	3,32%	1.214.157	1.214.157

CAGED (2008).

Na composição do emprego formal na cidade os dados indicam as ocupações que mais admitiram e demitiram trabalhadores em 2007.

⁵³ O CAGED foi criado pelo Governo Federal e consiste no registro permanente por parte das empresas das admissões e demissões dos trabalhadores regidos pela CLT. Mensalmente, via internet, as empresas são obrigadas a repassar ao MTE os dados individualizados sobre os trabalhadores admitidos ou desligados no mês anterior, compondo um cadastro geral do emprego formalizado no Brasil.

Quadro 04 – Ocupações que mais admitiram e demitiram em Vitória da Conquista em 2007.

Ocupação	Admissão	Demissão	Saldo
Vendedor do comércio varejista	1944	1805	139
Trabalhador da confecção de calçado	868	863	5
Auxiliar de escritório	819	694	125
Serventes de obras	746	733	13
Trabalhador da cultura do café	550	643	- 93
Costureiro de confecção em série	517	266	251
Trabalhador volante agrícola	422	444	- 22
Pedreiro	362	428	- 66
Trabalhador agropecuário	347	316	31

CAGED (2008).

Fazendo um balanço entre admissões e desligamentos as ocupações que mais admitiram trabalhadores foram: costureiro de confecção em série, vendedor do comércio varejista e auxiliar de escritório. Já as que mais demitiram foram as ocupações da cultura do café, pedreiro e trabalhador volante na agricultura.

Só é possível entender esse fluxo pequeno de contratações em uma economia que parece realmente em crescimento levando em conta a existência do mercado informal, do desemprego aberto e oculto. Ainda mais em um mercado não-metropolitano, no qual o vínculo das atividades diretamente ligadas à agricultura resulta em uma parcela de ocupações destinadas a sobrevivência ou sem remuneração. Em torno disso ainda é possível dizer que em um mercado não-metropolitano o meio rural funciona, para os cidadãos, como um refúgio de sobrevivência e acesso direto à alimentação, que não passa pelo trabalho remunerado, mas que viabiliza a vida nos momentos de desemprego.

Esse vínculo da cidade de Vitória da Conquista com o meio rural é facilitado pela curta distância que separa o centro da cidade dos pequenos povoados rurais. Nesses, é comum encontrar famílias agricultoras que possuem alguns de seus membros trabalhando na cidade como estratégia de sobrevivência diante da baixa rentabilidade da agricultura na região. Porém, se o meio rural disponibiliza mão-de-

obra à cidade, ele também faz o papel inverso, reabsorvendo os que já não encontram mais oportunidades de sobrevivência na cidade.

Capítulo 3 - Uma parte do mosaico: o desemprego na ótica das agências de intermediação profissional

3.1 - O atendimento nas agências de Vitória de Conquista e de Salvador: administrando a precariedade.

Em que pese a importância de estudos sobre o sistema público de emprego e a intermediação de trabalho⁵⁴, o objetivo aqui não é esse; circunscrevo meu foco de análise em outra dimensão. O que procuro é colher evidências empíricas que ajudem a captar a forma como o desemprego é institucionalizado nas (e pelas) agências de intermediação de trabalho e como essas evidências aparecem posteriormente, entre os desempregados. Para tanto, me apoio nas 10 entrevistas com coordenadores e representantes das instituições públicas e privadas que lidam com o desemprego nas cidades de Salvador e Vitória da Conquista, nas conversas com atendentes e observações diretas realizadas durante o trabalho de campo.

Em Vitória da Conquista, há um único posto de atendimento da SETRE/SINE e três agências de consultoria e eventos que funcionam também como agências privadas de emprego. Em Salvador, há 10 postos da SETRE/SINE e uma grande quantidade de agências de intermediação de mão-de-obra. Os postos da SETRE/SINE localizam-se dentro do SAC⁵⁵, um sistema integrado de serviços públicos, que reúne em um mesmo espaço físico vários órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Por se caracterizar como um “shopping de serviços públicos” o SAC costuma ter um movimento intenso de pessoas; já nas primeiras horas de funcionamento é possível identificar filas formadas por pessoas que buscam os

⁵⁴ Já há um considerável acervo de pesquisas sobre esse tema (Azevedo, 1998, Fidalgo 1999, Santos 2000) e, sobretudo, Guimarães (2004) que desvenda o mercado de intermediação de trabalho em São Paulo em sua ampla diversidade de agentes envolvidos (governamental, sindical e empresarial), que constituem a tríade de ofertantes de trabalho – ofertantes de vagas – intermediários.

⁵⁵ A exceção fica por conta do SINEBahia, inaugurado em novembro de 2007, que ocupa um prédio próprio e tem seu funcionamento diferenciado dos demais postos SETRE/SINE, com salas para cursos de capacitação, atendimento psicológico para pré-seleção dos candidatos, intermediação de profissional e outras.

serviços do Departamento Estadual Trânsito, da Receita Federal, do Juizado de pequenas causas, da Polícia Federal, da recolocação profissional e outros. Quando o SAC inicia seu atendimento as senhas começam a ser distribuídas de acordo com o serviço desejado; dentre os serviços mais requisitados estão os oferecidos pela SETRE/SINE: expedição da carteira de trabalho, serviço de intermediação de mão-de-obra e seguro-desemprego.

A SETRE/SINE de Salvador atua somente no setor formal e a de Vitória da Conquista desenvolve ações tanto no formal quanto no informal⁵⁶ por meio do Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo - PATRA. No setor formal, as Secretarias funcionam como agência de emprego e utilizam o cadastro do SINE-Bahia para a obtenção de vaga e para a inscrição do trabalhador. O desempregado procura um posto, preenche o cadastro com suas experiências de trabalho, o tipo de curso que gostaria de fazer e também o tipo de vaga procurada e, então, as atendentes cruzam o perfil do candidato com o de vagas disponíveis. São encaminhadas três pessoas por vaga. Os três indicados preenchem manualmente uma carta, levam-na até a empresa que, independente da resposta, compromete-se a devolver as cartas à SETRE/SINE com os dados da contratação para que, então, a Secretaria possa incluir o indicado em seus relatórios.

No setor informal a SETRE/SINE de Vitória da Conquista participa ativamente do Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo (PATRA) que funciona da seguinte maneira: a SETRE/SINE elabora um cadastro de desempregados (com referências de outros empregos anteriores e atestado de antecedentes criminais) e disponibiliza, via telefone, os serviços de faxineira, lavadeira e passadeira. O solicitante liga para a SETRE e pede um profissional cadastrado, o pagamento é feito pessoalmente pelo solicitante, normalmente logo após concluir o serviço. Na primeira ida a campo em 2006 eram 65 autônomos cadastrados, grande parte composto de mulheres chefes de família e a diária estabelecida era de R\$ 20,00 para uma jornada de trabalho das 8:00 às 17:00 horas, com uma hora de almoço. A passagem e o

⁵⁶ Formal e informal, sem entrar na polissemia do termo, aqui utilizados para distinguir entre as vagas de emprego disponibilizadas pela SETRE/SINE com alguma cobertura social e os trabalhadores autônomos cadastrados pelo PATRA que não contribuem para a Previdência Social.

almoço ficam por conta do trabalhador. O número de autônomos cadastrados varia conforme o número de solicitantes de serviço; quando há aumento do número de solicitantes, a SETRE/SINE publica “atualização do quadro de vagas” e, para isso, costuma utilizar um programa de TV e uma rádio local para fazer a divulgação e assim receber novos autônomos para o banco de dados.

Os trabalhadores são autônomos, mas não costumam contribuir para a previdência social. De acordo com o coordenador do programa, a contribuição seria muito onerosa para a renda próxima de um salário mínimo que eles costumam receber⁵⁷. Neste intento, a SETRE/SINE tem intercedido junto ao Governo para que seja criada uma contribuição diferenciada para este tipo de autônomo e, assim, que seja diminuído o valor da contribuição. Esta tentativa tem sido divulgada entre os autônomos sem muito êxito. O próprio Instituto de Previdência vem implantando desde abril de 2007 o Plano Simplificado de Previdência Social que reduz a contribuição de 20% para 11% sobre o salário mínimo dos trabalhadores de baixa renda.

Mesmo assim não há adesão dos trabalhadores, embora, segundo a coordenação da SETRE/SINE, muitos expressem que “esperam um dia poder assinar a carteira”. Enquanto não viabilizam essa mudança, prevalece em praticamente todos os autônomos ligados ao programa a informalidade e a ausência de proteção social, embora o Programa PATRA faça referência à necessidade de registro de autônomo.

Nessa ausência de vínculos e de proteção trabalhista, predominam a informalidade e a precariedade das relações de trabalho. Para evitar transtornos, dentre os quais a configuração de vínculo empregatício, a SETRE/SINE orienta aos solicitantes de serviços que não utilizem sempre o mesmo profissional. Entretanto, é incomum trabalhadores ligados ao PATRA acionarem a justiça ou reclamarem direitos trabalhistas, pois segundo o Coordenador a relação se estabelece com

⁵⁷ A renda de cada trabalhador varia bastante, dependendo do número de solicitações que ele recebeu naquele mês. Para se ter uma idéia, no mês de setembro de 2006, o total de solicitações foi de 1.115 para 65 profissionais inscritos; isto forneceu uma renda média às faxineiras de R\$ 300,97; às lavadeiras de R\$ 358,57; e aos serviços gerais de R\$ 464,00. Embora não tenha acompanhado sistematicamente o PATRA, pude verificar que no final de 2007 as contratações permaneciam semelhantes às de 2006.

satisfação e conhecimento da ausência de direitos. Neste sentido, há a concepção de que é uma relação legítima, embora não legalmente instituída.⁵⁸

Para suprir a ausência de registro formal de trabalho a SETRE/SINE costuma fornecer declaração de prestação de serviço e renda aos trabalhadores cadastrados no PATRAS. Desta maneira, eles poderão comprovar renda no comércio e fazer compras no crediário. O coordenador relatou, inclusive, o caso de uma faxineira que conseguiu financiamento para a casa própria com a utilização da declaração de renda.

De certa forma, essa declaração de vínculo, embora seja este incerto, pois pode acontecer de não haver solicitação para uma determinada pessoa naquele mês, traz ao trabalhador do PATRA um sentimento de orgulho e proteção. Talvez porque comprovar renda neste tipo de atividade seja algo raro nesta cidade, ou talvez porque ter o nome cadastrado e aprovado pelo programa forneça aos trabalhadores um status diferente dos demais: eles devem ter bons antecedentes, documentação comprovada, endereço fixo, experiência de trabalho. Quiçá também porque o vínculo com o PATRA envolva esses trabalhadores no imaginário do emprego, na medida em que há uma instituição assegurando e zelando para que as regras sejam cumpridas.

Embora seja um programa da Estadual e apareça relacionado no sítio da SETRE/SINE como sendo um programa desenvolvido em todas as unidades da Secretaria espalhadas pelo Estado, ele não tem a mesma amplitude em todas as cidades. Verificamos que, por exemplo, em Vitória da Conquista o PATRA é um dos eixos centrais dos serviços da SETRE/SINE, o mesmo não ocorrendo em Salvador, onde, aliás, nas duas agências da SETRE/SINE visitadas nesta cidade o PATRA não existia.

Vitória da Conquista também difere de Salvador por, além de cadastrar os trabalhadores desempregados, receber currículos e os disponibilizar às empresas para que elas possam pesquisar e recrutar trabalhadores. Embora esta não seja uma função da SETRE/SINE há um empenho por parte da coordenação em dar maior

⁵⁸ Noronha (2003) discute, em seu texto, os critérios sociais do que é concebido como legal e legítimo.

visibilidade aos desempregados e suas qualificações, pois ter um currículo impresso ajuda na escolha das empresas e permite ao candidato especificar melhor suas capacidades, o que aumenta suas chances de reinserção no mercado de trabalho.

Durante as visitas ao posto de atendimento de Vitória da Conquista, percebe-se um movimento intenso de pessoas conversando diretamente com a coordenação. Em alguns casos, não houve entrega de nenhuma carta, e sim, um pequeno papel de rascunho com a assinatura de um representante da SETRE/SINE e um carimbo da Instituição como forma de encaminhar os candidatos às empresas. Também foram ouvidas reclamações de demandantes de que as melhores vagas eram "escondidas" para alguns "protegidos" e de que apenas as de baixa qualificação e remuneração eram distribuídas aos desempregados inscritos. O mesmo tipo de reclamação apareceu em algumas entrevistas também nos postos da SETRE/SINE de Salvador.

Para além dos questionamentos feitos pelos desempregados, o que esta situação expõe é a escassez de vagas disponibilizadas neste mercado de trabalho e a necessidade de se administrar a precariedade. Durante o período em que se visitou esse posto de atendimento, poucas vagas apareceram, normalmente ligadas ao comércio (promotor de vendas, vendedor de loja, açougueiro, vendedor externo), em uma cidade com mais de 300.000 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2007), e muitos desempregados⁵⁹. Antes havia a figura do agente externo, cuja função era a de captar vagas mediante a visita direta às empresas; agora, não dispondo mais deste expediente, a própria coordenação do posto faz, em parte, esse trabalho por telefone.

Em Vitória da Conquista, ainda nas primeiras horas da manhã, assim que o posto abre, os demandantes começam a entrar para olhar diretamente o “espelho de vagas”, que fica sobre a mesa da recepção. A grande maioria já está cadastrada no sistema SINE e os que ainda não possuem o cadastro pegam uma senha e

⁵⁹ Não há nenhum levantamento do número de desempregados na cidade. Costuma-se inferir os dados da Região Metropolitana de Salvador, elaborados pelo DIEESE/SEADE na PED, que apontam um desemprego total em janeiro de 2008, de 19,8%, ou, os mesmos dados desmembrados em região metropolitana e não metropolitana (incluindo os demais municípios). Neste último caso, o índice de desemprego total ficou, no mesmo período, em 24,%, enquanto Salvador apresentou índice de 18,6% isoladamente.

aguardam o chamado dos atendentes para fazerem sua inscrição. Em meio ao grande número de pessoas que circulam, ou pedindo o seguro desemprego, ou fazendo suas Carteiras de Trabalho, os demandantes pegam o “espelho” e olham. Quando se interessam pela vaga, dirigem-se à sala da coordenação, pedem a carta de encaminhamento e saem. Não há controle exato do número de encaminhados e o burburinho se espalha “mas vai logo porque se não... já encaminhei e aí todo mundo vai espalhando a notícia”.

Alguns desempregados, mais tarde, durante as entrevistas, apontaram o descontentamento em relação às indicações de vagas, alegando que é comum receberem a carta de indicação e, ao chegarem à empresa, a vaga já ter sido preenchida ou, em outros casos, existirem muitos candidatos com carta de indicação e outros sem carta, mas que também souberam da vaga.

Em Salvador, como já relatado no capítulo metodológico, as primeiras entrevistas foram realizadas no posto da SETRE/SINE de maior movimento da região; na segunda e terceira ida a campo adotamos outro posto de atendimento como referência para coletar nosso material de pesquisa. Embora os dois locais tenham a mesma dinâmica de funcionamento e estejam ligados à mesma secretaria, a localização diferenciada dá contornos bem específicos ao público que recorre a um ou a outro posto. O primeiro situa-se numa avenida de grande circulação de carros e ônibus, em frente à rodoviária municipal e a um terminal urbano, e, embora funcione dentro da área de um Shopping, no pavimento térreo junto aos estacionamentos, a entrada localiza-se na lateral do shopping. O segundo também funciona dentro de um shopping, mas tem o grande diferencial de estar localizado num dos bairros mais nobres da cidade, no qual a circulação de ônibus é mais difícil, pois poucas linhas de transporte cruzam aquela região em direção aos bairros mais distantes e periféricos. O posto também fica no pavimento térreo, porém o acesso é o mesmo para quem procura emprego ou se dirige ao shopping.

De acordo com a gerência da SETRE/SINE, em função da localização, o primeiro posto atendia⁶⁰ no momento da pesquisa uma média de 2.000 mil pessoas por dia, e por estar mais próximo de bairros periféricos, parte delas com baixo nível de escolaridade e com renda familiar mensal de até R\$ 500,00. Já o segundo, mais afastado, atende bem menos pessoas que o primeiro, em média umas 100 pessoas por dia, boa parte delas cursando nível superior e com renda familiar mensal significativamente mais elevada. De acordo com a coordenação dos dois postos, a preferência pode ser explicada em razão da proximidade com o local de residência dos desempregados. Entre os entrevistados, além da justificativa da proximidade, aqueles que foram entrevistados no segundo posto indicaram que a escolha se devia ao pequeno fluxo de pessoas que circulam – garantia de atendimento mais tranqüilo e ausência do risco de não conseguir uma das senhas de atendimento distribuídas diariamente pela SETRE/SINE. Mas ainda, como expressa um entrevistado explicando suas razões de se deslocar até o posto de menor movimento, embora resida em outro bairro.

O SIMM da prefeitura parece um navio negreiro cara. Acho que eles deveriam fazer uma junção das vagas. Muita gente fica lá e quando chega na porta não tem mais senha. Fica lá feito cachorro. Eu sou contra isso, a idéia é boa, mas imagina uma mulher desesperada com filho e chegar lá... não conseguir nada. Tem gente que dorme na fila. Mas no outro (primeiro posto da SETRE) também é a mesma coisa, eu não entendo! Aqui não, aqui a gente se sente respeitado (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, Francisco, 20 ANOS, SALVADOR).

Diferentemente de Vitória da Conquista, onde há divulgação do espelho de vaga, em Salvador nos postos da SETRE não há divulgação no local, mas diariamente é publicado em um programa de televisão as vagas oferecidas pelo sistema SINE, o que leva cada interessado a ir periodicamente ao posto solicitar uma pesquisa, seja porque ouviu o anúncio na TV, seja porque tinha algo a fazer “na rua” e então aproveitou para passar na SETRE/SINE mais próxima. São muitos os atendentes e senhas são distribuídas para que os desempregados possam aguardar sentados o atendimento. Para quem já fez o cadastro e busca trabalho, o funcionário

⁶⁰ A pesquisa neste posto da SETRE/SINE foi realizada em 2007, porém, em 2008 foi aberto um Centro de Intermediação Profissional do SINEBahia bem próximo a este, a uns 500 metros de distância, aumentando a possibilidade de atendimento e dissipando o intenso fluxo de desempregados.

apenas atualiza o perfil e solicita o cruzamento deste com as vagas disponíveis. Mesmo sabendo de uma vaga, o candidato somente será indicado se o sistema automaticamente o selecionar, ou seja, no cruzamento entre perfil da vaga e perfil do candidato, realizado pelo funcionário, aparecer a indicação do nome dele.

Em Salvador, o grande fluxo de pessoas leva à impessoalidade; entretanto, um atendente disse que costuma demorar em suas pesquisas de vagas, sendo mais detalhista na busca, somente para deixar o desempregado mais satisfeito. Isso acaba provocando a insatisfação dos que ainda aguardam a chamada, mas que, no momento de seu atendimento, também irão demandar uma busca detalhada e demorada.

Tanto os postos da SETRE/SINE quanto a Agência Municipal de Intermediação de mão-de-obra⁶¹ de Salvador adotam o seguinte critério: quando o indivíduo vai dar entrada na solicitação de seguro-desemprego, juntamente com esse pedido ele preenche o formulário do SINE com o qual torna-se um demandante de emprego. Concluída sua inscrição e solicitação, automaticamente será rastreada uma vaga de trabalho, e, na hipótese de haver alguma, desde que se enquadre no perfil do candidato, ele deverá receber uma carta de apresentação para comparecer no local onde a vaga está sendo oferecida; se efetivada a contratação, o seguro-desemprego é suspenso, apenas podendo ser retomado se o candidato não permanecer no emprego.

Conforme Lei 7.988 de 11/01/90, o seguro desemprego poderá ser suspenso quando o segurado for indicado para preencher uma vaga disponível do cadastro do SINE e a contratação for efetivada; quando não há contratação, o segurado tem novamente suas parcelas liberadas. Uma maneira de garantir que os segurados se submetam à busca de vagas é fazer com que no momento inicial de solicitação do seguro-desemprego, quando o trabalhador demitido chega ao posto de atendimento com a documentação em mãos, seja iniciado o atendimento pelo preenchimento do cadastro do trabalhador no sistema de demandante de emprego do SINE; logo em

⁶¹ Durante a apresentação do percurso metodológico já foi mencionado que também entrevistei o coordenador do Serviço Municipal de Intermediação de Mão-de-obra (SIMM), embora não tenha realizado lá nenhuma entrevista com desempregados.

seguida busca-se uma vaga; não existindo, dá-se entrada no pedido de seguro-desemprego. Desta maneira todo segurado tem um cadastro no sistema de demandante e, em princípio, deverá aceitar as vagas indicadas ao seu perfil.

Porém, é possível pensar que, em se tratando de uma cidade de médio porte, mas com um mercado de trabalho restrito, como o de Vitória da Conquista, os funcionários e coordenadores, bastante conhecidos por todos da cidade, teriam sua legitimidade social abalada caso resolvessem suspender o seguro desemprego. Já em Salvador, os dois postos têm inúmeros atendentes e a impessoalidade é quase garantida. Contudo, mesmo no posto da SETRE/SINE de Salvador, que atende o maior número de solicitações de demandantes de emprego do Estado, essa orientação não é seguida à risca.

Ao acompanhar um atendente, durante uma tarde, foi possível verificar que aqueles que estavam dando entrada no pedido de seguro desemprego, talvez porque ainda tivessem sua sobrevivência garantida por meio das reservas e poupanças ou porque o medo da permanência longa no desemprego ainda não tivesse corroído as esperanças de retorno ao mercado de trabalho, negavam-se a realizar a busca por vaga para não correrem o risco de ter o seguro-desemprego suspenso. Quando informados de uma vaga, diziam buscar "uma coisa melhor". Logo ficou claro que de nada adiantaria encaminhar alguém se este não deseja ocupar aquela vaga; certamente há muitos subterfúgios para não ser aprovado em uma entrevista ou em uma seleção.

Instigante foi perceber que, justamente no segundo posto da SETRE/SINE pesquisado, no qual o grau de escolaridade dos entrevistados e a renda familiar de maneira geral eram mais elevadas, havia uma opção pela pesquisa imediata de emprego em detrimento da entrada no pedido de seguro desemprego. Cheguei a entrevistar trabalhadores que nem mesmo haviam tido tempo hábil de dar entrada na documentação da demissão, menos de três dias de desemprego, e já estavam à procura de trabalho. Isso não havia sido encontrado no primeiro posto pesquisado e tampouco em Vitória da Conquista.

Só mais tarde, nas análises e comparações entre as entrevistas pude confrontar essa inquietude dos recém desempregados desse último posto da

SETRE/SINE com a paciência dos outros e situá-la como matriz que dá significado e guia às vivências dos indivíduos diante do desemprego. A saber, o permanente estado de privação econômica de grande parte dos entrevistados de Vitória da Conquista e também do primeiro posto da SETRE/SINE de Salvador faz com que o desemprego não seja vivido como um momento contingente, mas sim como constitutivo da vida do trabalhador pobre. Habitados com os freqüentes episódios de desemprego e com os empregos que aparecem apenas na forma de subempregos esses indivíduos parecem constituir sua vida a partir do eixo da sobrevivência e não de um projeto profissional que envolva a obtenção de um emprego estável. Em contrapartida, os entrevistados com grau de escolaridade mais elevado e com experiências profissionais mais exitosas, como os do segundo posto da SETRE/SINE de Salvador, experimentam o desemprego de maneira mais constrangedora e dramática, já que a privação do trabalho corta a seqüência da vida e impede as expectativas do futuro. Nesse caso, não é diretamente a sobrevivência que está em jogo, até porque seus arranjos familiares mais estruturados permitem uma sobrevida nos momentos de desemprego, mas o projeto de ascensão ou manutenção socioeconômica pelo trabalho.

A partir do que foi identificado é possível indicar a seguinte dinâmica que se estabelece entre as agências e os demandantes de emprego. Em Vitória da Conquista, a escassez de vagas parece ser compensada por um atendimento mais pessoal e, em certa medida, mais “íntimo”, o que, por sua vez, cria um sentimento de desconfiança dos desempregados em relação à forma como é feita a indicação de vagas, com uma suposta proteção de amigos dos funcionários da SETRE/SINE. Em Salvador, tanto nos postos da SETRE/SINE quanto no Municipal, que atendem um grande número de demandantes e disponibilizam uma quantidade maior de vagas diariamente⁶², porém ainda não razoável diante dos elevados índices de desemprego na região, o atendimento pessoal é substituído pela racionalidade contida no

⁶² Para se ter uma idéia do fluxo de atendimento, em outubro de 2006 a SETRE/SINE disponibilizou 198 vagas e encaminhou 734 candidatos. O posto municipal de Serviço de intermediação de mão-de-obra (SIMM), desde o início de seu funcionamento, em março de 2005, empregou 13.000 pessoas, fazendo uma média de 650 colocações por mês.

programa de banco de dados do SINE, fazendo com que o candidato, muitas vezes, não acredite na não existência de vaga, ou que não seja possível procurar um pouco mais. Neste último caso, o candidato acusa os atendentes de “falta de interesse”. Unindo as duas lógicas, há a insuficiência do número de vagas e o desespero de quem busca, constantemente, retornar ao mercado de trabalho sem perspectiva de êxito.

As duas cidades também se distinguem – se a inserção no mercado de trabalho é facilitada na cidade de Salvador pelo maior número de vagas disponibilizadas, ela é dificultada pela locomoção dentro da cidade (sobretudo pelo preço das passagens e precariedade nos serviços de transportes públicos). Alguns entrevistados relataram a dificuldade que é chegar até o posto de atendimento da SETRE/SINE

Eu acho que tinha que ter meia passagem pra desempregado, transporte não só pros deficientes mais também pra quem tá procurando emprego, a gente vem de tão longe, vem andando; a gente nem consegue sair de casa. Eu mesmo só venho aqui (SETRE/SINE) quando tenho outra coisa pra fazer, se não, não dá; é muita despesa. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, ANA MARIA, 50 ANOS, SALVADOR).

Em contrapartida, em Vitória da Conquista embora haja menos vagas e um mercado de trabalho mais reduzido, o desempregado pode sair caminhando a pé ou de bicicleta, e realizar pessoalmente sua procura por vaga. Assim consideram que não há maiores prejuízos de se chegar até o posto da SETRE/SINE e não encontrar vagas, já que não gastaram em transporte. Também a facilidade de locomoção - é possível ir de um extremo ao outro da cidade de ônibus em menos de uma hora - permite que os desempregados possam realizar visitas às empresas e lojas, entregando currículo ou oferecendo seus serviços.

3.1.1 – Os postos da SETRE e as vagas captadas

Em Salvador as vagas disponibilizadas nos postos da SETRE/SINE são captadas pela Superintendência e Desenvolvimento do Trabalho (SUDET), que funciona como uma central de captação de vagas para todos os postos do SINE.

Utilizando serviço de telemarketing, os atendentes aguardam as ligações das empresas; é um serviço passivo, já que não há um funcionário designado a abordar pessoalmente ou por telefone as empresas para que estas disponibilizem suas vagas junto ao SINE⁶³. O sistema usado é o Sistema de Gestão do Programa de Ação de Emprego (SIGAE) - com dados sobre a vaga ofertada e dados pessoais, profissionais, acadêmicos e pretensões de trabalho do demandante de emprego. Cruza-se a vaga com o perfil do candidato. Há uma crítica dos atendentes da SETRAS ao sistema SIGAE quanto ao grau de rigidez: quando uma empresa liga para SUDET, ela dá as características da vaga, mas depois, no cruzamento vaga/candidato, não há como moldar as exigências e às vezes, o sistema exclui candidatos muito próximos do perfil exigido.

Quanto ao tipo de vaga captada pelas agências públicas e privadas, percebe-se uma polarização⁶⁴. Na pública, alimentada pelo banco de dados do SINE, as vagas mais comuns de acordo com os coordenadores são para serviços gerais, recepcionista, vendedor no comércio (externo e interno), auxiliar de escritório, notadamente com baixos salários e de pouco prestígio social. Em Vitória da Conquista foi constatado que há dificuldade para se captar vaga na construção civil - embora a cidade esteja num período visível de expansão desse setor - isto porque, segundo o entrevistado, engenheiros e mestres de obras já têm seu grupo formado e só eventualmente recorrem à SETRE. Para ele, se esse tipo de vaga migrasse para o banco de dados daria uma nova dinâmica ao mercado de trabalho da cidade, pois tais vagas se ajustariam bem ao perfil dos demandantes de empregos inscritos nesta

⁶³ De acordo com informações contidas no sítio da SETRE o novo posto de intermediação profissional SINEBahia, inaugurado em novembro de 2007, diferencia-se dos demais por conter em seus quadros um serviço ativo de captação de vagas. A inclusão da figura do “agente captador de vagas” confere maior dinamização na recolocação profissional e aproxima os serviços públicos de intermediação de mão-de-obra aos Centros de Solidariedade ao Trabalhador desenvolvidos pelas centrais sindicais, sobretudo, em São Paulo. Esse modelo foi inicialmente adotado pela prefeitura de Salvador, num posto de intermediação denominado SIMM e, agora, expandiu-se para a esfera estadual. Há inclusive, intenção da instalação de um posto de intermediação profissional com esse novo formato também em Vitória da Conquista em parceria com a prefeitura local.

⁶⁴ Guimarães (2004a) discute o sistema de intermediação de empregos em São Paulo e aponta troca de informações entre agências públicas e sindicais - que possuem um bom banco de dados de demandantes - e as agências privadas - detentoras da maior parte das vagas. Para a autora o sistema governamental e sindical são bem-sucedidos para capturar e identificar os demandantes; já o sistema privado tem maior capacidade de capturar as vagas. As agências públicas são, neste sentido, bem aparelhadas para caracterizar o desempregado, mas pouco eficientes para inseri-los no mercado de trabalho.

agência. Nas agências privadas visitadas parece haver uma maior concentração de vagas qualificadas e com rendimentos maiores, bem como de estágios de trabalho, que dificilmente migram para a SETRE.

As agências de emprego privadas recebem por seus serviços de duas formas: por colocação efetivada, quando normalmente oferecem uma garantia de 30 dias às empresas. Se, neste período, as empresas não se sentirem satisfeitas, as agências realizam novo processo seletivo sem custo adicional. Há também outra forma de cobrança: por recrutamento e seleção. Neste caso, o pagamento é feito mesmo quando no final do processo a empresa não contrata o selecionado.

Mesmo não sendo foco de análise a dinâmica de funcionamento das agências privadas de emprego é perceptível a polarização das vagas mais qualificadas nas agências privadas. Qual a explicação para tal diferenciação? A captação de vagas por agentes externos? A cobrança para incluir o currículo no banco de dados fornece um perfil mais seletivo? A localização geográfica das agências na cidade⁶⁵?

Tentando compreender esse fato, quando se confronta a quantidade e o tipo de vagas disponibilizadas pelas agências que possuem a figura do agente externo, captador de vaga, e as que não possuem, percebe-se a importância desta figura na dinamização da intermediação de mão-de-obra. Sabe-se, contudo, que essa dinamização encontra seu limite, sobretudo, no fator estrutural do desemprego, intrínseco ao modelo de desenvolvimento adotado.

A agência de emprego da prefeitura possui em sua estrutura o agente externo, que tem como meta captar novas vagas para alimentar o banco de dados do sistema SINE. Por conta disso, possui um índice mais elevado de recolocação profissional. Entretanto, a esse respeito, vê-se que, embora os entrevistados reconheçam o SIMM como um local que “tem mais vagas”, também o identificam como um lugar onde só se deva ir nos momentos de aflição, quando a saída do desemprego tem uma urgência eminente. Pois, devido à grande quantidade de

⁶⁵ Diferentemente de Vitória da Conquista, na qual a dimensão da cidade permitiu identificar, localizar e agendar entrevista com os coordenadores de duas agências privadas das três existentes na cidade, em Salvador, até porque não era o foco da pesquisa, não foi realizado tal mapeamento; apenas houve a localização, pela internet, de duas agências em pontos diferentes da cidade.

pessoas que procuram o local, longas filas já se formam nas primeiras horas do dia, e, como as senhas de acesso são limitadas, nem todos os desempregados são atendidos. Nesse caso, além de ter perdido horas de sono, de ter se exposto ao risco de andar de madrugada pela cidade e de ter gasto com transporte um recurso já escasso, a procura por emprego toma uma dimensão de incerteza e insubsistência difícil de ultrapassar. Eu mesma pude observar às 5:00 horas a fila já formada, inclusive com pessoas em vias de desistir porque acreditavam que já não havia mais chances de conseguir uma senha de atendimento naquele dia.

Há um descontentamento por parte dos coordenadores no mecanismo de captação de vagas: acontece de disponibilizarem a vaga no sistema e paralelamente a empresa preencher esta vaga com um parente ou amigo de um funcionário. Os desempregados reconhecem essa dificuldade: “eles (SETRE/SINE) aqui me deram a carta e cheguei lá e disseram (empresa) que estava preenchida a vaga e eles aqui nem sabiam”

Os coordenadores reconhecem a fragilidade da inserção profissional realizada pela SETRE/SINE - sem a captação ativa de vagas, sem um controle e comprometimento por parte das empresas da exclusividade das vagas, sem a existência de um serviço de atendimento psicológico e de qualificação profissional que possam utilizar para preparar os demandantes, os coordenadores se vêem diante de um impasse de atingir metas de recolocação, ao mesmo tempo tendo que lidar com o sofrimento diário dos desempregados. Tal situação pode ser claramente explicitada no depoimento de um atendente da SETRE/SINE em Salvador:

Tem horas que fico com o cara ali na minha frente, eu vejo que tem vaga, mas não há nada que se encaixe nele. Coitado vem quase todo dia! Ai pesquiso, pesquiso... e digo volta outro dia que talvez apareça, mas eu sei que não vai aparecer. É muito difícil, você tem que filtrar o sofrimento.

De maneira geral, os agentes governamentais entrevistados demonstram esforço em diminuir o número de desempregados, reconhecem que a função do sistema público de emprego é justamente fazer com que o serviço de intermediação de trabalho não seja exercido em benefício dos interesses econômicos das empresas ofertantes de vagas em detrimento dos sujeitos desempregados. Porém,

diante dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que permite ao SINE a montagem de toda essa estrutura na qual a SETRE está inserida, há o compromisso de “bater metas” e o atendimento exacerbado das exigências das empresas. Isso porque, a alocação dos recursos do FAT, a continuidade do financiamento público e a manutenção dos cargos de chefia das agências têm como critério o bom desempenho dos postos da SETRE/SINE no que concerne à inserção dos desempregados inscritos. É de se esperar que essa exigência de produtividade tenha, contrariamente, efeito pernicioso sobre o desemprego, desembocando em seletividade e exclusão como podemos ver a seguir.

3.1.2 – A SETRE/SINE: do acolhimento à culpabilização dos desempregados

Em princípio, imaginava que o discurso da empregabilidade de maneira incontestada estava sendo usado e absorvido no processo de percepção do desemprego pelos agentes que lidam com os desempregados, e, que este entendimento, então, conduziria a explicação do desemprego por causas individuais. Porém, percebeu-se uma ambivalência nos discursos, não sendo possível detectar uma linha coerente entre os que entendem o desemprego como uma questão social e os que o consideram como problema estritamente individual. Em vez disso, constatou-se nas falas dos entrevistados uma alternância entre explicações que vão desde as mais individualizantes até aquelas mais estruturais. Desta forma, foi possível ouvir no mesmo relato explicações sobre as causas do desemprego remetendo a problemas estruturais: “ninguém é desempregado porque quer”; “falta é mais vaga, isso é o desemprego”, “as empresas exigem mais do que precisam”; coladas a outras que atribuíam ao desemprego explicações individualizantes como: “sobra vaga e falta qualificação”; “os candidatos não sabem se portar nas entrevistas”; não existe desemprego, cada um faz seu emprego”.

O discurso das instituições, públicas, mistas ou privadas, é inicialmente focalizado sobre a disponibilidade de vagas, sobre a falta de qualificações e de

exigências profissionais por parte dos demandantes de emprego. De maneira geral, há entre as instituições a confiança de que a qualificação correta e mais adequada ao mercado, assim como a diminuição dos encargos sociais, poderia resolver o problema do desemprego. Entretanto, em meio ao discurso pronto, emergem questionamentos sobre a dificuldade de preenchimento dos requisitos exigidos e sobre a dificuldade de obtenção de emprego.

Percebe-se, então, que há entre os funcionários das agências de emprego, sobretudo os que atendem nos balcões e que convivem diariamente com o desempregado e com as empresas, uma ambivalência na compreensão da situação. Se, de um lado, eles alegam que existem vagas não preenchidas, que poderia indicar falta de qualificação por parte dos demandantes de emprego, e por extensão, a culpabilização do próprio desempregado, por outro, reconhecem que as empresas exigem mais do que oferecem; muitas sem ao menos cumprir com os requisitos legais, como salário mínimo e carteira de trabalho assinada.

Essa ambivalência também foi percebida na Prefeitura de Vitória da Conquista durante a seleção de jovens para cursos profissionalizantes dentro do projeto “Juventude Cidadã: a conquista do futuro⁶⁶”. O projeto visava atender jovens de 16 a 24 anos de idade e o MTE exigia, como contrapartida da Prefeitura, que 30% dos jovens selecionados, no final do projeto, fossem empregados, seja no setor formal ou informal. Foram 7.000 jovens inscritos e, destes, 3.000 foram selecionados. A divulgação dos nomes dos jovens selecionados criou um furor entre a população e a expectativa de que haveria emprego quase automaticamente.

Na tentativa de averiguar o tom do discurso, acompanhou-se o lançamento, em praça pública, do programa: foi possível verificar, na sucessão dos discursos, que havia cautela em associar o programa à empregabilidade imediata dos jovens; contudo, esteve presente a mesma ambigüidade de discurso percebida nas demais instituições, qual seja: do desemprego como algo estrutural e como incapacidade individual. Em um trecho do pronunciamento da abertura do evento o prefeito

⁶⁶ Realizado pela Prefeitura, em parceria com a Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda e com o Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, o projeto de formação e inserção profissional de jovens contou com recursos na ordem de R\$ 4,3 milhões.

municipal aponta: “O desemprego é um problema mundial por conta da sociedade capitalista (...) vamos com consciência, dedicação, disciplina para que daqui a 9 meses possamos ter emprego”.

Deixando de lado o discurso das instituições e analisando o que os desempregados pensam delas encontramos outros dados interessantes.

Santos (2000) em um estudo sobre os desempregados que freqüentam os postos do SINE no Ceará, encontrou, a partir da fala de um desempregado, a seguinte definição do local: “o SINE é o escritório do desempregado”. Para o autor os postos de atendimento do SINE têm servido de palco aos desempregados na incessante tarefa de procurar um novo trabalho, ao mesmo tempo em que proporcionam o encontro com outros que vivem a mesma situação, e, portanto, interlocutores nas cartases.

Embora essa tese não tenha um caráter etnográfico sobre os postos da SETRE/SINE é possível traçar algumas evidências colhidas, e, logo de início indicar que os postos da SETRE/SINE visitados não têm na vida dos desempregados a mesma dimensão encontrada entre os desempregados estudados nos postos do SINE do Ceará, embora possibilitem aos entrevistados um sentimento de que “Aqui a gente se sente gente”. Torna-se fácil entender essa frase dita por uma mulher desempregada de Salvador quando se observa o atendimento recebido nos postos: para além da polidez e tratamento frequentemente amigável dispensado pelos atendentes aos desempregados, ali o desempregado socializa seu problema com todos os demais, não na conversa com os outros, mas muito mais na verificação de que a sala está cheia de “outros como eu”. Para se ter uma mostra do que isso possa simbolizar aos entrevistados em termos de coletivização do desemprego basta conferir o número recebido na senha de atendimento e concluir que é grande a quantidade de pessoas que procuram emprego. Ali eles estão entre iguais e podem identificar e até mesmo compartilhar com o outro a sua dor, e, nesse momento, o desemprego passa a ser percebido como mais coletivo e menos individual.

Mesmo assim, os desempregados não se apropriam do espaço, pois não há grupos conversando entre si; predomina o silêncio na sala de espera. Isso porque, as chamadas eletrônicas obrigam a atenção constante no painel eletrônico ou no

porteiro que organiza e confere as senhas distribuídas; as conversas entre eles, quando ocorre, são sempre rápidas e superficiais. Mas é necessário considerar também que, estando localizados dentro de *shoppings centers*, os postos da SETRE/SINE exercem menos atrativos que o mundo do consumo disponível dentro das lojas, nas vitrines e bares do shopping. O fato é que na sala de espera não há conversa, cada um aguarda atentamente ser chamado e assim que terminam a consulta todos se retiram do local. Raramente se presenciam diálogos, mesmo quando por coincidência no horário de atendimento alguns descem as escadas juntos.

Mas essa dinâmica não impede a coletivização do desemprego, pois ter um lugar no qual existam pessoas cuja função é atender os desempregados na sua procura por um emprego já representa em si um processo de deslocamento do desemprego da esfera individual para colocá-lo como problema também de outras pessoas, e, nesse sentido, social. Ser recebido por um atendente, que se empenha em procurar uma vaga tem um valor simbólico para os desempregados, fornecendo-lhes legitimidade.

Embora seja muito tênue a percepção do desemprego como algo estrutural, os entrevistados dizem sentir-se aliviados depois que fazem a consulta. Embora antes disso, tivessem que enfrentar o medo de ir e não “conseguir nada”.

Sabe, na verdade, no início eu tinha muito medo de vir aqui, de levar um não, agora a gente vai se acostumando. Mas antes meu coração disparava, ficava bem apreensiva mesmo. Eu não sei bem o que era, era medo mesmo”. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, ISABEL).

É difícil vir até aqui, tem que ter coragem se não nem sai de casa. É preciso sair e vir, se não. Tem gente que não sai, mas não é porque não quer emprego, não tem coragem mesmo de receber um não”. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, VALDIR).

Entretanto, esse processo de deslocamento e legitimidade social não chega a se completar: quando o desempregado chega até o balcão de atendimento o funcionário inicia com um cadastramento ou atualização dos dados cadastrais e profissionais do demandante. Eu pude observar durante o trabalho de campo o desânimo de alguns desempregados nesse momento quando o funcionário lhe pedia os comprovantes de cursos que havia feito ao longo do tempo de procura por

emprego, baixavam a cabeça. Ouvia-se então: “não tem mais nenhum curso?... É. dessa vez não deu, não tem nada ainda para o senhor”.

As sutilezas que residem nesse processo de categorização social do desemprego, que embora não sejam via de mão única, pois comportam elementos de reconhecimento social e auto-reconhecimento (DUBAR, 2005), aprofundam ainda mais a auto-culpabilização desses sujeitos. É possível identificar essa dualidade no atendimento: ao mesmo tempo em que coletiviza o desemprego – na escuta atenta por parte dos funcionários e na busca por uma vaga - simultaneamente remete e reforça a culpabilização dos próprios desempregados por sua condição, ao atribuir, ou simplesmente sugerir, que a ausência de vagas deve-se à falta de cursos de qualificação.

Embora nem todos os desempregados já tenham passado pela experiência de conseguir uma vaga por intermédio da SETRE/SINE, de maneira geral é possível dizer que eles têm expectativas positivas. O fato de ir com frequência até o posto, de esperar o atendimento é indicativo disso. Mas a ida aos postos da SETRE/SINE não é a alternativa preferida pelos entrevistados, antes confiam mais na prospecção direta – contato direto com a empresa, ajuda de familiares, amigos e conhecidos. Embora não descartem outros mecanismos de procura como a consulta a anúncios de jornais, busca pela internet e agências privadas de emprego, nada se iguala à confiança que depositam nos mecanismos pessoais de procura.

De alguma forma isso poderia estar associado ao perfil dos entrevistados, que, diante do reconhecimento da pouca “empregabilidade” que carregam, acabam descartando de antemão os mecanismos de procura nos quais há o domínio dos critérios mais objetivos de seleção (escolaridade, qualificação) em favor das formas mais particulares de acesso ao emprego. Entretanto, as formas mais particularistas de acesso ao emprego também são as preferidas entre os desempregados mais escolarizados e qualificados profissionalmente. A esse respeito, Silva (2005), aponta que, mesmo entre os jovens com diploma de graduação e com currículos providos de cursos e demonstrações de “empregabilidade elevada” há a preferência e confiabilidade nas redes de amizades como mecanismo de busca por emprego. Mas também, a mesma pesquisa revela que têm sido essas formas particularistas as mais

eficazes na reinserção profissional ou mesmo no primeiro emprego, não obstante o discurso propalado em torno da capacidade do currículo e dos processos seletivos (provas, testes, entrevistas, exames psicológicos) de reinserirem eficazmente os desempregados.

Guimarães (2005), que em um estudo em São Paulo também encontrou dados semelhantes, localiza essa preferência no peso das redes sociais no processo de sobrevivência, mas também na forma como o emprego/desemprego é institucionalizado no Brasil. Diante das medidas legais de suporte aos desempregados disponibilizados (baixo valor do seguro-desemprego, do curto período de duração e baixo dinamismo para captar vagas) os indivíduos tendem a viver o desemprego como problema individual. Desvinculado e desprotegido socialmente torna-se perfeitamente compreensível que o desempregado opte pela utilização de suas redes sociais interpessoais para sair do desemprego.

Mesmo em Vitória da Conquista, onde o posto da SETRE/SINE não fica dentro de shopping, mas dentro de um prédio próprio do SAC, não há maior permanência dos desempregados no local. Apenas permanecem quando vêm em grupo ou com outros familiares para resolverem pendências juntos aos outros serviços disponíveis no SAC e assim que terminam todos saem.

De qualquer forma, os postos da SETRE/SINE desempenham uma função simbólica na percepção e vivência do desemprego. Estar desempregado coloca aos indivíduos um constante desafio de “se mexer”, “se virar”, “dar um jeito”, termos que nos remetem a uma dinâmica da recusa do estigma de acomodados, que de alguma maneira liga-se à falta de legitimidade do “estar desempregado”. De certa maneira, cumprir o ritual diário de ir aos postos do SETRE/SINE dá aos desempregados uma sensação de tempo utilizado adequadamente na busca por trabalho, devolvendo uma rotina quebrada com o desemprego. Era comum, no final da entrevista, durante meu agradecimento, ouvir “tempo é o que mais tenho”, “não foi nada, até passou meu tempo”.

Além de devolver uma rotina que simula alguns compromissos que ele tinha quando estava empregado (sair de casa cedo, arrumar-se adequadamente, ter um destino certo aonde ir) há efetivamente a possibilidade de receber uma carta de

encaminhamento. E essa representa ao desempregado: i) o elemento que o distingue de um desempregado qualquer; ele tem bons antecedentes e foi indicado por uma instituição; ii) ele está inserido, mesmo que seja no cadastro de desempregado e nestes termos se sente menos solitário e mais amparado. Desta forma, a carta de encaminhamento (também a carteira de trabalho) é signo de sua incessante busca por trabalho, que vai perdendo o efeito e desgastando o valor simbólico na medida em que são utilizados sem sucesso.

Pude verificar isso entrevistando Luiz, que saiu do balcão de atendimento com a carta de encaminhamento sem demonstrar euforia, nem mesmo havia desdobrado a folha que havia recebido. Inquietou-me o descaso dele, tendo nas mãos o objeto de desejo de todos que vão até a SETRE/SINE procurar emprego e então perguntei sobre ela; a resposta foi: “depois eu olho, vamos ver no que vai dar; já recebi algumas e nunca deu nada. Às vezes eles nem te dão resposta se sim ou não. Essa é pra uma firma pra ser fiscal de segurança” (Luiz, 25 anos, Desempregado de Salvador).

Por tudo isso, nota-se que a SETRE/SINE parece ser o lugar primordial no qual se institucionaliza o desemprego em suas diferentes vertentes: acolhe o desempregado com tratamento educado e simpático, conferindo ao problema uma dimensão social, e simultaneamente reforça os discursos empresariais de culpabilização das vítimas.

Partindo do pressuposto de Dubar (2005) e Demazière (1995^a) de que no processo de reconhecimento social e auto-reconhecimento, os demandantes de emprego vão construindo suas visões de mundo e que as formas de identificação dominante (aqui representada pela SETRE/SINE), na medida em que são consideradas como mais legítimas socialmente, se sobrepõem às demais, temos um indicativo do que significa o posto de atendimento para o desempregado. No entanto, por serem processo em aberto, as identificações não estão feitas e acabadas, elas coexistem e atualizam-se permanentemente. Ademais, como nos lembra Chauí (1993),

Seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas da sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com

o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. Para que algo seja isto ou aquilo e isto e aquilo é preciso que seja assim posto ou constituído pelas práticas sociais (CHAUI, 1993. p. 122).

3.2 - O desemprego tem cor, idade e local: a exclusão de velhos, negros e moradores de bairros afastados

Foi possível constatar, pelas entrevistas realizadas com os agentes que lidam com o desemprego, que há em Salvador e em Vitória da Conquista um acentuado recorte racial e geracional envolvendo o desemprego: o fator idade e a cor da pele funcionam como mecanismo de seleção. A exclusão dos desempregados com mais idade é bastante explícita, pois as empresas, no preenchimento do perfil da vaga, elegem a faixa etária desejada entre outros requisitos como sexo, escolaridade e experiência profissional. Já o recorte racial é simulado, travestido na idéia de “boa aparência”, o que acaba deixando, sobretudo negros e pobres, em desvantagem no acesso às vagas.

A peculiaridade de Vitória da Conquista foi ter identificado nas entrevistas realizadas com coordenadores das agências de emprego da cidade que a “boa aparência” ainda permanece como requisito fundamental para se alcançar um emprego⁶⁷. Embora os coordenadores reconheçam que esse é um critério ilegal e injusto, sabem que ele opera dentro do mercado de trabalho na cidade, e que não segui-lo pode implicar na ineficiência da recolocação profissional, o que por sua vez implica prejuízo nas metas de inserção. Assim, argumentam que de nada adiantaria enviar uma pessoa qualificada e com perfil profissional adequado se não tem a aparência desejada pela empresa, pois não se efetivará a contratação, sob alegação de que “o candidato não se encaixa no perfil da empresa”. Aliás, termos como esse, como já apontado por Hirata (1996), se presta bem para disfarçar o preconceito, emprestando-lhe um caráter objetivo, legítimo e transparente.

⁶⁷ Ver sobre a seletividade do desemprego em Biderman e Guimarães (2004) e Demazière, 1995b).

Em Salvador a exigência de ter uma boa aparência não foi apontada nas entrevistas com os coordenadores, mas apareceu entre os entrevistados. Muitos se queixaram do preconceito que enfrentam no mercado de trabalho: nos relatos que envolvem o momento da demissão - “eu sei que ele não gostava de preto”, “me perseguia por causa da cor” - ou nas sutilezas que envolvem as seleções de emprego - “eu sabia que ia ficar a bonitinha”, “eu já estive do outro lado como recrutadora e sei que quando é negro elas (empresas) não querem”.

Além da exigência de “boa aparência” que caracteriza o mercado de trabalho em Vitória da Conquista, o que mais chamou a atenção durante a pesquisa foi a idade exigida pelas empresas nas duas cidades. De maneira geral, tanto em Salvador quanto em Vitória da Conquista para a área administrativa a idade é fixada entre 20 e 28 anos e para funções como as de motorista, exige-se uma idade um pouco maior, sem, no entanto, ultrapassar os 35 anos. Então, segundo as agências de emprego, tanto públicas como privadas, acima desta faixa etária torna-se difícil o retorno ao mercado de trabalho. A exceção existe para os cargos que exigem mais responsabilidade na área administrativa ou comercial, que aceitam candidatos até 35 anos, porém as vagas disponibilizadas são reduzidas.

Qual é a explicação para essa seletividade intensa envolvendo a idade dos desempregados? À primeira vista, a hipótese mais plausível relaciona-se ao tipo de emprego disponibilizado: comércio e serviços. Como lidam diretamente com o público, o comércio parece ser um nicho de mercado onde aparência e aspecto de jovialidade são tidos como importantes fatores de contratação e, logo, de exclusão para os demais. Porém, acompanhando o processo de captação de vagas, uma nova tentativa de explicação surge: ao observar o trabalho dos atendentes, no momento de cadastrar vagas, pôde-se verificar que há uma indução por parte deles na construção do perfil seletivo. Ao receberem o telefonema da empresa, eles entram no formulário on-line do SINE e preenchem o cadastro de vagas. O formulário é bastante detalhado, há itens como experiência mínima, escolaridade, idioma, estado civil, categoria de habilitação da carteira de motorista, sexo e faixa etária. Na opção sexo e faixa etária, o sistema solicita justificativa do empregador, entretanto, como não é feita esta pergunta, automaticamente o item é justificado com o preenchimento

da abreviação “OPC EMP” (opção da empresa). Além disso, são sugeridos faixa etária e bairro de residência em alguns momentos em que o representante da empresa fica em silêncio ao telefone. Foi possível ouvir: “Idade até uns 30”? “Bairro próximo”? O representante da empresa, que estava no outro lado da linha, não havia dito nada, acabou ficando, no cadastro da vaga, candidatos com até 30 anos de idade e com residência próxima ao local de trabalho.

Com estas observações, não quero indicar que a responsabilidade pelo desemprego dos indivíduos mais velhos e moradores de bairros afastados seja dos atendentes; o que desejo é chamar a atenção para uma naturalização da seletividade no mercado de trabalho. Parece que, se há uma tendência das empresas em escolher empregados com mais escolaridade e excluir os mais velhos, há também equívoco no preenchimento das vagas. Talvez, na tentativa de serem rápidos e eficientes nos atendimentos, os funcionários indiquem o que possivelmente a empresa irá querer como perfil, e, desta forma, acabem contribuindo para a moldagem e para a legitimidade desse perfil seletivo e excludente, inclusive nos casos em que as vagas captadas são voltadas para trabalhos pouco qualificados e de baixa remuneração.

Também a escolaridade opera como mecanismo de desclassificação⁶⁸. Segundo os coordenadores, as empresas costumam ser muito exigentes em termos de escolaridade, normalmente solicitam candidatos com ensino médio completo, e só aceitam uma escolaridade mais baixa quando a vaga destina-se a funções de baixa remuneração e de intenso esforço físico, por vezes para o exercício de um trabalho que deveria ser feito por dois ou três funcionários. Essa situação é entendida pelos coordenadores como “polivalência”, termos que é utilizado por eles com dois significados: para identificar aquelas vagas no qual explicitamente o objetivo é reduzir os gastos, contratando apenas um trabalhador quando o necessário seria pelos menos dois e para identificar os postos de trabalho com exercício de várias funções (no sentido toyotista).

⁶⁸ Leite (1987 e 1996) discute o papel da qualificação e da escolaridade no mercado de trabalho.

Dessa ambigüidade, é possível primeiramente pensar que o discurso da polivalência se encontra tão disseminado e incorporado que passou a ser usado nas situações diversas, chegando a orientar de forma absoluta as percepções dos coordenadores, fazendo com que eles vejam polivalência onde há apenas exploração do trabalho. Mas, ponderando as falas e localizando-as no conjunto dos argumentos, o que nos parece mais plausível, pelo menos nesse caso, é que o uso da palavra funciona como indicativo de atualização em relação aos discursos do momento; servindo de prova de que estão a par das novas exigências do mercado. Na verdade, os coordenadores percebem que o grande número de desempregados e a escassez de vagas na cidade possibilitam um descompasso entre o grau de escolaridade exigido e o tipo de vaga disponibilizada. Além disso, apontam que, para os cargos operacionais, as empresas usam estagiários e, entre o jovem com pouca qualificação e o mais velho bem qualificado, elas optam pelo jovem para contratá-lo como estagiário e para fugir dos encargos trabalhistas. Como os estágios têm duração curta (dois meses, três meses e um ano) acabam por reforçar a dinâmica da precariedade dos vínculos deste mercado através de uma alta rotatividade dos jovens. A fala de um coordenador de uma agência privada expressa tal situação: “as empresas não ficam muito tempo com um, logo substituem o jovem por outro quando termina o estágio, assim têm serviço de primeira pagando muito pouco”.

Em Salvador a seletividade ainda ganha outro elemento: o local de moradia, que por sinal, foi citado pelos coordenadores como um problema recorrente na inserção dos desempregados no mercado de trabalho. A grande dimensão espacial da cidade opera no nível do desemprego, pois candidatos que moram longe do local de trabalho, ou nas periferias mais afastadas, ficam de fora do perfil desejado pelas empresas. Por isso mesmo, no formulário de “Cadastramento de Solicitação de Vagas”, preenchido pelo serviço de telemarketing do SINE/Bahia na central de captação de vagas, há itens específicos que delimitam a zona, o município ou mesmo o bairro de moradia do candidato a emprego. A empresa pode, inclusive, estipular esse item como condição da vaga, o que faz com que lá no posto de atendimento um desempregado que tenha todo o perfil para a vaga em questão, mas que more fora do local exigido, não possa ser indicado para o emprego.

Entre as justificativas mais conhecidas para essa exigência há as relativas ao tempo gasto pelo empregado com o deslocamento - quando o local de moradia fica longe do local de trabalho há possibilidade de não conseguir ser pontual - mas também o gasto da empresa com transporte, o que aumentaria os “custos do trabalho”⁶⁹. Estas justificativas perdem efeito quando se verifica que a SETRE/SINE cadastra as vagas oferecidas pelas empresas, mas não consegue dar garantia de que a empresa cumpra com as determinações legais, como o registro em carteira e os direitos trabalhistas. Na própria ficha de “Cadastramento de Solicitação de Vagas” há os itens: “Incentivos” (assistência médica, seguro de vida, refeição, vale-refeição, vale transporte, adicional de periculosidade, uniforme, alojamento, cesta básica) “Tipo de Vaga” (temporária ou permanente), “Horário de Trabalho” (manhã, tarde, noite, turno, comercial, a combinar, revezamento), “Forma de Pagamento” e “Salário Oferecido”. São itens que poderão estar presentes no rol de benefícios ou não, inclusive aqueles que são obrigatórios pela lei como o vale transporte e adicional de periculosidade aparecem listados como benefício e não como direito. Portanto, não há garantia de que a vaga oferecida esteja de acordo com as normas que vigoram no país. A própria SETRE/SINE reconhece que muitas vezes os itens prometidos pelas empresas no momento do cadastramento da vaga de emprego não são cumpridos no momento final na contratação do empregado. Assim, a exigência de residir próximo ao local do trabalho torna-se desconexa já que o trabalhador poderá nem mesmo receber o vale transporte, e terá, se quiser ocupar a vaga, que arcar com as despesas de sua locomoção até o trabalho.

Assim, a exclusão ocorre escamoteada, ou seja, a empresa seleciona deliberadamente o que deseja: trabalhadores na faixa etária entre 20 a 30 anos e moradores de bairros próximos, e se isenta, automaticamente, da exclusão de todos os outros que não preenchem este perfil seletivo.

Verifica-se que a lógica de funcionamento das agências reforça a exclusão, pois elas - no caso das privadas, que recebem por colocação efetivada ou por processo seletivo realizado, e as agências públicas, que têm o orçamento baseado

⁶⁹ Sobre o discurso empresarial dos “custos do trabalho no Brasil” ver os documentos da OIT.

nos recursos do FAT que, por sua vez, estão vinculados ao número de colocações efetivadas - têm a preocupação de atender às exigências das empresas para que o candidato ocupe a vaga, mesmo que para isto tenham que seguir os critérios explícitos contidos no formulário e observar os implícitos anotados no final do formulário em “observações”.

Capítulo 4 – Quem são os desempregados entrevistados

Antes, de passar à apresentação dos sujeitos pesquisados duas observações tornam-se importantes para este capítulo e também para os que se seguem. Relembro que as análises serão feitas conjuntamente entre os desempregados de Salvador e de Vitória da Conquista, apenas distinguindo diferenças que possam ser atribuídas à cidade⁷⁰. Ressalto também, que encontrei dificuldades para delimitar os conteúdos de cada item da análise, porque os entrevistados estavam me falando no fundo de um tema único “a vivência do e no desemprego”. Evidentemente, no momento da redação do texto da tese foi preciso artificialmente criar tópicos para organizar a discussão e apresentação dos resultados; no entanto, um tema provocava o outro e tornava-se por vezes difícil delimitar o que deveria pertencer a um tópico ou outro da tese.

4.1 – Caracterização do universo dos entrevistados

A despeito do desejo de descrever cada perfil dos desempregados, tamanha a heterogeneidade e a riqueza existente, é fato que, se assim procedesse, as análises não ultrapassariam a dimensão de descrição, pouco ajudando a decifrar os significados e as experiências suscitadas pelo desemprego. Portanto, o objetivo desse tópico é construir um panorama dos desempregados entrevistados, considerando os recortes de gênero, etário e grau de escolarização, além de elementos, tais como tempo de desemprego, redes de sociabilidade e renda familiar. Ao que parece, e de acordo com os pressupostos teóricos, por meio desses recortes é possível compor um perfil médio dos entrevistados capaz de retratar adequadamente os sujeitos da pesquisa.

⁷⁰ As características principais do conjunto dos entrevistados nas duas cidades encontram-se no anexo 1.

4.1.1 – Os desempregados de Vitória da Conquista

Em Vitória da Conquista foram entrevistados 23 desempregados, sendo 10 deles ligados (acampados ou assentados) ao MTD. Embora não tivesse a intenção de transformar esse conjunto em uma amostra representativa do contingente da população desempregada da cidade, procuramos torná-la a mais diversificada possível, contemplando todos os recortes que supostamente ajudam a revelar as percepções sobre o desemprego. E, de fato, como pode ser visualizado a seguir, obtive essa heterogeneidade de perfis, o que por um lado confere segurança de que meu universo de pesquisa é abrangente, mas por outro, me coloca o desafio de organizar e identificar os elos que unem esse conjunto de indivíduos.

a) Perfil dos homens: Foram 10 desempregados do sexo masculino entrevistados. A faixa etária variou entre 24 anos a 65 anos e a idade média foi de 36 anos. Diferentemente de Salvador, nessa cidade não consegui entrevistar nenhum desempregado do sexo masculino muito jovem, abaixo de 20 anos. Nas inúmeras vezes que visitei o posto da SETRE/SINE com esse propósito não fui bem sucedida; talvez porque sendo em Vitória da Conquista o serviço de intermediação de estagiário significativo e influente, possivelmente há um deslocamento dos jovens que procuram trabalho para agências específicas desse segmento, afastando-os do posto da SETRE/SINE. Corroborando esse argumento, nas entrevistas com os coordenadores da SETRE/SINE, com representantes das agências privadas de emprego, com um representante da prefeitura municipal, e mesmo com os desempregados, apareceu a referência do estágio como mecanismo fundamental de inserção dos jovens no mercado de trabalho da cidade.

A esse respeito é possível inferir que, como observa Silva (2004), diante da retração das oportunidades ocupacionais e das maiores exigências de qualificação, os jovens têm protelado a saída da casa dos pais, prolongado os estudos e utilizado os estágios como formas de ingresso imediato no mercado de trabalho. Isso porque os estágios, além de possibilitarem ao jovem alguma renda, são tidos como

mecanismo de preparação para uma inserção mais definitiva no mercado de trabalho pela aquisição de experiência que ensejam.

É preciso esclarecer que os jovens entrevistados se aproximam perfeitamente do perfil característico⁷¹ que importa para os propósitos da tese - solteiros, sem filhos, morando com os pais e dependentes financeiramente - e menos pelo rigor da idade. Mas não se trata nesse momento de negar que a variável idade tenha influência na pesquisa, mas centrar os esforços no conjunto das características.

Do total de homens entrevistados, cinco deles estavam solteiros e não possuíam filhos e os outros cinco eram casados e com filhos. Chamou-nos atenção a quantidade reduzida de filhos, menos de dois por casal, à exceção de um entrevistado bastante jovem que com 31 anos já possuía seis filhos.

A maioria dos entrevistados nasceu em Vitória da Conquista, embora alguns tivessem experiências de moradia em outras cidades, inclusive em São Paulo. Todos moravam há bastante tempo na cidade, e, mesmo os que não nasceram lá, já haviam estabelecido laços de amizade e vizinhança a ponto de dizerem que se “sentiam da cidade”.

Quanto ao tempo de desemprego, é possível verificar uma polarização: cinco deles procuram um trabalho há pelo menos um ano, havendo inclusive um para quem esse tempo já chagava a pelos menos cinco anos consecutivos; para os outros cinco, a procura por trabalho é mais recente, no máximo quatro meses. Confirmando os estudos de Guimarães (2004a) e Demazière (1995b), parece que a dificuldade de sair do desemprego aumenta na medida em que se prolonga o tempo de desemprego, como se o desemprego degradasse a capacidade de reinserção no mercado de trabalho. Observando entre os entrevistados, é possível notar que são justamente os mais velhos e com grau de instrução mais baixo (até quatro anos de estudos) os que apresentam maior tempo de desemprego e maiores dificuldade para sair deste. Em contrapartida, os que estão desempregados há pouco tempo,

⁷¹ Sobre “ser jovem” e o mercado de trabalho ver Pochmann (2000).

numeram facilmente uma quantidade significativa de empregos “tidos” e “perdidos”, indicando uma certa facilidade de reinserção, mas também de rotatividade.

Quanto à renda familiar, é possível verificar que praticamente todos têm renda, ou diretamente, exercendo alguma atividade remunerada (pintor, vendedor) ou indiretamente, quando a esposa trabalha, ou quando ele recebe ajuda dos pais ou irmãos. A única exceção foi do entrevistado já citado acima, que nasceu em outro estado, não possui parentes na cidade e seu desemprego (dois meses) era suficiente para colocar sua família (seis filhos e esposa) em situação de total privação, com falta de comida, corte de luz e água por falta de pagamento. Mas essa foi uma situação destoante das demais, pois os desempregados, de alguma forma, conseguiam extrair uma renda mínima próxima a 1,5 salário mínimo. Nesse último ponto nota-se as redes sociais como mecanismo de sobrevivência e apoio no momento de desemprego, pois mesmo os casados podem contar com a moradia de um irmão ou pai aposentado, escapando do aluguel e diminuindo as despesas domésticas. Mas, nota-se também, a presença dos programas sociais de transferência de renda do Governo Federal como suporte financeiro familiar.

Sobre a escolaridade dos homens se observa primeiramente que nenhum estava estudando, dando seqüência aos estudos ou completando algum ciclo, mesmo os mais jovens. Dos 10, apenas quatro chegaram a ingressar no ensino médio; os outros seis distribuíram-se principalmente entre primário incompleto e fundamental incompleto, sendo que um entrevistado era analfabeto.

Especificamente em relação à qualificação profissional observa-se um dado interessante: os desempregados entrevistados de maneira geral estão afinados com o discurso da indispensabilidade da qualificação para a reinserção profissional, mas poucos indicaram terem feito algum curso profissional. Alegam dificuldade financeira e falta de tempo. Dentre os cursos que consideram “fortes de emprego” estão os ligados à informática e os de segurança privada. Os mais jovens se interessam mais pelo primeiro, já os mais velhos e menos qualificados, pelo segundo.

b) Perfil das mulheres: Foram 13 desempregadas do sexo feminino entrevistadas. A faixa etária variou entre 16 anos e 65 anos, a idade média foi de 41

anos, ficando acima da média de idade dos homens. O que faz do grupo feminino ser mais velho, apesar de ter entrevistado uma jovem de 16 anos, é o fato de ter incluído mais integrantes do MTD, no qual, notadamente, concentram-se pessoas mais velhas.

Quanto ao estado civil é interessante notar o aparecimento da figura da mãe solteira e da mulher separada e com filhos, o que não havia entre os homens. Do total de mulheres, sete eram casadas, duas separadas e quatro solteiras. A média de filhos ficou um pouco acima da dos homens, mais de dois.

Assim como os homens, a maioria das entrevistadas nasceu em Vitória da Conquista, embora, sobretudo as ligadas ao MTD, já tivessem morado em outras cidades do país. Os laços de parentesco, de vizinhança e de amizades tecem redes de solidariedade entre as mulheres, que indicam a importância da ajuda mútua nos momentos de desemprego. Não por acaso, três entrevistas foram realizadas na presença de alguma amiga que também procurava emprego, ou de algum parente, que estava “dando uma força”. Assim como os homens, todas elas diziam se sentir “da cidade” tamanho o sentimento de pertencimento que já desenvolveram.

O tempo de desemprego entre as mulheres é bastante emblemático da situação na qual elas se encontram no mercado de trabalho do País: seis entrevistadas disseram que “sempre procuraram por trabalho”, e que, portanto, o tempo de desemprego corresponde ao tempo de vida adulta; três estavam a mais de três anos desempregadas; uma há quase dois anos; e as outras três mulheres há menos de seis meses. Se considerarmos o desemprego de longa duração como sendo aquele que se estende por mais de um ano consecutivo de procura teríamos que, das 13 mulheres entrevistadas em Vitória da Conquista, 10 viviam sob tal condição.

Então, se para os homens há polarização entre, quem, de um lado, está recentemente desempregado, e de outro, quem vive a situação há mais tempo, refletindo de certa maneira a própria polarização do perfil destes (escolarizado/qualificados/jovens e pouco escolarizado/baixa qualificação e mais velhos), para as mulheres o desemprego de longa duração é uma marca contundente que ultrapassa os perfis. Nesse caso, a dimensão da gravidade pode ser dada pelo fato de que tal

circunstância também se repete com as mulheres com maior escolarização e profissionalmente qualificadas.

Apesar dessa dificuldade de inserção, e possivelmente também devido a ela, as mulheres têm continuado seus estudos. Observando sua escolaridade, salta aos olhos o fato de que parte significativa permanece estudando ou retomaram os estudos após um longo período longe dos bancos escolares. Há mulheres analfabetas ou com primário incompleto que estão cursando séries de alfabetização de jovens e adultos, e mulheres com ensino fundamental ou médio completo que voltaram a estudar, acreditando na capacidade de reinserção profissional via curso técnico em enfermagem.

Porém, é preciso fazer uma observação entre as mulheres vinculadas ao MTD e as da SETRE/SINE, embora nos dois grupos haja continuidade dos estudos, pois no quesito escolarização há um abismo. Entre as mulheres desempregadas ligadas ao MDT o nível de escolaridade é bastante baixo, tendo todas no máximo o primário completo; mas elas têm aproveitado os cursos de alfabetização ministrados nos assentamentos e acampamentos para retomar o aprendizado das séries iniciais. Já as mulheres entrevistadas na SETRE/SINE (portanto não vinculadas ao MTD) apresentaram maior escolaridade, cinco delas com ensino médio completo, e tentam ampliar as chances de inserção no mercado de trabalho por meio do curso de técnica em enfermagem. Aliás, a área de saúde é indicada pelas mulheres como sendo a que fornece os cursos mais adequados ao mercado de trabalho atual, por ser capaz de instrumentalizar com cursos e requisitos vistos como adequados à saída do desemprego.

Não causa estranheza essa preferência feminina pela área de saúde, mais especificamente pela enfermagem, assim como o fato dos homens, como já indicado anteriormente, preferirem os cursos de informática e de segurança. Os estudos de Bruschini (2007) e Bruschini e Lombardi (2001) têm apontado que, embora nos últimos anos tenha havido maior participação das mulheres no mercado de trabalho, essa participação ainda permanece restrita a algumas áreas, compondo verdadeiros nichos femininos de trabalho, dentre eles o da área de saúde. Ademais, as autoras ressaltam que a “feminização do mercado” de trabalho não significou uma ruptura

com o processo de produção de desigualdade de sexo, haja vista que geralmente elas ainda recebem menores salários que os homens, ocupam postos de trabalho em tempo parcial, terceirizados e sem carteira assinada.

O último aspecto que vale notar refere-se à renda familiar das mulheres entrevistadas em Vitória da Conquista. Todas possuem renda; dentre as casadas, ou a renda vem do trabalho do marido, ou por intermédio de pequenos serviços que elas fazem tais como faxina, venda de doces e salgados ou confecção e venda de bijuterias. As que não são casadas (solteiras e separadas com filhos) contam geralmente com ajuda dos pais ou recebem pensão, e as solteiras sem filhos vivem sob a tutela familiar, morando com os pais. A renda varia bastante: há desempregadas cuja renda familiar é de R\$ 3.000,00 e outras que não chegam a receber um salário mínimo nas atividades que realizam para a sobrevivência; na média o grupo recebe em torno de R\$ 600,00 mensais.

4.1. 2 – Os desempregados de Salvador

Nas duas agências da SETRE/SINE visitadas em Salvador foram entrevistados 22 desempregados. Embora na cidade também exista acampamento do MTD, não foi incluído nenhum desempregado vinculado ao Movimento. Isso porque, as entrevistas realizadas em Vitória da Conquista com acampados, assentados e com as principais lideranças estaduais, que também atuam em Salvador, foram consideradas suficientes⁷² ao propósito da pesquisa.

A exemplo do que pretendi para Vitória da Conquista, em Salvador a escolha dos desempregados visou abranger um conjunto diversificado de perfis. O que foi possível pela mudança do posto da SETRE/SINE pesquisado, já que no primeiro havia encontrado muita dificuldade de recolher depoimentos de desempregados mais escolarizados. Aliás, essa mudança contribuiu de forma geral

⁷² O MTD surgiu em Vitória da Conquista, somente depois veio a se estruturar na cidade de Salvador, a partir das lideranças formadas em Vitória da Conquista. Tanto é que há um fluxo intenso de troca de informações, viagem e alternância de moradia das lideranças entre Vitória da Conquista e Salvador, dando ao Movimento um contorno muito similar nas duas cidades.

para a pesquisa, pois também em Vitória da Conquista não havia obtido nenhuma entrevista de depoentes com nível superior.

a) Perfil dos homens: Foram 13 desempregados entrevistados, notadamente mais jovens que os de Vitória da Conquista. A faixa etária variou pouco, ficou entre 20 a 32 anos, com a idade média de 25 anos. Bem abaixo da idade média dos depoentes de Vitória da Conquista (36 anos). Foge dos objetivos e pretensões desta tese explicar, mas o fato é que se em Vitória da Conquista os jovens permanecem ausentes do posto da SETRE/SINE, e tudo indica que optam por procurar emprego em agências que recrutam estagiários, em Salvador o público jovem esteve bastante presente. A explicação não deve desconsiderar o fato de que em Salvador os dois postos da SETRE/SINE pesquisados localizam-se dentro de *shopping centers*, local privilegiado de diversão e sociabilidade dos jovens atualmente. Mesmo considerando que a faixa etária ficou concentrada no grupo mais jovem, o público escolhido contemplou os objetivos da pesquisa, pois houve bastante variação entre eles (casados, separados, estudantes, chefes de família, solteiros e com filhos).

Do total de homens entrevistados, seis estavam solteiros e destes, dois possuíam filhos, mas todos eles permaneciam morando com os pais ou irmãos mais velhos. Os demais eram casados e possuíam filhos, variando de dois a três por casal, com exceção de um, que havia se casado recentemente e não possuía filhos.

Uma parte significativa dos homens nasceu em Salvador, mas também foi comum a naturalidade de outras cidades, principalmente da região interiorana do estado e de outras cidades do nordeste. Apenas um entrevistado não tinha estabelecido redes de amizade, os demais já residiam na cidade há pelo menos 10 anos, tempo suficiente para que eles tivessem estabelecido laços de amizade e tecido suas redes de solidariedade; como os desempregados de Vitória da Conquista, estes também já se “sentiam em casa”.

Ao verificar o tempo de desemprego, diante de um grupo mais jovem, notei a presença de três pessoas que buscavam o primeiro emprego, outras três que viviam a experiência do desemprego há menos de um mês, cinco com até 8 meses e as

demais com mais de um ano de desemprego, chegando a aparecer um desempregado com 8 anos sem conseguir retornar ao mercado de trabalho, sobrevivendo como artesão. Bem próximo ao encontrado para os homens de Vitória da Conquista, em Salvador também há polarização entre os que se encontram na situação de desemprego por um período recente e aqueles que amargam a falta de trabalho na forma de desemprego de longa duração. Aqui, como também lá, são os mais velhos e com menor escolaridade e qualificação os mais afetados.

A renda familiar é bastante variada, vai de menos de um salário mínimo até R\$ 4.500,00, perfazendo uma média aproximadamente de R\$ 1.500,00. Para os seis homens solteiros a renda vem de aposentadoria dos pais; para os casados, a origem dos rendimentos deve-se ao seguro-desemprego, trabalho de suas esposas ou pequenos bicos (artesão de pulseiras, entregador de mercadoria). Não apareceu entre esses pesquisados a indicação dos programas sociais do Governo, fato que deve ser atribuído ao perfil mais jovem e mais escolarizado.

Em torno disso, vale notar que esse grupo, em relação aos homens pesquisados em Vitória da Conquista, possui mais anos de estudo. De certa forma, a substituição do primeiro posto da SETRE/SINE pesquisado pelo segundo, dentro de um *shopping Center* de classe média, desembocou num público mais escolarizado e mais jovem. Dos 13 entrevistados um tem curso superior completo e outros três estão em fase de conclusão, seis estão concluindo ou já concluíram o ensino médio e apenas três pararam de estudar quando completaram o ensino fundamental.

Aqui também apareceu a referência ao curso de informática e de segurança como um caminho para sair do desemprego; contudo, a preferência não é indistinta, pois os mais jovens e mais qualificados optam pelo primeiro e os mais velhos e menos qualificados pelo segundo. A propósito de tais cursos, vale a pena observar que eles concentram as esperanças de inserção profissional (mais qualificada), e, simultaneamente, servem de explicação para a permanência no desemprego. Nesse último caso, alegam que o preço alto cobrado pelas empresas que oferecem estes cursos e a exigência de diploma que o mercado faz para contratar esses profissionais, não deixa alternativa aos desempregados.

b) Perfil das mulheres: Foram entrevistadas nove mulheres desempregadas. A mais jovem com 19 anos e a mais velha com 50 anos, perfazendo uma média etária de 30 anos de idade. Valor acima do encontrado entre os homens da mesma cidade, mas bem abaixo das mulheres entrevistadas em Vitória da Conquista. O estado civil das mulheres pesquisadas em Salvador é predominantemente de solteiras; das nove, sete eram solteiras, uma separada e outra casada. Aqui não apareceu a figura da mãe solteira, mas da mulher separada que “cria” os filhos sozinha – um retrato bastante comum nos últimos anos dos lares chefiados por mulheres. Das solteiras, apenas uma mora fora de casa, dividindo a moradia com uma amiga; todas as demais moram com os pais e dependem da ajuda deles para a sobrevivência.

Muito semelhante ao verificado entre os homens de Salvador, a maioria das entrevistadas tinha nascido e crescido na cidade; apenas duas vieram de outras cidades do Estado: uma veio quando ainda era criança, juntamente com toda a família; a outra, porém, morava há pouco tempo em Salvador e não tinha nenhum parente ou amigo. Essa última foi particularmente interessante, pois foi a única entrevista que obtive contemplando esse perfil - solteira e não dependente dos pais ou irmãos. Tal condição forneceu elementos significativos para a compreensão do desemprego juvenil diante da necessidade de garantir o próprio sustento sem o apoio financeiro de outras pessoas.

Assim como as desempregadas de Vitória da Conquista, as de Salvador dão prova da importância dos laços de amizade nos momentos de desemprego; algumas haviam ido com amigas ou amigos fazerem a pesquisa de emprego na SETRE/SINE. Bem diferente dos homens, que tanto em Salvador como em Vitória da Conquista, não costumam levar acompanhante ao posto, principalmente os com maior qualificação e escolaridade.

Mesmo não tendo a pretensão de estar trabalhando com amostra representativa das mulheres sem emprego, chama atenção o fato de que também em Salvador o desemprego de longa duração feminino foi emblemático. Apesar de serem bem mais jovens e bem mais escolarizadas que as de Vitória da Conquista, houve presença do desemprego de longa duração. Das nove mulheres, uma procura

trabalho há oito anos, três há pelo menos um ano, e as demais por um período de até cinco meses. Mas as dificuldades de encontrar um novo trabalho não afastam essas mulheres dos bancos escolares: apenas uma havia parado de estudar no ensino médio sem completá-lo; das demais, uma já havia concluído o ensino superior e as outras estavam cursando nível médio ou superior. Assim como em Vitória da Conquista, também apareceu as que retomaram os estudos via curso técnico de enfermagem.

Tais observações corroboram os achados de Bruschini e Lombardi (2001) que apontam que as mulheres brasileiras têm se instruído mais que os homens, perfazendo uma média superior de anos de estudo, mas continuam com inserção mais precária no mercado de trabalho do que a dos homens.

A renda das mulheres desempregadas em Salvador não diferiu muito das encontradas nos outros grupos: a que era casada tinha o marido empregado e as solteiras viviam na casa dos pais ou de um irmão e dependiam financeiramente deles. A renda média familiar mais indicada foi de R\$ 400,00, quatro delas disseram ter essa renda. Mas apareceu renda de até R\$ 2.000,00; na média o valor ficou em torno de R\$ 800,00. Na ponta das que estão em maiores dificuldades financeiras há uma jovem solteira que divide moradia e vende doces na porta da escola para garantir sua sobrevivência.

4.2 - Trajetória ocupacional dos desempregados

Quando se analisa os desempregados entrevistados de Salvador e de Vitória da Conquista, tem-se a impressão de estar diante de um conjunto de trajetórias singulares, nas quais qualquer tentativa de agrupamento poderia parecer um reducionismo forçado da realidade. Entretanto, o desafio que é colocado na pesquisa qualitativa é o de nos mantermos atentos às particularidades e singularidades de cada entrevista, ao mesmo tempo em que buscamos decifrar os padrões e condutas sociais capazes de nos fornecer subsídios na elaboração de

explicações sobre o mundo que nos cerca, e, assim, dar o salto científico de passar da descrição do objeto observado para uma explicação do fenômeno estudado.

4.2.1 – Trajetória ocupacional masculina

Quase todos tiveram desgraças familiares durante a infância – a morte dos pais ou a miséria extrema – que os empurraram, ainda crianças, ao mercado de trabalho. O início da vida profissional foi quase sempre em trabalhos de vínculos precários: camelô, vendedor autônomo, repositor de mercadorias, balconista de lanchonete, vendedor de sorvete, vigilante, empacotador, frentista, servente de pedreiro e serviços gerais. Todos estes sem o registro na carteira, mesmo naqueles onde a função era exercida dentro de um estabelecimento comercial. Os vínculos mais estáveis de trabalho foram os contratos temporários em órgãos públicos, como Correios e IBGE em Vitória da Conquista e em empresas em São Paulo, todos em funções de média qualificação e remuneração como: recenseador, entregador de carta, copeiro e *office-boy*.

Era uma metalúrgica em São Paulo. Eu trabalhava de *office-boy*, peguei numa função humilde, simples, mas eu me sentia bem, não era porque tinha um bom salário, mas ela disse (dona da metalúrgica): ó, tá aqui teu cartão e aí me deu o cartão do Bradesco. Aquilo pra mim foi um sonho. Ela disse: vai lá no banco e saca teu salário, mas eu fui numa felicidade, numa emoção. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, MAURO).

Entre os homens entrevistados, quatro tiveram um início da trajetória profissional diferenciada: um jovem que começou a fazer carreira dentro do exército, um outro que teve seu primeiro trabalho como auxiliar de máquina dentro de uma fábrica de bordado, um outro que iniciou sua vida profissional trabalhando como estagiário num *shopping center* no setor administrativo e um que permaneceu no mesmo emprego de serviços gerais por 13 anos.

Eu comecei a trabalhar com 13 anos de auxiliar de máquina de bordado, fiquei um ano e dois meses, aí era prestação de serviço e a fábrica mudou-se para outro lugar. Aí fiquei dois anos sem trabalho, mas não tinha com que me preocupar ainda não, a preocupação veio com 15 anos quando veio o primeiro filho. Aí com 16 anos eu comecei a trabalhar de barman, fiquei quatro anos, aí teve corte na empresa e eu saí. Dali eu fui para uma

indústria de comércio de alimentos, padaria, fiquei três anos, aí fiz um acordo por motivo de doença. Depois voltei pra restaurante de novo como caixa, depois em hotel como agente de portaria e depois como vigilante, e de vigilante pra chefe de turma e aí... tô desempregado. Contando devo ter tido uns 10 empregos ou mais. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, ALFREDO).

Eu vim da roça com meus avós lá em Maceió, nós tínhamos uma fazenda ele tinha condições. Com a morte do meu avó, ele não tinha escritura e perdeu. Aí fui pro exército e fui transferido pra Salvador. Aí estou com processo por acidente, tive um tiro na perna. Eu entrei novo no exercito, entrei pela academia e fiquei lá durante 6 anos. Era sargento, saiu a tenente. O exército me conduziu pra cá, eu tinha condições. Mas aí o que aconteceu: saí do exército e fui trabalhar de vigilante no hotel, e depois de lá como motorista de madame, depois num mercadinho, depois fiscal na prefeitura, depois um curso de táxi, só não atuei porque não tive condições ainda de comprar um táxi. Na área industrial auxiliar de produção e saí como auxiliar de máquina, em lojas de calçados, com empilhadeira. Eu trabalho desde criança, aos domingos eu faço um bico, eu não fico em casa não. Minha mulher até reclama que não fico parado. Esse último emprego a empresa tem esse costume de dar prioridade aos paulistas, prometem mundos e fundos. Eu ainda nem fiz o acerto de contas. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, ANTÔNIO).

Eu comecei a trabalhar com 18 anos, em serviços gerais num condomínio de luxo aqui em Salvador. Foi a minha madrinha quem conseguiu. Fiquei nessa empresa por 13 anos, 13 anos numa mesma empresa, entrei com 14 anos e saí agora com 30. Treze anos são treze anos, não são 13 dias. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, SÉRGIO).

A despeito de terem iniciado uma vida profissional em situação mais favorável, quando comparada à dos demais, a precariedade dos vínculos e o ciclo do emprego-desemprego em algum momento tomou conta da trajetória dos entrevistados. Chamou-nos atenção o fato de que tanto nos empregos de vínculos precários como nos registrados em carteira, o tempo de permanência não ultrapassou dois anos. Nossos entrevistados têm uma acentuada transição ocupacional, resultante da instabilidade e precariedade dos vínculos obtidos. A única exceção é a do entrevistado citado acima que permaneceu por 13 anos num único emprego, e de outros dois que chegaram a se manter por três anos no mesmo emprego. Fora estes, os demais tiveram ao longo de suas trajetórias muitas experiências de trabalho, variando o tempo de emprego de três meses a no máximo um ano e meio. Como resultado, alguns contabilizam mais de 15 experiências de

trabalho, enumerando-as uma a uma em ordem cronológica em que elas aconteceram.

Dentre as experiências de trabalho que foram citadas pelos entrevistados, as mais freqüentes foram: vendedor, empacotador, montador de móveis, auxiliar de operação de máquinas, técnico em informática, agricultor, servente de pedreiro, frentista, receptor de mercadoria, serviços gerais, barman, padeiro, soldado, fiscal, caixa de supermercado, vendedor externo, ambulante, copeiro de lanchonete.

Dessa forma, por mais que varie a causa declarada da demissão ou da saída do emprego, permanece o fluxo intenso. Contudo, diferentemente da prática já bastante conhecida entre os trabalhadores registrados de fazerem acordo de demissão para receberem o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), aqui, entre os entrevistados, isto só apareceu em uma entrevista, pois as saídas voluntárias dos empregos foram sempre uma tentativa de procurar em outro emprego uma situação melhor de trabalho ou por necessidade familiar, principalmente as relacionadas a problemas de saúde. Já no caso das saídas involuntárias é possível destacar o fechamento da empresa ou reestruturação seguida de corte de postos de trabalho.

Eu comecei menino, sou o mais velho de nove filhos. Então, eu estudava de manhã e a tarde eu fazia minha viração, vendia sorvete, engraxava, sempre tive interesse no dinheiro e com 14 anos de idade sai de casa, não por ser expulso, mas por interesse na vida. Andei por tantos lugares, fiquei 12 anos em SP. Lá trabalhei, hoje em dia é ornamental, fui jardineiro, já trabalhei em copa, balcão, vigilante, de tudo, mas tudo sem carteira. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, JOSÉ).

Então eu saí da minha cidade e fui pra Salvador e com dois meses lá eu já consegui um emprego, trabalhei como repositor, vendedor e depois eu saí dessa loja porque meu tio tinha arrumado outro emprego pra trabalhar como auxiliar administrativo, só que não deu certo e fiquei desempregado. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, MÁNOEL).

Eu comecei como empacotador num mercado, depois fui pra uma loja de móveis como montador, depois passei pra vendedor, depois sai e fui ser auxiliar de operação. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, SANDRO).

Nesse emprego bom eu fiquei mais de dois anos e meio. Ai meu pai deu derrame e eu fiquei muito agoniado, meu irmão trabalhava, tinha que ficar com ele e fui obrigado a pedir demissão. Isso tem dois anos atrás. E a política da empresa é não recontratar mais, se pudesse era uma boa voltar pra lá. Eu lá não tava mais me concentrando mais no trabalho, tava muito agoniado, minha mãe tinha que sozinha trocar fralda do meu pai. Eu não tinha como ficar, o

trabalho lá era muito de cobrança e eu não tinha mais cabeça, se não saísse iriam me mandar embora... Eu queria, eu sonho em voltar. Eu joguei tudo pra fora, mas também a gente tá passando às vezes por momento difícil e acaba decidindo. Depois eu achei que iria ser mais fácil de encontrar uma coisa e pensei em poder voltar. Mas igual lá eu não vou encontrar não, era bacana. Eu me arrependo muito de ter saído. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, MARCOS).

Nos intervalos entre um trabalho e outro, fazendo a “viração⁷³”, vendedor autônomo é a profissão refúgio de sobrevivência para o mercado de trabalho nas duas cidades; isto mesmo entre aqueles entrevistados que se mostraram bastante tímidos e ressaltaram durante a entrevista que entre seus “defeitos” estava a dificuldade de se expor e relacionar com o público. Porém, ser vendedor não significa estar empregado, antes identifica o caráter provisório da atividade e a necessidade de garantir recursos mínimos para a sobrevivência.

Ai fui trabalhar de vendedor pra não ficar parado, era produto de limpeza. Ai fui dando seqüência, quando foi de uns tempos pra cá eu comecei a procurar trabalho. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, MAURO).

Eu comecei como carteiro com 20 anos de idade, e depois em loja de bicicleta, era caixa por 1 ano. Depois eu trabalhei de professor de inglês numa escola, uns dois anos...era estágio lá, né e ai terminou. Eu trabalhei com cosmético também, não era em loja, eu vendia o kit. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, HENRIQUE).

Eu comecei como vendedor numa empresa privada, depois de um tempo fui contratado como técnico de informática, eu sabia da minha capacidade, estava esperando o momento certo (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, SANDRO).

Além de vendedor, apareceram também alguns que durante os períodos de desemprego fazem “carreto”, serviços de pintura, eletricista e pequenos reparos e assim garantem os recursos econômicos mínimos. Todos buscam garantir a sobrevivência e fazem questão de dizer que são “batalhadores”, “não fico parado não”.

Ainda procurando os elos que ligam as trajetórias dos desempregados é possível traçar duas linhas: os que olham para suas trajetórias como apenas tentativas de sobrevivência, e os que a percebem como uma procura constante por

⁷³ Termo utilizado pelos sujeitos pesquisados ao se referirem às estratégias de obtenção de alguma renda para a sobrevivência imediata, tais como, lavar e cuidar de carro, fazer pequenos serviços para terceiros, ou se desfazer de um eletrodoméstico vendendo-o.

algo melhor. Nesse último caso, há um certo orgulho de ser trabalhador, e de sua própria trajetória. No primeiro caso, a fala de um desempregado é emblemática: “Todo emprego que eu tive foi tudo igual, não teve melhor, todos eles tive que trabalhar (Manoel, Vitória da Conquista, 37 anos). No segundo caso, o discurso de um desempregado de 24 anos possibilita identificar a existência do sentido positivo dado à trajetória ocupacional, há o sentimento de vitória, mesmo estando desempregado e de volta à cidade natal.

A maioria dos meus parentes mora lá em São Paulo. Ai eu fiquei na casa deles e tal e sempre procurava e ai quando tinha mais ou menos 1 ano eu comecei a trabalhar numa empresa, trabalhar fixo mesmo, registrado. Ai fiquei dois anos e meio nesta empresa e sai de lá porque pra mim não tinha uma perspectiva de crescimento. Era uma distribuidora de carnes e eu trabalhava na parte de produção e embalagens. Ai eu resolvi sair porque achava que ali eu não iria crescer muito. Sai mesmo porque quis, entendeu. Ai logo na seqüência, porque lá em SP é assim, o custo de vida é alto, mas emprego tem, é diferente daqui, lá é mais fácil. Ai eu fiquei um mês e meio parado lá, e tava recebendo o seguro desemprego então não estava tão preocupado de arrumar no ato. Então eu comecei, comecei trabalhando numa padaria como entregador (risos) e ai me passaram, trabalhava de *office boy* também, me passaram pra balconista e eu fiquei como copeiro, no café. Fiquei lá um ano e dois meses. Era uma padaria bacana, uma padaria *chic* que só atendia pessoas de alto nível. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, VALDIR).

Comecei no mercado, eu entregava mercadoria, eu tinha 14 anos, depois eles viram que eu tinha aprimoramento e me colocaram de repositor. Eu fiquei lá uns dois anos, não era registrado. Depois sai e fiquei dois anos, eu pedi pra sair pra fazer uma cirurgia de varizes. Fiquei quase dois anos desempregado. Depois foi uma empresa de Simões filho e fiquei lá por quatro anos como conferente. Ai a empresa passou pra outro grupo, e ai eu fiquei parado, ai eu passei pra uma empresa portuária, era alfandegária. Nós trabalhávamos registrado com o pessoal da receita federal, lá só trabalha sem restrição de CPF e tudo. Era um ótimo trabalho. Não é qualquer um que trabalhava lá não, tinha que ter nome limpo. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, MARCOS).

Dentre os que valorizam a sua trajetória profissional é possível identificar ainda aqueles cujas trajetórias não podem ser caracterizadas como sucesso, já que constituídas de experiências em trabalho de baixa qualificação e remuneração, mas que na fala do entrevistado ganha um sentido de positividade “*eu trabalhava de frentista, não tinha carteira assinada, fiquei 8 meses e fui demitido, ganhava pouco mas é bom de atender o cliente, o jeito que é tratado pelos clientes*” (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, NILTON).

Em várias entrevistas há a menção explícita de que os empregos de duração curta e registrados na carteira foram sempre alheios à vontade do próprio trabalhador, como um ato de injustiça cometido pelo empregador que apenas serviu para prejudicar a imagem de “bom empregado” e “manchar” a carteira de trabalhador. “Já tinha um ano e sete meses que eu tava lá e ele resolveu assinar a carteira, eu tava trabalhando sem carteira assinada. Ai, de uma hora para outra, ele resolveu assinar e depois de dois meses resolveu me demitir”. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, HENRIQUE).

A preocupação em manter uma trajetória exemplar na carteira de trabalho aparece entre todos os entrevistados, independente do sexo, da faixa etária ou instrução, e isto se traduz em: empregos com longa duração, remuneração adequada e ausência de demissão por justa causa. Diante disso, o fato de ter um período muito curto registrado em carteira pode ser visto e entendido como camuflagem de uma demissão por justa causa, e, portanto, algo a ser evitado. Tentando administrar essa preocupação é comum os desempregados preferirem permanecer sem o registro quando entendem que o trabalho que está sendo realizado é muito precário, ou quando, mesmo estando diante de um trabalho não precário ainda sentem a situação como provisória. Apesar do prejuízo financeiro que a ausência de registro em carteira abriga, para os entrevistados essa decisão é orientada por outra lógica: a que planeja o futuro, cujo recorte consiste em distinguir entre “emprego” e “serviços”. O primeiro carrega o distintivo de ser registrado, com salário adequado, boas condições de trabalho e proporcionador do futuro; ele é singular e aparece enquanto esperança depositada no futuro. Já “os serviços” são inúmeros na trajetória dos trabalhadores, são aqueles em que predominam o esforço físico com poucas recompensas monetárias e sociais. Aliás, o trabalhador necessita administrar os serviços que lhes aparecem ao longo da vida profissional; dispensados em alguns momentos, procurando-os em outros, a fim de que no final consiga constituir uma trajetória ascendente com vistas a um “emprego” no futuro. São, portanto, escolhas racionais, orientadas pelo sentido prático adquirido no mercado de trabalho local e nas vivências cotidianas.

A singularidade dos homens desempregados em Vitória da Conquista é a importância da migração para São Paulo e, em menor grau, para outras cidades como Salvador e Belo Horizonte, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Nesse caso, ainda que reconheçam as dificuldades de viver em uma metrópole como São Paulo (problemas de desemprego, de transporte urbano, de moradia e até mesmo de preconceito e solidão), a migração não é descartada: de certa forma já foi o caminho deles, ou de seus familiares, e permanece sendo alimentada como última carta a ser jogada.

É oportuno assinalar que os dados da PNAD (2007) e os estudos da SEI (2008) apontam uma nova dinâmica nos fluxos migratórios, apontando que nos últimos anos tem crescido a migração de retorno. Se os fluxos migratórios estão associados à dinâmica social e econômica interna e externa é possível localizar o retorno dos baianos na crise econômica brasileira, que reduziu na década de 1990 significativamente as oportunidades de emprego e renda em São Paulo, e na recomposição econômica dos últimos anos, assim como nos programas de distribuição de renda desenvolvidos no plano Federal que têm tido impactos sobre as cidades. Os primeiros dados⁷⁴ já indicam alterações desencadeadas diretamente pelos recursos oriundos dos programas sociais Federais em cidades como Vitória da Conquista; é possível inferir que, tendo uma dinâmica econômica voltada para o comércio e serviços, tais recursos têm dado um novo dinamismo de crescimento na cidade. Inclusive com possibilidade de alteração do êxodo rural, já que com recursos garantidos a sobrevivência econômica no campo é considerada mais fácil.

Considerando essa mudança, ao que parece, o reconhecimento de São Paulo como o lugar das oportunidades no passado e a crença dele como último refúgio na atualidade, caso a tentativa de conseguir um emprego em Vitória da Conquista fracasse, se situa mais enquanto estratégia de elaborar simbolicamente “saídas” do que uma prática plausível.

⁷⁴ A Revista Economia e Sociedade de novembro 2008 analisa os programas sociais em Vitória da Conquista e detalha os impactos do “Bolsa Família” como política social de alcance imediato, que ameniza a pobreza e injeta recursos na economia local.

4.2.2 - Trajetória ocupacional feminina

Diferentemente das entrevistas realizadas com os homens, nas quais foram os incidentes familiares que marcaram e incitaram o início da vida profissional, inclusive precocemente, no grupo das mulheres entrevistadas esse tema pouco apareceu; em apenas uma entrevista a morte dos pais foi ressaltada como o motivo para ter iniciado a vida profissional em trabalho doméstico ainda criança. “Meus pais morreram, eu fui morar com a patroa em sete cidades; ela ia mudando e ia me carregando”. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, JUDITE). Porém, é a maternidade, seguida pelo casamento que aparece nas falas das mulheres como um peso e entrave na vida profissional; seja porque veio cedo demais, ainda na juventude sem o apoio da família, tendo que ser vivida na condição de “mãe-solteira”, ou mesmo dentro do casamento, quando a gravidez é usada pelo empregador como motivo de demissão, ou ainda quando o nascimento dos filhos obriga as mulheres a saírem do mercado de trabalho para se dedicarem aos cuidados das crianças. Assim, se para os homens recai o peso de garantir a sobrevivência da família desde muito cedo, para as mulheres ele vem mais tarde, com o casamento e a maternidade. Aliás, o casamento figura na fala das mulheres como algo que dificultou a construção de uma vida profissional “mais vitoriosa”.

Com quinze anos, meu primeiro trabalho foi como corretora de imóveis aqui na cidade. Uma cunhada minha que conseguiu esse trabalho. Eu fiquei 11 meses de corretora e ai sai. Fui casar...(risos). Depois também pra terminar o segundo grau. Depois fiquei três anos sem trabalhar quando terminou o segundo grau, depois comecei a trabalhar em escola no magistério, acho que trabalhei em escola dois anos e depois veio filho ai eu fiquei agora sem trabalhar. Depois do primeiro filho continuei trabalhando com escola, depois parei uns dois anos. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, CARLA).

Eu finalizei o meu segundo grau com 19 anos e não tinha necessidade de trabalhar, só que quando eu engravidei, minha família exigiu que trabalhasse e fosse uma pessoa de responsabilidade; então a parte de estudo, que eu estava pensando em fazer faculdade. Então foi um sonho que eu tive que colocar meio de lado. Eu engravidei com 19 anos e já é um rapaz de 15 anos. Pode continuar a entrevista, é que eu me emociono, porque eu acho que perdi muito tempo e o desemprego de certa forma me deixa assim. Desculpa. (DESEMPREGADA ENTREVISTA, JOICE).

Em relação ao tipo de atividades realizadas no início da vida profissional há, assim como entre os homens, expressiva heterogeneidade de experiências de trabalho. Se bem que, embora predominem as incursões iniciais pelos serviços domésticos e precários, outras experiências de trabalho mais prestigiadas surgiram, tais como: técnica de enfermagem, corretora de imóveis, gerente de vendas, auxiliar de escritório. Além disso, há mais indicação de registros em carteira e um aumento do tempo de permanência nos empregos: há permanência de oito anos em um hospital, sete anos em serviço de telemarketing e nove anos como gerente de churrascaria.

No entanto, essa maior estabilidade das mulheres entrevistadas não deve ser entendida como uma refutação de estudos que indicam ser mais difícil a inserção e manutenção das mulheres no mercado de trabalho, pois nosso estudo não tem representatividade estatística. Tal diferença pode ser atribuída em parte devido à maior escolarização das mulheres entrevistadas. De qualquer forma, esse início de trajetória profissional, aparentemente mais promissor, não se sustenta com o passar dos anos, fazendo com que mulheres e homens no decorrer da vida compartilhem de trabalhos de baixa remuneração, sem registro em carteira, alguns até mesmo sem receber o salário mínimo. A listagem dos trabalhos e profissões exercidas pelas mulheres deixa transparecer essa diversidade de incursões (mais qualificadas e de baixa qualificação) femininas ao longo da trajetória profissional: Recepção, promotora de vendas, vendedora em livraria, auxiliar de estoque, *telemarketing*, vendedora de loja, balconista de lanchonete, telefonista, auxiliar de escritório, atendente hospitalar, auxiliar de creche, auxiliar em consultório odontológico, cabeleireira, empregada doméstica, serviços gerais, auxiliar de enfermagem, caixa de loja e corretora de imóveis.

Dentre as justificativas das demissões entre as mulheres, além do casamento e nascimento dos filhos, como já foi dito, aparecem os mesmos motivos apontados pelos homens: saúde de familiares e fechamento ou reestruturação na empresa. Mas a especificidade feminina aqui foi pontuar em suas narrativas a demissão como fruto de algum tipo de perseguição ou inveja dos empregadores e supervisores. Entre os homens tal fato somente foi indicado uma única vez, mas

entre as mulheres foi comum descrever que em algum momento da trajetória profissional sofreram retaliações por parte dos superiores. Por certo os homens também devem ser vítimas de assédio moral ou perseguições no ambiente de trabalho, mas devem situar esses fatos em um campo de percepção não subjetivo. O pressuposto para tal diferenciação é de que os homens, culturalmente mais ligados ao mundo do trabalho e ao sentido de carreira profissional, situam o momento da demissão com características objetivas vinculadas a este espaço (corte na empresa, reestruturação, baixo salário, impossibilidade de continuar por motivos particulares etc), até porque esse é o espaço deles por excelência; já as mulheres, apesar de definitivamente já fazerem parte do mercado de trabalho, ainda mantêm os elos com o mundo doméstico e explicar sua demissão sem usar os argumentos do mercado de trabalho não altera seu prestígio enquanto trabalhadora, até porque o prestígio feminino ainda repousa muito mais na qualidade de boa esposa ou boa mãe.

Se os homens recorrem ao trabalho de vendedor autônomo nos momentos mais difíceis da procura por emprego, constituindo verdadeira atividade de sobrevivência ao longo de suas vidas profissionais, as mulheres apelam ao trabalho doméstico remunerado⁷⁵, tais como faxineira, diarista, passadeira ou cuidadoras de crianças; porém, fazem isto com o sentimento de aviltamento, principalmente aquelas que já exerceram atividades mais prestigiadas ou de melhor remuneração.

Eu trabalho desde que era moça com 18 anos, mas nunca assim de carteira assinada. Trabalhei em confecções, mas logo fechou. A minha especialidade mesmo é salão de beleza; eu trabalhei um bom tempo, e aí botei um salão pra mim, mas não deu certo e aí agora eu trabalho assim em casa de família...é humilhante. Eu fiquei três anos sem trabalhar fixo, mas assim: eu lavo roupa, limpo, faço faxina, não estou parada. Mas meu marido nem conta com o dinheiro porque é muito pouco, as vezes eu lavo depois já não lavo mais, tem faxina mas não tem o dia certo, então pra ajudar em casa ele nem conta com esse dinheiro meu. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, MARIETA).

⁷⁵ Aqui entendido enquanto todo tipo de trabalho remunerado realizado dentro de casa (sua ou de outro): diaristas, mensalistas, lavadeiras, passadeiras, vendedoras de cosméticos por catálogo, produtoras de doces e salgados, de bijuterias e outros.

Diferentemente dos homens, para as mulheres entrevistadas de maneira geral não é possível identificar o sentimento de orgulho por suas trajetórias profissionais, o orgulho se situa muito mais no fato de terem sido “destemidas” e “batalhadoras” ao terem conseguido conciliar o trabalho com as “obrigações domésticas”. A fala a seguir ilustra o que acabei de pontuar: “O melhor emprego que eu já tive foi a da escola, eu gostava porque trabalhava em um turno e no outro estava em casa, mais presente com o filho”. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, CARLA).

Essa constatação prevaleceu em praticamente todas as entrevistas feitas com as mulheres, mas três delas fizeram questão de mostrar em suas narrativas o quando haviam sido “boas profissionais”.

Eu acho que entrei no mercado de trabalho, acho que velha demais, eu entrei com 21 anos de idade, eu fui direto pra área de vendas só que eu engravidei, e praticamente foi a única opção que eu tive. Trabalhei durante 9 anos e quando eu saí a área que me chamava atenção era basicamente essa da saúde. E fui me estimulando e tive a oportunidade de fazer estágio em hospital da cidade, num serviço que não era esse, mas aí fui observando, fui gostando do serviço. Aí eu peguei e decidi entrar no cursinho pra saber se eu me adequava na área. Só que na medida em que eu fui fazendo eu fui me apaixonando e eu fui me desenvolvendo, fui me dando bem em algumas disciplinas. Aí o pessoal dizia para que eu continuasse porque achavam que eu tinha futuro, aí eu investi mesmo na área. E sempre me dediquei muito ao meu trabalho, eu sei ser uma profissional. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, JOICE).

Puxa! Eu estava comentando com uma colega: puxa, eu nunca fiquei desempregada, às vezes eu passava a vaga pra outra pessoa. Eu era uma excelente funcionária, teve um que chorou porque eu quis sair (do emprego). Eu faço, eu visto a camisa da empresa. Eu tenho três filhos, sou sozinha, eu preciso de um pouco mais, geralmente eu saia por conta disso (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, MARA).

Eu faço tudo certo, tenho curso de técnica de enfermagem, já fui muito tempo atendente hospitalar, já fui atendente numa clínica odontológica e não consigo trabalho. Eu não tenho medo de nada, eu encaro, sou profissional, mas já desanimei. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, ANA MARIA)

O que chama atenção é que apesar da boa qualificação que possuíam, estas três mulheres não conseguiam retornar ao mercado de trabalho e estavam vivendo um longo período de desemprego. Realmente a trajetória delas, se

comparada às demais, era exitosa: duas eram técnicas em enfermagem com experiência em clínicas médicas ou odontológica e uma terceira com longa experiência em gerência administrativa numa grande churrascaria. Certamente, não por acaso essas três mulheres tiveram filhos ainda muito jovens e duas tiveram que criá-los sozinhas, sem a ajuda do pai da criança. Diante de tal condição, reconheciam que seus esforços para sair do desemprego haviam sido invalidados pela idade que acabou avançando, enquanto cuidavam dos filhos, ou pela condição de mãe solteira, que imprime limites e exigências maiores dos que as enfrentadas pelas mulheres sem filho ou casadas.

capítulo 5 - Outra parte do mosaico: o desemprego na ótica dos desempregados

Na elaboração do roteiro que subsidiou a pesquisa de campo com os desempregados, procurei estabelecer um fio condutor entre as perguntas, de forma que a entrevista fluísse bem, dando a possibilidade de o entrevistado falar mais livremente sobre o tema. Ao mesmo tempo, busquei conduzir a conversa dos assuntos mais impessoais, como: “o que você acha que os governantes poderiam fazer para resolver o desemprego”, para os mais delicados, aqueles que envolviam diretamente a condição do desemprego do entrevistado. Essa estruturação facilitou a análise das entrevistas, pois permitiu o agrupamento do roteiro de entrevista em sete temas, a saber: percepção sobre o desemprego, vivência do desemprego, situação financeira, dificuldades para sair do desemprego, expectativas futuras, ações para sair do desemprego e percepções sobre trabalho. Esses temas, embora não fechados entre si, serviram inicialmente de tópico de análise orientando a estruturação e escrita desta parte da tese.

Inicialmente pretendia começar o estudo mantendo a distinção entre as entrevistas realizadas em Vitória da Conquista e as de Salvador, mas já na transcrição foi possível perceber que tal separação não contribuiria na análise, visto que as trajetórias profissionais se assemelham bastante nas duas cidades, tornando a separação pouco fecunda. Então, para tornar o processo mais claro optou-se por partir de uma investigação conjunta de todos os desempregados entrevistados, apenas mantendo o recorte de gênero, etário e nível educacional e, quando existirem pontos que possam caracterizar a influência do local se fará a devida separação entre desempregado de Vitória da Conquista e de Salvador.

5.1 – As percepções sobre o desemprego

As perguntas utilizadas para montar esse tópico de análise foram: porque você acha que as pessoas ficam sem trabalho e o que deveriam fazer para conseguirlo? Porque você ficou sem trabalho e se poderia ter feito algo para evitar? O que deveria ser feito para melhorar a vida de quem está sem trabalho e que conselho daria aos governantes? O desemprego é mais sofrido para o homem, mulher, jovem ou adulto?

Não é tarefa fácil captar e analisar as percepções sobre o desemprego e a dificuldade já se inicia diante dos limites tênues para definir o que é desemprego. Demazière (1995) sugere como resposta a esse problema o cruzamento das lógicas institucionais (o desemprego não é apenas a auto-declaração dos indivíduos, assim como também não é somente o número de pessoas registradas como sem-emprego; ele é produto do encontro destas duas definições no processo de legitimidade social). O autor fala da importância do esforço em definir o desemprego articulando os aspectos culturais, econômicos, sociais e geográficos, sempre localizados no tempo e no espaço, para que realmente o fenômeno possa ser compreendido como processo de categorização social, e, portanto, objeto sociológico.

Seguindo na trilha das dificuldades, mas nos apoiando também em Thompson (2002), é possível articular a partir da noção de “experiência” os aspectos objetivos e subjetivos. Assim, a experiência do desemprego é em grande parte resultado das condições objetivas dos sujeitos, das privações econômicas, mas também é fortemente marcada pelos aspectos subjetivos que compõem a vida de cada sujeito, tais como: a trajetória dos pais, as expectativas elaboradas quando criança, as experiências concretas de trabalho e os valores familiares.

Portanto, os sujeitos vivem e percebem sua situação de desemprego dentro do conjunto de relações sociais em que estão inseridos. Mas a despeito da multiplicidade que a adoção dessa compreensão resulta, é factível e necessário situar as falas individuais dentro dos processos de categorização social, evitando-se desta forma o aprisionamento das análises às narrativas individuais dos sujeitos.

E como fruto de um processo de categorização social o desemprego não pode ser expresso numa única definição, já que sociologicamente ele comporta um conjunto de aspectos que o tornam um mosaico de sentidos. Quando se acrescentam os recortes geracional, de gênero, de qualificação e de escolaridade esse caleidoscópio ganha novas nuances, deixando claro que essas clivagem entre jovens e adultos, mulheres e homens, escolarizados e com pouca escolarização são fundamentais no intento de decifrar os sentidos atribuídos e as vivências do desemprego.

5.1.1 - Quando se está olhando o outro

Havia no roteiro de entrevista, logo no início, a seguinte pergunta: porque você acha que as pessoas ficam sem trabalho e o que poderiam fazer para encontrá-lo? A intenção dessa indagação era tornar o início da nossa conversa mais suave, tocando no tema do desemprego, mas sem falar do seu próprio desemprego, neutralizando dessa forma o sofrimento que supostamente estava sendo vivido. Entendemos que, falar do outro é falar um pouco de si, com menos receio intermediando as percepções e julgamentos; afinal, em tese, está se falando apenas sobre os outros.

O que salta aos olhos é que quando os entrevistados narram sobre o motivo do desemprego dos outros (porque você acha que as pessoas ficam sem trabalho?) as falas são inicialmente passíveis de ser agrupadas: mulheres, homens, jovens e adultos em Vitória da Conquista ou em Salvador identificam o desemprego como um duplo resultado da falta de oportunidade de trabalho e falta de qualificação. Outras justificativas também foram indicadas, mas não com a mesma incidência, como falta de sorte, falta de indicação, preconceitos.

Olha, a falta de emprego tá grande, mas também a incapacitação. Tem vários tipos de trabalho que estão precisando de gente pra trabalhar e não tem gente com capacitação. Mas também tem o desemprego que tá grande demais, né. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, ADRIANO).

No entanto, essa relativa homogeneidade quando posta em lente de aumento deixa transparecer que há sutilezas a serem ditas, e então aparecem três possibilidades de agrupamento das respostas: uma que atribui o desemprego a causas mais sociais (“falta de oportunidade”, “concorrência entre desempregados”, “grau de exigência por parte das empresas”, “má administração do país”), uma segunda que vai em sentido oposto, apontado para causas mais individuais (“falta qualificação”, “falta correr atrás”, “egoísmo de quem tem dois empregos”) e a terceira que justamente mescla as duas causas, lendo o desemprego dos outros simultaneamente como problema social e individual. Olhando mais atentamente ainda e à luz do recorte etário é possível pontuar que o atributo idade contribui para que os sujeitos tendam a perceber mais o desemprego dos outros especialmente como causa individual. Prova disso foi que, justamente entre os jovens apareceram as respostas mais veementes, nas quais a ênfase era dada ao desemprego dos outros como resultado de falta de estudo, da qualificação inadequada e da postura não ativa diante das exigências do mercado de trabalho.

Em contrapartida, chama atenção o fato de que quando perguntados sobre o que os outros deveriam fazer para conseguir um novo trabalho, os desempregados tenderam a se concentrar em torno da culpabilização individual: “procurar áreas mais dinâmicas”, “correr atrás do emprego”, “prestar concurso público”, “aceitar todo tipo de trabalho”, “realizar protestos políticos” e, sobretudo, “se qualificar mais”. Nota-se que, mesmo os que na primeira parte da pergunta haviam colocado o desemprego das outras pessoas como um problema social, nessa segunda parte inverteram os argumentos, avalizando o desemprego enquanto problema individual de falta de qualificação.

Essa aparente “inconsistência” revela o universo em que estão inseridos os sujeitos pesquisados. De fato, a percepção sobre o desemprego dos outros, em grande medida diz muito sobre o desemprego de si mesmo, e carrega uma simultaneidade de entendimentos (individual e social), resultado do processo de compreensão que esses sujeitos vivem. Esse modo de trazer à tona seus entendimentos e de dizê-los assim “contraditoriamente” releva a forma de apreensão do cotidiano. Vale notar que, se diariamente estes sujeitos vêem e têm notícia do

grande número de pessoas desempregadas apesar dos grandes esforços para sair de tal condição, por outro, são constantemente assediadas pelo conjunto de práticas discursivas (que acabam funcionando como normas) que alimentam a compreensão do desemprego enquanto resultado de escolhas individuais inadequadas. Seguramente o propalado discurso da empregabilidade e do empreendedorismo encontra acolhimento, mas também reprovação, dando contornos complexos às percepções sobre o desemprego.

Não sei se a idade ou a própria situação do país. É como vejo nos jornais, mas acho que falta muita qualificação em termos de trabalho; as vezes a pessoa faz o curso mas não se dedica a estudar e aprender e ai chega na hora leva pau e as vezes quem tem não entra por causa da idade. É o que eles dizem ai: é qualificação que falta pras pessoas, mas também tem idade né. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, MARA)

Fora isso, também vale a pena notar que durante o período de uma entrevista, para efeito de memória, parece que quanto mais tempo decorre entre a pergunta inicialmente lançada e o tempo que os entrevistados levam elaborando e respondendo-a, mais eles se distanciam da pergunta, e então, esquecem que o enunciado referia-se aos outros e passam a pensar e falar sobre si próprio. E é nesse momento que as percepções sobre o desemprego se alteram, deslocando-se para explicações mais individuais ou mais estruturais.

5.1.2 - Quando o desempregado é o sujeito: entre o olhar de si e o olhar dos outros.

As percepções sobre os motivos e as circunstâncias do seu próprio desemprego não são facilmente decifradas e tampouco podem ser agrupadas à maneira das percepções sobre o desemprego dos outros. Isto porque, quando o que está em jogo é a avaliação direta de si, é preciso cuidado redobrado. Considerando isso, é que inicio este tópico apontando de maneira geral as percepções sobre o desemprego, para logo a seguir passar à discussão orientada pelos recortes geracional, de gênero e de qualificação profissional. Dessa forma, é possível compor

um mosaico de percepções acerca do desemprego, juntando gradativamente os fragmentos, conforme veremos nós próximos tópicos.

Primeiramente é possível notar que para afirmar sua identidade de trabalhador, o desempregado necessita demarcar fronteiras e distinguir-se dos outros desempregados. Isso porque, se a identidade pressupõe oposição e diferenciação (DUBAR, 2005) é de se esperar que eles neguem para si as causas consideradas menos nobres do desemprego (cercadas de culpabilização pessoal) e localizem sua condição de desemprego em outros patamares de causas, mais externas e mais inevitáveis. Com a mesma lógica de entendimento, a falta de qualificação profissional ou baixa escolaridade é apontada como a grande causa do desemprego dos outros, mas não apareceu em nenhuma justificativa em relação ao seu próprio desemprego. Neste, o motivo foi sempre independente de si: necessidade de viagem por doença, assédio moral, corte de salário na empresa, demissão coletiva, falta de sorte ou a idade elevada. Porém, quando perguntados sobre o que eles poderiam ter feito para evitar a sua própria demissão, novamente o tema da qualificação foi retomado, unindo neste momento os dois discursos: o de si e o sobre os outros.

Qual explicação para essa diferenciação? Porque os desempregados ao elaborarem explicações sobre as causas do seu desemprego necessitam mostrar-se inicialmente absolvidos, para logo em seguida indicar que poderiam ter feito algo para evitar a demissão, como ter realizado alguns “cursos” ou “ter estudado mais”. Reiterando o argumento já exposto no item acima, o que nos parece plausível é a existência das duas compreensões simultaneamente; não como contradição de um discurso pouco legível, mas como realidade que aparece aos entrevistados. Aliás, como nos lembra Chauí (1993), a ambiguidade não deve ser considerada falha, pois é constitutiva da existência humana; a percepção e o entendimento sobre a realidade são ambíguos, refletem dimensões simultâneas dos objetos, dos saberes e dos entendimentos. Essa ambivalência também nos comunica que o discurso da empregabilidade e do empreendedorismo, e todo arsenal corolário já conhecido, são percebidos pelos entrevistados, mas nem sempre podem ser ancorados na

realidade, ou seja, se inicialmente há uma tendência para pensar que basta procurar um emprego e seguir as condutas esperadas de um candidato (currículo bem montado e boa apresentação visual) para sair da condição de desempregado, isso se desfaz rapidamente entre os desempregados: seja no retorno semanal ao posto de atendimento da SETRE/SINE, após sucessivas tentativas fracassadas de entrevistas, ou simplesmente na observação diária do grande número de desempregados que circulam pelo prédio.

De qualquer forma, o que nos parece é que apesar de ter um efeito substancial sobre os desempregados, a idéia de que o desemprego é resultado de erros nas escolhas e falta de qualificação profissional não se conecta perfeitamente com as percepções dos desempregados, pois ela se choca com uma outra pré-existente, qual seja: o valor e orgulho de ser trabalhador. Em outras palavras, há vergonha e culpabilização, mas há também o orgulho e o reconhecimento de que ao longo das trajetórias pessoais houve muito esforço para garantir a sobrevivência diária, ainda que não perceptível e reconhecida pelos outros; aliás, a vida diante da pobreza só é possível com muita laboriosidade. Portanto, foram vitoriosos na árdua tarefa de manter-se trabalhador diante das adversidades e do desemprego.

Atado a esse orgulho e esse reconhecimento do esforço constante que a vida de um trabalhador pobre encerra é que podemos situar as narrativas dos desempregados sobre as “tentações da vida” a que estão submetidos: “é preciso ter cabeça boa”, “não se pode ceder à vida fácil”. Isso significa dizer que, a despeito do assédio e dos atrativos de buscar a subsistência por meios ilícitos (entrar no tráfico de drogas, ganhar dinheiro pela prostituição, principalmente na cidade de Salvador, ou mesmo por meio de pequenos furtos), os entrevistados enfatizam que têm conseguido não sucumbir às tentações da vida mais fácil no crime. Especificamente em relação a isso, não se trata de julgar ou não o comportamento deles, ou mesmo saber se cederam ou não às “tentações”, provavelmente alguns já tenham até sucumbido; o fato é que a narrativa mostra qual o caminho que eles acreditam ser o mais digno para eles: pobres, porém honestos.

Com isto não estamos querendo indicar que os desempregados estejam felizes com sua situação, mas mostrar que ao narrar suas trajetórias eles fundem a dor do desemprego com o orgulho de ser trabalhador/batalhador, refazendo as percepções acerca do desemprego e permitindo que apareça concomitantemente o sentimento de sucesso e de fracasso, que pode ser traduzido na fala abaixo “A minha vida só deu pra sobreviver, o meu pensamento só dá pra isso: sobreviver, e sou forte, estou aqui.” (DESEMPREGADA ENTREVISTA, MTD, JOANA).

Outro aspecto que vale a pena notar, é que ao perguntar sobre as habilidades que os desempregados acreditam precisar para obter um novo emprego, poucos entrevistados se remeteram a quesitos de formação profissional. As indicações mais comuns foram: “saber engolir sapo”, “ser ágil”, “ser honesto”, “ser esperto”. Entretanto, essa mesma questão, colocada entre os acampados do MTD,⁷⁶ foi respondida da seguinte forma: “Respeito pelo ser humano”. Nota-se que o entendimento foi direcionado ao que falta nos outros, nos empregadores. A entrevistada, apesar de ser semi-analfabeta, não se sentia em falta no mercado de trabalho. E ao ser perguntada sobre o que achava que os outros pensavam dela, respondeu no coletivo “Acham que não temos coragem de trabalhar”. Ela não sente o desemprego sozinha, faz parte de um coletivo de desempregados.

O mesmo coletivo emerge de outra fala, que apesar de não expressar uma compreensão tão evidente quanto a da entrevistada citada acima, revela seu orgulho de estar num barraco dentro do Movimento.

Eu aqui encontrei meu sossego, estou aqui num barraquinho, já até choveu dentro, mas o pessoal arrumou umas tábuas e agora ficou bom. Eu sinto bem aqui, todo mundo amigo, aqui eu sou respeitada. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, MTD, JUDITE).

Uma colega minha disse, você tá indo pros sem-terras? Ai eu disse com todo orgulho, estou lá sim que é pra lutar. Quando as pessoas perguntam eu falo, eu estou lá e vou ficar até o fim, até conseguir meu pedaço de terra pra plantar e criar. Aqui me sinto forte e disposta, até as doenças desapareceram. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, MTD, ANTÔNIA).

⁷⁶ O MTD realiza ocupações de áreas no entorno da cidade com o objetivo de torná-las assentamentos de seus membros.

O sentimento de amizade e acolhimento identificado nas falas, que no meu entendimento reflete também o orgulho de fazer parte do Movimento, e por conseguinte, revela uma compreensão diferenciada do desemprego, se comparada à dos desempregados não participantes, é alimentado por uma interação dentro e fora do acampamento, entre lideranças e demais membros. E neste sentido é possível afirmar que o MDT consegue deslocar a lógica da culpabilização das vítimas para uma compreensão do desemprego como problema social e por isso se aproxima de uma “desindividualização” do desemprego. Mas não sem antes receber críticas e olhares de desconfiança, e ter a todo momento que se defender das acusações que recaem sobre os movimentos sociais, sobretudo aqueles que lidam, como aponta Telles (1992), em meio a liminariedade e ambivalências entre as figuras de trabalhador, pobre, vagabundo, miserável, e mesmo criminoso.

Talvez isso fique melhor explicitado se relatarmos que desde nosso contato inicial, na própria sede do Movimento⁷⁷, durante as entrevistas com as lideranças, identificamos uma relação amistosa entre os participantes. Para termos uma imagem disto: havia um fluxo intenso de pessoas circulando na sede, e durante a entrevista freqüentemente éramos interrompidos por outros integrantes do Movimento, solicitando das lideranças alguma informação ou confirmando uma reunião ou atividade. De imediato, sendo conhecedora da existência cultural da “subalternidade dos pobres”, pude acolher tal gesto com sinal de uma relação entre iguais. Mais tarde, nas visitas ao acampamento isso também se confirmou, pois há uma presença constante das lideranças no espaço, seja brincando com as crianças, contando uma novidade ou tomando um café. E também confirma esse sentimento de acolhimento, narrado pelos entrevistados, a ajuda mútua no cuidado dos filhos pequenos, cujas mães saem para fazer uma faxina, ou no mutirão para melhorar o barraco dos acampados mais idosos.

Então, podemos indicar que nas entrevistas realizadas com integrantes do MTD, sobretudo nas conversas com as lideranças, a ambigüidade foi rompida. Para

⁷⁷ A sede fica localizada no centro da cidade, em um prédio comercial onde funcionam alguns sindicatos e escritórios de advocacia.

estas pessoas, não há mais possibilidade de retorno ao mercado de trabalho; pretendem, antes, construir uma economia paralela ao modelo capitalista, que seja capaz de incorporar todos aqueles que não tenham mais chances de reinserção no mercado de trabalho. O discurso das lideranças, em grande medida, é compartilhado pelos demais integrantes que, reconhecendo a posse de um perfil e de trajetórias pouco exitosas na ótica do capital (baixo grau de instrução e qualificação, composto de ex-catadores de material reciclado, pedintes, moradores de rua e trabalhadores agrícolas temporários) não alimentam expectativas de retorno ao mercado de trabalho. Certamente por isso, a entrada no Movimento é acompanhada, fundamentalmente, da perspectiva de obter um “pedaço de terra” para que dela possam produzir o sustento da família, e, só secundariamente, a de conseguir um emprego. “Eu nunca consegui nada, nada de carteira assinada, eu nunca tive ganho de nada. O meu pensamento só dá isso: sobreviver”. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, MTD, JUDITE).

É interessante notar que, apesar de não possuírem os atributos valorizados no mercado de trabalho, estes desempregados não parecem imputar ao seu desemprego causas individuais. Tal fato só é percebido numa análise detalhada do conjunto das entrevistas, considerando além das falas, os gestos e, principalmente, as expressões faciais dos desempregados. Atenta a isto, pode compreender que as narrativas feitas pelos desempregados integrantes do MTD, repletas de sofrimentos, privações e infortúnios não deveriam ser entendidas como um indício de uma auto-culpabilização pelo desemprego. Apesar de revelarem que eles não haviam podido adquirir o perfil considerado desejado para o mercado de trabalho, os relatos desembocavam no final das entrevistas em expressões faciais de alívio e felicidade, seguidas de relatos que anunciavam o sentimento de triunfo na vida. De sorte que não há auto-culpabilização, mesmo a despeito do reconhecimento pelos desempregados de que seus atributos pessoais e profissionais são desprezados no mercado de trabalho e que poderiam ter ao menos mais anos de estudo. Antes, mostram-se batalhadores, dando prova de que possuem a capacidade de sobreviver

e até viver na adversidade. Percebem-se, portanto, enquanto “vencedores” na vida, embora não no mercado de trabalho.

5.1.3 - As percepções do desemprego vistas pelo recorte geracional

Conforme já anunciado, a percepção do desemprego não pode ser medida exclusivamente pela idade, pelo sexo, nível de renda familiar ou qualquer outro recorte utilizável, mas no entrelaçamento destes. Sendo assim, não é possível generalizar um olhar sobre os jovens - assim como também não é para os demais recortes - como se estes possuíssem um padrão homogêneo de compreensão; todavia, identificamos elementos que nos permitem pensar mais sistematicamente esse segmento social.

Compactuamos com a importância dada por Telles (2006) e Sennett (2003) ao recorte geracional enquanto clivagem fundamental para compreender as mudanças no mercado de trabalho; afinal as diferenças de gerações nos permitem apreender as continuidades e rupturas produzidas ao longo do tempo. Porém, Telles (2006) nos chama atenção para o risco de cair em comparações ponto a ponto entre o “trabalho fordista” positivado e o flexibilizado negativado, que de imediato ofusca a capacidade de entendimento. Para a autora, temos que partir do princípio de que as referências que ordenavam as experiências do trabalho fordista (trabalho regulado, com direitos trabalhistas e sob proteção dos sindicatos) não são mais as que ordenam hoje.

Para os mais jovens, as circunstâncias atuais do mercado de trabalho não significam uma degradação de condições melhores ou mais promissoras em outros tempos. Eles entraram num mundo já revirado, em que o trabalho precário e o desemprego já compõem um estado de coisas com o qual têm que lidar, e estruturam o solo de uma experiência em tudo diferente da geração anterior. (TELLES, 2006, p. 176).

Tem-se entre os jovens⁷⁸ um discurso centrado na crença da qualificação profissional como recurso para resolver o problema do desemprego no País, embora não desprezem as causas estruturais do problema; nas falas deles predominam sempre as duas explicações/percepções sobre o desemprego.

Acho que falta qualificação das pessoas, mas também o desemprego tá alto e aí tem excesso de gente. Então eu digo que é assim: muito desempregado e pouca qualificação. Então eu acho que pra melhorar tem mesmo que gerar empregos e haver mais cursos profissionalizantes. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, NILTON, 25 ANOS)

Eu acho que o problema é a conjuntura do mundo e a concorrência que tá muito grande, eu acho que deveria haver mais união e montagem de grupos de produção pelo governo. Mas eu quero agora ter um negócio próprio porque não tenho muito estudo e ai fica muito difícil, já tive negócio antes, mas não deu certo então estou aqui procurando. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, SANDRO, 22 ANOS).

Porém, a conjuntura econômica e política do país, como desencadeadora do desemprego, nem sempre ganha na fala dos jovens o destaque dispensado à crença na capacidade dos cursos profissionalizantes ou investimento em educação para resolver o problema do desemprego deles e dos demais. Isso acaba desembocando em um otimismo, sobretudo daqueles que ainda estão sob a tutela dos pais.

Às vezes as pessoas não correm atrás, e também o grau de dificuldade que hoje está tendo com a evolução de computador, muita gente não tem capacidade. Às vezes a tecnologia é tão avançada que tem gente que com essa mudança não tem capacidade. Eu acho que eu vou ter muita facilidade, porque eu sou bem ligada nas coisas que estão acontecendo. Eu não tenho o curso de computação, mas com essa evolução eu vou procurar um curso de computação pra ficar mais fácil... Então acho que para conseguir um emprego tem que correr bem atrás, se esforçar mais, ler livros que tiver, dar o que tiver de melhor, mas mesmo enfrentando obstáculo. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, MÁRCIA, 16 ANOS).

Na verdade falta preparação, se eu quisesse eu estaria em Camaçari, pois lá tem emprego... as pessoas devem procurar onde tem vagas e também procurar se formar. Também, hoje em informática tem que se destacar, não adianta ter cursinho básico; isso todo mundo tem. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, GABRIEL, 21 ANOS).

Alguns jovens solteiros e com maior qualificação apontam que, diferentemente dos seus pais que pareciam desejar apenas o que estava por perto e

⁷⁸ Sem desconsiderar os autores que discutem e problematizam a juventude, para efeito desta pesquisa optou-se por considerar “jovens” pessoas até 26 anos de idade, assim pudemos contemplar os entrevistados com mais idade, porém solteiros e bastante afinados com o grupo mais jovem, próximo dos 20 anos.

acessível, desejam “algo mais”. Neste sentido absorvem o “ethos do empreendedorismo”, se vêem como batalhadores diferenciando-se dos outros jovens que “não querem nada”.

Também é possível constatar que há entre os jovens, principalmente os que ainda ocupam a posição de filhos dependentes, mais impetuosidade envolvendo a maneira como lidam com o desemprego; contam com orgulho o momento da demissão quando esta é justificada como uma decisão orientada por reivindicações de direitos trabalhistas ou busca de melhores opções de trabalho e que, naquele momento da demissão, era entendida como investimento na carreira profissional.

Os patrões eram um pouco exigentes, exigentes até demais e me mandaram embora por um motivo que eu acho injusto, porque eu trabalhava na copa e tava recebendo piso de balconista, ai tudo bem eu comecei e estava já há 5 meses na copa e nada de aumentar e quando eu fui pedir aumento me mandaram embora. Ai eu resolvi, assim como sai daqui do nada vou sair de SP do nada também. Acho que para não ser demitido daria acho que daria sim, daria se eu não batesse tanto nesta tecla do aumento. Na verdade eu fui procurar uma coisa que era de direito meu, então a única coisa que me manteria no serviço seria se eu não procurasse meus direitos, mas acho que não daria pra ficar porque piso de copa é um, e piso de balcão é outro. Eu não tava querendo aumento, tava era querendo o de direito. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, VALDIR, 24 ANOS).

Porque eu fiquei sem trabalho? Eu pedi aumento; aí me demitiram. Eu entrei lá como estágio, dos 16 aos 18 anos; depois como cooperado eu não tinha carteira assinada, depois eles assinaram a carteira. Quando tava um ano de carteira assinada eu pedi aumento e eles me demitiram. Mas muita gente gostava do meu trabalho, qualquer um que pedia eu ia e ajudava, eu sabia muito, ajudava todo mundo e quem tinha entrado antes de mim estava com salário alto... Então sai, busco coisa melhor. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, GABRIEL, 21 ANOS).

A juventude parece atenuar a tristeza do desemprego, pois ela é alimentada pela esperança de que o futuro possa ser melhor do que tem sido. E como ainda não vivenciam a condição de provedor familiar, o peso da sobrevivência fica diluído e o desemprego tende a ser visto mais como uma privação da liberdade de consumo do que um risco à sobrevivência.

O trabalho é mais interesse meu, eu já tenho vinte um ano e devo correr atrás do que é meu. Depender de pai e mãe pra sair? Com vinte anos eu já sou homem. Mas eu me sinto seguro que vou conseguir, mesmo sabendo que tá muito concorrido. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, FRANCISCO, 20 ANOS).

Porque quando tá trabalhando não fica em casa estressada, se quiser ir em algum lugar você vai e não fica gente jogando coisa na tua cara. Namorado sustentando, ele quer pagar meu curso mas eu não quero, pra depois ficar dizendo. Mas eu acho que vai ser mais fácil porque eu já tenho experiência. Foi difícil conseguir o primeiro, mas agora acho que vai ser mais fácil, já tenho a carteira de trabalho assinada. Eles querem hoje com experiência, com carteira assinada. (ENTREVISTADA DESEMPREGADA, PAULA, 19 ANOS).

Aliás, quando se analisam as concepções dos jovens solteiros e dependentes financeiramente dos pais e comparam-se às concepções daqueles que já constituíram família ou que moram sozinhos, vê-se que a situação financeira e posição no domicílio se sobrepõem ao fator idade nas formulações sobre o desemprego. Por este motivo, o recorte geracional somente se torna um elemento significativo quando o complementamos com a condição social jovem; desta maneira pode-se dizer que entre um jovem casado e com filhos e um adulto nas mesmas condições existem poucas diferenças nas concepções sobre o desemprego, enquanto entre um jovem solteiro e dependente dos pais e um adulto chefe de família abre-se um hiato, permitindo-nos indicar duas concepções bem marcantes: os mais jovens, sobretudo os solteiros, absorvidos pelo discurso do trabalho flexível e do empreendedorismo, vêem no desemprego a possibilidade de encontrar algo melhor ou aumentar suas qualificações, e os mais velhos, buscando empregos assalariados e protegidos, procuram fugir da condição de desempregado ou dos empregos temporários.

Ilustrativo deste antagonismo é a comparação de duas entrevistas: uma de uma jovem de 16 anos procurando seu primeiro emprego, outra de um homem de 42 anos, há 3 anos buscando um “emprego fichado com carteira”. A jovem, ancorada no discurso da empregabilidade diz que sua primeira experiência de trabalho como ativista juvenil de uma Organização Não Governamental durante um ano foi duplamente importante: pelo conteúdo da atividade - participava de reuniões com grupos de jovens para discutir sobre sexualidade e prevenção de doenças transmissíveis - como pelo caráter temporário do emprego, pois no seu entendimento o caráter provisório possibilitava um desapego e estimulava o gosto por “novas

experiências”⁷⁹. O inusitado era que a fala dela ainda remetia à necessidade de aceitar o caráter provisório dos vínculos de trabalho para que outros indivíduos também pudessem ser absorvidos. O contraponto ao discurso da jovem vinha de um homem que tendo uma trajetória de trabalho marcada por inúmeras experiências profissionais sem registro formal, agora vive a dificuldade de conseguir um trabalho protegido socialmente. Diz que durante anos apenas se preocupou em ganhar mais e fazer mudanças sucessivas em busca de melhor remuneração, pois acreditava que o vínculo não era importante, e sim a capacidade de ser trabalhador. Para ele, como havia muitas possibilidades de trabalho “bastava ser trabalhador de verdade pra ter trabalho”. Hoje, aos 43 anos de idade, aponta a grande mudança e tenta em vão planejar o futuro com um emprego protegido, longe do modelo de trabalho flexível.

Eu queria... eu estou perdido (obcecado) por isto (carteira assinada). Eu trabalhei muito tempo por ter vantagem, trabalhava de motorista com comissão, então, o salário é hoje 380,00 e na comissão eu tirava 1.500,00, por exemplo. Então, eu olhei pra este lado, as empresas não exigiam tanto referência em carteira, queriam ver o profissionalismo da pessoa. Hoje você sendo profissional e tendo experiência na profissão, não vale. Eles vão mais pela aparência, não importa se a minha idade e a experiência vão contribuir pra eles. Eles não humilham não, mas estão me rejeitando. A gente chega, bate na porta porque sabe que está precisando, têm as vagas, eles humilham..., fazem uma seleção pra disputar uma vaga. Eu acho isso humilhante! Então, eu acho que pro meu lado está difícil. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, JOSÉ, 41 ANOS).

Procurando identificar o que une as falas dos desempregados adultos sobre o desemprego é possível indicar que eles reconhecem e sentem de forma acentuada o quanto a idade pesa no fator desemprego, e, moldam suas percepções a partir da dificuldade de retorno ao mercado de trabalho.

A oportunidade é muito pouca, às vezes eles exigem a idade, a idade é... passa de 40 anos e já fica difícil. Não tem, eles não dão chance mesmo. Eu queria que dessem mais chance pra idade, deixassem de... Eu não tenho chance nenhuma no mercado, tá difícil pra mim no mercado de trabalho. Pra mim mesmo, eu estou anos e anos convivendo com isto. Você pode até ter instrução, ser formada e tudo, tudo atualizado na cabeça, mas a idade eles barram mesmo. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, ANA MARIA, 50 ANOS).

⁷⁹ De certa forma, isso nos faz lembrar de Schnapper (1981) ao tratar do “desemprego invertido, já que a fala da entrevistada remetia também o desemprego como um período de sofrimento, mas também de recuperação de um tempo para si, um tempo de descanso.

Podemos dizer, portanto, que o recorte geracional como matriz da percepção e da vivência do desemprego nos indica que para os mais velhos, o passado é anunciado através da idéia de que havia mais oportunidades de emprego, de que bastava haver interesse pessoal para consegui-lo, ao passo que, hoje, percebem que o interessar-se já não é suficiente para garantir uma nova oportunidade de trabalho. Reconhecem que o mundo do trabalho, no qual foram socializados, não existe mais e há uma consciência da diminuição das possibilidades de mobilidade social, o que é traduzido na idéia de que “hoje qualquer trabalho serve”. Para os jovens, tudo parece ter sido “sempre assim” e parecem experimentar um sentimento de desacordo diante da socialização em um mundo já em transformação: uns com um otimismo desproporcional, mesmo numa cidade como Vitória da Conquista que oferece boa parte dos empregos em forma de estágio, outros com um comportamento que revela grande desânimo, a ponto de quase desistirem de procurar a agência do SETRE/SINE.

Jardim (2004), ao estudar os desempregados em desalento, observou que as narrativas dos jovens revelam uma tentativa de construção de identidade por outras vias que não a do trabalho. Vivem na zona liminar e sem expectativa de integração, experimentando instabilidade e incerteza em relação às condições atuais de vida. Assim, há uma ausência de perspectiva crítica em relação ao funcionamento do mercado de trabalho - embora entendam os mecanismos, não consideram as mudanças possíveis e acabam por apenas viver sem planejar o futuro profissional.

Sennett (2003) explica essa ruptura nas percepções sobre o desemprego entre jovens e adultos. Para ele, os diferentes discursos podem ser lidos da seguinte maneira: para os mais velhos, o tempo era linear em suas vidas, o trabalho tinha um caráter permanente e seguro, o que possibilitava a acumulação material e simbólica de uma vida de progresso e respeito próprio; para os mais jovens, o tempo e a vida estão à deriva da decisão e do investimento imediato; não há para eles a possibilidade e nem o desejo de construir uma carreira contínua.

De fato, os trabalhadores atualmente perderam, em grande parte, o controle sobre suas vidas profissionais e isto tem gerado uma imprevisibilidade, uma

incerteza quanto ao futuro. Não é mais possível conquistar uma "história para si mesmo" e respeito próprio, por meio da ascensão na carreira profissional. Hoje, no capitalismo de tempo desconjuntado e incerto, há um conflito entre experiência e caráter, pois não há mais experiência contínua que possibilite construir uma narrativa coerente ao caráter dos indivíduos (SENNETT, 2003).

Jovens e adultos estão mergulhados nesse novo universo do trabalho flexível, instável e precário, mas partem de pontos diferentes e, portanto, percebem o momento atual também sob perspectivas distintas. Como nos diz Bourdieu (1996, 2004) os sujeitos são sempre sujeitos em ação, guiados por um sentido de "razão prática", moldado nas experiências passadas, pelo presente, mas também na experiência do que poderá ser o futuro. Sendo assim, o desemprego não é uma situação, no sentido de algo que possa ser recortado enquanto um momento da vida, mas uma experiência que, simultaneamente, comporta passado, presente e futuro.

Logo, o que esperar do entendimento dos jovens? Se não viveram outras formas de trabalho, certamente não poderão orientar o futuro em um sentido diferente das regras do capitalismo flexível que conhecem. Até porque, a apreensão do mundo como coisa evidente e natural

(...) e o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas. (BOURDIEU, 2004, P. 145).

Mas, lembrando que a percepção do desemprego relaciona-se também às trajetórias familiares é possível anunciar que há diferenças quando os jovens são filhos de pais que tiveram uma trajetória profissional estável. Neste caso, embora também apresentem em suas falas uma naturalização das atuais condições de trabalho (trabalho temporário, sem registro em carteira, na forma de estágio) eles traçam objetivos para o futuro e procuram um emprego que permita planejar uma carreira profissional.

Eu não sei, eu faço engenharia mecatrônica, mas o mundo tá complexo demais. Eu não sei se vou conseguir em emprego que eu almejo ter, eu vou começar com uma coisa que ganha um salário mínimo, não adianta eu achar que vou ganhar R\$1.000,00 por conta da minha qualificação. Trabalho em qualquer coisa, trabalhar não é vergonha pra ninguém. Mas eu... eu não

quero atender telefone, mas se for pra atender... vai que eu comece atendendo telefone e lá dentro eu cresça. A vida é uma escadinha, tem que começar debaixo. Meu pai ralou, ele foi carteiro, foi cabeleireiro e fez faculdade. Ele é meu exemplo. Ele era do pólo, ele era químico. Ele sempre dizia que quando ele se aposentasse eu iria entrar no lugar dela lá na empresa, mas ele é química e eu sou elétrica. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, FRANCISCO, 20 ANOS).

Meu pai era eletrotécnico, e logo quando era menor ele levava a gente pro trabalho. Era aquela idéia de crescer já aprendendo o que ele tinha pra passar pra gente. Tenho que agradecer eu aprendi muitas coisas que ele me ensinou, instalação, parte elétrica, inclusive quando aparece um trabalho na área ele me liga e eu trabalho com ele. Mas eu tinha sonho de fazer engenharia elétrica, só que no decorrer do tempo fui tendo conhecimento que era muito puxado e eu não tava trabalhando ia ser muito difícil, já o curso de informática era técnico e a mensalidade era mais baixa... Eu acredito que as coisas estão dando certo aos pouquinho, se eu não posso pagar faculdade de engenharia elétrica faço técnico de informática, de qualquer forma eu to estudando. Não posso estar na universidade, mas estou estudando. Mas a vida eu acho que tá mais difícil por causa do trabalho, as exigências do mercado. Então, eu tenho isso comigo de me qualificar, de ir buscar. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, PEDRO, 27 ANOS).

Há ainda os que diante da vida empobrecida que tiveram na infância, conseguem esboçar projeto de futuro em oposição à trajetória dos pais.

Meu pai tentou, mas só ficavam dizendo que era por causa da idade dele que tava dificultativo de conseguir um emprego, que com a idade dele não pegava mais. Quando foi agora um colega abriu um mercadinho de água e ele entrega quando tem muito pedido, mas não tem carteira e nem ganha salário, ganha menos que salário. Minha mãe também trabalhou por 5 anos na escola que tava começando, aí a dona começou a botar defeito e disse que minha mãe na servia mais por causa da idade e que a dona ia botar menina novinha. Eu também já trabalhei em escola, trabalhei numa depois fui pra outra, mas nenhuma pagava o salário e tava ficando muito puxado pra mim. E agora que quero uma empresa que assine minha carteira, Agora eu estou procurando um trabalho que assine minha carteira, eu não quero ficar como meus pais... Quando eu era criança eu escutava o que mais escutava era minha mãe dizer que queria se aposentar cedo, que não agüentava mais o trabalho naquela escolinha de creche, lidar com criança era responsabilidade e dor de cabeça. Eu botei na minha cabeça que ia fazer uma faculdade queria que fosse na pediatria, todo mundo dizia que eu dava pra ser professora que tinha o dom, mas eu não me vejo como professora naquela zoadá. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, JÚLIA, 24 ANOS).

No lado oposto há os jovens que desde cedo puderam acompanhar, não uma ascendente trajetória profissional dos pais, mas uma luta intensa pela sobrevivência diária. Para esses entrevistados quando eu perguntava sobre o que pensavam quando criança sobre o trabalho a resposta era dada com um silêncio e

um sorriso de que nem mesmo haviam pensado sobre isso, em nenhum momento da vida. “Eu até que tento, mas não me lembro, eu não pensava em futuro nenhum, só ter um pouquinho de dinheiro pra comprar umas coisas. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, MARCOS, 26 ANOS).

Há, então, os que retiram da atual situação de desemprego as suas referências para a vida - “tem que ir à luta”, “tem que batalhar”, “tem que se virar”, “tem que se comunicar” - visualizam e acreditam nas suas possibilidades, e os que apenas sobrevivem dia-a-dia. Para esses últimos, não há planos de futuro, apenas sobreviver. Acabam, nos termos de Bourdieu (1996), “desejando o desejável” e reproduzindo as mesmas trajetórias dos seus pais.

Mas como nos lembra Telles (2006) o trabalho embora viva hoje um novo formato e desencadeie novas sociabilidades, continua como eixo central das relações sociais e neste sentido, embora precário, descontínuo e incerto não deixa de *ser*

“conector com o mundo social. Outra experiência de trabalho, outra experiência urbana. Outro diagrama de referências e relações que redefine os agenciamentos da vida e das formas de vida, e nos quais e pelos quais é possível apreender a nervura própria desse campo social redefinido.” (TELLES, 2006, p. 181)

5.1. 4 – As percepções do desemprego pelo recorte de gênero

À primeira vista parece que os olhares femininos e masculinos se harmonizam, mas uma análise mais apurada possibilita entender as diferenças existentes. De fato, entender gênero como uma relação histórica e simbólica (Kergoat 1986) construído nas relações sociais, nas representações do masculino e do feminino e que vão instituindo práticas nos vários espaços sociais, pressupõe ampliar os horizontes de compreensão e mergulhar nas sutilezas que envolvem os discursos das mulheres e homens, do que é feminino e do que é masculino tendo o emprego/desemprego como intercessor.

Os entrevistados homens e mulheres reconhecem, de maneira geral, que há um novo discurso válido sobre os papéis sociais femininos e masculinos, mas demonstram nas falas que “ainda é assim”, e que os homens “têm ainda a responsabilidade de prover”. Nisso deixam escapar que as mudanças existem, mas que os símbolos do feminino e do masculino permanecem enraizados no passado, colados na figura tradicional do chefe-provedor. Essa sobreposição entre “o que é” (leia-se discurso) e “o que realmente é” (leia-se prática) pode ser verificada na fala abaixo, que também dá sinal de que as mudanças se dão mais facilmente nos discursos do que nas práticas sociais. Portanto, são essas representações coladas no modelo de chefe provedor que ainda organizam a vida e que fazem do desemprego um momento mais doloroso para os homens.

Hoje em dia pela igualdade acho que o sofrimento é igual para os dois né? Mas também o homem sofre mais porque ele tem aquela missão dele. Mas a mulher que entende a dificuldade da vida sofre também. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, JOSÉ).

Porém, já em sintonia com os novos arranjos familiares que incluem o aumento significativo no Brasil de lares chefiados por mulheres, os entrevistados tendem a reconhecer que “tudo muda” quando o desemprego é vivido por uma mulher que ocupa a condição de chefe de família, sobretudo na opinião das mulheres. Nestas condições, homens e mulheres apontam que o sofrimento diante do desemprego é igual para os dois.

Aliás, quando as entrevistadas eram mulheres chefe de família, a resposta à questão do sofrimento do desemprego sempre foi enfática, indicando que para elas não há dúvida quanto ao maior sofrimento feminino diante do desemprego: “sempre pra mulher é pior”.

Eu acho que é pros dois. Mas acho que hoje as mulheres procuram até mais que os homens, quando as mulheres são chefes de família, elas sabem da responsabilidade que têm. Então, tem muito sofrimento feminino, é duro ser responsável pelos filhos. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, MARA).

Acho que todo histórico é mais difícil pra mulher, os homens têm mais facilidade de fazer um bico que as mulheres não têm. Também dificulta o

fato de ter um filho sozinha, parece que... Ah! Porque você não colocou no currículo que tinha um filho? (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, JOICE).

Há ainda, um aspecto a ser considerado quando o desemprego envolve não diretamente mulheres chefes de família, mas as que se sentem nessa situação em relação aos seus filhos. Refiro-me às mulheres com filhos, vivendo um segundo casamento, tendo que administrar os conflitos e garantir a sobrevivência dos seus filhos sem despertar o sentimento de que está “onerando” o novo marido.

Eu vou te falar, quando eu perdi meu emprego, eu me senti a pessoa mais sem valor, sem dignidade, porque uma pessoa sem trabalho não tem dignidade. Porque eu tenho meu filho que não é do meu esposo, então eu tenho que dar sobrevivência dele. Nenhum pai quer vê um filho pedir uma coisa e não poder dar. Foi isso que eu me senti, eu me senti muito arrasada. Eu fiquei mais rasa que o chão. Até hoje eu me sinto, mesmo que meu marido dê do que come, mas às vezes tem um exame pra fazer. Quando tava trabalhando podia meu filho estudar, agora ta na escola pública sem condições. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, CÉLIA).

Segnini (2003) mostra, em seu texto, que relações sociais de gênero e de etnia se juntam às relações de classe e oferecem um contorno específico à vivência do desemprego. A autora indica, a partir de entrevistas realizadas com mulheres desempregadas, que a ausência de trabalho significa para as mais pobres "muito trabalho", na tentativa de garantir a sobrevivência da família. Com isso, apesar de os homens sofrerem mais devido à privação do emprego, pois sentem-se violados em sua condição masculina de chefe-provedor, às mulheres cabe o ônus de buscar alternativas financeiras em trabalhos variados. Porém, frente ao desemprego, as mulheres sentem mais legitimidade para voltar-se ao espaço doméstico, diferentemente dos homens.

Afora isso, nota-se que os chefes de família não hesitam em submeter-se a trabalhos desqualificados, desvalorizados e de baixa remuneração no intuito de manter sua identidade de provedor. Vêm-se numa armadilha: para manter-se na condição de provedores têm que aceitar o “que aparecer”, seja trabalhos com uma jornada diária excessiva, ou, na outra extremidade, de tempo tão reduzido que a remuneração torna-se irrisória. Mas, tanto um quanto o outro impedem que o

desempregado possa alimentar o sonho de procurar um emprego melhor. E a pergunta que se faz é: como ter tempo e dinheiro para fazer cursos profissionalizantes, retomar os estudos, sair procurando um emprego? E então, uma vez desempregado parece que o círculo se fecha e a possibilidade de romper fica mais distante; amarrados na sobrevivência diária os desempregados chefes de família vão, possivelmente, sendo levados à degradação de suas chances de reinserção.

Quando a gente tá trabalhando a gente tem esperança, até mesmo mais chance de se qualificar; sem emprego a gente além de não ter dinheiro ainda fica mais pra baixo, sem emprego não dá nem vontade de sair de casa. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, ISABEL)

Pior? Pra mim é pior de tudo: é não ter dinheiro pra nada, é não ter perspectiva, e por mais que você procure você não tem perspectiva de vida nenhuma. Não dá pra planejar, porque você só planeja quanto tem um emprego. A partir do momento que você tem um emprego você começa a planejar: primeiro vou voltar a estudar e depois vou pra faculdade... mas tem que ter um emprego. Sem emprego, sem chance. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, VALDIR).

Embora atualmente o modelo de chefe provedor não se realize mais concretamente, ele é constantemente reafirmado moralmente a ponto de ser o trabalho feminino fora de casa muitas vezes entendido como sinal de fracasso do chefe provedor, dando prova de que as representações tradicionais sobre a condição do sexo ainda permanecem. Mas também parece que para as mulheres, por mais que se reconheça a sua crescente e definitiva presença no mercado de trabalho e por mais que se reconheça a importância do seu trabalho para o orçamento familiar, sentem-se como se fossem não-trabalhadoras.

Com isso é possível dizer que no que se refere ao impacto do desemprego, o sofrimento é maior para os homens, porque a perda do emprego questiona diretamente a sua noção de provedor, e lhe tira a legitimidade social. Ainda mais, quando se atenta para o fato de que o seguro-desemprego (período em que o desempregado está protegido e legitimado socialmente) dura no máximo cinco parcelas mensais; para além desse tempo só resta o limbo social. Já para as

mulheres, viver o emprego e o desemprego é como oscilar entre o lugar externo ao seu (emprego) e lugar naturalmente seu (a casa e as atividades domésticas).

Disso resulta um sentimento de ambigüidade entre as mulheres acerca do trabalho remunerado e o trabalho doméstico: o trabalho remunerado ocupa um lugar em suas vidas, na medida em que garante o sustento e a autonomia para as “comprinhas de mulher” (despesas com salão de beleza, compras de roupas e de utensílios domésticos e pagamento de prestações) mas, não chega a constituir parte de um projeto de carreira ou profissão, fica apenas como complemento da realização. No entanto, ele subtrai do tempo doméstico, e compromete a realização do projeto central na vida dessas mulheres que é o casamento e a maternidade. Mas simultaneamente, é esse mesmo trabalho o que viabiliza financeiramente o projeto de vida doméstico.

Chama atenção ainda a figura da mulher dedicada aos trabalhos domésticos como passaporte para o orgulho do marido, que encontra nisso uma prova de seu sucesso como provedor da família. Por tudo isso, a atividade feminina permanece dividida entre mãe/esposa e profissional

Desta forma, semelhante ao encontrado por Telles (1992) é possível identificar uma dupla lógica envolvendo o trabalho para as mulheres: a do trabalho como experiência de autonomia e a do espaço doméstico como seu lugar por excelência. A partir disso, o desemprego representa simultaneamente a perda da autonomia, mas também o retorno ao seu espaço.

Em uma trilha similar a de Segnini (2003), que evidencia a contradição vivida por um grupo de mulheres desempregadas, nós identificamos nos depoimentos o dilema que envolve a mulher, qual seja: atividade doméstica enquanto “coisa” de mulher, e por extensão, também o trabalho doméstico remunerado. Com isto, as entrevistadas, inclusive as com grau elevado de instrução, que nunca realizaram trabalho doméstico remunerado, sentem-se na obrigação de sair do desemprego mesmo que seja por intermédio do trabalho doméstico remunerado. Suas falas refletem esse dilema ao justificar, durante a entrevista, o motivo do seu desemprego

diante da possibilidade, que supostamente teriam, de exercer atividades domésticas remuneradas, seja indo diretamente na “casa de família” oferecendo seus serviços, seja realizando em casa doces e salgados, artesanato e outros.

Porque eu, particularmente, eu não tenho jeito pra cozinha, eu faço tudo de casa, mas eu não sou criativa, e eu acho que pra cozinhar tem que ter o dom e ser criativa e eu sou impaciente. E quando eu estou cortando tempero eu choro porque doe, e a faca cai da minha mão. Desde criança a cozinha sempre foi da minha mãe e nunca tive interesse em aprender. Eu sempre tive mais jeito pras coisas fortes, eu não tenho jeito pra pintura, curso de bijuteria. Mas se a necessidade pesa realmente eu não vou dizer que não faço. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, JOICE).

Portanto, as mulheres revelam a compreensão das atividades domésticas como trabalho eminentemente feminino, e, portanto, na ausência de um emprego adequado toda mulher poderia sobreviver exercendo atividades domésticas remuneradas. Contudo, simultaneamente, o mesmo trabalho doméstico remunerado tido como disponível às mulheres desempregadas, que serviria para tirá-las dessa condição, não é considerado emprego por elas e por seus maridos, já que a remuneração é muito baixa e incerta, não permitindo organizar o orçamento familiar.

Eu já fui atendente hospitalar com um curso que eu fiz, depois auxiliar de escritório na construção civil, já fui atendente odontológico que eu trabalhei por 4 anos. Ai o chefe foi pro Texas, até me convidou, perguntou se eu não queria ir, ele era ortodontista ... e agora vendo lanche em porta de escola pra sobreviver. não dá pra nada... isso não é vida! (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, ANA MARIA).

Assim, vivem o dilema de não poderem estar desempregadas, já que há uma grande possibilidade de trabalho doméstico, e quando estão exercendo um destes trabalhos não se consideram e não são consideradas empregadas. Desta forma, pode-se dizer que a condição feminina diante do desemprego é de ausência de reconhecimento, fixada no rebordo entre a condição de empregada e desempregada.

Tanto para os homens, quanto para as mulheres é sob o signo e valores da família que eles encontram a dignidade. Família entendida por eles como um conjunto de pessoas de que se “pode contar” no momento de aflição financeira ou emocional. Para Telles (1993) diante de tantas dificuldades dos indivíduos em

ocuparem espaços de cidadania, é em torno da família que a existência social é construída; ocupa-se na família um lugar respeitável ao se somarem os esforços coletivos para a sobrevivência cotidiana. Assim, de certa forma, é na família que os indivíduos alcançam o status social que neutraliza os efeitos do estigma da pobreza. Elaboram dentro dela sentidos de dignidade e de moralidade capazes de compensar os baixos salários, o subemprego, as formas de violência e o desemprego recorrente⁸⁰.

Assim, trabalho e família se cruzam, interagindo e sustentando a noção de dignidade desses desempregados, homens e mulheres.

Mas eu sou muito contido nos gastos, sou de ficar em casa, não sou de primeiro comprar uma roupa de marca ou uma viagem não! Primeiro as contas da casa, primeiro a família, depois namorada, passeio. Por ser mesmo da família acho que deus não vai me deixar sem emprego não. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, SÉRGIO).

Aliás, o trabalho árduo, apesar de mal remunerado e os gastos comedidos fornecem um sentido oposto ao que se poderia imaginar, já que por meio deles se pode planejar o futuro (fazer um curso profissionalizante, comprar uma casa, montar um pequeno negócio). Isso, por sua vez, confere à vida um sentimento de que houve esforço e sofrimento para garantir o futuro, e, portanto, merecimento. E quando não conseguem vislumbrar algo melhor para si, por conta da idade considerada avançada, ou por conta da baixa escolaridade ou por que o desemprego já corroe as esperanças, há uma transferência de desejos: agora os pais não esperam mais nada e tudo que pretendem é possibilitar aos filhos um caminho diferente do trilhado por eles.

⁸⁰ Telles e Cabanes (2006) apontam o ressurgimento da família como núcleo central das relações sociais e o papel de solidariedade que desempenha entre as camadas populares.

5.1.5 - As percepções do desemprego pelo recorte da qualificação/escolaridade⁸¹.

A vivência do desemprego indica uma percepção distinta entre os considerados qualificados e os com baixa qualificação: a qualificação parece favorecer a incorporação da “vergonha do desemprego”, enquanto que para os indivíduos com baixa qualificação, com trajetórias irregulares e instáveis de trabalho, o atual momento do desemprego é apenas mais um desafio de sobrevivência entre tantos que já enfrentaram. Para esses, o importante é “não estar parado” e “dar seqüência na vida”, já que o desemprego não é uma experiência nova entre essas pessoas, o ciclo emprego precário – desemprego molda o padrão de inserção no mercado de trabalho, construindo o desemprego recorrente analisado por Guimarães (2004).

Quando perdi meu trabalho foi normal, normal porque não foi a primeira. Normal porque a gente sabe que trabalho não é casa de ninguém, a gente (...) tá ali pra passar uma chuva, enquanto der a gente ta trabalhando, quando não der... partir pra outra. A gente toma aquele baque, mas vai fazer o que. A gente sente porque a gente tá ali trabalhando e ta cheio de planos, quando tem família então planeja ah! esse mês vou fazer aquilo. E ai, e aquele móvel que você parcelou em 12 vezes? Ai você entra em desespero de como vai pagar. Ainda quando é um móvel tudo bem, porque você deixa e depois faz um acordo. Mas quando você ta devendo a pessoas que vão na tua porta lhe cobrar . Eu mesmo to tranquilo, o que o desespero vai me adiantar? (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, ALFREDO, ENSINO MÉDIO COMPLETO/SUPLETIVO).

Sabe o que foi me passando pela cabeça no momento da demissão? Dentro do carro a gente não tem aquela visão, eu era motorista mesmo de pronta entrega. Rodava dia e noite e não tinha tempo pra visualizar o que tava dentro. Mas de repente começou a parar os carros, eu sou novato percebi logo e esperei o que eles iriam dizer. Eu já esperava, a gente já está acostumado, antes era um choque estar empregado depois desempregado, hoje não, já estou acostumado. Estou acostumado, as vezes estou trabalhando aqui e simplesmente chega alguém e diz que, olha a partir de hoje eu não... você está desempregado, você não é mais

⁸¹ Embora não sejam sinônimos, qualificação e escolaridade estão tão interligados nessa pesquisa que não convém separá-los. Como parte significativa das vagas disponíveis nas agências da SETRE/SINE são para ocupações de baixa qualificação, a escolaridade tende a ser o item decisivo para considerar um desempregado qualificado ou não. Situação que se diferencia apenas quando a empresa solicitante exige algum tipo de qualificação específica.

funcionário da firma. Isso é a realidade da vida. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, JOSÉ, FUNDAMENTAL INCOMPLETO).

Os mais desanimados parecem ser aqueles cujas trajetórias de vida foram tão sofridas que solidificaram o sentimento de que o que lhes resta é sempre o trabalho duro e a sobrevivência mínima. Assim, diante do entendimento de que nada poderia melhorar, já que esse é o histórico de suas vidas pessoais e familiares, possuem uma descrença em relação ao trabalho e uma percepção de que a vida de quem é pobre será sempre trabalhar arduamente. Por conseguinte, a experiência do desemprego não é vista como um episódio marcante, mas como um elemento intrínseco da vida dos pobres.

Quando eu perdi esse emprego eu não tive reação nenhuma. Eu sou o único que trabalho em casa, tenho que arrumar alguma coisa e não faço exigência nenhuma. Pra mim qualquer trabalho serve, qualquer um que não exigisse tanto e que eu pudesse trabalhar, porque é tudo igual, todos eles (empregos) tem que trabalhar. Eu estou agora fazendo sanduíche numa chapa de lanchonete de madrugada, isso é horrível, só pra ter um dinheirinho. Eu não estou contente, deveria ter estudado mais quando era novo, agora tenho que enfrentar o que achar. Eu comecei a trabalhar em 1988 e de lá pra cá já passei por uns 10 ou 12 empregos, sempre procurando algo melhor. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, CARLOS, PRIMÁRIO COMPLETO).

Dito de outra forma, para os menos qualificados, que acabam sendo também os menos escolarizados e os mais pobres, o constante estado de miséria e privação torna o desemprego algo mais contingente, pois seus empregos anteriores já não garantiam a sobrevivência mínima e o desemprego atual tem pouco para agravar. Pensado desta forma, o desemprego separa-se da pobreza extrema - somente é possível falar de desemprego quando o passado pode ser inscrito numa relação salarial minimamente regulamentada. Pois, fora isto, o que resta é a constante ausência de trabalho, entrecortada com períodos de trabalhos esporádicos, pessimamente remunerados e desprotegidos. Neste cenário é possível compreender porque os entrevistados mais pobres sentem-se “parados” e não desempregados, já que em nenhum momento de suas trajetórias profissionais estiveram realmente empregados.

Porém, é necessário que se diga que, se do ponto de vista financeiro o desemprego para os mais pobres apenas aumenta a dificuldade de sobrevivência já existente, do ponto de vista subjetivo ele exacerba o sofrimento de desvalorização social e de fracasso pessoal, sobretudo quando a trajetória profissional não pode ser inscrita em um percurso de sucesso, ou seja, com mobilidade social ascendente.

A narração que esses trabalhadores fazem parece também retirar o sentido positivo do trabalho e recolocá-lo no ato de “ser um permanente trabalhador”. Isso não é apenas jogo de palavras, mas a localização do orgulho em outro sentido daquele constituído pela exaltação do trabalho e da cultura do emprego: de terem sido capazes de garantir com muito esforço as condições dignas de vida para seus familiares. Diferentemente dos mais qualificados, entre os quais há identificação positiva do trabalho e projeção do futuro a partir da ascensão profissional. Como é possível perceber no depoimento abaixo

Bom, mais eu terminei o curso de enfermagem e apareceu uma oportunidade de estagiar numa clínica de hemodiálise e aí eu abracei. Eu tive um pouco de medo, já tinha tido outras oportunidade, mas dentro da sala diziam que a gente tinha que ser 100%, que a gente não pode ser 99%. E realmente a gente tem que ser, mais aí eu fui me desenvolvendo, e com 3 meses eles assinaram minha carteira. Foi uma experiência muito boa. Aí eu fiquei dois anos neste trabalho certinho e aí eu perdi meu emprego de uma maneira, eu não sei nem te explicar, mas as pessoas me perguntam, tem gente que acha que sou meio louca. Porque eu sou uma pessoa que tem a personalidade forte né, eu não gosto, pra mim ambiente de trabalho é algo sagrado, a gente pode rir e brincar até porque ninguém é de ferro que não tenha sentimentos, mas tem que ser profissional. Eu estou lutando, porque eu sei que cada um tem um lugar, e o meu eu ainda vou alcançar (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, JOICE, TÉCNICA EM ENFERMAGEM).

Confirmando essa distinção, Dowbor (2004) destaca que o desemprego é vivido de maneira diferenciada nos diferentes grupos sociais e nos arranjos familiares. A vivência do desemprego está imbricada na possibilidade de utilizar estratégias que mantenham a vida o mais próxima possível do que se tinha antes da demissão. O autor ressalta que, para um trabalhador não especializado, habituado à insegurança no emprego e a episódios de desemprego recorrentes, a possibilidade de adentrar o mercado informal de trabalho é percebida com mais facilidade. Já para

um trabalhador especializado, a experiência de desemprego prolongado é muito mais constrangedora, pois há um inconformismo em não poder mais voltar ao cargo que ocupava antes, além de uma resistência em seguir para o mercado informal.

Chauí (1993) também compartilha com esse entendimento. Ao distinguir a importância dos espaços sociais na sociabilidade dos grupos indica que para as camadas de renda média, a sociabilidade é fortemente construída a partir das relações profissionais. Para as camadas populares, sujeitas à constante instabilidade do mercado de trabalho e condições precárias de existência, os laços sociais de vizinhança e parentesco é o que garantem a vida associativa; é entre vizinhos e parentes que se desfruta da vida, do lazer, das informações e pratica-se a devoção e solidariedade. Assim, segundo a autora, diante das agruras da vida, é no espaço próprio da casa e da vizinhança que as camadas populares constroem uma identidade não dependente daquela produzida pela sociedade mais ampla.

Para Telles (1992)

Se o mundo do trabalho não se configura como referência valorizada positivamente, ao que tudo indica, a vida familiar, para esses trabalhadores, se transforma numa espécie de ponto fixo em torno do qual um projeto de vida se torna plausível, em torno do qual uma biografia pode ser contada em seus fatos e acontecimentos significativos e em torno do qual, ainda, suas identidades podem ser estruturadas. (TELLES, 1992, p. 70-71).

Os desempregados com pouca qualificação e baixa escolaridade não conseguem estabelecer uma linha contínua e ascendente; ao contrário, os trabalhos precários e os períodos de desemprego vão seguindo os anos compondo as trajetórias desses homens e mulheres. O único traço de continuidade encontrado é o permanente estado de “viração”. Aliás, parece que falar de trajetória profissional é, para eles, contabilizar os números de admissões/demissões vividas.

Olha, se for pra dizer quantos emprego eu não sei, eu ainda não me achei. Comecei muito cedo a trabalhar, devo ter tido uns 12 empregos. Não sei não, eu acho que não dá nem pra contar quantos. De carteira assinada foi pouco. Mas foi assim, tudo tentando melhorar, já fui tudo nessa vida. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, MARCOS, MÉDIO INCOMPLETO).

Mas, juntamente com a lembrança dos números de empregos tidos (e perdidos) vem, sobretudo para os mais velhos, a idéia de que antes os empregos

eram fartos e que saia-se de um trabalho e imediatamente havia outro disponível. Embora também percebessem que havia um circuito fechado e difícil de acessar, já que os empregos que circulavam entre eles era com baixa remuneração e de pouco prestígio, tornando árdua a tarefa de conseguir um “emprego bom”. Logo, diante dos precários empregos que conseguiam, estes sujeitos não construíram uma carreira minimamente planejada, e, as dificuldades acabavam jogando-os constantemente no desemprego.

5.2 - A sobrevivência e as estratégias para sair do labirinto do desemprego

Mesmo considerando que uma parte significativa dos entrevistados tenha constituído suas vidas sob os signos da pobreza, e que, portanto, as privações materiais são sejam situação desconhecidas, a perda do emprego imprime um novo ritmo de vida. Agora, mais do que nunca, marcado pelo intenso esforço de viver com pouquíssima renda, ou quase sem ela, ao mesmo tempo sustentando a sua identidade de “pessoa batalhadora” na incessante busca por um emprego.

Entre os desempregados entrevistados são inúmeros os expedientes mobilizados para sobreviver nos períodos de desemprego. Embora já tenha me referido a isso em momentos anteriores, vale a pena lembrar que para os homens a luta pela sobrevivência pode aparecer de diferentes formas: desde abrindo mão da condição de chefe provedor, ao estimular o trabalho remunerado de suas esposas como faxineiras ou babás; realizando algum trabalho esporádico como pintor, segurança, encanador, lavador de carro, entregador de mercadoria ou vendedor ambulante, até vendendo algum móvel ou eletrodoméstico para saldar uma dívida inadiável. Já para as mulheres, a sobrevivência vem da fabricação e venda de doces e salgados, da confecção de bijuterias, dos trabalhos remunerados de doméstica, dos pequenos serviços de embelezamento a amigas em troca de algum dinheiro.

Mas não só, também houve referência ao aluguel da própria casa quando existe a possibilidade de ir morar com algum parente, ou quando as pequenas

economias do passado viabilizam a construção de “um puxadinho” nos fundos do terreno. A propósito, há uma intensa referência à importância da casa própria, e todos parecem somar esforços para torná-la exequível, aproveitando para constituir uma poupança quando se está empregado ou destinando à ela o montante do dinheiro recebido no “acerto de contas”, quando se é demitido. Fora isso, há também referência à ajuda dos programas sociais do Governo Federal como suporte no desemprego.

Central também na garantia da sobrevivência é o seguro Desemprego⁸². Pois, apesar de existir por um curto período e representar menos do que o salário recebido durante o tempo em que estavam empregados, tem uma importância fundamental. Os entrevistados que ainda recebiam o seguro, ou os que estavam entrando com o pedido do benefício, apresentavam uma tranquilidade que me parecia desproporcional frente à escassez do recurso fornecido. Como entender isso? Por certo, diante da trajetória de escassez, o seguro representava não um período de tensão ou de incerteza, mas, ao contrário, significava a garantia de recebimento “de um salário”, talvez o mais garantido de todos, uma vez que tendo o trabalhador direito ao benefício, raramente este é interrompido durante sua vigência. Por conta disso, quando se pensa numa trajetória irregular de trabalhos marcados pela precariedade e instabilidade compreende-se que receber parcelas fixas durante quatro ou cinco meses poderá ser uma condição melhor do que a de um trabalho precário.

Porém, o destaque a ser feito é a importância do apoio familiar, pois praticamente todos os expedientes empenhados durante o desemprego somente se tornam exequíveis com a ajuda direta ou indireta dos familiares, sobretudo da ajuda despendida pelos pais e pelos irmãos.

Mas, como nos lembra Castel (2003), há um esgotamento dos mecanismos de solidariedade quando o desemprego atinge vários indivíduos ligados à mesma

⁸² O trabalhador tem entre o 7º ao 120º dia após a demissão para dar entrada no pedido de seguro-desemprego. O valor a ser pago é calculado a partir da média dos três últimos salários recebidos pelo trabalhador, podendo ser liberado de 3 a 5 parcelas/meses: três parcelas para o trabalhador que tiver de 6 a 11 meses de vínculo empregatício comprovado em carteira nos últimos 36 meses; quatro parcelas para o trabalhador que estiver entre 12 meses a 23 meses de vínculo nos últimos 36 meses; cinco parcelas para aquele trabalhador de comprovar mais de 24 meses de vínculo empregatício nos últimos 36 meses.

família. Isto porque o desemprego generalizado mina a solidariedade interna do grupo, pois exaure os recursos financeiros familiares. Isso pode ser verificado entre os entrevistados, que percebem suas redes de apoio familiar já sobrecarregadas pelo desemprego de outros membros e pelo subemprego ao qual boa parte de sua família está submetida. Então, reconhecem que a capacidade de receber ajuda “é fraca”, apesar de se sentirem subjetivamente apoiados.

Eu tenho apoio sim, mas também lá em casa todo mundo é fraco, cinco irmãos, tudo desempregado. Então eu sei que não dá pra ajudar muito não. Meu pai até já me ajudou, mas agora. Também não dá pra esperar muito não, a gente tem que se virar como pode. Eu estou aqui, vim a pé, agora vou fazer uma entrevista a pé, porque não tenho dinheiro pra passagem. Mas, fazer o quê. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, MAURO).

É na generalização do desemprego e das condições precárias dos familiares que ganham importância os empréstimos financeiros a bancos e a empresas de crédito. Aliás, foi bastante surpreendente a quantidade de entrevistados que disseram estar com o nome incluído no cadastro de devedores (Serasa ou Sistema de Proteção ao Crédito), sobretudo entre os desempregados de Salvador.

Dizem que agora é lei que na hora de contratar ou preencher ficha, que quando a gente bota o CPF(Cadastro de Pessoa Física) eles vão lá ver se não tá com nome sujo, agora tá pra ser proibido verificar. Como que a gente vai limpar o nome se não arranja emprego? E aí fica com o nome sujo e desempregado porque ninguém pega um com nome sujo. Eu estou esperando essa lei chegar pra ver se as coisas melhoram pra mim. Porque uma coisa é tá com nome sujo, outra coisa é teu trabalho. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, PEDRO).

A fala deixa claro que para o entrevistado uma coisa é a capacidade de trabalho e outra é a situação enquanto consumidor. Nesse caso, sente-se ainda mais injustiçado, já que atribui a sua dívida a necessidade de “honrar seu nome” e continuar pagando suas contas mesmo depois de ter perdido o emprego. Nesse ponto vale a pena observar que em Salvador os dois postos da SETRE/SINE pesquisador se localizam dentro de *shoppings centers*, nos quais o pavimento térreo é destinado a lojas mais populares, sobretudo às grandes redes de venda de móveis e eletrodomésticos, especializadas em vendas pelo crediário. Por conta disso, pude observar alguns entrevistados olhando as vitrines logo após saírem da entrevista, e

imaginava o que poderiam estar pensando, diante de tantos apelos de consumo. Mas antes disso, já durante as entrevistas, pude confirmar o dilema de muitos desempregados endividados e ainda seduzidos pelo consumo.

O que está subjacente na fala desse entrevistado, mas que também apareceu na de muitos outros, é a dificuldade de planejar a vida e pensar no futuro diante dos vínculos instáveis de trabalho que adquirem, que a todo momento recoloca-os novamente na condição de desempregado. De modo que, vão apenas vivendo, garantindo o mínimo necessário à sobrevivência e resistindo aos apelos do consumo e das “facilidades dos parcelamentos prolongados” disponibilizados no mercado.

Porque quando tava trabalhando eu trocava de móveis todo ano, minha cozinha era sempre diferente. Agora ver assim, não poder fazer nada. Mas a gente vai administrando, porque é fácil fazer prestação quando se tá com trabalho, mas depois que perde? Ai fica aquelas 12 parcelas pra pagar. Ai pensa, ah! É pouquinho, Paga e não sente. Depois fica com o aparelho de som em casa, ou a TV. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, MARA)

Nesse contexto, percebe-se, então, que o desemprego aparece aos olhos dos entrevistados como um labirinto: a dívida contraída degrada as chances de reinserção, pois “suja o nome”, o que equivale a dizer que não é mais uma pessoa confiável. Porém, mesmo os que não estão com “nome sujo”, percebem que a falta de recursos econômicos compromete a saída do desemprego na medida em que mina as possibilidades de fazer um curso de qualificação (quase sempre pagos), dificultada a continuidade ou retomada dos estudos, impede que o desempregado possa dispor de algum dinheiro para sair procurando um novo emprego, para tirar cópia de currículo, para acessar a internet ou adquirir roupas mais adequadas para uma entrevista.

Aqui é preciso fazer um parêntese e lembrar que, se entre as percepções de desemprego em Salvador e Vitória da Conquistas não há diferenças significativas que possam seguramente ser atribuídas às características das duas cidades, na sobrevivência o recorte de mercado metropolitano e não-metropolitano torna-se relevante. Isso porque, para os desempregados de um mercado não-metropolitano como o de Vitória da Conquista, quando há desistência da procura de emprego na

cidade existe a possibilidade de ser acolhido em alguma “roça” de parente. Seja para realizar algum trabalho agrícola ou simplesmente ficar lá, onde os gastos com a sobrevivência são menores. Na roça, acolher um desempregado pode significar acolher também mais braços para o trabalho na lavoura, o que possibilita transformar despesas em receitas. Diferentemente, para quem mora numa região metropolitana como Salvador, tais facilidades não existem, pois não há como ir morar na casa de um parente sem que isso represente ônus. Essa distinção torna compreensível a grande presença dos empréstimos financeiros em Salvador - é o recurso de quem não tem o vínculo com o meio rural.

De maneira geral, os entrevistados percebem que não conseguem acessar bons empregos, que por mais que entreguem seus currículos e preencham cadastros nas empresas parecem destinados à precariedade de vínculos. E então, manifestam receio aos apelos da vida no tráfico de drogas, na prostituição e no roubo; alguns temem se sentirem atraídos por esse caminho tortuoso.

Sobre isso, cabe lembrar com Telles (2006) de que as redes sociais⁸³ podem permitir “boas “ ou “más” conexões, visto que os vínculos sociais estão sempre situados e territorializados, refletindo dessa forma a trama social em toda sua complexidade de valores, fatos e circunstâncias. Nesse caso, para muitos desempregados, morando em bairros considerados violentos, sem alternativa de sobrevivência e afastados das redes sociais que lhe poderiam auxiliar na reinserção profissional, as “más” conexões sobressaem.

Retomando a discussão sobre as dificuldades de retorno ao mercado de trabalho, é preciso destacar o papel desempenhado pelo currículo. De forma geral, na fala dos entrevistados há uma consagração deste, como se representasse o passaporte garantido para o emprego. Mesmo os com baixo grau de instrução apontam a importância do currículo como instrumento para sair da condição de desempregado.

⁸³ Aqui entendidas enquanto espaços alternativos de produção e de organização de vida e do trabalho. Essas malhas operacionais formam-se fora dos canais institucionalizados, mas são cristalizadas nos modos de operar a vida, indo de familiares e agregados à vizinhança e conhecidos de espaços públicos como bares, academias e outros locais.

É interessante notar que há anos atrás falar ou montar um currículo era preditivo dos profissionais qualificados, que tinham uma formação escolar exemplar, uma profissão definida e uma trajetória profissional consagrada. Entretanto, hoje, diante dessa generalização, até mesmo pessoas semi-analfabetas são cobrados para que montem seus currículos. Como tais pessoas poderiam organizar e preencher seus currículos? Lembrava que alguns, durante toda a nossa conversa, deixavam claro que em suas trajetórias ocupacionais havia poucas experiências com registro em carteira ou qualificadas.

Considero que a perversidade resida no fato de que quem deixa um currículo - mesmo que seja apenas uma folha com dados pessoais e algumas indicações de trabalhos já realizados e sem registro - está disputando objetivamente uma vaga e acaba legitimando e tornando inquestionável esse mecanismo de inserção profissional, que pouco lhe pode favorecer, quando não agravar ainda mais sua condição.

Por outro lado, entre o discurso reprodutor do *status quo* e as práticas cotidianas dos desempregados há elementos que contrariam a eficácia de tal discurso. Principalmente entre os desempregados com baixa qualificação e poucos anos de estudo, notadamente com poucas chances de inserção, a estratégia preferida na busca por um emprego não é o preenchimento e entrega de currículos, mas sim a prospecção direta de emprego - indo de “porta em porta” e “se comunicando”.

Acho que o emprego hoje tudo chega por intermédio da informação. É como eu tava dizendo: chega na empresa e tem duas ou três vagas; não adianta currículo, tem que conversar diretamente com a pessoa. A gente até leva uma folha de papel mas a folha não vai conversar pela gente. A gente conversar olho no olho é melhor. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, JOSÉ).

Alguns fazem desse mecanismo a possibilidade de mostrar a trajetória de trabalhador que tiveram, a qual não pode ser descrita no currículo, seja pelo fato de não terem sido registradas em carteira ou porque tais experiências de trabalho não são valorizadas no mercado, embora tenham sido importante para constituir sua identidade de pessoa “batalhadora”. Então, ir de “porta em porta” é mostrar-se

qualificado e merecedor de uma oportunidade de trabalho. Por outro lado, essa prospecção direta nas empresas, fragiliza os desempregados, pois eles se expõem ao risco de rejeição.

Uma maneira de diluir esse risco é procurar emprego em grupo. A exemplo de Santos (2000), encontrei, sobretudo entre as mulheres, e em menor quantidade entre os desempregados com menos chances de reinserção (idade elevada, baixa escolaridade e profissionalização) a estratégia de realizar a procura de trabalho em pequenos grupos. Isso porque ir em grupo ajuda na localização dos endereços, no preenchimento das fichas, mas também na descontração de estar entre amigos. De alguma forma faz com que os desempregados sintam-se apoiados, até mesmo para receber um “não”. Já entre os desempregados, sobretudo do sexo masculino, que têm mais chances de obtenção de uma vaga, há preferência pela prospecção individual, na tentativa de evitar a exposição do insucesso diante de outras pessoas.

Como cenário disso ainda é possível dizer que, se os diplomas e os certificados de cursos são cada vez mais exigidos para a recolocação profissional, também é verdade dizer que se tornaram pouco eficientes, pois numa situação na qual todos os têm, outros mecanismos passaram a operar. Os entrevistados parecem compreender isso, reconhecem as dificuldades encontradas e as externalizam na crítica generalizada à “indicação” que supostamente os outros têm e eles não. Em torno disso os depoimentos abaixo são bastante ilustrativos

Porque hoje o que está valendo é a indicação, não adianta mais nada; você tá ali pronto pra trabalhar mas se tem um que é conhecido de alguém, pronto, leva a vaga e você tem que tentar tudo de novo. Eu mesmo já vi eles ignorarem currículo, de chegar diante de uma pilha de ficha e escolher um conhecido. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, ANTÔNIO).

Currículo só está valendo mesmo pra quem indique, se você tem um, tudo bem, tudo é indicação. Porque pra mim, tudo é indicação, porque profissionalismo e dedicação eu tenho, mas os empregos novos que estão surgindo esses eu não consigo. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, CARLA).

Mas de qualquer forma, hoje em dia está tendo muito isso de conhecimento, né, conhecimento tá rogando muito. O conhecimento que eles tão pedindo é assim, é por exemplo: se você trabalha num local e aí surge uma vaga e como você já tá dentro daquele lugar e aí diz ah! Eu vou trazer fulano pra apresentar pra vocês. Aí você vai e me leva pro pessoal, aí eu já tenho

moral lá dentro. E não é somente na minha área não, em todas as áreas é esse negócio de indicação. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, MAURO).

O que se percebe é que, diante das dificuldades de acesso aos caminhos formais de obtenção de emprego, tais como agências de emprego, imprensa ou inscrição via rede de computador, ganham importância as redes de indicação pessoal. Que, se por um lado, podem ser vistas positivamente pela empresa, já que concedem maior confiabilidade dos recrutados por indicação, por outro, são vistas negativamente pelos trabalhadores, que, excluídos dessas redes de informação, sentem-se prejudicados por não poderem utilizá-las. Assim, referem-se aos outros como sendo os que têm indevidamente acesso privilegiado a informações.

A esse respeito é interessante os estudos que tratam sobre as redes sociais como mecanismo de procura por emprego⁸⁴. A tese defendida por Granovetter (1995) é que os contatos profissionais são mais eficazes na busca por um emprego do que os contatos familiares. Para comprovar seu argumento, o autor vai mostrar como os indivíduos procuram, conseguem e mudam de empregos, através da transmissão de informação. Como eixo central Granovetter (1995) argumenta que na constituição das redes sociais há laços fracos e fortes, e são eles que determinam o tipo de acesso de informações acerca de empregos que o indivíduo poderá ter. Os laços fortes (familiares e amigos) são mais fechados; com isto as informações que circulam são mais restritas e tendem a circular somente no circuito na qual foram geradas. Em decorrência disso os empregos daí resultantes serão mais desfavoráveis. Já os laços fracos permitem que os indivíduos tenham mais contatos e mais informações de meios variados. Por isso, para o autor na procura de uma ocupação, os indivíduos inseridos nestas redes fracas têm mais chances de conseguir uma ocupação e que esta seja de maior qualidade; já os indivíduos

⁸⁴Guimarães (2004a) mostrará em seu texto toda a complexidade que envolve os mecanismos entre oferta de trabalho e procura de trabalho, apontando que há lógicas não mercantis (como as redes sociais) operando neste universo. Assim, a autora aponta a necessidade de revelar as estruturas subjacentes para entender como se dá a transmissão de oportunidades, que como fica evidente, em nada se aproxima da idéia da economia liberal clássica de que os sujeitos são livres para agir e competir diante de uma sociedade de oportunidades.

inseridos em laços fortes dispõem de menor capacidade de relacionamentos, a despeito da intensidade destes.

Para as empresas, a eficiência de contratar o indicado repousa no compromisso que este assume com o amigo que o indicou; estabelece-se um pacto informal, no qual o primeiro não pode causar nenhum tipo de constrangimento ao segundo, e este, por sua vez, torna-se devedor ao segundo. Mas também, a grande utilização das indicações para o preenchimento de vaga deve-se simplesmente ao fato de que os trabalhadores por estarem dentro da empresa têm acesso privilegiado das vagas disponibilizadas e, acabam difundindo-as entre no seu círculo de amizade e vizinhança.

A esse respeito a pesquisa de Marry (1983) com jovens revela que a inatividade dos pais (por aposentadoria, por doença ou por desemprego) corrói as chances de inserção profissional dos filhos, visto que enfraquece as redes sociais. Assim, para a autora, filhos de pais inativos tendem a ocupar empregos mais precários, quando não o desemprego.

Ainda em torno desse assunto, Degenne (1991) aponta que para os indivíduos com baixa qualificação a situação do pai - ocupado ou inativo - influencia na inserção profissional dos filhos. Já para os com elevada qualificação, as estratégias de inserção tendem a uma combinação de interesses entre empregados e empregadores.

De fato, os desempregados pesquisados reconhecem que não estão distribuídos igualmente, e que uns usufruem mais do que os outros desses caminhos de amizade, de informação, de parentesco e de solidariedade. Embora lutem para fugir, adotando um discurso otimista e determinado, acabam sendo empurrados para o desemprego. Há um intenso esforço, mas que não chega a quebrar o elo com a desigualdade. Tudo isso porque o desemprego além de privatizar os fracassos, de esgotar as possibilidades de solidariedade, ainda rompe os elos de reciprocidade existentes no mundo do trabalho, recolocando constantemente os indivíduos dentro desse labirinto composto de saídas, porém de difícil localização.

Eu saí e nunca mais encontrei ninguém, não sei mais nada; antes quando tava empregada sabia das vagas e agora que preciso fica por fora. Mas eu não vou lá de jeito nenhum pra ver meus colegas, mas tenho saudade. Eu me sinto perdida, parece que é pesadelo e que não vai passar nunca mais. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, KARINE).

Eu preciso tanto trabalhar sabe, que quando penso em sair pra procurar algum trabalho já sinto frio na barriga, fico bem nervosa com medo, aí fico em casa. Eu me sinto numa sentença, parece que estou num tribunal, fui condenada, e assim que me sinto. (DESEMPREGADA ENTREVISTA, ISABEL).

Paralelamente à sobrevivência física, há também o esforço de sobrevivência subjetiva, por meio da constante tentativa de ocupar todos os tempos livres, “não ficando parado”⁸⁵. Dessa forma, vão dando mostra de que, apesar da condição de desempregados, eles seguem “dando sequência na vida”, ou seja, vivendo a “viração” da sobrevivência cotidiana e construindo uma experiência própria do desemprego.

5.3 – A identidade que resta

A incursão nas percepções do desemprego obtidas a partir dos recortes geracional, de gênero e qualificação, e também do ponto de vista das instituições envolvidas com os desempregados, como pôde ser visto nos capítulos anteriores, revelou grande complexidade e heterogeneidade. Ademais, constatou-se que a apreensão do objeto e as explicações sobre o fenômeno extrapolam, inclusive, as determinantes estruturais e econômicas, assim como os atributos pessoais e familiares, tornando-se escorregadias quando se tenta encarcerá-las dentro de um recorte mais específico.

Diante disso, como já havia anunciado nos apontamentos teóricos, recorro às estratégias identitárias utilizadas por Dubar (2005) para depurar as minhas análises e construir explicações sociológicas, indo além das aparências dos fenômenos para chegar na essência dos processos sociais nos quais os sujeitos desempregados estão envolvidos. E dessa forma, reiterar nosso objetivo que é

⁸⁵ Santos (2000), estudando os postos de atendimento do SINE no Ceará, mostra o quão doloroso é para os desempregados a falta de ocupação do tempo.

entender como os desempregados vêm estruturando suas identidades, lembrando que há uma leitura do desemprego que é própria deles, e que o que procuro fazer não é uma generalização para todos os desempregados, mas a sistematização dos que compuseram o grupo pesquisado, no intento de lançar luz sobre todos os demais.

O esforço desse desafio é respaldado no fato de que as formas identitárias ultrapassam a esfera do trabalho, englobando outras dimensões da vida, articulando vida privada, trabalho, valores e símbolos. Portanto, como nos lembra Dubar (2005), as formas identitárias não são resultados de variáveis ou atributos pessoais; ancoram-se no universo do trabalho, mas não se circunscrevem a ele, na medida em que mobilizam trajetórias pessoais, categorias oficiais e sociais e histórias familiares.

É oportuno lembrar que a intenção não é classificar os sujeitos, mas contribuir na construção de tipologias dos processos sociais vividos, sem negar a pertinência das análises precedentes. Até porque, foi justamente a partir de tais análises que as formas identitárias dos desempregados foram identificadas, pois os recortes utilizados nem sempre serviam para explicar a presença de comportamentos diferenciados entre indivíduos com características muito parecidas, ou muito semelhantes entre indivíduos tão distintos. De certa forma, foi quase um processo simultâneo; à medida que as análises avançavam as formas identitárias pareciam surgir, e, no final, pude agrupar os desempregados entrevistados em quatro formas que denominei de: a identidade de sobrevivente, a identidade de esperançoso, a identidade de apreensivo e a identidade de otimista.

Também é oportuno esclarecer que, diferentemente de Dubar (2005)⁸⁶, que utiliza um conjunto variado de pesquisas realizadas na França acerca da identidade profissional, eu utilizarei como suporte à criação destas quatro categorias empíricas apenas as 45 entrevistas, realizadas com os desempregados de Salvador e de Vitória da Conquista; as 10 entrevistas, feitas com os coordenadores das agências públicas e privadas de emprego; e as observações realizadas nos postos da

⁸⁶ Dubar (2005), a partir da reconstrução de diversos estudos empíricos convergentes, elabora quatro formas identitárias para descrever os assalariados, a saber: identidade de executor estável ameaçada, identidade bloqueada, identidade de responsável em promoção interna e identidade autônoma e incerta.

SETRE/SINE nas duas cidades. Esse fato, a meu ver, não invalida a tentativa, mas revela seus limites.

Retomando alguns pressupostos já explicitados da teoria de Dubar (2005) podemos entender que as “configurações identitárias” se dão na articulação de dois processos que ocorrem subjetiva e objetivamente. Os de natureza subjetiva se dão a partir de “compromissos internos”: o indivíduo negocia entre a identidade herdada e a identidade visada por ele; nesse caso, o resultado pode ser de continuidade, quando o indivíduo visa justamente a identidade que herdou, ou ruptura, quando a identidade visada nega ou entra em conflito com a identidade herdada. Mas, permanentemente, o indivíduo também enfrenta processos objetivos que se referem aos “compromissos externos”: dele mesmo com a identidade atribuída pelos outros. Nesse caso, pode haver reconhecimento, quando a identidade incorporada por ele está em acordo com o que os outros lhe atribuem, ou não-reconhecimento, e então há conflitos identitários.

Desse processo pode resultar o seguinte: i) Na transação subjetiva (identidade herdada e a identidade visada) pode haver ou não discrepância. Quando ocorre a discrepância, desencadeia-se uma ruptura e uma dificuldade do sujeito projetar seu futuro. ii) Na transação objetiva pode haver reconhecimento social ou não; quando as pretensões de reconhecimentos não são alcançadas, também há dificuldade de projetar o futuro.

Como última observação antes de passar a discussão das configurações identitárias dos desempregados, esclareço que cada configuração será apresentada em seus traços comuns a partir de três itens: a identidade para o outro (como a instituição⁸⁷ vê o indivíduo); a identidade para si (como o indivíduo se vê); a transação identitária (o resultado desse processo), focalizando os seguintes aspectos: histórico familiar, relação com o trabalho, projeto de futuro, tipo de mobilidade social e visão do passado.

⁸⁷ De maneira geral considero todas as agências públicas e privadas de emprego nas quais realizei entrevistas com coordenadores ou funcionários, mas, centralmente, as análises giram em torno da SINE/SETRES de Salvador e de Vitória da Conquista.

5.3.1 - A identidade de sobrevivente: pobre e com baixa qualificação.

a) A identidade para o outro: “tem gente que não tem condições de se empregar”. Essa foi uma frase de impacto que escutei entre os coordenadores das agências durante o início do trabalho de campo, e que, somente mais tarde pude dimensionar o quanto ela era representativa do olhar institucional sobre os desempregados em questão.

De forma geral, os coordenadores reconhecem o empenho destes desempregados em frequentar a agência para procurar trabalho, chegam a simular busca por emprego, mesmo quando a qualificação é muito aquém da vaga disponibilizada, somente para não “desanimar o pobre coitado”. Mas, de alguma forma, deixam escapar que não há vagas no mercado de trabalho para esses, e que, o melhor caminho seria o de buscarem a sobrevivência por conta-própria. Isso porque, no olhar institucional estes sujeitos não dispõem de requisitos mínimos que o qualifiquem como empregados: não sabem conversar, não possuem os hábitos desejados de higiene e a escolarização é muito baixa, comprometendo funções simples de leitura e de escrita e até mesmo de mando e obediência.

Portanto, não há, na ótica dos coordenadores, um “ethos” que vincule esses desempregados ao mundo do trabalho assalariado. Concluem que o mercado de trabalho não pode absorver essas pessoas, e que as políticas públicas é que deveriam lhe dar o suporte de sobrevivência. Resumidamente, são tidos como indivíduos “empenhados”, mas sem potencial a ser oferecido ao mercado.

b) A identidade para si: Os traços comuns entre os “sobreviventes” são: início precoce no trabalho, trabalho como meio necessário para sobrevivência, ausência de projeto profissional ou mesmo pessoal, ausência de um discurso sobre identidade profissional, ênfase no trabalho como “labor” e desemprego como intrínseco à vida. Por conta disso, não procuram emprego, mas um trabalho ou um meio de ganhar a vida a partir do “próprio suor”. Esse tem sido o sentido de suas vidas, e assim têm permanecido em estado de “viração constante”. Um exemplo

disso é que quando perguntados sobre o que ouviram dizer sobre trabalho na sua infância, ou o que pensavam do futuro, quase sempre diziam: “não sei”, “não tenho” ou “não pensava nada”. Não havia esperança, pois não estava no universo de desejo o planejamento do futuro; aliás, para eles o futuro é o próprio presente, é a sobrevivência diária, é apenas manter-se vivo.

Assim, é diante das experiências de insegurança, de instabilidade e pauperização vividas como destino dos pobres, que os entrevistados vão tentando decifrar o que lhes ocorre. Sabem que nunca tiveram um “emprego”, mas “trabalho pesado” - “A vida do pobre é o trabalho”. Por conta disso, não há projeto de futuro ou de ascensão social pelo trabalho. Aliás, ao trabalho vincula-se uma relação instrumental – como meio de ganhar a vida. Não há expectativa de progressão ou carreira e nos raros momentos em que conseguem um emprego, não mantêm um vínculo mais duradouro. Alegam que as demissões foram sempre decorrentes de falhas dos contratantes ou por problemas familiares, jamais por deslizes pessoais no trabalho. Antes disso, revestem a demissão de um caráter quase moral: “pensam que a gente é escravo só porque é pobre”; “Se é pra ganhar pouco, prefiro ficar em casa”.

Essa ausência de um projeto de futuro mediado pelo trabalho pode ser entendida a partir do histórico familiar e do olhar que estes indivíduos projetam sobre o seu passado. Não lembram do que ouviam sobre trabalho, vagamente dizem que os pais estimulavam a continuidade dos estudos, mas a necessidade da sobrevivência fez com que muito cedo entrassem para o mercado de trabalho. A mesma pobreza dos pais praticamente se repete agora para eles, com um pouquinho mais de conforto possibilitado pelos programas sociais e pelos trabalhos esporádicos que executam.

Diante de tantas dificuldades no passado e no presente, empenham-se para que os filhos possam ter um destino diferente - que dêem continuidade nos estudos, e, principalmente, que “aprendam uma profissão”. Quanto a si próprios, há uma expectativa: “de ser o proprietário de si mesmo”, “de não trabalhar pra os outros”.

c) A transação identitária: Subjetivamente, estes indivíduos herdaram uma identidade de pobre, de batalhador e de pessoa honesta apesar das dificuldades. Por conta disso, relatam as lembranças do que ouviram sobre trabalho e sobre o passado familiar como uma história de continuidade: “Eu sempre caçei um jeito de me virar”. De certa forma, é com esse mesmo olhar que vêm a SETRE/SINE, um lugar para caçar a sobrevivência. Por isso, o tratamento que recebem da SETRE não lhes causa conflito e tampouco desencadeia reclamações; ao contrário, ter um funcionário pesquisando um emprego para eles já é um motivo de consideração e orgulho. O fato de não terem os requisitos mínimos para conseguirem uma vaga apenas obriga estes sujeitos ao retorno constante aos postos, sempre “caçando a viração”. Portanto, o olhar que a SETRE/SINE lança sobre eles tem pouca expressão, pois o que pensam de si converge com o tratamento que recebem da SETRE, fazendo com que a transação identitária seja de continuidade.

Por conta disso tudo, é possível dizer que esses desempregados não sofrem com o desemprego, exceto é claro, com as privações econômicas intensas que a falta de trabalho desencadeia. De fato, a identidade deles repousa no universo familiar e na árdua tarefa de mantê-lo, e não na trajetória profissional – o desemprego é parte da vida. Incorporam uma identidade que chamei de sobrevivente, reconhecida pela SETRE/SINE e confirmada pelo que supostamente seus vizinhos acham dele: “todo mundo sabe que sou batalhador”.

5.3.2 - A identidade de esperançoso: pobre e com trajetória profissional virtuosa

a) A identidade para o outro: “tem uns que não sabem nem se portar nas entrevistas”, “tem gente que não se ajuda mesmo”. Se os “sobreviventes” são os desempregados despossuídos do ethos do trabalho, os “esperançosos” são identificados e classificados justamente por esse mesmo ethos. São reconhecidos como “batalhadores”, “pessoas esforçadas”, que freqüentam assiduamente as agências de emprego e mantêm-se em permanente estado de procura. Entretanto,

faltam-lhes os requisitos da “empregabilidade” (atitude ativa nas entrevistas, disponibilidade para vestir a camisa da empresa, baixa escolaridade e pouca qualificação, ou, ainda, escolaridade de pouca qualidade e qualificação inadequada), que tornam a reinserção desses desempregados um processo difícil e demorado. Percebe-se nesses indivíduos um processo simultâneo de absolvição e culpabilização pelo desemprego; no primeiro caso, pelo fato de serem desempregados “interessados” em sair dessa condição e no segundo, por não terem feito as “escolhas certas” ao longo da vida. O discurso das agências ainda aponta a dificuldade desses desempregados para se manterem nos empregos ou de conseguirem planejar o futuro pessoal e profissional.

b) A identidade para si: O eixo central dessa forma identitária é o valor do trabalho enquanto possibilitador do futuro. Esses indivíduos diferem pouco dos “sobreviventes” em termos de escolarização, de qualificação profissional ou nível sócio-econômico, mas diferem muito na relação que mantém com o trabalho e com a trajetória profissional. O entendimento é de que os frutos do trabalho realizado no presente transformam-se permanentemente em poupança, que garante a construção e ampliação da casa própria, o estudo dos filhos e a requalificação profissional. Tudo isso ajuda tanto a evitar o desemprego como a sair dele.

De tal forma que, para esses sujeitos a projeção do futuro é o que transforma e concede ao trabalho (mesmo precário e mal remunerado) outro sentido e significado⁸⁸. Por trás dessa concepção positiva do trabalho há um histórico familiar de ascensão social dos pais, via trabalho remunerado. O início da infância marcado pela pobreza foi aos poucos se estruturando pelo trabalho do pai, que com “muito esforço” manteve-se empregado ou alimentou as esperanças de que os filhos pudessem alcançar “algo mais”, nesse caso apenas obrigando que os filhos continuassem os estudos. O diferencial aqui não é propriamente uma mobilidade social ascendente, mas a herança do “ethos” do trabalho e todas as demais

⁸⁸ Vale lembrar a diferença entre as duas noções “Os significados são construídos coletivamente em um determinado contexto histórico, econômico e social concreto, ao passo que os sentidos são caracterizados por ser uma produção pessoal em função da apreensão individual dos significados coletivos, nas experiências do cotidiano. (TOLFO E PICCININI, 2008, p. 44).

características que a acompanham: planejar o futuro, ser comedido no presente, valorizar a trajetória profissional.

Olham conjuntamente passado, presente e futuro, um enquanto conseqüência do outro. O passado dos pais marcado pela pobreza e pelo esforço serve no presente para impulsioná-los em suas conquistas, ao mesmo tempo em que o presente vai sendo vivido de acordo com os projetos que têm para o futuro. Porém, não são projetos prontos e claros, são apenas esboços desenhados pela realidade concreta, pelos sonhos da infância (normalmente ser dentista, médico, advogado ou professor) e guiados pela “sorte”. A “sorte” é um elemento importante para esses indivíduos compreenderem sua própria trajetória e sua situação de desemprego; para eles não há como ancorar em outro lugar que não o “acaso” para explicar a permanência do desemprego e da pobreza diante de tamanha vontade e esforço na vida. Caso contrário, todo esse esforço foi e está sendo invalidado pelo fracasso do desemprego a que estão submetidos permanentemente.

Em decorrência desse conjunto de experiências, o desemprego passa a ser vivido nos termos da própria definição, des-emprego; porque apesar de nem todos terem tido emprego registrado, vivem e projetam no seu trabalho aqueles benefícios que o emprego formal e a cultura do emprego ensejam. No entanto, não se apropriam do termo desempregado, antes preferem outras denominações como parado ou sem emprego. Justamente porque assumir a condição de desempregado é negar a condição de trabalhador, tão importante para distinguir esses trabalhadores pobres dos “vagabundos” e “marginais” e colocá-los dentro da “pobreza laboriosa”. Contudo, como quase sempre estiveram `a margem do emprego assalariado e protegido socialmente identificam claramente a distinção entre emprego e trabalho; mas poucos deles buscam um emprego, a maioria quer momentaneamente um trabalho, seja ele de qualquer natureza, noturno, diurno, sem carteira, temporário, deixando o emprego para o futuro. Então, vão aproveitando as oportunidades que lhes aparecem de sobrevivência sem perder de vista seus projetos de poupança, de aquisição da casa própria, de continuidade dos estudos ou de requalificação profissional, sempre guiados pela esperança e crença de que um

dia as oportunidades aparecerão. O trecho do depoimento abaixo é bastante representativo do que acabei de descrever.

Eu quero qualquer coisa; até limpar, até trabalhar em limpeza. Eu acho isso errado “Ah! Eu me formei eu não quero isso”. Eu tenho uma prima que fez um curso de espanhol e a mãe dela já arranhou um emprego na rádio e ela só aceita trabalhar de guia turístico. Eu acho isso errado. Tem que aceitar o que vier pela frente, porque vai ficar parado esperando. Outro dia eu mesmo vi uma reportagem de um rapaz que estudou numa faculdade e se formou lá. Ai começou a trabalhar na limpeza da própria faculdade, ele aceitou o emprego. E todos os alunos que conheciam eles diziam: eu não acredito; você aqui trabalhando limpando chão. Ele disse que tava com orgulho e não via problema; todo mundo discriminava e ai ele foi subindo de cargo e hoje ta na área dele. Isso pra mim é um exemplo. (DESEMPREGADA ENTREVISTADA, JÚLIA).

Contudo, enquanto a “oportunidade não chega”, eles vão se preparando para o emprego que pode chegar a qualquer momento, pois como dizem: “todo mundo tem seu dia”.

c) A transação identitária: Subjetivamente, a exemplo dos “sobreviventes”, estes indivíduos herdaram a identidade de pobre, trabalhador, honesto, mas, sobretudo, herdaram a crença de que o destino pode ser tomado para si, modificado, melhorado pelo esforço no trabalho e na vida. Nesse sentido, há continuidade entre a identidade herdada e a identidade visada por eles. A lembrança do que ouviram sobre trabalho e sobre o passado de suas famílias confirma esse sentimento, pois vem repleta de lições dos pais: “sempre quis que eu estudasse”, “tinha um sentimento porque ele nunca pode estudar e dizia que pra mim tinha que ser diferente”, “sempre deu muito duro, e até hoje não se aposentou”, “nunca teve carteira assinada”.

Identificam a SETRE/SINE como o lugar que lhes acolhe, mas sem grandes expectativas de que possam conseguir seus empregos ali, confiam mais na prospecção direta na porta das empresas ou os mecanismos pessoais de procura. Em torno disso, há um descontentamento entre o que eles consideram de si e as esperanças que projetam para o futuro e o olhar que a SETRE/SINE lhes impõem (por supostamente faltar-lhes a empregabilidade exigida pelo mercado). Tal

descontentamento pode ser traduzido no deslocamento do entendimento sobre o desemprego da culpabilização pessoal (oferecida de SETRES/SINE) para um sentimento de injustiça ou falta de sorte, indicativo de uma transação identitária não harmônica entre o que atribuem a si próprios e a forma como são reconhecidos institucionalmente.

As narrativas em que descrevem o momento e contexto das demissões fornecem elementos também para perceber a identidade no desemprego. Diante do desemprego constante é de se perguntar porque estes indivíduos não conseguem permanecer nos seus empregos ou se fixar numa área que possa credenciar-los para ocupar um emprego melhor no futuro. Alguns entrevistados procuravam justificar sua saída do emprego pela “busca de coisas melhores”, mas outros faziam questão de afirmar sua condição de sujeitos ativos “não me encaixava”; porém, em todos os relatos o sentimento de injustiça sobressaía, dando um contorno de dignidade moral ao momento da demissão, de quem não se submeteu aos mandos e desmandos dos patrões.

E assim, nessa encruzilhada de entendimentos eles experimentam o desemprego como uma circunstância que desorganiza a vida, não somente porque os coloca numa situação econômica precária, mas porque rompe com o projeto de ascensão social pelo trabalho. Prova disso é o uso da expressão “parado” para descrever seu desemprego. Só se permanece parado por algum tempo, pois é uma situação momentânea, que temporariamente interrompe o caminho de um trabalhador esperançoso.

5.3.3 - A identidade de apreensivo: qualificado e/ou com trajetória profissional exitosa

a) A identidade para o outro: sobre esses desempregados recaem em maior grau as cobranças da empregabilidade e do empreendedorismo. De maneira geral, os coordenadores classificam estes sujeitos como esforçados e qualificados, porém ainda sem as polivalências necessárias para o mercado de trabalho,

entendido como “altamente competitivo”. Ademais, identificam erros na trajetória profissional destes desempregados: diplomas de cursos técnicos sem o devido aproveitamento ou de baixa qualidade, resultando em profissionais mal formados; incapacidade de traçar objetivos claros em termos de carreira profissional, resultando em uma intensa rotatividade nos empregos; e ainda, apego ao modelo antigo de trabalho, ou seja, indisponibilidade frente ao padrão flexível de contratação e gestão do trabalho e incapacidade de criar suas próprias oportunidades de trabalho. “Eles pensam que ainda estamos na década passada”. “Agora, infelizmente é assim, tudo temporário”.

Se sobre os sobreviventes recaía a acusação de não possuírem o “ethos” da cultura do trabalho, sobre esses desempregados “apreensivos” recai a acusação de possuírem o “ethos” errado, já ultrapassado pelas novas leis do mercado. Não adquiriram os quesitos indispensáveis para triunfarem nesse novo mercado de trabalho flexível, pois não sabem ser polivalentes, não aceitam os riscos, temem os desafios e os fracassos, não inspiram segurança, não possuem auto-confiança e não têm iniciativa. Diante de tantas ausências, resta-lhes o desemprego. Portanto, o desemprego decorre, apesar de serem qualificados e empenhados, do fato de permanecerem presos ao passado, o que os impede de acessar o mercado de trabalho e suas novas exigências.

c) A identidade para si: como traços comuns entre os “apreensivos” aparece: relação não instrumental com o trabalho, escolaridade elevada ou complementada com ensino técnico, presença de projeto profissional e pessoal, presença de discurso sobre identidade profissional, ênfase no trabalho como realização, desemprego como um problema a ser superado.

Apesar de relativamente dispostos a qualquer trabalho, buscam na SETRE um emprego que lhes garanta sobrevivência e que lhes ajude a consolidar seus projetos pessoais e profissionais de ascensão social pelo trabalho. Valorizam seus currículos e orgulham-se das profissões que escolheram, o que por sinal, desencadeia um sentimento de incompreensão diante das dificuldades que têm enfrentado para sair do desemprego: “não sei o que há de errado em mim”.

Essa segurança e incompreensão pode ser mais bem compreendida a partir do histórico familiar desses indivíduos. A trajetória pessoal e profissional dos pais, (sobretudo do pai) é relatada com os adjetivos do sucesso. Com empregos fixos, que duraram anos seguidos, os pais chegaram à fase adulta aposentados, com uma vida estável financeiramente. Embora os desempregados reconheçam que o tempo era outro, sem grandes exigências escolares, e que a disponibilidade de empregos mais protegidos e duradouros era maior naquele tempo, sentem-se cobrados, pois não têm conseguido manter a trajetória de mobilidade social ascendente iniciada pelos pais. Mas não se trata, nesse momento, de sentirem-se fracassados, mas desafiados a compensar as desventuras do desemprego atual com projeto de ascensão para o futuro, pois a “a vida é uma escadinha, tem que começar debaixo”. (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, FRANCISCO).

Tudo isso pode ser reiterado pelo olhar que estes desempregados projetam sobre o seu passado. Lembram das cobranças paternas em relação aos estudos, a busca da perfeição em todas as atividades, o rigor dos valores familiares. Lembram também, que o trabalho enquanto liberdade e dignidade foi um valor fortemente apreendido.

Mas, diferentemente dos “sobreviventes”, e também dos “esperançosos”, que diante de tantas dificuldades tentam projetar para os filhos um futuro melhor, para os apreensivos há um sentimento de incerteza diante do futuro que poderão dar aos seus filhos, quando comparado ao futuro que seus pais haviam lhes proporcionado (longevidade escolar e entrada postergada no mercado de trabalho).

Ainda em relação ao futuro, a exemplo dos “esperançosos”, também projetam sucesso profissional já que possuem qualificação profissional, escolaridade mais elevada e os requisitos que eles mesmos consideram de um trabalhador competente (dedicação, sabedoria, determinação, otimismo). Em decorrência dessa formação e desse otimismo, do ponto de vista subjetivo o desemprego é dolorosamente vivido. O retorno à casa dos pais para escapar do aluguel, a necessidade de ajuda financeira, a quebra na rotina diária de ir ao trabalho, o enfraquecimento dos laços de amizade consolidadas no ambiente de trabalho e ainda o sentimento de fracasso e incapacidade emergem. Porém, a leitura mais

crítica que fazem da realidade do mercado de trabalho, subsidia também outros sentimentos em relação ao desemprego: de injustiça diante de tamanha força de vontade, de ganância dos empresários na hora das contratações e de ineficiência administrativa dos governantes.

Quando conjugados todos esses sentimentos, é possível identificar que esses desempregados alimentam um projeto de futuro apesar do desemprego, por conta das trajetórias profissionais mais exitosas. Entretanto, sentem-se apreensivos, pois “achei que tudo iria ser mais fácil pra mim”.

C) A transação identitária: estes indivíduos teriam que forjar uma identidade aberta às vicissitudes do mercado, mas a trajetória familiar de ascensão social pelo trabalho (por tempo indeterminado e socialmente protegido), do empenho em obter longevidade escolar, dos projetos de futuro constituídos e outros, fez com que a identidade herdada como um traço biográfico consolidasse suas expectativas e o olhar de si. Apesar da “cobrança” que sentem em relação à trajetória virtuosa dos seus pais, há uma continuidade entre identidade herdada e identidade visada por eles. Porém, ao confrontar essa realidade com o olhar institucional sobre eles percebe-se ruptura e sofrimentos.

A visão que têm de si não é reconhecida pela SETRE/SINE, assim como não é em outros espaços institucionais. O tratamento polido que recebem dentro da SETRE/SINE, diferentemente dos “sobreviventes” e “esperançosos” não lhe causa bem estar; antes para eles serve apenas para amenizar o sofrimento dos desempregados. Reclamam da demora do atendimento, da falta de funcionário, das falhas administrativas que identificam, da falta de vagas qualificadas.

Por conta das características descritas, vivem a rotina do desemprego dolorosamente, pois não conseguem entender o que houve de errado entre o esforço de ter a trajetória similar à dos pais e sua demissão. “Sempre fui uma profissional de mão cheia”. Então pontuam a demissão como uma retaliação por parte dos chefes “eu sabia mais do que ele”. De maneira geral, sentem-se bloqueados em sua vida profissional e incertos em relação ao futuro, suas perspectivas anteriores são diretamente questionadas pelas novas formas de organização do trabalho e gestão

do emprego e assim sentem-se apreensivos pois não podem abandonar os projetos passados e não conseguem aderir aos novos.

5.3.4 - A identidade de otimista: qualificado ou não

a) A identidade para o outro: “quem é otimista tem mais chance de conseguir um emprego”. Essa foi uma idéia que apareceu bastante entre os coordenadores da SETRE/SINE. De maneira geral acreditam que alimentar o sentimento de otimismo, mesmo diante do desemprego, ajuda nas entrevistas, nas provas e nos testes a que são submetidos nas seleções para empregos. “tudo que a empresa quer é alguém competente e confiante em si”. O olhar institucional sobre estes desempregados é de quem tem “potencial” e está praticamente “afinado” com as novas exigências do mercado de trabalho. Tomando isso como referência, é compreensível a forma como a SETRE/SINE entende o desemprego desses indivíduos. Em menor grau do que o atribuído aos “apreensivos”, a reclamação dessa Instituição é de que ainda não estão prontos para o mercado, pois falta-lhes alguns quesitos indispensáveis, a saber: responsabilidade e visão de futuro.

Nota-se que há um modelo quase inatingível do que seria um sujeito altamente empregável; no caso dos dois primeiros, (“sobreviventes” e “esperançosos”), faltava-lhes o ethos do trabalho e os requisitos mínimos da empregabilidade; no caso dos “apreensivos”, tinham responsabilidade e visão de futuro, mas faltava-lhes incorporar o novo ethos do mercado de trabalho flexível; no caso dos “otimistas”, já mergulhados nesses valores da instabilidade e da incerteza, fica-lhes faltando justamente um quesito que era característico da cultura do emprego: responsabilidade e projeção de carreira profissional.

b) A identidade para si: Como traços comuns entre os “otimistas” pode-se destacar: escolaridade elevada, faixa etária juvenil, início do trabalho como oportunidade de experiência (estágios), trabalho como meio de obter autonomia financeira, desejo de ascensão social, ausência de um discurso sobre identidade

profissional, presença de um “ethos” do trabalho flexível, desemprego como intrínseco à vida e como “oportunidade para rever conceitos”.

Por conta disso, procuram emprego, e descrevem as atividades manuais que não aceitariam realizar por ficar aquém das suas capacidade e expectativas profissionais. Alegam ter boa escolaridade e que o desemprego resulta justamente nessa recusa por qualquer trabalho. Por outro lado, também reclamam que apesar do esforço de “manter-se antenado” são cobrados pela falta de experiência profissional, já que raramente possuem vínculos de trabalho registrado em carteira e os contratos temporários bastante curtos denotam, frente às empresas, uma dificuldade de manter-se no emprego ou mesmo falha/deslize do empregado.

Quando perguntados sobre o que ouviram dizer sobre trabalho na sua infância, a lembrança é de permanente esforço dos pais para garantir a sobrevivência familiar e longevidade escolar dos filhos. O que nem sempre aconteceu, pois não há um fio condutor que possa caracterizar a trajetória familiar como ascendente. De certa forma, reiteram que apesar dos esforços, o que seus pais conseguiram foi manter uma mobilidade estacionária. Por conta disso, avaliam que a conduta correta hoje deve ser diferente da adotada no passado pelos pais. Tecem o projeto pessoal e profissional em oposição a identidade herdada dos pais, tentando romper com os padrões aprendidos: “Ele queria que eu fosse como ele, crescesse e morresse no mesmo lugar, queria inclusive que eu ocupasse a vaga dele lá no setor petroquímico. Minha área é outra, é elétrica. Ele não entende e ai eu bato de frente, sabe” (DESEMPREGADO ENTREVISTADO, FERNANDO, 18 anos).

Como ainda são bastante jovens, alimentam a esperança de que muito em breve poderão mostrar aos pais que estavam corretos na decisão de iniciar a vida profissional pelos estágios, em interromper os estudos para frequentar cursos mais rápidos e de áreas tidas como mais dinâmicas (informática, turismo) ou de pedirem demissão dos empregos para buscar algo melhor.

De maneira geral, acham que a vida está sendo e permanecerá mais fácil do que imaginavam e acomodam o momento do desemprego como parte da vida e até mesmo como possibilidade de crescimento pessoal e profissional, já que coloca o

indivíduo diante de rupturas e necessidades de traçar novos horizontes com novas estratégias.

c) A transação identitária: como os “apreensivos”, estes indivíduos teriam que forjar uma identidade sujeita a todas as vicissitudes e incertezas do mercado de trabalho flexível. De certa forma conseguem, pois mantêm um otimismo quase desproporcional diante dos altos índices de desemprego. Contudo, não há tranquilidade, já que subjetivamente vivem em conflito entre a identidade herdada e a que estão construindo para si. Isso porque a trajetória familiar e o percurso profissional dos pais possibilita pensar simultaneamente como sucesso (foi um homem batalhador e sempre trabalhou) e fracasso (dedicou-se tanto e não conseguiu ascender profissionalmente).

A visão que têm de si é reconhecida pela SETRE/SINE, mas não é compreendida em outros espaços institucionais (entre os amigos, vizinhos e família): “eles não entendem que os tempos são outros”.

Por fim, vivem o desemprego sem grandes sofrimentos, porque iniciaram suas vidas profissionais a contragosto dos pais e o desemprego pode ser apenas o retorno à tutela dos pais; também porque não se colocam como vítimas, desafiando a escassez de vagas no mercado de trabalho pedindo demissão para buscar “outros projetos”. O fato de tais projetos serem incertos não desanima esses desempregados, que mergulhados no discurso da empregabilidade e empreendedorismo, se colocam sempre à disposição para recomeçar. Fazendo com que, de maneira geral, sintam-se adaptados e otimistas em relação ao futuro.

Conclusão

Não é tarefa fácil encerrar um trabalho acadêmico de quatro anos, mas sempre achei um exagero da parte dos que diziam ser o encerramento uma tarefa quase impossível. Somente agora, compreendo e localizo essa experiência: a importância que recobre esse momento da tese – a conclusão – de reiterar o que de mais significativo foi analisado e descoberto parece-me paralisar e simultaneamente me impelir a continuar quase indefinidamente, pois as descobertas vão desdobrando-se em novas perguntas, dificultando saber exatamente o tempo exato de parar.

Ao escolher esse tema de pesquisa tinha receio de me perder na imensidão intrínseca ao objeto escolhido; receava também tornar-me prisioneira das falas dos sujeitos pesquisados, pela intensidade do que me diziam e pela facilidade com que se pode cair na armadilha e no prazer da descrição, sem alcançar explicações sociológicas do objeto. Porém, a despeito desses receios e das dificuldades interpretativas mais evidentes que esse trabalho comporta, considero que os achados dessa pesquisa teceram diálogos relevantes, e passo agora a compartilhá-los.

O tema que me propus a analisar foi como os desempregados têm vivenciado o desemprego, procurando identificar e compreender que percepções desenvolvem, que práticas adotam e como significam isso em suas vidas. A discussão teve como fio condutor a ótica da subjetividade e da construção da identidade de quem vive o fenômeno. Sem desconsiderar a importância da apreensão objetiva do desemprego, o que pretendi aqui foi compreender as subjetividades/identidades diante da atual configuração do mercado de trabalho. Neste sentido, embora tenha sido um estudo local, tratou de algo geral, ou seja, as novas tessituras sociais dentro do capitalismo.

A hipótese central que guiou essa tese é de que os desempregados estão forjando novas subjetividades/identidades para sobreviver diante da fragilidade dos vínculos disponíveis hoje no mercado de trabalho, e estas, por sua vez, estão diretamente relacionadas às formas anteriormente vividas no e pelo trabalho. Essa

hipótese fundamenta-se na compreensão do desemprego como uma categoria social datada no tempo e no espaço, intimamente relacionada ao contexto em que é produzido e vivenciado.

Passando à exposição das conclusões propriamente ditas, é preciso ponderar que na análise das entrevistas com os desempregados e funcionários das agências de intermediação de mão-de-obra, a distinção entre as duas cidades analisadas não revelou diferenças significativas na vivência do desemprego, a não ser as que dizem respeito às características específicas de mercado de trabalho metropolitano e não metropolitano. Em torno disso, é possível dizer que a pesquisa de campo apontou que nas duas cidades escolhidas, apesar das características bastante peculiares a cada uma, o desemprego é percebido de maneira semelhante; apenas a vivência dele é uma característica influenciada pelo local. Vitória da Conquista, mesmo possuindo um menor número de vagas, acaba sendo entendida pelos entrevistados como um lugar mais fácil de buscar trabalho por conta da dimensão reduzida da cidade e das facilidades de deslocamento. Mas não somente por isso, a proximidade com o meio rural possibilita para o desempregado, o mecanismo de refugiar-se na “roça” enquanto vive o desemprego. Tudo isso não pode ser experimentado pelos desempregados de Salvador, que mesmo identificando que existam vagas disponibilizadas nas SETRES/SINE, pontuam a grande dificuldade de acessá-las. Na junção do funcionamento das duas cidades, o fio condutor é a escassez de vagas, o que sempre gera descontentamento e desconfianças dos desempregados sob a atuação da SETRE/SINE.

A pesquisa de campo confirmou a dificuldade de apreender homogeneamente o desemprego e revelou um verdadeiro mosaico de significados e vivências que o fenômeno suscita.

O primeiro ponto a ser destacado foi a distinção das percepções quando se está falando do desemprego de si próprio e do desemprego dos outros. Quando falam do desemprego de si próprios, os entrevistados procuram situar a demissão em causas mais externas, como doenças, problemas familiares ou “corte na empresa”. Inversamente, quando falam do desemprego dos outros, as demissões revestem-se dos fatores mais individuais e de culpabilização dos indivíduos. Essa

dualidade de compreensão nos revela muito do universo em que estes sujeitos estão inseridos, qual seja: de um lado, a dificuldade para sair do desemprego mesmo diante de tantos esforços, e de outro, o constante assédio de práticas discursivas que explicam o desemprego por fatores eminentemente individuais.

A esse respeito vale a pena reforçar que o discurso da empregabilidade e do empreendedorismo embora tenha um efeito substancial, sobretudo para os jovens, não encontra respaldo no universo em que os entrevistados estão inseridos, simplesmente porque o grande número de pessoas sem trabalho é muito alto, atingindo até mesmo aqueles indivíduos considerados pelos entrevistados como sendo pessoas muito esforçadas e merecedoras. Por outro lado, também não encontra respaldo porque uma parte significativa dos entrevistados se percebe enquanto “trabalhador”, justamente pela trajetória de vida marcada pela dificuldade permanente para garantir a sobrevivência. Por conta disso, há vergonha pelo desemprego, mas há também um sentimento de orgulho por terem sido capazes de sobreviverem mantendo-se, aos seus olhos, assim como aos olhos dos outros, como sujeitos “batalhadores”.

Em se tratando dos discursos institucionais sobre o desemprego, é possível pontuar que a SETRE/SINE ocupa lugar central de institucionalização do fenômeno, comportando simultaneamente o entendimento do desemprego como resultado de erros individuais e problemas sociais. No papel que desempenha, a SETRE/SINE alimenta-se com os novos discursos da empregabilidade e do empreendedorismo ao mesmo tempo em que o nega, ao acolher os desempregados. Porém, apesar do acolhimento que dispensa aos demandantes, ela acaba por reiterar o desemprego enquanto inadequação do sujeito ao mercado de trabalho e os trabalhadores introjetam esta concepção em maior ou maior grau a depender de suas trajetórias de vida.

Em cima desse mesmo tema, interessante foi a distinção entre as percepções do desemprego para os participantes do MTD e dos não participantes, informando que a mediação de um movimento social tem um efeito significativo sob a percepção do desemprego, deslocando as compreensões de cunho mais individualizantes para outras mais sociais. Dessa forma, identifica-se entre os

desempregados acampados ou assentados pelo MTD o entendimento do desemprego como um problema mais social e menos individual. Neste sentido, é possível afirmar que o Movimento consegue deslocar a lógica da culpabilização pessoal, desindividualizando o problema.

Embora a vivência do desemprego não possa ser descrita por um único recorte, vale a pena retomar o que de mais significativo foi encontrado quando olhamos separadamente jovens, adultos, mulheres, homens, qualificados e escolarizados e pouco qualificados e de baixa escolarização.

O recorte geracional foi o que evidenciou a maior distinção; jovens e adultos vivem de forma bastante diferenciada a experiência do desemprego. Os primeiros se apropriam mais do discurso da empregabilidade e do empreendedorismo como estratégia para enfrentar o desemprego. Embora não desprezem as causas sociais que envolvem o problema, identificam-se mais com esse novo “ethos” do trabalho flexível, o que acaba por dar lugar a um sentimento de otimismo, sobretudo para aqueles que ainda estão sob a tutela dos pais. Os adultos, principalmente os mais velhos, sentem o quanto o fator idade pesa sobre a sua reinserção no mercado de trabalho; e como viveram (direta ou indiretamente) um período em que os empregos eram mais “fáceis”, experimentam um sentimento de “deslocamento”, traduzido na idéia de que no passado havia emprego e que bastava ter “interesse” que as oportunidades aparecessem.

O que se verifica é que embora todos estejam mergulhados nessa nova configuração do trabalho, marcadamente flexível, instável e precária, jovens e adultos não a experimentam da mesma maneira; partem de experiências passadas diferentes e acabam percebendo o momento atual também distintamente.

Já quanto às diferentes percepções relacionadas ao gênero, o impacto do desemprego é maior para os homens, já que a perda do emprego acaba questionando a sua posição de chefe provedor; no entanto quando as mulheres são chefes de família a situação modifica-se. Ainda com relação às mulheres, evidenciou-se uma dupla lógica envolvendo o papel do trabalho, e conseqüentemente do desemprego, já que este representa a perda de autonomia e simultaneamente o retorno ao espaço doméstico e à vida privada.

Em se tratando do recorte de qualificação e de escolaridade, é possível dizer que o maior grau de escolaridade e nível de qualificação favorece a incorporação da “vergonha” do desemprego enquanto que, para os demais, o desemprego é tão constante em suas trajetórias, que acaba sendo experimentado como intrínseco à vida de todo trabalhador pobre. Pobreza e desemprego se juntam: os pobres nunca experimentaram a sensação do emprego seguro; ao contrário, vivem o desemprego constantemente em seus postos de trabalho precários, sempre acostumados a “ir levando a vida”, de forma a “não ficar parado”. Desempregado sim, parado não!

Por fim, verificou-se que para compreender melhor a vivência do desemprego, aos recortes de gênero, geracional e de qualificação, deveria se acrescentar o recurso metodológico das configurações identitárias, já que por meio delas é possível captar melhor a complexidade e heterogeneidade que envolve o fenômeno. De tal maneira, foi possível identificar entre os desempregados estudados quatro configurações identitárias; unindo jovens e adultos, mulheres e homens, qualificados e não qualificados; a partir do histórico familiar, da relação com o trabalho, dos projetos de futuro, do tipo de mobilidade social e do tipo de visão que têm sobre o passado: as identidades de sobrevivente, esperançoso, apreensivo e otimista. Essas configurações dão a dimensão de como os desempregados estão vivenciando o desemprego; reelaborando suas subjetividades a partir do contexto atual de precarização social.

Apesar do risco de má interpretação que a afirmação abaixo possa comportar, é possível dizer que o sofrimento subjetivo desencadeado pelo desemprego liga-se diretamente à forma como os indivíduos apreenderam o trabalho, a trajetória familiar, sobretudo do pai, os projetos de futuro e os investimentos familiares em seu processo escolarização e ou profissionalização. De tal forma, que não é possível generalizar a idéia de que o desemprego é um drama pessoal para todos os trabalhadores. Se para aqueles que foram socializados com a idéia do trabalho como forma de inclusão e ascensão social, a vivência do desemprego é dolorosa, o mesmo não acontece para quem nunca visualizou essa possibilidade. Somente ponderando tais questões é possível entender, por exemplo, como os sujeitos, aparentemente desprovidos de quaisquer atributos de

“empregabilidade”, possam se apropriar de sua trajetória pessoal como um sucesso, marcado pelo orgulho de ter sempre sido um “batalhador”.

Tudo isso porque, os significados do desemprego, social e historicamente construídos, carregam as marcas das fragilidades dos vínculos de trabalho do capitalismo flexível. Com isso, cada vez mais, os sujeitos parecem abandonar os elos entre trabalho e emprego, para aderi ao trabalho em todas as formas instáveis e precárias.

O que suas falas revelam é que uns percebem que para eles apenas há a sobrevivência diária; nada em suas trajetórias familiares e pessoais contradiz esse sentimento de que a vida do trabalhador pobre é marcada pela laboriosidade. Nessa vida de sobrevivente, os esforços são direcionados ao que realmente importa: a vida familiar, pois de resto tudo é precário e provisório e a vida profissional praticamente nunca chegou a se constituir em uma trajetória passível de ser minimamente descrita. E se ela não existe, o sofrimento em torno dela tampouco encontra espaço de existência.

Essa não identificação dos entrevistados com o termo desempregado relaciona-se à fraca institucionalização do desemprego existente no Brasil e o processo de invalidação social no qual estão inseridos boa parte dos desempregados, que lhes retira a possibilidade de legitimidade social. Vale a pena a citação de um longo trecho de Telles (1992) sobre isso

“para além das consequências perversas nas condições materiais de vida, a privação de direitos significa a ausência de um espaço público de pertencimento no qual seus interesses, razões e vontades possam ser elaboradas e reconhecidas na sua legitimidade. É nisso que a questão dos direitos se encontra com as características de uma sociedade atravessada por hierarquia de todos os tipos, avessa à idéia de igualdade como valor e sem a qual não pode existir qualquer noção de cidadania e justiça social, em que a persistente e conhecida prática de estigmatização e criminalização das classes trabalhadoras encontra sua lógica num imaginário social que constrói as imagens modelares do trabalho responsável e da família organizada como lugares exclusivos para uma forma de existência legítima na sociedade, fora das quais as classes trabalhadoras aparecem na figuração ambígua (e suspeita) em que se confunde a imagem do trabalho, da vadiagem e da marginalidade” (TELLES, 1992: 56/57)

O trabalho permanece, portanto, crucial na vida das pessoas, não somente porque garante os recursos econômicos indispensáveis para a sobrevivência, mas porque é um ponto central nas suas vidas, sobretudo para as classes populares, que têm na idéia de laboriosidade a sustentação da sua identidade. O trabalho, como eixo das relações sociais, possibilita solidariedade e identidade, enquanto a sua falta corta estes elos. Se para alguns, esse trabalho necessita incorporar um vínculo empregatício, para outros, ele é vislumbrado apenas por qualquer tipo de inserção ocupacional: precária, temporária, flexível,

Referência bibliográfica

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004.

BALTAR, Paulo. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. e HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90*. São Paulo/Campinas:UNESP/ Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

BALTAR, Paulo, Krein, José Dari e LEONE, Eugenia Troncoso. Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: *O trabalho reconfigurado. Ensaios sobre Brasil e México. Leite, Marcia de Paula e Araújo, Angela Carneiro (orgs)*. São Paulo, Anablume. (no prelo), 2009.

BATALHA, Cláudio, SILVA, F. T e FORTES, A. Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Ed da UNICAMP. 2004.

BARRETO, Theo Rocha. Trabalhadores informais e desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”. Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS no final do século XX. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BETIOL, Maria Irene S. e GOMES, Marcus Vinícius P. Se você ganhasse muito dinheiro na loto, continuaria a trabalhar? Qual a importância do trabalho em sua vida. In: Anais do X encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, Salvador. 2007.

BIDERMAN, Ciro e GUIMARÃES, Nadya. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). In: *Estudos feministas*, Florianópolis 12(2) maio-agosto 2004. p: 177- 200. 2004.

BORGES, Ângela. Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a região metropolitana de Salvador na década de 90. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador.

----- A desestruturação do mercado de trabalho de uma metrópole periférica. In: *Cadernos CEAS*, salvador, 208. p 43-61, nov/dez. 2003.

BOURDIEU Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

-----*Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus. 1996.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Texto preparado para apresentação no Seminário Internacional Gênero e Trabalho (MAGE/FCC), (São Paulo e Rio de Janeiro), de 8 a 12 de abril de 2007. (mimeo).

BRUSCHINI, Maria Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras. Trabalho feminino no final do século 20. *Cadernos Pagu*. Unicamp, 2001.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em: <[HTTP://perfildomunicipio.caged.gov.br](http://perfildomunicipio.caged.gov.br). Acesso em: 24 de março. 2008.

CARMO, P. S. do. 1992. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna (Coleção Polêmica).

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes. 2003.

CATTANI, Antonio David. (Org). *Dicionário crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed: da UFRGS, 2002.

CERQUEIRA, Daniela F., SOUZA, Laumar N. e NEVES, A. A. Situação do mercado de trabalho baiano em 2006. In: *Conjuntura & Planejamento*. Out/Dez 2007 n. 157.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP, Ed: UNICAMP, 2001.

CHAMOUX, Marie-Noelle. 1994. Sociétés avec et sans concept de travail. *Sociologie du travail*. XXXVI, HORS. Paris. P 57-69.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense. 1993.

COLBARI, Antonia L. *Ética do trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo. UFES: Letras e Letras. 1995.

CORIAT, Benjamin. 1982. *El taller y el cronómetro*. Madrid: Siglo Veinteuno Editores.

DEDECCA, Claudio. S. Quanto medimos do desemprego? Trabalho apresentado no Congresso da SEP, 2005. (mimeo).

----- . Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado. Campinas/UNICAMP/IE. (Coleção Teses), 1999.

DEGENNE, Alain et al. Les relations sociales au coeur du marche du travail. In: *Sociétés contemporaines*, n 5 março. P: 75-97, 1991.

DEMAZIÈRE, Didier. 2006. Uma abordagem sociológica sobre a categoria desemprego. In: *Desemprego. Trajetórias, identidade, mobilizações*. São Paulo: SENAC (Série Trabalho e Sociedade).

----- *La sociologie du chômage*. Paris: La Découverte. 1995a

----- . *Le chômage de longue durée*. Paris: PUF. 1995b.

DIAS, Patrícia Chame e FERNANDES, Cláudia Monteiro. 2007. Considerações introdutórias e elementos metodológicos para a discussão das desigualdades na Bahia. In: *SEI*. P 7-16 (Série Estudos e Pesquisa) 78.

DIEESE/SEADE. Pesquisa Emprego e Desemprego. Disponível em:<http://www.dieese.org.br>. Acesso em: 23 de fevereiro. 2008.

DOWBOR, Ladislau. [et. al.], *Desafios do trabalho*. Petrópolis: Vozes. 2004.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

DRUCK, Maria Graça. *Terceirização. Des (fordizando) a fábrica: um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1999.

DURÃES, Bruno J. R. Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) IFCH, Universidade Estadual de Campinas.

FÉLIX,C., MEYER, D., CASTELLO BRANCO, H. e PACHECO, L. M. 1981. Emprego, subemprego e desemprego. Rio de Janeiro: Fundação IBGE

FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Ed. UNESP. 1997.

FREYSSINET, Jacques Introduction e L' affrontement des théories. In: *le chômage*. Paris: La Découverte. P 5-13 e 57-91. 1984.

GALLIE, Duncan & PAUGAM, Serge. The experience of unemployment in Europe: the debate. In: *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford: OPU. P 1-23. 2000.

GOMES, Angela Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

GRAMSCI, Antonio. 1984. Americanismo e Fordismo. In: *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Col. Perspectiva do Homem. Vol 35. Série Política. Ed: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. P 375- 413.

GRANOVETTER, M.1974. Introduction: In: *Getting a job - a study on contacts and careers*. Cambridge Harvard University Press. P: 3-22.

GUIDDENS, A.1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP (Biblioteca Básica).

GUIMARÃES, Alberto Passos. 1981. *As classes perigosas. Banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Ed Graal. (Biblioteca de Ciências Sociais; v.n.11).

GUIMARÃES, Iracema B. Família, mercado de trabalho e estratégias no meio urbano. In: *Caderno do CRH*. 37, jul/dez. Salvador. P 235-252. 2002.

GUIMARÃES, José Ribeiro. 2003. Evolução da distribuição de rendimentos na Bahia durante a década de 90 do século XX. In: *SEI*. P 65-96 (Série Estudos e Pesquisa) n. 59.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Os territórios do (des) emprego. Encontro Anual da ANPOCS XXIX. 2005.

----- O sistema de intermediação de empregos: um outro olhar sobre o mercado de trabalho em São Paulo. Relatório CEBRAP. Disponível em:<<http://www.usp.br/sociologia/nadya>. Acesso em 09 de setembro. 2006. 2004a

----- Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Ed. 34. 2004b.

GUIMARÃES, Nadya Araujo e HIRATA, Helena. (orgs). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Editora SENAC. (Série Trabalho e Sociedade). 2006.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola. 2004.

HIRATA, Helena. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero*. Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo, ano 4, n.7. P 05-28. 1998.

-----Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: Ferretti, Celso João et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes. P 128-142. 1996.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

HUBERMAN, Leo. 1981. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de março. 2008.

JARDIM, Fabiana. A. *Entre o desalento e a invenção: experiências de desemprego em São Paulo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia), USP. 2004.

KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho escravo no Brasil*. RJ: Paz e Terra. 1994.

KERGOAT, Daniele. Em defesa de uma Sociologia das relações sociais. In: Katchersky, A et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e terra. P 79-93. 1986.

LARA, Silvia H. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. In: *Rev. Projeto História* (16), fev.1998. p 25-38. 1988.

LEDRUT, Raymond. *La Sociologie du chômage*. Paris: PUF. 1966.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: *Mujeres em El mundo: migración, género, trabajo historia, arte y política*. SMITH, Yamile e GONZÁLEZ, Maria Cristina (Orgs). Valencia, Venezuela. 43-72. 2008.

----- *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Perseu Abramo. 2003.

----- *A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional*. *Novos Estudos* n. 45. p: 79-96, julho de 1996.

----- *O futuro do trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta/FAPESP. 1994.

----- *Qualificação, desemprego e empregabilidade*. In: São Paulo Perspectiva. Vol 11/n1: Fundação SEADE. P: 64-69. 1987.

LOBO, Elisabeth Souza. *Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência*. *Revista Tempo Social*. USP. Vol 4, n 1-2. P 07–16. 1992.

MALAGUTI, Manoel, CARCANHOLO, Reinaldo e CARCANHOLO, Marcelo. (orgs). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez. (Col. Questões da Nossa Época; 65). 2000.

MARRY, Catherine. Origine sociale et réseaux d'insertion des jeunes ouvriers. *Formation Emploi*, Paris, n. 4, oct./déc. P. 3-15. 1983.

MARUANI, Margaret. *Les mécomptes du chômage*: Paris, Bayard. 2002.

MARTINS, Jose Souza. O desemprego na vida cotidiana da Região Metropolitana de São Paulo (Versão preliminar): Grupo de pesquisa sobre o desemprego. Curso de Sociologia da vida cotidiana (mimeo)

MARX, Karl. *O capital*. Livro 1, Vol I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

MERCURE, Daniel e SPURK, Jan (orgs). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

NARDI, Henrique Caetano et al. Ética do trabalho. In: CATTANI. A. D. (org). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS. 2002.

NORONHA, Eduardo. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *RBCS*. Vol 18 n. 54. p 111-127, outubro de 2003.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria fundamental? Rev. *Trabalho & Sociedade*, Vol I. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro. 1989.

OIT. Disponível em: <[HTTP:// www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br). Acesso em: 23 de fevereiro. 2008.

OLIVEIRA, Carlos Barbosa. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: *Economia e trabalho. Textos básicos*. Oliveira, M. (org) Campinas, SP: UNICAMP. IE. P 113-126. 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. O elo perdido. Classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Perseu Abramo. 2003.

----- *Os direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes. 1998.

OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria. Celia. (orgs). Os sentidos da democracia: política do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis: vozes; Brasília: NEDIC. 2000.

PAOLI, Maria. Célia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo Social*; Revista Tempo Social. USP. Vol 4, n 1-2. P 17-41. 1992.

PASTORE, Jose. 2006. As mudanças no mundo do trabalho. Disponível em: <<http://www.josepastore.com.br/livros.htm>. Acesso em: 20 de março. 2007.

-----1995. Encargos sociais no Brasil e no Exterior. Disponível em: <<http://www.josepastore.com.br/livros.htm>. Acesso em 20 de março. 2007.

PEREIRA, Vera Maria C. 1993. Quem são os desempregados para a sociologia? In: *Natureza, história e cultura. Repensando o Social*. PPGS/UFRGS. (Cadernos de Sociologia V. 4). 1993.

PMVC. 2008. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Disponível em: <<http://www.pmvc.com.br>. Acesso em 21 de outubro. 2008.

POCHMANN, Márcio. Sobre a nova condição de agregado social no Brasil: algumas considerações. In: *Revista Paranaense de desenvolvimento*, Curitiba, n 105, p 05-23, jul/dez. 2003.

----- O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial. (Col. Mundo do Trabalho). 2001.

----- *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

----- *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

PROJETO HABITAR. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2001.

RAMALHO, Jose Ricardo e SANTANA, Marcos Aurélio (org). *Para além da fábrica*. São Paulo: Boitempo. 2003.

RODRIGUES, Flavia Santana. O emprego formal segundo os territórios de identidade. In: *SEI*. (Conjuntura e Planejamento) n. 157. p 16-24. 2007.

SALAIS, Robert et al. *La invencion del paro en Francia. História y transformaciones desde 1890 hasta 1980*. Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. 1990.

SANTOS, João B. F. *O avesso da maldição do gênesis. A saga de quem não tem trabalho*. São Paulo: Annablume: Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará. 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*, Ed, Rio de Janeiro: Campus. (Contribuições em Ciências Sociais). 1987.

SCHNAPPER *L'èpreuve Du chômage*. Paris, Gallimard, NRF. 1981.

SEGNINI, Liliansa. R. P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: Marli Emílio, Marilane Teixeira, Miriam Nobre, Tatau Godinho. (Org.). *Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres*. São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, v. 3, p. 31-52. 2003.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em 23 de nov. 2008.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record. 2003.

SILVA, Luiz Antônio Machado. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). In: *Caderno CRH*. 37, jul/dez. Salvador. P 79-109. 2002.

SILVA, Mariléia M. Formas de acesso ao emprego e origem social: o caso de egresso do ensino superior. In: *Educação corporativa. Mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações*. Santa Cruz do Sul/ São Paulo: EDUNISC/Cortez. P. 161- 181. 2005.

----- . Inserção profissional e condição social: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho. 2004. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto. 1999.

SOUZA, Laumar N. de et al. Gênero e mercado de trabalho na grande Salvador – um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90. In: *Caderno CRH*. 37, jul/dez. Salvador. P 181-215. 2002.

TELLES, Vera da S. 2006. Mutações do trabalho e experiência urbana. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.18, n.1. P 173-195. 2006.

----- Pobreza e cidadania. São Paulo: Editora 34. 2001.

----- Pobreza e cidadania. Dilemas do Brasil contemporâneo. In: *Caderno CRH* 19, Salvador. P 08-21. 1993.

-----A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. *Tempo Social*; Revista Tempo Social. USP. v 4, n. 1-2. P 53-93. 1992.

TELLES, Vera e CABANES, Robert (orgs) *Nas tramas da cidade, trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Humanitas/IDR. 2006.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. V1: São Paulo: Paz e Terra. 2002.

TOLTO, SUSANA E PICCININI, VALMIRIA (2008). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. In: *Revista Psicologia e Sociedade*. N1. p 38-46.

TOPALOV, Christian. *Naissance du chômeur, 1880-1910*. Paris, Albin-Michel. 1994.

Anexos

Anexo 01 - Quadro dos desempregados entrevistados

Desempregados de Vitória da Conquista

Nome	Sexo	Grau de instrução	Idade	Tempo desemprego	Situação no domicílio	Renda familiar
1. MAURO	Masc.	Fundamental incompleto	31	2 meses	Casado, único provedor, seis filhos	Sem renda
2. MANOEL	Masc.	Médio completo	26	4 meses	Solteiro, sem filhos, mora com a irmã casada.	R\$ 700,00
3. HENRIQUE	Masc.	Médio completo	32	2 meses	Solteiro, sem filhos, mora com o irmão.	Irmão é autônomo, vende telefone
4. CARLOS	Masc.	Primário completo	37	Trabalha há dois meses, mas procura emprego	Casado, dois filhos, único provedor	R\$ 500,00
5. ADRIANO	Masc.	Médio completo	28	1 ano	Solteiro, sem filhos, mora com os pais aposentados e irmãos	R\$ 2.100,00
6. JOÃO	Masc.	Primário completo	26	2 anos sem trabalho fixo	Casado, um filho, mora com irmão	R\$ 500,00
7. JOSÉ	Masc.	Fundamental incompleto	41	4 anos sem trabalho fixo	Casado, dois filhos, mulher faxineira	R\$ 500,00
8. VALDIR	Masc.	Médio incompleto	24	2 meses	Solteiros, sem filhos, mora com a mãe aposentada	R\$ 380,00
9. CARLA	Fem.	Médio completo	34	2 meses	Casada, dois filhos, marido empregado	R\$ 1.000,00
10. MARIETA	Fem.	Cursando ensino médio: técnico em enfermagem	36	3 anos	Casada, dois filhos, marido empregado, pai aposentado	R\$ 400,00
11. MARI	Fem.	Cursando ensino médio: técnico enfermagem	36	6 meses	Solteira, sem filhos, mora com pais e irmãos	R\$ 800,00
12. MÁRCIA	Fem	Concluindo ensino médio	16	Uns seis meses.	Solteira, sem filhos, mora com os pais	R\$ 380,00
13. JOICE	Fem	Médio completo.	35	1, 7 meses	Solteira, com um filho, mora com a mãe e irmãos	R\$ 3.000,00

Desempregados de Vitória da Conquista – MTD

14. CÉLIA	Fem	Primário incompleto	36	3 anos	Casada, mora com marido e um filho do primeiro casamento	Marido faz bicos
15. JUDITE	Fem	Analfabeta	43	Sempre procurou emprego de carteira	Solteira, mora com o namorado há 1	Faz bico de diarista

					mês	
16. ANTONIA	Fem	Analfabeta	65	4 anos	Casada, mora com marido	Ela é aposentada, marido faz bicos de pedreiro
17. SILVANA	Fem	Primário	39	Sempre procurou emprego de carteira	Casada, dois filhos	Marido faz bicos
18. CLARA	Fem	Analfabeta	45	Sempre procurou emprego	Separada, três filhos	Faxineira, mora com filhos e com o neto
19. VILMA	Fem	Primário incompleto	47	Sempre procurou emprego com carteira	Separada, três filhos	Recebe um salário de aposentadoria por invalidez
20. HELENA	Fem	Primário Incompleto	60	Sempre procurou emprego	Casada, dois filhos	Marido é pedreiro, mora com os dois filhos.
21. JONAS	Masc	Primário incompleto	51	2 anos	Casado	Pintor de parede, faz bicos. Mora com mulheres e dois filhos
22. BENEDITO	Masc	Analfabeto	65	5 anos	Solteiro	Faz bicos
23. CASAL		Analfabetos	45	Sempre procuraram emprego	Casados com dois filhos	Ele faz bicos

Desempregados de Salvador

Nome	Sexo	Grau de instrução	Idade	Tempo desemprego	Situação no domicílio	Renda familiar
1. GABRIEL	Masc	Médio completo	21	2 meses	Solteiro, sem filhos, mora com os pais	R\$ 2.000,00
2. ADRIANO	Masc	Médio incompleto	28	2 meses	Casado, com dois filhos, único provedor	Seguro-desemprego de R\$ 700,00
3. SANDRO	Masc	Fundamental completo	22	5 anos	Casado, com um filho, único provedor	É artesão, faz pulseira e bolsas
4. SIDINEI	Masc	Fundamental completo	32	10 dias	Casado, um filho, esposa trabalha	R\$ 1.500,00
5. NILTON	Masc	Fundamental completo	25	Um mês	Casado, três filhos, mora com o pai aposentado.	R\$ 600,00
6. ALFREDO	Masc	Médio Completo	25	8 meses	Casado, três filhos	RS 400,00 seguro desemprego da mulher
7. FERNANDO	Masc	Cursando superior: Fisioterapia	18	Nunca trabalhou. Primeiro dia de procura	Solteiro, sem filhos, mora com os pais	R\$ 4.500,00
8. PEDRO	Masc	Médio completo	27	3 anos	Casado, sem filhos. Esposa trabalha	R\$ 800,00
9. FRANCISCO	Masc	Superior incompleto	20	Primeiro emprego	Solteiro, sem filhos, mora com os pais.	R\$ 3.800,00
10. SÉRGIO	Masc	Médio Completo	30	15 dias	Solteiro, mora com a mãe e sobrinha. A mãe trabalha como doméstica	RS 400,00
11. ANTÔNIO	Masc	Superior incompleto	28	3 dias	Casado, dois filhos.	Irá receber o "acerto de contas"
12. MARCOS	Masc	Médio	27	3 meses	Solteiro, mora com	R\$ 3.000,00

		incompleto			o pai e mais oito irmãos, cinco destes trabalham	
13. GERALDO	Masc	Cursando superior: Direito	20	7 meses	Solteiro, dividi apartamento com amigo. Recebe mesada do pai	
14. JÚLIA	Fem	Médio completo. Cursando técnico em enfermagem	24	1 ano	Solteira, mora com os pais. Vivem do aluguel de uma casa	R\$ 400,00
15. JANA	Fem	Superior completo	26	1 semana	Solteira, mora com o pai, a madrasta e o irmão. Pai trabalha	RS 2.000,00
16. ANA MARIA	Fem	Médio completo	50	8 anos	Casada, três filhos, marido empregado.	R\$ 400,00
17. ISABEL	Fem	Médio completo: cursando técnico em enfermagem	21	4 meses	Solteira, dividi apartamento com amiga	Sem renda, faz doces esporadicamente.
18. KARINE	Fem	Médio completo	21	Uma semana	Solteira, sem filhos, mora com o pai que é aposentado	R\$ 1.500,00
19. PAULA	Fem	Médio completo	19	2 meses	Solteira, sem filhos, mora com os pais e irmãos. Só o pai trabalha	R\$ 1.000,00
20. MARA	Fem	Médio completo. Cursando técnico em enfermagem	41	1 ano	Separada, dois filhos. Vive do aluguel de uma loja	R\$ 400,00
21. ELIZA	Fem	Médio incompleto	47	12 meses.	Solteira, mora com filho empregado	
22. Lívia	Fem	Superior: cursando Turismo	23	5 meses	Solteira, mora com os pais	R\$ 1.000,00

Anexos 02 – Roteiros de entrevistas

Roteiro 1 – Desempregados

Sexo, Idade, Escolaridade, Tempo de residência na cidade, Redes sociais (parentes e amigos), Tem família/filhos quantos, Quem trabalha, Qual a renda mensal da família, Tempo de desemprego.

1. No que você já trabalhou? Quanto tempo?
2. Porque você acha que as pessoas ficam sem trabalho?
3. O que você acha que as pessoas deveriam fazer para encontrar trabalho?
4. Porque você ficou sem trabalho?
5. Você poderia ter feito algo para evitar?
6. Quando perdeu o trabalho qual sua primeira reação?
7. Qual a reação da família?
8. Percebeu alguma mudança de atitude dos seus vizinhos?
9. Você tem amigos, parentes ou vizinhos na mesma situação? Conversa com eles sobre isto?
10. Seu salário era importante pra família? Como ficou a situação financeira?
11. Quais as mudanças que sente em relação à época em que trabalhava?
12. Quais dificuldades você encontra para conseguir um trabalho?
13. Que tipo de qualidade/habilidade você acha que deveria ter para conseguir trabalho?
14. Que tipo de coisa acha que existe em você que te ajuda ou atrapalha em conseguir um trabalho?
15. Que tipo de trabalho você gostaria de arrumar. Quais as exigências?
16. Qual o melhor emprego que você já teve?
17. Como você procura emprego: Agência, qual? Anúncio em jornal, TV? Empregador anterior? Amigos e familiares? Qual você acha que funciona melhor? Por que?

18. Costuma realizar algum tipo de ritual antes de sair de casa pra procurar emprego? (orações, como se veste)
19. Para você o que deveria ser feito para melhorar a vida de quem esta sem trabalho?
20. Que tipo de conselho daria aos governantes?
21. O que é pior para um desempregado?
22. Já passou por uma situação de constrangimento por estar sem trabalho?
23. O que você acha que os outros pensam de você?
24. Você se lembra do que ouvia sobre trabalho quando era criança? Como pensava seu futuro profissional quando era criança?
25. E hoje em dia o que você acha que significa trabalho?
26. Acha que existe diferença entre trabalho e emprego?
27. Você acha que o desemprego é mais sofrido pro homem ou pra mulher? Por que?
28. Você acha que o desemprego é mais sofrido pro jovem ou para o adulto? Por que?
29. Gostaria de dizer alguma coisa mais? Acha que ficou alguma pergunta sem ser feita ou que não deveria ter sido perguntada?

Roteiro 2 – Instituições/agências que lidam com desempregados
(Sine, Setras, Agência de intermediação, Prefeitura).

1. Há ou já foi desenvolvido algum programa de apoio aos desempregados do município por esta instituição? Como foi? Quais as dificuldades e facilidades encontradas?
2. O que você acha que deveria ser feito para resolver o desemprego no município?
3. Quais os atributos relevantes para alguém adquirir um emprego?
4. Que tipo de desempregado você acha que tem mais chances de conseguir emprego? E quem tem menos chances?
5. Acha que existe diferença entre emprego e trabalho?

6. A quem você atribui o problema do desemprego no Brasil? E no município?
7. Gostaria de dizer algo mais?

Anexo 03 – Roteiro com os temas correspondentes

1. No que você já trabalhou? (**Trajetória ocupacional**).
2. Porque as pessoas ficam sem trabalho? (**Percepção sobre o desemprego**).
3. O que você acha que as pessoas deveriam fazer para encontrar trabalho? (**Percepção do desemprego**).
4. Porque você ficou sem trabalho? (**Percepção do desemprego**).
5. Você poderia ter feito algo para evitar? (**Percepção do desemprego**).
6. Quando perdeu o trabalho qual sua primeira reação? (**Vivência**).
7. Qual a reação da família? (**Vivência**).
8. Percebeu alguma mudança de atitude dos seus vizinhos? (**Vivência**).
9. Você tem amigos, parentes ou vizinhos na mesma situação? Conversa com eles sobre isto? (**Vivência**).
10. Seu salário era importante pra família? Como ficou a situação financeira? (**Vivência e situação financeira**).
11. Quais as mudanças que sente em relação à época em que trabalhava? (**Vivência**).
12. Quais dificuldades você encontra para conseguir um trabalho? (**Dificuldade para sair do desemprego**).
13. Que tipo de qualidade/habilidade você acha que deveria ter para conseguir trabalho? (**Dificuldade para sair do desemprego**).
14. Que tipo de coisa acha que existe em você que te ajuda ou atrapalha em conseguir um trabalho? (**Dificuldade para sair do desemprego**).
15. Que tipo de trabalho você gostaria de arrumar. Quais as exigências? (**Expectativas**).
16. Qual o melhor emprego que você já teve? Por que? (**Trajetória ocupacional**).
17. Como você procura emprego: Agência, qual? Anúncio em jornal, TV? Empregador anterior? Amigos e familiares? Qual você acha que funciona melhor? Por que? (**Ações visando sair do desemprego**).

18. Costuma realizar algum tipo de ritual antes de sair de casa pra procurar emprego? (orações, como se veste). (**Ações visando sair do desemprego**).
19. Para você o que deveria ser feito para melhorar a vida de quem esta sem trabalho? (**Percepção sobre o desemprego**).
20. Que tipo de conselho daria aos governantes? (**Percepção sobre o desemprego**).
21. O que é pior para um desempregado? (**Vivência**).
22. Já passou por uma situação de constrangimento por estar sem trabalho? (**Vivência**).
23. O que você acha que os outros pensam de você? (**Vivência**).
24. Você se lembra do que ouvia sobre trabalho quando era criança? Como pensava seu futuro profissional quando era criança? (**Percepção sobre o trabalho**).
25. E hoje em dia o que você acha que significa trabalho? (**Percepção sobre trabalho**).
26. Acha que existe diferença entre trabalho e emprego? (**Percepção sobre o trabalho**).
27. Você acha que o desemprego é mais sofrido pro homem ou pra mulher? Por que? (**Percepção sobre o desemprego**).
28. Você acha que o desemprego é mais sofrido pro jovem ou para o adulto? Por que? (**Percepção sobre o desemprego**).